

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
DOUTORADO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

ANDRÉIA ORSATO

**“COMO MULHER E DEPUTADA”:
A PRESENÇA FEMININA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO
GRANDE DO SUL (1951-2011)**

PORTO ALEGRE

2013

ANDRÉIA ORSATO

**“COMO MULHER E DEPUTADA”:
A PRESENÇA FEMININA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO
GRANDE DO SUL (1951-2011)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Ciência Política.

Orientação: Prof. Dr. Alfredo Alejandro Gugliano

PORTO ALEGRE

2013

ANDRÉIA ORSATO

**“COMO MULHER E DEPUTADA”:
A PRESENÇA FEMININA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO
GRANDE DO SUL (1951-2011)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Ciência Política.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Alfredo Alejandro Gugliano – PPG Ciência Política UFRGS (orientador)

Prof^a. Dr^a. Flávia Biroli – PPG Ciência Política UnB

Prof^a. Dr^a. Márcia Ondina Vieira Ferreira – PPG Educação UFPel

Prof^a. Dr^a. Jussara Reis Prá – PPG Ciência Política UFRGS

Porto Alegre, abril de 2013

AGRADECIMENTOS

Ao concluir esta etapa de minha formação acadêmica são necessários alguns agradecimentos às pessoas que contribuíram para a realização do presente trabalho.

Agradeço, primeiramente, ao grupo de servidores do Memorial do Legislativo: Débora Dornsbach Soares, Lorena Gomes Garcez, Luís Carlos Possuello, Maria Regina Guimarães Barnasque, Bibiana Werle, William Giovanaz Figueiró, João Vicente Buzzatti, Karina Xavier Holstein e Juliana Inês Erpen, sem os quais esse trabalho não teria sido viável. Sou imensamente grata pela colaboração e presteza dispensadas ao longo da pesquisa, sempre buscando auxiliar nos encontros e desencontros dos dados de campo.

Aos servidores da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, especialmente à Simone da Rosa Zuliane, do Departamento de Comissões Permanentes e Marcelo Cecin da Cunha, Coordenador da Divisão de Protocolo e Arquivo. Do mesmo modo agradeço aos servidores da Biblioteca do Legislativo pelo apoio imprescindível na compilação do material de pesquisa, em especial à Sônia Brambilla e Carlos Moraes.

À direção, colegas e diretoria de ensino do Campus Pelotas Visconde da Graça do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense pela compreensão e apoio durante esse período. Agradeço, do mesmo modo, as liberações e auxílios financeiros que me possibilitaram participar de uma série de eventos nacionais e internacionais a fim de debater o tema da pesquisa e os dados de campo, o que trouxe contribuições importantes para a Tese.

À Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense, pela aprovação interna do projeto de pesquisa desenvolvido no Doutorado e pela concessão de bolsas de iniciação científica as quais permitiram contar com o apoio de estudantes no processo de coleta, sistematização e categorização dos dados de campo.

Agradeço, especialmente, ao esforço e desempenho dos bolsistas de iniciação científica cujo trabalho interessado foi de grande valia para a concretização desta Tese: Daisiane dos Santos Robaina, Bruna Pinheiro Bilhalva e Leon McLouis Borges de Lucas.

Às professoras Dr^a. Márcia Ondina Vieira Ferreira e Dr^a. Jussara Reis Prá pelas considerações na banca de qualificação do projeto de Tese as quais foram fundamentais para o desenvolvimento e conclusão da pesquisa.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa Processos Participativos na Gestão Pública pelo incentivo e apoio.

Ao meu orientador, Professor Dr. Alfredo Alejandro Gugliano, que acompanhou grande parte de minha formação acadêmica, agradeço pela confiança em mim depositada, pelas conversas, pelo comprometimento com a pesquisa e com a produção do conhecimento, os quais subsidiaram o desenvolvimento e a conclusão dessa Tese.

A todos os amigos que estimularam o desenvolvimento deste trabalho, em especial à amiga Josiane Carine Wedig pela estadia nos meses iniciais do Doutorado e pelo apoio sempre. Sou grata também à Viviane Aires de Paula pela compreensão e alegria que foi ter convivido durante o curso.

Agradeço às amigas Alessandra Gasparotto, pelo abstract, e Patrícia Weiduschadt pelo apoio e incentivo de ambas na conclusão deste trabalho.

À Claci Maria Gasparotto pela revisão de português.

Agradeço minha família que sempre apoiou o prosseguimento de meus estudos e externo minha gratidão a Alexsandro Belloli, meu namorado, que além do apoio auxiliou na coleta da documentação necessária à pesquisa.

RESUMO

A presente Tese de Doutorado em Ciência Política analisa as principais características da participação política das deputadas estaduais do Rio Grande do Sul, no período compreendido entre janeiro de 1951 a janeiro de 2011, tema diretamente relacionado com as relações de gênero nos espaços públicos. Ao longo do trabalho são discutidos os fundamentos da concepção liberal-representativa de democracia, condição imperiosa para a compreensão da histórica exclusão das mulheres na esfera das instituições políticas. Tal debate é contraposto por algumas das principais teóricas feministas, cuja perspectiva questiona, não apenas os valores patriarcais presentes em diferentes contextos sociais, mas também reivindica a incorporação política das mulheres nos processos decisórios. A inclusão desse segmento social na esfera pública não tem ocorrido sem resistência masculina ao longo do século XX, o que pode ser observado por meio de alguns dados apresentados que dizem respeito à sub-representação feminina no âmbito do Poder Legislativo em várias regiões do mundo. Partindo destas reflexões e valendo-se de uma metodologia ancorada em apreciação de documentos e na técnica de análise de conteúdo, a presente Tese investiga a participação das mulheres enquanto parlamentares eleitas no Poder Legislativo brasileiro em nível estadual, tomando como caso para análise a Assembleia Legislativa Gaúcha. Para levar à cabo tal intenção foram definidos objetivos específicos a serem detalhados: a) Analisar o perfil das parlamentares gaúchas no período compreendido entre janeiro de 1951 e dezembro de 2012; b) Examinar a participação das deputadas estaduais na composição da Mesa Diretora e nas Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa entre janeiro de 1951 e janeiro de 2011 e, por fim, c) Verificar a vinculação das atividades legislativas (projetos e discursos parlamentares) das deputadas estaduais com a problemática das relações sociais de gênero no período compreendido entre janeiro de 1951 e janeiro de 2011. A partir dos dados coletados ao longo dos 60 anos pesquisados os quais apontam para uma crescente presença feminina na Assembleia Legislativa, a realidade no início do século XXI ainda é de sub-representação das mulheres no Legislativo Estadual. Contudo, identificamos também que a participação das mulheres na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul foi além desta dimensão formal da representação política, avançando no sentido da qualificação dessa presença em prol de um grupo social.

Palavras-chave:

Gênero - Democracia - Representação Política

ABSTRACT

This Doctoral Thesis in Political Science analyzes the main features of the political participation of female MPs in the State of Rio Grande do Sul, from January, 1951 to January, 2011, a subject directly related to gender relations in public spaces. Along the study, the foundation of liberal-representative Democracy conception is discussed, an essential requirement for understanding the historical exclusion of women in political institutions. Such debate is opposed by some of the leading feminist theorists, whose perspective points not only patriarchal values which are present in different social contexts, but also claims the political incorporation of women in decision-making. The inclusion of this segment of society at the Public Sphere has not occurred without male resistance throughout the twentieth century, which can be observed through some data presented that concerns the underrepresentation of women at the Legislative sphere all over the world. Based on these considerations and resorting a methodology of appreciation of documents and the technique of Content Analysis, this thesis investigates the participation of women as elected representatives at the Brazilian Legislature for each State, having as basis the analysis of the Legislative Assembly in Rio Grande do Sul. In order to perform such intention, there had been set specific goals to be detailed: a) To analyze the profile of parliamentary women in Rio Grande do Sul from January, 1951 to December, 2012, b) To examine the participation of State Deputies in the composition of the Board of Directors and the Permanent Committees of the Legislative Assembly between January, 1951 and January, 2011, and finally, c) To check the connection of legislative activities (projects and parliamentary speeches) of Deputies under the view of social gender relations between January, 1951 and January, 2011. From the data collected over these past 60 years, which points to a growing female representation at the Legislative Assembly, the reality in the early twenty-first century is still under-representation of women at the State Legislature. However, there has also been noticed that female participation at the Legislative Assembly of Rio Grande do Sul has gone further this formal dimension of Political representation, which is a great progress in the sense of qualifying such participation for the sake of a social group.

Keywords:

Gender – Democracy – Political Representation

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Concepções de representação política.....	42
Figura 2: Número de deputadas federais no Brasil de acordo com ano de eleição (1934-2011).....	54
Figura 3: Número de senadoras no Brasil conforme legislatura (1979-2015).....	56
Figura 4: Percentual de deputadas estaduais e distritais eleitas (1974-2010).....	56
Figura 5: Percentual de vereadoras eleitas no Brasil (1992, 2000, 2004 e 2008).....	58
Figura 6: Percentual de representação feminina nas Câmaras de Deputados, no Senado e na média mundial (1997, 2000, 2005 e 2012).....	61
Figura 7: Percentual de representação feminina nas Câmaras de Deputados de acordo com região (1997, 2005 e 2012).....	62
Figura 8: Percentual de representação feminina no Senado Mundial (1997, 2005 e 2012).....	62
Figura 9: Percentual de parlamentares eleitas e suplentes que assumiram mandato, por legislatura (1951-2015).....	95
Figura 10: Número de Legislatura por deputada estadual (1951-2012).....	97
Figura 11: Número de mandatos femininos por partido político (1951-2012).....	99
Figura 12: Percentual de mandatos femininos por partido (ALRS – 1951-2012).....	100
Figura 13: Distribuição Partidária das Deputadas Eleitas na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul – por período político.....	100
Figura 14: Experiência política anterior ao mandato de deputadas federais.....	105
Figura 15: Percentual de deputadas de acordo com profissão (ALRS – 1951-2015)..	108
Figura 16: Poderes legislativos do Executivo, segundo constituições democráticas brasileiras de 1946 e 1988.....	116
Figura 17: Comissões permanentes da Assembleia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1837-1864).....	124
Figura 18: Comissões permanentes da Assembleia Legislativa (1949-1962).....	126
Figura 19: Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa (1971-1985).....	128
Figura 20: Comissões da Assembleia Legislativa (1987-2003).....	131
Figura 21: Participação das mulheres nas comissões permanentes da Assembleia Legislativa (1951-2011)	134

Figura 22: Comissões permanentes e presença das parlamentares gaúchas (1951-2011).....	136
Figura 23: Quantidade de projetos e projetos sobre gênero apresentados pelas parlamentares de acordo com a filiação partidária (1951-2011).....	146
Figura 24: Classificação temática dos projetos apresentados pelas deputadas gaúchas (1951-2011).....	148
Figura 25: Número de projetos de acordo com temática apresentados pelas parlamentares gaúchas (1987-2011).....	157
Figura 26: Número total de projetos e proposições sobre gênero apresentados de acordo com período.....	158
Figura 27: Número de pronunciamentos realizados pelas deputadas estaduais do Rio Grande do Sul (1967-1986).....	174
Figura 28: Pronunciamentos sobre gênero proferidos pelas deputadas gaúchas conforme categoria (1967-1986).....	179
Figura 29: Número de pronunciamentos realizados pelas deputadas estaduais conforme categoria (1967-1986).....	189
Figura 30: Pronunciamentos sobre gênero proferidos pelas deputadas gaúchas conforme as categorias (1987 e 2011).....	202
Figura 31: Número de pronunciamentos das deputadas estaduais realizados de acordo com as categorias definidas (1987-2011).....	214
Figura 32: Número de pronunciamentos das parlamentares gaúchas relativos à temática de gênero, de acordo com as categorias usadas (1951-2011).....	220
Figura 33: Número de pronunciamentos das deputadas estaduais do Rio Grande do Sul conforme categorias estabelecidas (1951-2011).....	221
Figura 34: Número de discursos e intervenções sobre gênero conforme posição ideológica dos partidos aos quais as deputadas filiaram-se (1951-2011).....	222
Figura 35: Número de discursos e pronunciamentos sobre gênero de acordo com período e filiação partidária conforme posicionamento ideológico.....	223

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Mulheres no Legislativo Federal (1934-2011).....	55
Tabela 2: Mulheres nas Assembleias Legislativas (1934-2010).....	57
Tabela 3: Percentual de representação feminina no Legislativo latino-americano (2012).....	59
Tabela 4: Percentagens regionais de representação política feminina nos Legislativos mundiais (2012).....	61
Tabela 5 – Representação feminina por temática no Conselho do Orçamento Participativo (Porto Alegre 1994-2005).....	71
Tabela 6: Distribuição por Sexo dos Deputados Eleitos na Assembleia Legislativa Rio Grande do Sul (1951-2015).....	94
Tabela 7: Percentual de mulheres candidatas ao Legislativo Estadual por anos escolhidos.....	96
Tabela 8: Trajetória política anterior ao mandato de deputadas estadual de acordo com filiação partidária.....	107
Tabela 9: Filiação das deputadas estaduais de acordo com profissão (1951-2012)...	110
Tabela 10: Mulheres na presidência e vice-presidência das comissões permanentes da Assembleia Legislativa (1951-2011).....	139
Tabela 11: Partidos políticos e cargos femininos nas comissões (1951-2011).....	141
Tabela 12: Filiação partidária das parlamentares e comissões (1951-2011).....	142
Tabela 13: Número de projetos de cada deputada estadual e projetos relativos a gênero (1951-2011).....	145
Tabela 14: Percentual de projetos femininos por partido político (1951- 2011).....	147
Tabela 15: Número e percentual de projetos nas subcategorias da temática questões legislativas.....	149
Tabela 16: Número e percentual de projetos nas subcategorias da temática educação.....	149
Tabela 17: Distribuição dos projetos legislativos por partido político e assunto tratado (1951-2011).....	151
Tabela 18: Projetos sobre gênero proposto por cada deputada e área temática (1951-2011).....	152
Tabela 19: Categorias e subcategorias dos projetos sobre gênero apresentados pelas parlamentares (1951-2011).....	153

Tabela 20: Projetos sobre gênero de acordo com partido político e categoria (1951-2011).....	155
Tabela 21: Produção legislativa das parlamentares gaúchas (1967-1986).....	156
Tabela 22: Categorias dos pronunciamentos sobre gênero por deputada (1951-1966).....	163
Tabela 23: Assuntos debatidos na tribuna da Assembleia Legislativa pelas deputadas gaúchas (1951-1966).....	168
Tabela 24: Pronunciamentos relativos às categorias educação e questões legislativas proferidos pelas deputadas gaúchas (1951-1966).....	169
Tabela 25: Categorias referentes aos discursos sobre gênero proferidos pelas parlamentares gaúchas (1967-1986).....	178
Tabela 26: Temas dos discursos proferidos pelas parlamentares gaúchas (1967-1986).....	188
Tabela 27: Assuntos tratados nas categorias educação e questões legislativas, de acordo com cada deputada estadual (1967-1986).....	192
Tabela 28: Deputadas estaduais e número de pronunciamentos realizados (1987 e 2011).....	195
Tabela 29: Número de pronunciamentos realizados nas categorias educação e questões legislativas pelas deputadas estaduais do RS (1987-2011).....	215

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC – Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul
ADP - Aliança Democrática Popular
AI 2 – Ato Institucional nº2
AI-5 – Ato Institucional nº 5
AL – Assembleia Legislativa
ARS - Aliança Republicana Socialista
ARENA - Aliança Renovadora Nacional
CAM - Comissão de Assuntos Municipais
CAPC - Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo
CCDH - Comissão de Cidadania e Direitos Humanos
CCJ - Comissão de Constituição e Justiça
CECDCT - Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia
CEDS - Comissão de Economia e Desenvolvimento Sustentável
CEP - Comissão de Ética Parlamentar
CFPFC - Comissão de Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle
CMPMAI - Comissão Mista Permanente do Mercosul e Assuntos Internacionais
CMPPLP - Comissão Mista Permanente de Participação Legislativa Popular
CSMA - Comissão de Saúde e Meio Ambiente
CSSP - Comissão de Segurança e Serviços Públicos
DEM – Democratas
GLBTT - Gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e transgêneros
IPE - Instituto de Previdência do Estado
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTR - Movimento Trabalhista Renovador
OP – Orçamento Participativo
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
PDC - Partido Democrata Cristão
PDS - Partido Democrático Social
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PL – Partido Libertador
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP - Partido Progressista

PPB - Partido Progressista Brasileiro
PPR - Partido Progressista Renovador
PPS - Partido Popular Socialista
PR – Partido Republicano
PRP - Partido da Representação Popular
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSD - Partido Social Democrático
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade
PSP - Partido Social Progressista
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
RS – Rio Grande do Sul
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UDN - União Democrática Nacional
WVS - Pesquisa Mundial de Valores

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NA ESFERA PÚBLICA	23
1.1 O MODELO LIBERAL-REPRESENTATIVO DE DEMOCRACIA	25
1.2 AS CRÍTICAS AO MODELO LIBERAL REPRESENTATIVO DE DEMOCRACIA	43
1.3 A SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA NOS PARLAMENTOS: ALGUNS DADOS	48
2 “NÃO TENHO BAGAGEM POLÍTICA, SÓ UMA VALISE DE MÃO”: REPRESENTAÇÃO FEMININA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL	79
2.1 A FORMAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	80
2.2 A PRESENÇA FEMININA NO PODER LEGISLATIVO GAÚCHO.....	85
3 MULHERES NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA: A PRESENÇA DAS DEPUTADAS ESTADUAIS NAS COMISSÕES PERMANENTES E O CONTEÚDO DOS PROJETOS LEGISLATIVOS	112
3.1 ALGUMAS REFERÊNCIAS PARA O ESTUDO DO PODER LEGISLATIVO.....	113
3.2 AS COMISSÕES PERMANENTES NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL	121
3.3 AS DEPUTADAS ESTADUAIS NAS COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA GAÚCHA (1951-2011)	132
3.4 AS PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS DAS PARLAMENTARES GAÚCHAS (1951-2011)	144

4 “COMO MULHER E DEPUTADA”: OS PRONUNCIAMENTOS DAS PARLAMENTARES GAÚCHAS (1951-2011)	161
4.1 “EM NOME DA MULHER GAÚCHA”: OS PRIMEIROS DISCURSOS FEMININOS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL (1951-1966).....	162
4.2 “LUTAR PELA SUA PROMOÇÃO”: O DEBATE EM TORNO DA IGUALDADE DE GÊNERO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL (1967-1985).....	173
4.3 “VENHO À TRIBUNA NA CONDIÇÃO DE DEPUTADA, DE MULHER E DE CIDADÃ”: A GARANTIA DOS DIREITOS DAS MULHERES NOS PRONUNCIAMENTOS DAS PARLAMENTARES GAÚCHAS (1987 - 2011)	194
4.4 “NÃO BASTA SER MULHER, É PRECISO AGIR NA POLÍTICA COMO MULHER”: A PERSPECTIVA DE GÊNERO NOS PRONUNCIAMENTOS DAS PARLAMENTARES GAÚCHAS (1951-2011)	219
CONCLUSÃO	226
REFERÊNCIAS	242
APÊNDICES	255
ANEXOS	275

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo desta Tese de Doutorado em Ciência Política, vinculada à linha de pesquisa: teoria política e pensamento social é a presença e atuação parlamentar das deputadas estaduais do Rio Grande do Sul, no período compreendido entre janeiro de 1951 a janeiro de 2011.

Os caminhos para se chegar à construção do tema da pesquisa foram desenvolvidos ao longo de minha formação, num processo que iniciou ainda na graduação em Ciências Sociais, onde despertou o interesse pelo tema da democracia, da representação política e das minorias sociais, em especial a problemática da construção das relações sociais de gênero. As leituras sobre gênero, feminismo e participação das mulheres, foram aprofundadas durante a realização do Mestrado em Ciências Sociais no qual tive a oportunidade de cursar disciplina específica sobre o tema. Além disso, a dissertação de Mestrado versou sobre a participação política das mulheres no âmbito da experiência de gestão pública denominado Orçamento Participativo, desenvolvido na Prefeitura de Porto Alegre. Nesse trabalho busquei compreender a inserção das mulheres nas diferentes etapas de realização dessa proposta, tanto nos espaços de participação, quanto nas instâncias de representação política, ou seja, nas assembleias populares e no Conselho do Orçamento Participativo.

Do debate centrado num modelo de democracia participativa, realizado durante a dissertação, transpus a reflexão para a participação política das mulheres no âmbito do modelo liberal-representativo de democracia. Se o objeto de análise foi alterado, a base teórica sobre as quais ambas as pesquisas foram fundamentadas não foi rompida. O conceito de gênero, o debate sobre democracia e participação política, as reflexões sobre os movimentos feministas, a discussão em torno da divisão esfera pública e esfera privada e suas consequências em termos da participação das mulheres nos processos decisórios foram

centrais para pensar a inserção feminina no Orçamento Participativo. Essas também são questões essenciais para as mulheres no domínio de sua participação na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, de modo que foram retomados e aprofundados alguns debates e conceitos presentes na dissertação.

Partimos do debate sobre democracia, que ao longo do século XX foi uma das grandes preocupações dos estudos da ciência política. Num primeiro momento, essa discussão esteve centrada nos requisitos básicos para estabelecimento e consolidação da mesma. Nas últimas décadas emergiram também questões em torno do aspecto qualitativo dos processos democráticos em países que adotam esse regime. No caso brasileiro, a atual democracia tem pouco mais de 20 anos e, ao longo desse processo, várias medidas foram sendo adotadas visando qualificar o regime e torná-lo mais inclusivo no que tange à participação de segmentos historicamente excluídos dos processos decisórios, entre eles as mulheres.

Nesse particular, cabe lembrar que, por muito tempo, as mulheres estiveram alijadas da possibilidade de participar da vida pública e dos espaços de decisão do Estado. A partir do final do século XIX essa realidade começa a tomar outros contornos, quando as mulheres são reconhecidas como cidadãs ao passo que obtém o direito ao sufrágio. As análises do final do século XX demonstraram, contudo, que apesar da implementação de políticas específicas para a incorporação das mulheres nos postos eletivos como, por exemplo, a política de cotas, ainda observa-se grande dificuldade de se fazerem representantes nas instâncias decisórias, tanto no poder Legislativo, quanto no Executivo.

Embora haja um consenso em torno da democracia como a melhor forma de governo e, atualmente, como mencionado, ocorre um debate corrente sobre sua qualidade, não se pode desconsiderar que o modelo democrático adotado em boa parte dos países assim considerados mantenha algumas características tradicionais da política. Quando são agregadas às análises questões específicas como, por exemplo, a articulação das relações sociais de gênero e o exercício do poder político por parte das mulheres, tais elementos constitutivos do campo político, os quais são reproduzidos como parte de seu *habitus*, ficam explícitos.

No entanto, apesar dos inúmeros obstáculos, de ordem institucional ou cultural, existentes para a entrada das mulheres na esfera pública não podemos desconsiderar que as mesmas, apesar dos baixos percentuais, estão obtendo postos de representação política. Dessa maneira, desde o ponto de vista das análises que discorrem sobre a temática da participação política das mulheres, um dos aspectos que parece importante destacarmos em relação a elas e o poder político, além da presença feminina nos espaços decisórios, é a forma como as mesmas fazem política. Essa questão permite levantar, no corpo da Tese, o debate sobre um

elemento central da teoria democrática: a representação política e a controvérsia em torno de suas concepções.

Nesse sentido, levantamos a discussão apresentada por parte da teoria democrática feminista, sobretudo a partir de Nancy Fraser, Íris Young, Anne Phillips e Pippa Norris, quanto aos limites da democracia representativa e a necessidade de aprimoramento democrático quando se trata da representação de grupos minoritários. As referidas autoras destacam, não apenas a questão dos mecanismos institucionais que permitiriam maior presença das mulheres nos postos de poder, mas assinalam também o efeito que essa presença poderia assumir nos Paramentos e em suas vidas.

Essas questões levantadas são centrais na proposta deste trabalho, tendo em vista a preocupação da mesma no sentido de desvendar o quanto a democracia liberal-representativa tem contribuído para a redução das desigualdades de gênero. Do mesmo modo, se apresenta como essencial para compreender o quanto a presença de mulheres em instâncias representativas têm sido fator fundamental para a melhoria de vida das mulheres, através da defesa dos interesses feministas, por mais heterogêneos que possam ser, via elaboração de projetos de lei para este segmento social.

Temos presente o fato de que nem sempre mulheres representam interesses de mulheres, tendo em vista que políticas públicas para este grupo social também podem e, muitas vezes, são apresentadas por homens. No entanto, a preocupação desta investigação é compreender até que ponto as mulheres no poder fazem diferença para a vida das mulheres, até que ponto elas se colocam como defensoras dos interesses feministas, de quais interesses, em que circunstâncias e quais mulheres fazem a diferença, questões assinaladas, entre outras, pela produção acadêmica brasileira sobre tema, destacando-se Lúcia Avelar e Fanny Tabak.

Partindo assim da discussão a respeito da constituição do modelo liberal-representativo e das limitações que esta forma de governo apresenta no sentido de inserir as mulheres nos postos de decisão, à luz do que parte da teoria democrática feminista vem desenvolvendo, o objetivo deste estudo é fazer uma caracterização da participação política das mulheres no âmbito do poder Legislativo estadual. Tal caracterização é feita no intuito de compreender se as referidas parlamentares apresentaram alguma preocupação em relação à problemática das relações sociais de gênero, ou seja, se as mesmas levantaram questões que afetaram suas vidas e ofereceram apoio às lutas feministas.

Para tal propósito foram definidos alguns objetivos específicos, quais sejam:

A) Analisar o perfil das parlamentares gaúchas no período compreendido entre janeiro de 1951 e dezembro de 2012.

B) Examinar a participação das deputadas estaduais na composição da Mesa Diretora e nas Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa entre janeiro de 1951 e janeiro de 2011.

C) Verificar a vinculação das atividades legislativas (projetos e discursos parlamentares) das deputadas estaduais com a problemática das relações sociais de gênero no período compreendido entre janeiro de 1951 e janeiro de 2011.

À luz destas problematizações foi definida a metodologia de trabalho para essa pesquisa a qual consistiu na coleta de documentos encontrados nos arquivos públicos e outros oficiais. A análise e interpretação das informações contidas na documentação foram estudadas separadamente, a partir de técnicas distintas. O primeiro grupo de dados compôs o perfil das parlamentares e teve tratamento quantitativo, registrado por meio de tabelas e gráficos onde se buscou demonstrar a presença das mulheres no Parlamento, na Mesa Diretora, nas Comissões Permanentes, seus mandatos, partidos, profissão e experiência política anterior. O segundo grupo de dados se refere à atuação parlamentar em termos de discursos proferidos e proposições legislativas apresentadas, os quais foram analisados a partir da técnica de análise de conteúdo.

Os dados relativos às deputadas estaduais que dizem respeito à nominata das parlamentares, fotos das deputadas, número de mandatos, filiação partidária, profissão e trajetória política foram extraídos das fichas contendo o currículo das parlamentares e a biografia das mesmas, as quais foram cedidas pelo Memorial do Legislativo. As informações concernentes à participação nas Mesas Diretoras da Assembleia entre 1835 e 2011 foram, da mesma forma, obtidas por meio de material cedido pelo mesmo acervo. Em relação à composição da Mesa Diretora aproveitamos os dados compilados desde a formação da Assembleia Legislativa Gaúcha, em 1835, estendendo, assim, a apresentação das informações para um período além do enfoque desta pesquisa.

Dessa fonte também foi coletada a documentação concernente às Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa, do período imperial aos dias atuais. Esses dados precisaram ser complementados por meio dos Regimentos Internos da Assembleia Legislativa dos anos de 1937, 1947, 1952, 1961 e 1962 e pela leitura de algumas resoluções legislativas que alteraram as comissões, atribuindo-lhes outros nomes, extinguindo-as, criando outras ou incorporando-as, as quais foram encontradas nos Regimentos Internos, Diário Oficial da Assembleia Legislativa (impresso e arquivado na Biblioteca do Legislativo) e no site da Assembleia via o Sistema Integrado de Legislação e Informação Legislativa. Também foram coletadas informações no site da Assembleia Legislativa na seção “Atividades Legislativas”.

Os dados relativos à participação das mulheres nas Comissões Permanentes foram cedidos pelo Departamento de Comissões Permanentes da Casa Legislativa e foram complementados por meio das biografias e currículos das parlamentares. Por fim, os cargos de presidente e vice-presidente das Comissões Permanentes foram obtidos por meio dos arquivos do referido Memorial.

No que concerne aos demais dados da pesquisa, as fontes da coleta foram, do mesmo modo, os documentos dos arquivos públicos, especialmente as publicações parlamentares: as atas das sessões plenárias e os projetos de lei propostos pelas parlamentares. No que se refere às atas gostaríamos de frisar que as mesmas não estão arquivadas da mesma maneira, assim para compilar os discursos do período compreendido entre 1951 e 1994 percorremos as páginas do Diário Oficial do Estado, arquivado na Biblioteca do Legislativo. Recorremos também aos Anais da Assembleia Legislativa, estes arquivados no Memorial do Legislativo e, por fim, aos discursos proferidos entre os anos de 1995 e 2011 registrados nos Anais da Assembleia Legislativa digitalizados e encontrados no site da Assembleia na seção “Atividades Legislativas”. Não foram encontrados arquivos relativos aos pronunciamentos parlamentares ao ano de 1965¹.

A compilação dos dados referentes aos projetos legislativos foi feita através do site da Assembleia Legislativa via seção “Sistema de Proposições”, o qual disponibiliza um banco de dados referentes às proposições encaminhadas ao plenário da Assembleia no período 1991 - 2011. Contudo, não foi possível encontrar, por meio desta busca, os dados referentes às primeiras oito deputadas estaduais (1951-1990), assim, em contato com o sistema de protocolo da Assembleia Legislativa, nos foram repassadas as fichas dos projetos constantes no mesmo. A fim de padronizar a análise dos dados, consideramos para efeito de apreciação das proposições apenas a descrição das mesmas, apresentada no início dos processos, descartando a leitura completa destes. Tal escolha fundamenta-se no fato de que não tivemos acesso ao inteiro teor dos projetos para as deputadas de 1951 a 1990, sendo assim, optou-se por usar o mesmo critério para todos os projetos.

Ao tratar dos projetos destacamos que, sendo esta a atividade fim dos deputados - o ato de legislar e de propor leis - as mesmas são classificadas de diferentes modos. Podem ser emendas à Constituição, projeto de lei ordinária, leis complementares, decretos legislativos ou

¹ Este fato pode estar relacionado ao Golpe Militar de 1964, contudo, gostaríamos de registrar que do período em que iniciamos a coleta de dados, em janeiro de 2010 até o momento final (dezembro de 2012), quando retornamos aos arquivos em busca da referência completa dos discursos citados na tese, outros arquivos desapareceram o que nos fez suprimir do texto alguns pronunciamentos, mais precisamente não encontramos o material relativo às publicações do Diário da Assembleia do mês de julho de 1968.

projetos de resolução. Os dados compilados e apresentados, na sequência da tese, não contemplam os projetos de resoluções das deputadas estaduais. As demais proposições foram incluídas na análise.

A análise da documentação reunida para os discursos e projetos legislativos foi realizada, conforme dito anteriormente, por meio da técnica de análise de conteúdo. Conforme Antonio Guizzotiti (2006), o critério essencial da análise de conteúdo é o fragmento singular do texto: as palavras, termos ou lexemas, as quais são a menor unidade do texto e, assim, passíveis de analisar a frequência com que aparecem. As palavras são reunidas em torno de categorias, em função da qual o conteúdo pode ser classificado, quantificado, ordenado e qualificado.

A análise de conteúdo é uma dentre as diferentes formas de se interpretar o conteúdo de um texto que se desenvolveu, adotando normas sistemáticas de extrair os significados temáticos ou os significantes lexicais, por meio dos elementos mais simples de um texto. Consiste em relacionar a frequência da citação de alguns temas, palavras ou ideias em um texto para medir o peso relativo atribuído a um determinado assunto pelo seu autor (GUIZZOTTI, 2006, p.114).

Especificamente neste caso o objetivo foi realizar uma análise temática dos documentos compilados a respeito de nosso objeto de pesquisa, relacionando projetos e discursos com a perspectiva feminista. A partir de uma pré-análise da documentação foi possível definir algumas categorias, utilizadas posteriormente para categorização dos discursos proferidos pelas parlamentares e das proposições legislativas protocolados. A partir de um cálculo de porcentagem conseguiu-se estabelecer a importância dos elementos analisados, no caso, os assuntos tratados pelas deputadas gaúchas.

Os discursos e os projetos foram classificados, inicialmente, a partir de duas categorias: gênero e outros. Na sequência, todos os projetos parlamentares, foram submetidos a uma segunda classificação sendo categorizados de acordo com os seguintes temas: política fundiária, saúde, violência e segurança social, trabalho e previdência social, habitação, transporte, economia, patrimônio cultural, meio ambiente, assistência social, educação (subdividida em: democracia escolar, carreira e política salarial, política estudantil, formação e outros), questões legislativas (em: política de cotas, assuntos internos, cidadania e direitos da mulher, funcionalismo, auxílios e subvenções e outros.) e outros.

Em relação ao conjunto dos discursos das deputadas, realizados em plenário, o mesmo procedimento foi adotado, contudo não foi possível manter somente essas categorias, pela própria característica dessa atividade legislativa, ao longo das leituras foram aparecendo temas distintos daqueles evidenciados nos projetos que se constituíram em grupos próprios.

Assim, aos pronunciamentos das deputadas estaduais foram acrescentadas: ditadura militar, promoção da mulher, planejamento familiar, participação política das mulheres, direitos humanos e política. A categoria questões legislativas ficou assim subdividida: assuntos internos, funcionalismo, auxílios e isenções, cotas e homenagem. O conteúdo de cada uma dessas categorias será apresentado de forma pormenorizada ao longo da tese.

O trabalho está organizado em quatro capítulos. No primeiro apresentamos o aporte teórico desta Tese, no qual faremos algumas considerações acerca da construção do modelo hegemônico de democracia articulando este às problemáticas das relações sociais de gênero. Para tal propósito iniciaremos destacando a construção do modelo liberal-representativo de democracia, partindo do entendimento de que a mesma está fundamentada na exclusão das mulheres, enquanto sujeitos de direitos políticos. Tal entendimento apresenta também a discussão em torno da formulação do contrato social e a crítica ao mesmo a partir dos escritos de Carole Pateman. Na sequência, debateremos os limites encontrados pelas mulheres para sua efetiva incorporação nos postos de representação política, do mesmo modo que, trataremos dos desdobramentos atuais da presença das mesmas nas instâncias de representação política. Como último tópico do capítulo apresentaremos alguns dados atinentes à atuação parlamentar das mulheres.

O capítulo dois apresenta o perfil das deputadas gaúchas no período compreendido entre 1951 e 2012. A presença das mulheres na Assembleia Legislativa será debatida em termos de número de deputadas que assumiram mandato, quantas e quem foram, as reeleições e quais foram os partidos políticos de filiação das deputadas. Além disso, apresentaremos dados relativos à participação das mesmas na composição da Mesa Diretora da Assembleia, a trajetória política anterior ao mandato e profissão das parlamentares. Observaremos também a distribuição dos mandatos femininos por partido de acordo com o período histórico vivenciado: 1951 a 1966; 1967 a 1986 e 1987 a 2011.

O terceiro capítulo destaca, inicialmente, o debate sobre as transformações no poder Legislativo em termos nacionais, nos últimos 60 anos, enfatizando as mudanças constitucionais previstas em 1946 e as de 1988 a fim de compreender as alterações em termos do papel que o Legislativo desempenha e quais as atribuições dos deputados, o que, em nosso entendimento, condiciona a forma como os mesmos conduziram suas atividades legislativas. Em seguida passaremos à análise da participação das deputadas estaduais nas Comissões Permanentes. Para esse propósito apresentamos as alterações ocorridas em termos das comissões, quais existiram, quais foram incorporadas, extintas, criadas no período compreendido entre 1837 e 2011, relacionado às mesmas com a filiação partidária das

parlamentares. Também traremos dados relativos à participação feminina nos cargos de presidente e vice-presidente das Comissões Permanentes.

Ainda no capítulo três analisaremos os dados pertinentes às proposições legislativas apresentadas pelas parlamentares gaúchas de janeiro de 1951 a janeiro de 2011. Destacaremos o número de projetos propostos pelas deputadas, bem como as temáticas sobre as quais versaram.

O quarto capítulo tratará dos discursos proferidos pelas deputadas estaduais nas sessões plenárias da Assembleia Legislativa, entre janeiro de 1951 e janeiro de 2011. Apresentaremos, inicialmente, os discursos e suas categorizações conforme o período histórico em questão. Na sequência, os dados serão computados e apresentados no conjunto dos discursos proferidos na tribuna, fazendo as correlações possíveis de acordo com a filiação partidária das deputadas.

Por fim, nas considerações finais, serão retomadas as questões centrais do trabalho, as problematizações e os aspectos conceituais que embasaram a análise e compreensão das principais descobertas da pesquisa.

Dessa forma, o trabalho pretende apresentar um conjunto de dados relativos à presença e atuação das parlamentares gaúchas entre 1951 e 2011 na tentativa de colaborar para a discussão sobre a incorporação política das mulheres nos espaços decisórios.

1 DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NA ESFERA PÚBLICA: A IGUALDADE FORMAL E OS ENTRAVES PARA A EFETIVA INCORPORAÇÃO FEMININA

O acesso à vida pública por parte das mulheres é uma temática que vem sendo considerada pertinente pela sociedade, pelos governos e pela academia. A inclusão das mulheres nesse debate está associada à problematização mais ampla em torno da democracia, bem como, a respeito do quanto os regimes políticos democráticos permitem a inclusão de segmentos sociais historicamente destituídos da possibilidade de participar da composição dos Parlamntos e, por conseguinte, dos processos decisórios.

Isso implica considerar, como destaca Elisabeth Souza-Lobo (s/d) que o debate atual sobre a democracia está atravessado pela problemática da extensão da cidadania a partir da garantia dos direitos políticos, civis e sociais a toda a população e, em especial, nos ateremos aos elementos dessa discussão associados à conquista da cidadania por parte das mulheres.

É no cenário de lenta inserção das mulheres no conjunto dos indivíduos considerados cidadãos, da conquista dos direitos políticos e da inserção feminina nos postos de trabalho, que desponta o interesse acadêmico sobre o tema. Assim, a pesquisa a respeito de gênero é um campo de investigação que foi se consolidando ao longo do século XX, juntamente com as transformações sociais, culturais e políticas, ocorridas no período, tendo como principal elemento impulsionador o movimento feminista.

Para autores como Pierre Bourdieu (2010), por exemplo, a partir do momento em que o movimento feminista trouxe para a esfera do politicamente discutível o que parecia estar circunscrito ao mundo privado, a ciência pôde avançar no sentido de compreender e formular questões a partir de uma nova perspectiva analítica.

Este novo ponto de vista permitiu desvendar outras problemáticas e delimitar objetos de investigação originais em várias áreas do conhecimento, entre elas a Ciência Política, sobretudo por meio do debate em torno da construção e consolidação de um modelo político democrático. Como assinalam Ronald Inglehart, Pippa Norris e Christian Welzer (2004), a crescente ênfase na igualdade de gênero é um fator importante no processo de democratização o qual precisa ser considerado quando debatemos o tema da democracia.

Nesse contexto, despontaram nas últimas décadas uma série de estudos voltados para o debate em torno do aprofundamento democrático e da questão referente à qualidade da democracia, os quais têm defendido posicionamento no sentido de que a problemática das relações sociais de gênero seja elemento constituinte dessas investigações (NARVAZ, KOLLER, 2006; OBREGÓN, 1999; PERROT, 1998; PHILLIPS, 2001; PRÁ, 1997; YOUNG, 2006). Assim como diversos estudos têm focado a longa caminhada dos movimentos feministas na busca por garantias de participação, direitos e cidadania para as mulheres (BOCK, 1991; CARVALHO, M., 1999; COLLING, 2004; COSTA, 2005; PIERUCCI, 1999; SCOTT, 1990; VINCENT, 1995, entre outros).

Outras abordagens ainda reportam-se especificamente à participação feminina no âmbito do poder Legislativo e Executivo demonstrando uma tendência de crescimento em termos percentuais nos postos eletivos (por exemplo, ARAÚJO, ALVES, 2007; ARAÚJO, 2005; AVELAR, 1996; CEPAL, 2007; GUZMÁN, 2003; HTUN, 2001). Nesse particular, estudos têm demonstrado o efeito da política de cotas sobre tal tendência (ÁLVES, CAVENAGHI, ALCÂNTARA, 2007; ARAÚJO, 2001; DAHLERUP, 2002, 2010; GROSSI, MIGUEL, 2001; HTUN, 2001; MIGUEL L., 2001).

Percebe-se também, dentre as preocupações atuais, o debate em torno das relações de gênero e sua interação com a política e os processos decisórios, particularmente em referência à produção legislativa, na tentativa de demonstrar como se processa a entrada das mulheres no campo político (ÁLVARES, 2008; AVELAR, 1996; GROSSI, MIGUEL, 2001; MIGUEL, L., 2001; REIS, 2010).

Neste particular, o surgimento de uma série de pesquisas, com problemática central na atuação parlamentar das mulheres, tem demonstrando a reprodução das atividades parlamentares ligadas às áreas tradicionalmente reconhecidas como femininas. Em outras palavras, isso significa que está havendo a permanência da atuação das mulheres no âmbito público conforme as representações simbólicas dos espaços que, tradicionalmente, são identificados como femininos e ocupados pelas mulheres (GUZMÁN, 2001; MATOS, M.,

2010, s/d; MIGUEL, FEITOSA, 2009; MOREIRA, s/d; PINHEIRO, 2007; REZENDE, 2009; RICHARTZ, s/d; TABAK, 2002).

A despeito do consenso, que existe no presente, em torno da democracia enquanto a melhor forma de governo e do debate sobre sua qualidade, não se pode considerar que esse modelo de atuação e de reprodução da divisão entre público e privado, tangenciado pela construção social de gênero, seja suficiente para o exercício de uma cidadania plena por parte das mulheres.

Este trabalho, apesar de estar circunscrito à participação das mulheres nos marcos da democracia liberal-representativa, tem como pano de fundo a compreensão de que o debate em torno da democracia, com todas as limitações que esta possa ter, é essencial para o futuro das nossas sociedades. Nele está implícito, como lembra Alfredo Gugliano (2004), a polêmica sobre o futuro do capitalismo, bem como a possibilidade de surgirem alternativas a esse modelo. Para este autor, quando alguém se propõe a debater o tema da democracia “não só se está referindo ao modelo de sociedade que tem, mas também ao modelo de sociedade que deseja ter” (GUGLIANO, 2004, p. 281).

Partindo desse entendimento, pretende-se nesse capítulo fazer considerações acerca da construção do modelo hegemônico de democracia articulando este às problemáticas das relações sociais de gênero. Para tanto, dividimos o capítulo em três partes. Num momento inicial destacamos as bases sob as quais está fundado o modelo liberal-representativo de democracia. Num segundo momento, exploramos os limites encontrados pelas mulheres para sua efetiva incorporação, assim como, os desdobramentos atuais da presença das mesmas nas instâncias de representação política.

Por fim, apresentamos alguns dados relacionados à atuação parlamentar das mulheres, especialmente no contexto político brasileiro nacional e regional, a fim de embasar a análise dos dados que faremos posteriormente em relação à presença das mulheres na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

1.1 O MODELO LIBERAL-REPRESENTATIVO DE DEMOCRACIA

Atualmente encontra-se uma vasta bibliografia produzida em torno do debate a respeito da democracia, que vai desde a existência de abordagens referentes ao funcionamento do modelo clássico (ateniense) de democracia, até a construção da democracia liberal-representativa como melhor forma de governo, bem como as reflexões sobre sua consolidação.

No que tange às características da democracia existe hoje uma grande quantidade de teóricos que realizam críticas a esse modelo destacando, entre outros, as deficiências da representação política. Outro debate em voga dentro do tema democracia se refere a emergência e funcionamento dos modelos participativos e deliberativos de democracia. Podem-se encontrar ainda as abordagens feministas para o tema, cabendo destacar a disputa em torno do próprio significado de democracia para as diferentes vertentes do pensamento democrático.

De modo geral, verifica-se que estes estudos, sobretudo a partir de teóricos que defendem a democracia representativa tais como Norberto Bobbio (2000a, 2000b), Giovanni Sartori (1994) e Robert Dahl (2001), têm um ponto em comum: a contraposição estabelecida entre o modelo ateniense de democracia participativa e o modelo liberal-representativo.

Partindo da obra de David Held (1992), *Modelos de Democracia*, parece importante destacar, em primeiro lugar, que hoje quase todos se intitulam democratas, tanto as posturas de direita quanto de esquerda, o que implica considerar que a democracia estaria dotada de uma “aura de legitimidade”: tudo se faz e tudo se justifica em nome da democracia. Contudo, a democracia enquanto a forma mais apropriada de organizar a vida política tem em torno de cem anos.

Resgatando o conceito etimológico da palavra democracia verifica-se que ela pode significar o governo do povo, ou poder do povo. Porém esta definição apresenta uma série de problemas, entre eles, a noção de povo nela implícita, a forma de participação, o conceito de governo, a maneira como este atua, o debate sobre a obediência e a soberania, entre outros (BOBBIO, 2000a; HELD, 1992; SARTORI, 1994).

Para David Held (1992), o que está subentendido no debate e controvérsia sobre estes conceitos e definições é a luta por determinar se a democracia significa, por um lado, algum tipo de poder popular, entendida pelo autor como uma forma de vida na qual os cidadãos participam por meio de autogoverno e autoregulação; ou, por outro lado, se por democracia se entende uma forma de contribuir para o processo de tomada de decisão, definido por ele como um meio de fornecer legitimidade às decisões dos representantes. Nessas duas concepções está implícita ou a defesa de um modelo participativo de democracia ou de um modelo liberal representativo.

Do mesmo modo Norberto Bobbio (2000a) afirma que, por meio de uma abordagem descritiva, democracia para os antigos significava democracia direta, enquanto para os modernos significa representativa. Esta última tem como elemento central o voto, “não para decidir, mas sim para eleger quem deverá decidir” (2000a, p.372). A construção do modelo

liberal representativo ao longo do século XIX, para o referido autor, esteve centrada na ampliação progressiva do direito de eleição de representantes ou na extensão do processo eleitoral.

Assim, a democracia, enquanto uma forma de governo, pode ser compreendida como contraposta aos governos autocráticos, comportando um conjunto de regras que estabelecerão, nas palavras de Norberto Bobbio, “quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos” (2000b, p.30).

Neste mesmo sentido encontram-se as afirmações de Giovanni Sartori (1994), segundo o qual a democracia deve ser vista enquanto um método, um procedimento de escolha de representantes. A democracia seria então o regime político caracterizado pela delegação de poder dos cidadãos para os governantes, o que denomina de democracia vertical, ou seja, um sistema de governo “baseado no ato de eleger e nas eleições – em eleições livres, periódicas e competitivas” (SARTORI, 1994, p.189).

As elaborações de Robert Dahl (2001) seguem este caminho, ao passo que para o autor as instituições políticas sofreram mudanças como resposta à exigência de maior inclusão popular e participação efetiva no governo e na vida política:

Até o século XX, o sufrágio universal era negado tanto na teoria como na prática do governo republicano democrático. Mais do que qualquer outro aspecto, o sufrágio universal distingue a moderna democracia representativa de todas as outras formas anteriores de democracia. [...] Hoje ainda é difícil para muita gente apreender o que “democracia” significava para os que nos precederam; permita-me enfatizar mais uma vez a diferença: durante 25 séculos, em todas as democracias e repúblicas, os direitos de se envolver plenamente na vida política estavam restritos a uma minoria de adultos. O “governo” democrático era um governo apenas de homens – e nem todos... (DAHL, 2001, p. 100-103).

Para os antigos a democracia assumia um significado diferente deste. Segundo Norberto Bobbio (2000a) assevera, ao falar em democracia, os antigos se reportavam a uma praça ou uma assembleia na qual os cidadãos decidiam assuntos que lhes diziam respeito. ““Democracia” significava o que a palavra designa literalmente: poder do *demos*, e não, como hoje, poder dos representantes do *demos*” (BOBBIO, 2000a, p.372). Ainda de acordo com Norberto Bobbio (2000a), democracia e eleições, embora não se excluam, também não se encontravam imbricadas como hoje, pois a mesma não estava restrita ao processo eleitoral, mas apenas era entendida como um complemento frente a possibilidade efetiva de participação. Nas democracias atuais, a eleição se tornou a regra enquanto, para a maior parte das democracias vigentes, a participação é um aspecto presente nas gestões públicas apenas em casos particulares.

Em David Held (1992), pode-se observar uma explanação mais minuciosa a respeito da democracia grega, a qual teria sido impulsionada pelo surgimento de uma cidadania econômica e militarmente independente, em comunidades pequenas e compactas.

Segundo afirma, a democracia em Atenas tinha como característica principal o princípio da virtude cívica, ou seja, a dedicação à cidade-estado e a subordinação da vida privada aos assuntos de interesse público e referente ao bem geral. De tal modo que público e privado não se encontravam separados, pois existia a concepção de uma cidadania ativa e de um processo de autogoverno. “Todos os cidadãos se reuniam para debater, decidir e tornar efetiva a lei. O princípio de governo era o princípio de uma forma de vida: a participação direta” (HELD, 1992, p.32). Esta forma de organização política imprimia à vida política ateniense um contexto marcado por conflitos e competitividade permanente.

Contudo, prossegue David Held (1992), a política em Atenas estava assentada sob uma base nada democrática. Embora a igualdade de direitos de todos os cidadãos em participar nas decisões em assembleia estivesse garantida, assim como o direito de serem ouvidos e o de ocuparem um cargo público, a cidadania estava restrita a uma pequena parcela da população e não abarcava mulheres, escravos e estrangeiro. No que diz respeito, especificamente, ao lugar das mulheres no cenário político da Grécia antiga, o autor afirma que:

Em primeiro lugar, a cultura política ateniense era uma cultura masculina adulta. Somente os atenienses homens maiores de vinte anos podiam optar à cidadania. A democracia antiga era uma democracia de patriarcas; as mulheres não tinham direitos políticos e seus direitos civis estavam severamente limitados (se bem as mulheres casadas desfrutavam de melhores condições que as solteiras neste último aspecto). Os logros da democracia clássica estavam relacionados diretamente com o trabalho e o serviço doméstico não reconhecido politicamente de mulheres (e crianças) (HELD, 1992, p.38).

As mulheres, em particular, eram excluídas da definição de povo e vistas como filhas ou esposas de cidadãos, lhes sendo negado o status de cidadãs. A esfera pública era entendida como a esfera da liberdade, a pólis, o lugar dos homens iguais que não estavam sujeitos às necessidades da vida e ao comando dos outros (ARENDR, 1997).

As críticas proferidas contra o modelo clássico de democracia tiveram impacto no pensamento político moderno nas sociedades ocidentais. Segundo David Held (1992), serviram de fonte de inspiração para vários pensadores da democracia e também como forma de advertência para os perigos de uma política democrática, que persistiram para além da existência das cidades-estado gregas. Importante notar, ainda conforme o autor, que até o

século XVIII os pensadores políticos não acreditavam na democracia como uma forma desejável de organização da vida política das sociedades emergentes.

As abordagens de alguns autores do pensamento político moderno foram de particular relevância no sentido de buscar compreender e justificar a nova ordem política advinda com eventos como a Revolução Inglesa (1640-1688), a Declaração da Independência Americana (1776) e a Revolução Francesa (1789). Teóricos como Thomas Hobbes e John Locke foram importantes pensadores que buscaram teorizar as razões que levaram à criação e aceitação do que se denomina de pacto social, tendo como principal característica a renúncia ou abdicação da possibilidade de decidir os rumos de suas sociedades em prol da obediência a uma única pessoa ou a um corpo de representantes.

Para tais pensadores a saída do *estado de natureza* para a entrada em outra forma de sociedade política ocorre, sobretudo, em função da garantia do direito a vida e da defesa da propriedade privada. De modo muito breve esse parece ser o núcleo das obras de, respectivamente, Thomas Hobbes e John Locke, entre outros.

Em *O Leviatã* Thomas Hobbes (obra de 1651) faz uma clara defesa do princípio de representação política como forma legítima da atividade política e que, portanto deve ser a forma de Estado (monárquica) adotada. Segundo afirma:

Diz-se que um Estado foi instituído quando uma multidão de homens concordam e pactuam cada um com cada um dos outros, que a qualquer homem ou assembléia de homens a quem seja atribuído pela maioria o direito de representar a pessoa de todos eles (ou seja, de ser seu representante), todos sem exceção, tanto os que votaram a favor dele como os que votaram contra ele, deverão autorizar todos os atos ou decisões desse homem ou assembléia de homens, tal como se fossem seus próprios atos e decisões, a fim de viverem em paz uns com os outros e serem protegidos dos restantes homens.
É desta instituição do Estado que derivam todos os direitos e faculdades daquele ou daqueles a quem o poder soberano é conferido mediante o consentimento do povo reunido (HOBBS, 1979, p.145).

De acordo com o autor a soberania reside no representante, os demais são súditos, pois estão submetidos à vontade do poder soberano, da pessoa que o detém. Essa pessoa é uma pessoa artificial ou fictícia (ator) e tudo o que este indivíduo realiza o faz em nome da pessoa natural (autor). Ou seja, o representante seria o portador da outra pessoa e agiria em seu nome: “em certos casos algumas de suas palavras e ações pertencem aqueles a quem representam. Nesses casos a pessoa é o ator, e aquele a quem pertencem suas palavras e ações é o autor, casos estes em que o ator age por autoridade.” (HOBBS, 1979, p.135).

O consentimento dos súditos ao poder soberano se expressa nas palavras “eu autorizo, ou assumo como minhas, todas as suas ações” (HOBBS, 1979, p.176). Desse

modo, os representados não têm a possibilidade de estarem participando da vida política de sua sociedade pelo fato de que transferiram para a figura do soberano todo seu poder deliberativo, poder de decisão e interferência política, a sua soberania, estando, pois, obrigados pelo pacto social a tomar como suas todas as ações do soberano.

Este mesmo sentido de transferência do poder de decisão política se encontra em John Locke na obra *O Segundo Tratado Sobre o Governo* (publicado em 1689), na qual explicita a ideia de que o Estado também surge por meio de um pacto social, ou seja, a partir do consentimento de homens livres e iguais, da mesma forma como argumentava Thomas Hobbes. No entanto, se em Thomas Hobbes, o Estado surge como uma maneira de retirar a sociedade do caos e tornar possível a civilização, em John Locke, o Estado emerge como uma tentativa de remediar os inconvenientes do estado de natureza, promovendo certa mudança na sociedade, no intuito de preservar a vida e, sobretudo, a propriedade privada.

O Estado, em John Locke, assume a forma de Estado representativo ao passo que assinala para a formação do poder Legislativo, Executivo e do poder Federativo, os quais passam a ser o poder supremo da sociedade, os demais são os súditos, e estes têm o direito de se rebelar contra o governo sempre que houver violação das razões pelas quais as pessoas fizeram o pacto social.

Esta prerrogativa forneceria à população uma forma de se defender dos legisladores quando atentassem contra as liberdades e, principalmente, a propriedade privada dos súditos. Contudo, o legislador conservaria seu poder.

E assim pode dizer-se neste particular que a comunidade é sempre o poder supremo, mas não considera sob qualquer forma de governo, porquanto este poder do povo não pode nunca ter lugar senão quando se dissolve o governo. Em todos os casos, enquanto subsiste o governo, o Legislativo é o poder supremo; o que deve dar leis a outrem deve necessariamente ser-lhe superior; e desde que o Legislativo não é de qualquer maneira senão pelo direito que tem de fazer leis para todas as partes e para qualquer membro da sociedade, prescrevendo-lhes regras as ações, e concedendo poder de execução quando as transgridem, o Legislativo necessariamente terá de ser supremo, e todos os outros poderes em membros ou partes quaisquer da sociedade dele derivados ou a ele subordinados (LOCKE, 1963, p.93).

Vê-se mais adiante, novamente a noção de que os governantes/representantes são fundamentais no modelo de sociedade política exposta por John Locke. Segundo o autor,

[...] o poder político é o que cada homem tendo no estado de natureza cedeu às mãos da sociedade e dessa maneira aos governantes, que ela instalou sobre si, com o encargo expresso ou tácito de que seja empregado para o bem e para a preservação da mesma (LOCKE, 1963, p.102).

Nesse sentido, a soberania reside, de fato, no corpo Legislativo, aos representados cabe apenas o dever de obediência².

Diferentemente destes autores, mas seguindo a lógica contratualista, Jean-Jacques Rousseau em *O Contrato Social* (publicado em 1762) apresenta noções díspares em relação ao pacto social e a formação do corpo político onde estaria inscrita a ideia de soberania. Para o autor, o pacto social surge em função dos obstáculos apresentados na conservação das pessoas no estado de natureza que faz com que os homens busquem resistir através da união de suas forças que os levará a agir de comum acordo. É necessário para tanto, segundo o autor, encontrar “uma forma de associação que defenda e proteja com toda a força comum a pessoa e os bens de cada associado e pela qual cada um, unindo-se a todos, não obedeça, portanto senão a si mesmo e permaneça tão livre como anteriormente” (ROUSSEAU, 2006, p.22)

Assim sendo, Jean-Jacques Rousseau propõe a alienação de cada indivíduo em prol dos outros, em favor da comunidade, tendo como contrapartida, a soma de forças necessárias para conservar o que existe. O pacto pode ser assim entendido: “Cada um de nós põe em comum sua pessoa e todo o seu poder sob o supremo comando da vontade geral e haverá de receber ainda cada membro como parte indivisível do todo” (ROUSSEAU, 2006, p.23).

O pacto social, desse modo, não tem como resultado a individualização de cada contratante, mas a formação de um sólido corpo moral e coletivo. Emerge, dessa forma, a partir da união de todas as outras pessoas, uma pessoa pública cujo nome pode ser cidade, república ou corpo político. Para seus membros, se chama Estado quando passivo, soberano quando ativo ou poder, se comparado a seus semelhantes. Quanto aos associados, recebem o nome de povo quando tomados coletivamente, de cidadãos quando tomam parte da autoridade soberana e, súditos, quando obedecem as leis do Estado, as quais foram criadas por eles mesmos (ROUSSEAU, 2006).

A partir disso, entende-se que, diferentemente do que se observa no pensamento de Thomas Hobbes e John Locke, a soberania para Jean-Jacques Rousseau reside no corpo político, nos cidadãos, ela nada mais é do que o exercício da vontade geral. Nas palavras do autor:

² Em *Instituições Políticas Democráticas: o segredo da legitimidade*, Olavo Brasil de Lima Junior retoma de forma mais extensa a trajetória da construção da democracia representativa, discute as origens, concepções e controvérsias da representação política, além de trazer o debate para a atualidade a partir da análise dos sistemas eleitorais, dos sistemas de governo e como funcionam as instituições políticas democráticas no contexto brasileiro.

[...] é necessário uma força universal e compulsiva para promover e dispor cada uma das partes da maneira mais conveniente para o todo. Como a natureza confere a cada homem um poder absoluto sobre todos os seus membros, o pacto social confere ao corpo político um poder absoluto sobre todos os seus e é esse mesmo poder que, dirigido pela vontade geral, recebe, como já disse, o nome de soberania (ROUSSEAU, 2006, p.40).

Mais adiante Jean-Jacques Rousseau demonstra que o que é alienado em favor do pacto social é somente aquilo que interessa à comunidade, ou seja, o poder individual, os bens e a liberdade, em prol sempre da vontade geral. O ato de soberania é, pois, uma espécie de convenção, legitimada pelo contrato social, do corpo político com cada um dos membros que o compõem visando, mais uma vez, o bem comum.

Ao passo que a soberania, na visão de Jean-Jacques Rousseau, não pode alienar-se, o ser coletivo que é o soberano não pode ser representado senão por si mesmo. E aqui se identifica uma das mais importantes ideias da obra do autor, tendo em vista que nega qualquer forma de representação política, de delegação da soberania e de poder de decisão a respeito da vida em sociedade e da atividade política. Segundo ele,

O soberano pode perfeitamente dizer: “Desejo agora o que tal homem deseja ou, pelo menos, o que ele diz desejar”. Não pode, porém, dizer: “O que esse homem deseja amanhã, eu o desejarei ainda”, porque é absurdo que a vontade se sujeite a grilhões para o futuro e porque não depende de nenhuma vontade consentir em nada que contrarie o interesse do ser que deseja. Se o povo, portanto, promete simplesmente obedecer, dissolve-se em consequência desse ato, perde sua qualidade de povo. No instante em que houver um patrão, não haverá mais um soberano e, a partir de então, o corpo político estará destruído (ROUSSEAU, 2006, p.34-35).

Como se observa, Jean-Jacques Rousseau contraria o pensamento político até então vigente e propõe a construção de outra forma de organização política que encontrará respaldo e, de algum modo, aplicação, no final da década de 80 do século XX, quando emergiram o debate e formas de organização do Estado baseadas num modelo de democracia participativa³.

Entretanto, mesmo com divergências em relação à representação, é interessante notar que nos séculos XVII e XVIII, as revoluções burguesas baseadas no ideário político liberal, assim como, os pensadores políticos da época - a exemplo do que ocorria na democracia grega -, seguiram não vislumbrando a participação feminina na política como uma possibilidade real. Conforme Luis Felipe Miguel (2000), para o liberalismo o indivíduo é a

³ Entre os principais teóricos da democracia participativa das décadas de 60 e 70 do século XX destacam-se Carole Pateman, Benjamim Barber, C. Macpherson. No contexto atual, podem ser citados como referência para este debate nomes como Boaventura de Souza Santos, Leonardo Avritzer, Márcia Dias, entre outros. Em termos de experiências concretas de democracia participativa, o modelo de Orçamento Participativo implementado pela Prefeitura de Porto Alegre no final de 1980 e, posteriormente, reestruturado pelos prefeitos que sucederam aos mandatos do Partido dos Trabalhadores, desde 2005, tem sido uma das referências internacionais e servido de exemplo para outras prefeituras no Brasil. Em função disso tem sido objeto de inúmeras pesquisas entre os estudiosos da temática.

única unidade política legítima e isola da arena política qualquer forma de injustiça social, o que pode ser entendido como a desconsideração das diferenças de sexo, etnia, religião, geração, entre outros.

Pode-se compreender, desse modo, porque contratualistas como Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau também teorizaram a exclusão feminina da possibilidade de participação da atividade política institucionalizada. Para Thomas Hobbes, no estado de natureza, a maternidade fragiliza as mulheres e os homens passam a dominá-las pela força. Quando da realização do pacto social e da formação do Estado, elas não participam por já estarem submetidas aos homens. John Locke, além de usar o argumento de Thomas Hobbes, acrescenta a questão natural. A partir do casamento, as mulheres alienam seus direitos demonstrando que os homens são mais capazes e mais fortes.

Já para Jean-Jacques Rousseau, as diferenças seriam intrínsecas: as mulheres devem permanecer no círculo doméstico porque estão limitadas para o uso da razão e da capacidade de julgamento (MIGUEL, L., 2001). O próprio Jean-Jacques Rousseau, no Livro V de *Emílio* ou *Da Educação*, ao tratar das semelhanças e diferenças entre os dois sexos não hesita em afirmar, por várias vezes, que as mulheres deveriam obediência aos maridos, sendo afeitas aos cuidados com o lar. Sua principal qualidade deveria ser a doçura, sendo a dependência frente aos maridos e pais um estado natural das mulheres:

A obediência e fidelidade que deve ao marido, a ternura e as atenções que deve aos filhos são conseqüências tão naturais e tão visíveis de sua condição, que ela não pode, sem má-fé, recusar sua aprovação ao sentimento interior que a guia, nem desconhecer o dever na inclinação que ainda não se alterou (ROUSSEAU, 1999, p. 533).

A preocupação com a desigualdade de condições entre homens e mulheres, por ser algo natural na visão de Jean-Jacques Rousseau, não parece ser um aspecto problematizado em sua obra, mesmo já havendo, na época, vozes femininas levantando-se contra as várias formas de discriminação em relação às mulheres, entre elas a impossibilidade de frequentarem escolas e de participarem das atividades políticas.

Uma das mais contundentes críticas a estas concepções foi elaborada por Mary Wollstonecraft, para quem as relações entre homens e mulheres estavam fundamentadas em pressupostos não justificados (as diferenças naturais entre ambos) e em instituições injustas (desde o contrato do matrimônio até a completa ausência de representação feminina no Estado). Esta era para a autora, uma ordem subversiva. “Se se pretende que o mundo fique livre da tirania, não somente deve questionar-se o “direito divino dos reis”, mas também os “direitos divinos dos maridos””. (p.127, apud, HELD, 1992, p.104). Para Mary

Wollstonecraft a imagem de mulher como frágil, débil e incapaz se devia a forma como as mesmas eram educadas, ou seja, para cumprir um papel subalterno em relação aos homens.

Como entende David Held (1992, p.105), segundo o pensamento da autora, “o que as mulheres são e o que podem chegar a ser é o produto de medidas humanas e históricas, e não uma questão de diferenças naturais”. Seguindo este pensamento, o autor afirma que, para Mary Wollstonecraft, existem profundas conexões entre a esfera pública e privada e que poucas mudanças políticas são possíveis sem a reestruturação das relações no âmbito da esfera privada, assim como, sem transformações do privado poucas são as chances de verem-se transformações na estrutura das instituições governamentais.

Nesse mesmo sentido encaminham-se as afirmações de John Stuart Mill em *A Sujeição das Mulheres* (publicado em 1869), livro no qual expõe seu pensamento sobre a igualdade de direitos para as mulheres, demonstrando a não inferioridade feminina, mas defendendo apenas a existência de diferenças em relação aos homens. A subjugação feminina seria, para o autor, o produto de relações sociais que, muitas vezes, impede uma revolta coletiva das mulheres em relação ao poder dos homens por ser algo que elas aprendem desde a primeira infância. O peso da educação na forma como as mulheres são vistas pode ser verificado nas palavras do autor:

Os homens não querem unicamente a obediência das mulheres; eles querem seus sentimentos. Todos os homens, exceto os mais brutais, desejam encontrar na mulher mais próxima deles, não uma escrava conquistada à força, mas uma escrava voluntária; não uma simples escrava, mas a favorita.

Portanto, eles colocam tudo o que for possível em prática para escravizar suas mentes. Os senhores de todos os outros escravos contam com o medo para manter a obediência: ou o medo deles mesmos ou o medo religioso. Os senhores de mulheres queriam mais do que simples obediência e eles usavam a força da educação para atingir seus propósitos.

Todas as mulheres são criadas, desde muito cedo, na crença de que seu caráter ideal é o oposto do caráter masculino: sem vontade própria e governadas pelo autocontrole, com submissão e permitindo serem controladas por outros.

Todas as moralidades e sentimentos afirmam que a obrigação da mulher é viver para os outros; abnegar-se completamente e viver somente para aqueles a quem está afeiçoada (STUART MILL, 2006, p. 31-32).

Tal aprendizado limita a atuação e ocupação feminina à esfera privada, o que é garantido também pela não aceitação do trabalho das mulheres em outras áreas ou porque são inadequados para seu sexo, ou para que sejam preservados para o exclusivo benefício dos homens. Para o autor, a maioria dos homens não consegue tolerar a ideia de viver em igualdade e acabam impondo limitações às mulheres desde seu nascimento, ordenando o que elas não são ou não podem vir a ser. Desse modo,

O sexo significa para todas as mulheres, aquilo que nas sociedades menos esclarecidas representa para alguns homens a cor, a religião, a raça e, no caso de países dominados, a nacionalidade; uma exclusão absoluta de quase todas as atividades nobres, exceto as que não podem ser exercidas por outros ou que outros não consideram aceitáveis (STUART MILL, 2006, p.140).

A tradição sobre a formação do contrato social foi recuperada por Carole Pateman, em *O Contrato Sexual*, livro publicado originalmente em 1988, no qual a autora retoma o debate sobre a constituição do contrato original (considerado como a história da liberdade) à luz das elaborações dos autores clássicos para fazer uma crítica feminista quanto ao mesmo. Carole Pateman traz à tona a questão do contrato sexual (considerado como a história da dominação) nele implícito. O contrato sexual tem sido, conforme sustenta, invariavelmente esquecido, configurando-se como um elemento suprimido da teoria do contrato.

A autora destaca o grande êxtase provocado pela teoria do contrato, uma teoria que “sustenta que as relações sociais livres tomam uma forma contratual” (PATEMAN, 1993, p.15), mas que, atualmente, faz-se menção a uma parte apenas desta história, havendo um profundo silêncio sobre o contrato sexual. Nas palavras da autora

O contrato original é um pacto sexual-social, mas a história do contrato sexual tem sido sufocada. [...] A história do contrato sexual também trata da gênese do direito político e explica por que o exercício desse direito é legitimado; porém, essa história trata o direito político enquanto *direito patriarcal* ou instância do sexual – o poder que os homens exercem sobre as mulheres. A metade perdida da história conta como uma forma caracteristicamente moderna de patriarcado se estabelece. A nova sociedade civil criada através do contrato original é uma ordem social patriarcal (PATEMAN, 1993, p.15).

Carole Pateman (1993) entende que o que está em questão no momento da formulação do contrato original é a dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular. Essa peculiaridade faz com que o pacto original crie, ao mesmo tempo, a liberdade do homem e a sujeição da mulher. Mais do que isto, a história do contrato social, para a autora, narra a constituição da esfera pública, da liberdade civil, contudo, ela não é universal, mas sim um atributo especificamente masculino e que depende da existência do direito patriarcal, ou seja, o direito dos homens sobre as mulheres.

Não apenas a história do contrato original silencia acerca do contrato sexual, como omite que as mulheres estão excluídas dele, resumindo-se a dizer que, por força da natureza, as mulheres não têm os predicados e as habilidades dos indivíduos para as questões políticas. Este argumento permite a Carole Pateman perpetrar uma longa exposição criticando os autores clássicos da teoria do contrato, considerando que eles são extremamente vagos em relação a este ponto da teoria, não apresentando esclarecimentos a respeito do que, de fato, as

mulheres são privadas. Para a autora, a diferença sexual se constitui como uma diferença política: a diferença entre a liberdade e a sujeição e que, estando ausentes da formação do contrato, as mulheres se transformam no próprio objeto do contrato.

Uma vez constituído o contrato, a dicotomia que emerge diz respeito ao “natural/feminino” e ao “civil/masculino”, ou seja, a dicotomia entre esfera pública e esfera privada. Em contraposição à esfera pública, a privada não tem significado político relevante. Embora contrárias, o significado de ambas é relacional. Nas palavras da autora,

[...] o sentido de liberdade civil da vida pública é ressaltado quando ele é contraposto à sujeição natural que caracteriza o domínio privado. O significado do que é ser um “indivíduo”, produtor de contrato e civilmente livre, é revelado através da sujeição das mulheres dentro da esfera privada (PATEMAN, 1993, p. 28).

Essa dicotomia entre as esferas também é destacada pela autora como sendo algo separável e inseparável. A separação ocorreria porque estas esferas refletem a ordem natural da diferença sexual e, inseparáveis porque não podem ser compreendidas isoladamente. Carole Pateman enfatiza que nessa divisão entre esfera pública e privada, está implícito o significado do que venha ser o indivíduo civil, a liberdade e a igualdade. Nesse caso, a constituição do indivíduo civil ocorre por meio da divisão sexual da vida social criada a partir da construção do contrato original, antes disso, ele era inexistente. Este indivíduo, assim como, o domínio político emergem como universais unicamente em relação e em contraposição à esfera privada. O sentido da liberdade e da igualdade civil, que seria, a partir do contrato, garantida e distribuída aos indivíduos pela legislação, da mesma forma, “pode ser compreendida somente em contraposição à sujeição natural (das mulheres) na esfera privada” (PATEMAN, 1993, p.168).

Este debate em torno da divisão esfera pública/esfera privada e a compreensão de interdependência entre as esferas já havia sido destacada por Mary Wollstonecraft, como bem recorda Carole Pateman, todavia não tenha tido grande audiência entre os pensadores que a sucederam.

Resumindo, em relação à esfera privada o que historicamente tem se observado é que ela é identificada como um espaço de atuação feminino, embora no lar o homem também exerça grande poder. Esta esfera é vista com menosprezo, onde se tomam as decisões de segunda ordem, o Estado não entra e a política deixa de existir (OBREGÓN, 1999).

Assim, essa divisão de esferas tem sido entendida como modelos naturalizados e servem como parâmetro para a ideia de cidadania e de construção de identidades de gênero. Ou seja, parte-se da noção de que as relações sociais de gênero estão construídas com base no

que Pierre Bourdieu em, *A Dominação Masculina* (publicado originalmente em 1998), denomina de oposições binárias, a divisão entre feminino e masculino e suas respectivas atribuições.

Outro ponto que merece destaque é que a hierarquização das relações de gênero, tomadas como da natureza das coisas, têm reflexos também na presença das mulheres nas instâncias de representação política e se traduzem num obstáculo à democratização da esfera pública e da própria democracia.

Contudo, tal fato pode ser entendido como um reflexo que tem influência da própria teoria liberal, pensada enquanto uma doutrina política. Nesse caso, há um destaque na noção de indivíduo, das defesas das liberdades individuais, da garantia de livre iniciativa com – teoricamente - a ausência da intervenção estatal e, em especial, a ênfase no direito à propriedade privada. O indivíduo, o homem livre, o cidadão é o sujeito proprietário, institucionalizando, dessa maneira, nas fronteiras da teoria liberal, a distinção entre esfera pública e privada, de acordo com que assinala Ana Alice Costa (1998). Continua a autora:

Afinal, a cidadania liberal moderna, construída numa perspectiva universalista e relacional, impede o reconhecimento do antagonismo e a própria divisão existente entre o público e o privado, que relegou ao privado toda a diferença e particularidade, atuando como um princípio de exclusão e subordinação das mulheres (COSTA, 1998, p.83).

De acordo com Jussara Prá (1997), as pesquisas feministas têm demonstrado que o discurso universalista de igualdade de direitos é responsável por ter contribuído historicamente para sustentar formas de exclusão/inclusão da cidadania. Segundo a autora, as reflexões feministas que subsidiam análises acerca de questões específicas dessa temática, mencionam as construções políticas e simbólicas que colaboram para sustentar o estereótipo da não-cidadania feminina e da identidade masculina do poder, o que é corroborado por outros estudos.

Uma das principais constantes na história do pensamento político é representada pelo fato de que a exclusão das mulheres da esfera pública nunca é um esquecimento, mas, pelo contrário, um elemento constitutivo das categorias de “cidadão e de “política. [...] Outra constante consiste no fato de que o caráter exclusivamente masculino daquelas categorias vêm oculto por definições de indivíduo e de cidadão – ligadas entre si tanto na democracia antiga como na moderna – aparentemente universais, que só a luta das feministas já durante a Revolução Francesa e, depois, no curso do século XVIII, em vários países e ocasiões, obriga a desmentir (ROSSI-DORIA, 1995, p.110).

Desse modo, observa-se que, ao passo que a experiência histórica da democracia grega se distancia, emerge um novo modelo de democracia, ainda fundado na exclusão política das mulheres e tendo como elemento central a noção de representação política por meio de mecanismos eleitorais e não mais uma perspectiva participacionista ou direta, considerada inviável nas sociedades modernas (BOBBIO, 2000a; DAHL, 2001; SARTORI, 1994). Para Norberto Bobbio (2000a) esta concepção processual, mínima de democracia, acentua as regras do jogo e tais regras estabelecem não o que se deve decidir, mas quem deve decidir e como deve fazê-lo.

Conforme Robert Dahl (2001), a noção de representação significou uma importante inovação em termos de prática democrática. Segundo afirma, a construção de um governo representativo, fundado sob as bases de uma maior inclusão dos cidadãos ajudou na formulação da concepção moderna de democracia.

Quando se fala em representação política se torna necessária a referência ao trabalho de Hanna Pitkin, *O Conceito de Representação* (1985), no qual a autora busca enfatizar o debate em torno do que considera como a problemática relação entre representação e democracia. Para tanto, seu livro inicia com um levantamento histórico e teórico acerca da pluralidade de significados que o conceito de representação política pode assumir, assim como sua popularidade associada à ideia de democracia.

De modo geral, Hanna Pitkin (1985) apresenta quatro concepções de representação política. Duas delas fazem parte do que ela define como perspectivas formalistas de representação: a autorização e a responsabilização. Ainda teria a representação descritiva e a simbólica.

Quanto à noção de representação enquanto autorização, sua origem remonta a Thomas Hobbes e teria como fato distintivo a perspectiva de que “o representante é alguém que foi autorizado para atuar” (PITKIN, 1985, p.41) e o representando é responsável pelas consequências das ações dos representantes. O representante é livre para atuar como bem entender. As eleições seriam o momento de outorga da autoridade.

Desde o ponto de vista da representação enquanto responsabilidade, o representante é alguém que deve ser tido enquanto responsável, que responderá ao outro por aquilo que faz, ou seja, deve prestar contas. A prestação de contas se deve ao fato de fazer com que o representante atue de uma determinada maneira, para que seja sensível às necessidades dos eleitores ou fazer o que os mesmos desejam.

Nesse sentido, a partir da escolha dos representantes estes passam a tomar as decisões em nome dos cidadãos, os quais têm pouco ou nenhum controle sobre aqueles que elegeram

para governar. Ocorre, pois, uma transferência da prerrogativa de governar para pessoas que, mesmo investidas de um mandato livre, deveriam prestar contas das suas ações por meio de um processo comumente denominado de *accountability*. Entretanto, sabe-se que esses mecanismos são falhos no controle sobre os parlamentares.

Para melhor assinalar a diferença entre as posições formalísticas, a autora ressalta que,

Enquanto um grupo define a um representante como aquele que foi eleito (autorizado), o outro grupo o define como alguém que estará sujeito a uma eleição (sujeito a responsabilidade). Onde um vê a representação como iniciada de uma certa maneira, o outro a vê terminada de um certo modo. Nenhum dos dois pode dizer nada sobre o que ocorre durante a representação, nada de como deveria atuar um representante, ou do que se espera que deva fazer, nada de como dizer se representou bem ou mal (PITKIN, 1985, p.63).

As duas perspectivas mencionadas na citação anterior são formalistas porque o critério de representação usado se situa à margem do processo ou da atividade de representar. “Representar simplesmente significa atuar depois de ter recebido autorização ou atuar antes de ser chamado a prestar contas” (PITKIN, 1985, p.64).

Desde o prisma da concepção descritiva de representação (estar no lugar de) a preocupação se volta, como lembrou Mercedes Cánepa (2005), para a composição dos corpos legislativos. Hanna Pitkin (1985) apresenta ao menos três concepções de representação descritiva aplicada à esfera política. A primeira delas advoga que o Legislativo pode ser percebido como um reflexo, retrato, mapa ou um espelho da composição da sociedade. Nesse sentido o mais importante não é o que o Legislativo faça, mas como ele se compõe.

A segunda vertente exposta por Hanna Pitkin (1985) acerca da representação descritiva afirma que um Legislativo representativo se destaca por meio de suas atividades e não pela sua composição. Mais do que atuar por alguém, o representante faria representações em torno de alguma causa. Por fim, a terceira concepção entende que o Legislativo seria uma “réplica perfeita” da sociedade, tal réplica poderia substituir a nação em suas ações, pois o que os representantes fariam seria o mesmo que os representados também o fariam. O representante poderia assim atuar no lugar da nação, mas a representação seria mais uma questão de correspondência ou semelhança exata e uma condição para justificar a ação governamental (PITKIN, 1985).

Tecendo comentários e problematizando a noção de representação descritiva desde o prisma da representação dos negros norte-americanos e das mulheres, Jane Mansbridge (1999), alerta para o problema do essencialismo contido nessa perspectiva. Ou seja, o pressuposto de que os membros de certos grupos têm uma identidade essencial que todos os membros desse grupo partilham e que nenhum outro pode participar. Assim, entendendo-se

que as mulheres representam mulheres ou negros representam os negros, os outros não podem representar adequadamente os membros desses grupos, assim como estes, não podem representar os demais. A construção dessa pretensa identidade comum em função de características como sexo, idade, etnia ou religião, para a autora, implica no não reconhecimento das clivagens que separam os membros de tais grupos. Assim, a representação descritiva acaba se aproximando de um ideal normativo.

Apesar desses custos, como Jane Mansbridge (1999) define os inconvenientes dessa forma de representação, é preciso pesar os benefícios que a mesma traz para o processo de deliberação e para a representação substantiva. Segundo ela, o processo de comunicação entre representantes e eleitores tem um salto qualitativo, além disso, na medida em que fazem parte do mesmo grupo subordinado podem vir a criar laços de confiança com base especificamente sobre a experiência compartilhada de subordinação.

Assim, para corrigir injustiças históricas frente a membros de determinados grupos sociais, Jane Mansbridge (1999) afirma que a representação descritiva seria a melhor forma de representação política, visto que permitiria conceber tais grupos como capazes de governar. Além disso, a autora ainda destaca a maior legitimidade conferida ao sistema político, a qual é maior à medida que grupos sub-representados podem participar das deliberações, qualificando este processo, produzindo benefícios que se estendem por todo o sistema eleitoral.

Já a concepção de representação simbólica exposta por Hanna Pitkin afirma que representar significa ser aceito como um símbolo da nação perante os representados, assim como o é uma bandeira ou um hino. “Um governante representa na medida em que aqueles que estão sujeitos ao seu governo o aceitam, acreditam nele como um símbolo” (PITKIN, 1985, p.114).

Nas palavras de Mercedes Cánepa:

O que faz um símbolo ser realmente um símbolo são as crenças e atitudes de um povo em relação a ele. Seu significado, pois, vai além dele mesmo. Seguem-se daí dois elementos importantes da representação simbólica: em primeiro lugar a representação simbólica repousa em aspectos afetivos, emocionais, mais que em aspectos racionais; em segundo lugar adquire relevância o processo de criação de símbolos (2005, p.53).

Finalizando esta seção, Hanna Pitkin (1985) afirma que a representação descritiva e a simbólica teriam como pontos convergentes a noção de representação política definida como “estar no lugar de”. Ainda encontra-se nesta autora uma concepção de representação política fundada na atuação, na qual estaria implícita a ideia de “agir por”.

Para Mercedes Cánepa (2005), diferentemente das concepções descritiva e simbólica, nas quais “estar no lugar de” bastaria para a ideia de representação e, distanciando-se da mesma forma das concepções formalísticas, centradas no processo de autorização ou na responsabilização, a representação por ação ou atividade proposta por Hanna Pitkin contemplaria a conexão entre representante e representado durante todo o mandato, estando implícita a questão do conteúdo e da forma de representação. Ou seja, faria sentido aqui “o que” o representante representa e “como” o mesmo exerce a atividade de representação.

Aprofundando-se neste aspecto relacionado à atuação no ato de representação Hanna Pitkin (1985) apresenta algumas expressões equivalentes a “agir por”, tais como: agente, atuar no interesse de outro, atuar no lugar do outro, enviado ou delegado e, por fim, especialista. Dessas analogias e diferentes expressões, além das implicações de cada um desses conceitos, a autora acredita que se sobressaem três ideias principais: a) a noção de substituição ou de atuar no lugar de; b) a ideia de cuidar ou de atuar no interesse de e, por fim, c) a concepção de atuar como um subordinado, seguindo instruções de acordo com os desejos dos outros.

Contudo, para ela, nenhuma dessas três visões implica uma noção satisfatória da noção de representação política. Segundo afirma, “mesmo que alguns representantes possam ser substitutos daqueles a quem representam, a maioria dos substitutos não são representantes e não representam aqueles a quem substituem” (PITKIN, 1985, p.152).

Do mesmo modo, aqueles que cuidam de ou atuam no interesse do outro não necessariamente são representativos, porque, em primeiro lugar, a realização de um serviço não implica representação. Em segundo lugar, cuidar não é representar no sentido de que quem cuida tem esta obrigação e quem é cuidado está subordinado e nada tem a dizer e não seria capaz de atuar por si mesmo.

Por fim, a crítica à terceira concepção gira em torno do fato de que o representante enquanto um subordinado seria um mero instrumento nas mãos de outras pessoas e não teria independência alguma para atuar. Estaria, pois, o representante igualado ao empregado subordinado de uma sociedade mercantil “demasiado subordinado para servir (ou para que se o veja) como um substituto da empresa mesma. Não atua por ela; é ela que atua através dele, ou por meio dele” (PITKIN, 1985, p.153).

Abaixo apresentamos um quadro contemplando as noções de representação política expostas por Hanna Pitkin.

Perspectiva formalista		Representação descritiva	Representação simbólica
Autorização	Responsabilização		
O representante está autorizado e o representado é responsável pelas ações daquele.	O representante responderá ao outro por aquilo que faz, deve prestar contas.	Estar no lugar de. Preocupação com a composição do Legislativo. Três concepções: 1) Legislativo como reflexo, retrato, espelho ou mapa da sociedade. O mais importante não é o que faz, mas como o Legislativo se compõe. 2) Representação por meio de atividades e não pela composição. Agir por. Representação por ação conecta representante e representado. Conteúdo e forma da representação. Faz sentido o que o representante representa e como o faz. 3) Legislativo como replica da sociedade: o que os representantes fazem é o mesmo que os representados fariam. Representação como correspondência ou semelhança.	Representar significa ser aceito como um símbolo da nação. Estar no lugar de.
A eleição é o momento de outorga da autoridade.	Transferência de poder de governar, não tem controle sobre os representantes. Eleição momento de prestação de contas.		

Figura 1: Concepções de representação política.

Fonte: Elaboração própria a partir de PITKIN (1985).

Em função dessas limitações conceituais a autora agrega, de forma bastante explícita em sua exposição, o que entende por representação: representar significa tornar presente algo que está ausente. Quanto à ideia de atuar por outros, entende que a coisa ou pessoa representada está presente na ação e não nas características do ator. Emerge então o debate especificamente em torno da forma de ação, ou seja, a controvérsia clássica na literatura sobre representação política: polêmica sobre o mandato e a independência e o debate sobre representação nacional ou local.

Existem diferentes posturas que podem ser adotadas diante deste dilema, contudo, tal disputa pode ser expressa na seguinte pergunta: um representante deve fazer o que seus eleitores querem ou o que ele acha melhor? Nesse particular, Edmund Burke (desde seu Discurso aos eleitores de Bristol, em 1774) pode ser uma referência na defesa da independência. Para ele, seguindo tradição liberal de representação, a mesma estaria acima dos interesses particulares. O representante seria representante da nação como um todo, “ele não se encontra numa relação especial com seu eleitorado; ele representa a nação, não àqueles que o elegeram”, (PITKIN, 2006, p.31), assim como, deve atuar com independência frente aos representantes.

Tal concepção não ganha eco entre os críticos do modelo liberal representativo de democracia, ou seja, para os defensores da representação das minorias ou de grupos específicos da sociedade este modelo apresenta uma série de limitações e precisaria de corretivos.

1.2 AS CRÍTICAS AO MODELO LIBERAL REPRESENTATIVO DE DEMOCRACIA

Não são poucas as críticas dirigidas à concepção liberal representativa de democracia. Basicamente tais formulações caminham no sentido de problematizar a relação representante-representado, assim como, a noção de sufrágio universal atrelada à representação política e a própria atuação dos representantes eleitos. Além disso, salienta-se o distanciamento dos cidadãos no que se refere aos processos de decisão e à exclusão não apenas em termos formais, mas de fato, de alguns grupos sociais da possibilidade de participação política.

De modo geral, como salienta Hanna Pitkin (2006), os próprios críticos sugerem que a participação no poder público e a ideia de responsabilidade podem ter um caráter mais que instrumental. Segundo afirma:

Eles têm sugerido que apenas um povo ativo e com envolvimento político é livre e que as instituições representativas, inicialmente projetadas para abrir o domínio público para o povo comum anteriormente excluído, têm, de fato, servido para desencorajar a cidadania ativa. [...] Mas se sua função real [das instituições] é a de dirigir nossa vida pública compartilhada e se o valor real reside na oportunidade de dividir poder e responsabilidade sobre aquilo que estamos fazendo conjuntamente como sociedade, então ninguém mais pode fazer minha política “por” mim e a representação pode significar apenas, na maior parte das vezes, a exclusão da maioria das pessoas dos benefícios da política (PITKIN, 2006, p.42).

As instituições democráticas também, desde as definições de Domenico Losurdo (2004), teriam sido invariavelmente utilizadas no sentido de ter limitado a uma minoria os meios de acesso ao poder, ao conhecimento e desfrute dos direitos, ao passo que relegou a maioria do povo à exclusão desses mesmos direitos.

No que diz respeito especificamente à conquista do sufrágio universal, uma das bases da democracia representativa, Claude Lefort (1991), sugere que este seria o paradoxo mais sensível desse modelo, porque é no momento do sufrágio que a soberania popular se manifesta, que os cidadãos exprimem suas vontades. Todavia é também este o momento em que as solidariedades são desfeitas, as redes das quais faz parte são transformadas em unidades de cômputo. Ou seja, a substância é substituída pelo número.

Numa mesma linha de análise crítica sobre a democracia, Domenico Losurdo (2004) assinala que em alguns dos principais autores, tais como Friedrich Hayek, Karl Popper, Norberto Bobbio e Joseph Schumpeter, podem-se encontrar elementos que permitem demonstrar o quanto tais teóricos eram resistentes à inclusão na esfera da cidadania política de amplos segmentos sociais e étnicos.

Segundo afirma o autor, a defesa da democracia formal, em sua definição mínima, permite considerar a democracia enquanto um regime que, depois de privar parte de seus cidadãos da garantia do exercício dos direitos políticos, ainda os condena por meio da política econômica e internacional “[...] à morte por inanição, ou ao sacrifício de massa na guerra (por mais injustificada que ela possa ser)” (LOSURDO, 2004, p.277). Além disso, entende que o momento atual é de redução teórica da democracia, no sentido de que não consegue realizar suas promessas, nem no que diz respeito aos direitos materiais nem em relação à participação dos cidadãos nos processos decisórios. Ou seja, a própria definição mínima de democracia se adapta às condições existentes.

O ponto de vista expresso por Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer (2005) não difere do exposto até o momento. Para eles, a democracia que se tornou hegemônica no decorrer do século XX foi a liberal-representativa, a qual teria, para tanto, se apoiado em cinco elementos fundamentais: 1) a contradição entre mobilização e institucionalização; 2) a valorização positiva da apatia política; 3) a concentração do debate nos desenhos eleitorais; 4) o pluralismo como forma de incorporação partidária e disputa entre elites e 5) a solução minimalista para o problema da participação, entenda-se a restrição da participação ao momento eleitoral.

Para os autores este modelo de democracia apresenta uma série de limitações, tais como: 1) o de saber até que ponto as eleições esgotam os procedimentos de autorização e se os procedimentos de representação esgotam a questão da representação das diferenças; 2) a burocracia centralizada não agrega as informações necessárias para a execução de políticas complexas e, 3) a representação de agendas e identidades específicas fica comprometida.

Nesse sentido, cabe a afirmação de Alfredo Gugliano (2004), para quem em muitas circunstâncias o debate acentuado sobre as formas de governo, o sistema de partido e o sistema eleitoral, fazem com que se percam de vista os fundamentos dos regimes democráticos, a essência mesma dessa forma de governo. Em suas palavras:

O formalismo presente nas arguições dos defensores de uma *democracia a secas* acaba colocando o debate sobre a questão num labirinto no qual a saída coincide com a porta de ingresso a um novo labirinto, considerando que identificar a

democracia somente como expressão de determinadas formas de organização política auxilia a ocultar o modo como a democracia realmente funciona, privilegiando o plano da aparência em contraposição ao da essência desta experiência (GUGLIANO, 2004, p. 260).

Seguindo tendência problematizadora da democracia representativa, também surgem as concepções de Íris Young (2006) a qual entende que depois do processo eleitoral os eleitores não são mais necessários, não sendo mais chamados a participar, opinar e decidir sobre as políticas públicas e sobre as questões de governo. A autora afirma que “as instituições e a cultura de algumas democracias representativas de fato desestimulam os cidadãos a participar das discussões e decisões políticas.” (YOUNG, 2006, p.145-146).

Além disso, Íris Young também aponta o caráter excludente das normas de representação ao passo que pessoas ou grupos afirmam não se sentirem representados em organismos de discussão e processos de tomadas de decisão. Por esse motivo, segundo ela teria emergido, nas últimas décadas, propostas de maior inclusão política nos processos decisórios com o objetivo de promover maior representação de grupos sub-representados, sobretudo, quando se trata de segmentos sociais como minorias ou que estão submetidas a desigualdades estruturais.

Ao realizar a defesa de mecanismos representativos como um meio para o fortalecimento da participação inclusiva a autora faz uma diferenciação entre representação de interesses, opiniões e perspectivas, defendendo esta última como mais adequada para uma proposta inclusiva. Desde a perspectiva da representação de interesses sobressai-se a noção de interesse enquanto aquilo que é importante e afeta a vida das pessoas, as quais podem se organizar politicamente e pressionar governos para que suas necessidades sejam atendidas.

Mais que isso, Íris Young (2001) entende que para os defensores da democracia baseada na concepção de interesse, a mesma não passa de um processo de expressão de preferências e demandas, e o seu registro por meio do voto. “O objetivo do processo decisório democrático é decidir que líderes, regras e políticas melhor servirão ao maior número de pessoas num sistema onde cada pessoa define seu próprio interesse” (YOUNG, 2001, p.366). Nesse sentido, esta concepção parece não fugir do que o modelo representativo oferece.

No que diz respeito às opiniões, estas são entendidas como os juízos, as crenças, os princípios e os valores que norteiam os critérios políticos e, portanto, os entendimentos de como as coisas são ou como deveriam ser. Numa sociedade democrática, Íris Young (2006) acredita que deva existir a liberdade de expressão e de questionamento das opiniões, assim como a possibilidade de ampla representação das mesmas em debates que culminem em tomadas de decisões políticas.

A noção de representação política apreendida desde o ponto de vista das opiniões, como entende Íris Young, pode ser compreendida como uma concepção que se aproximaria da noção de política de ideias, proposta por Anne Phillips (2001). Anne Phillips apreende que a representação política pode ser vista pela ótica da representação de ideias ou pela representação entendida como presença. No primeiro caso estaria implícita uma noção baseada no julgamento e no debate, ou seja, numa escolha a partir de um programa político, nele estando contidas as crenças, os valores, os princípios de um grupo de pessoas ou partido e não uma escolha baseada em características pessoais dos atores políticos. Assim, na representação por ideias, não interessa quem, mas o que os representantes representam.

Todavia, a discussão sobre a exclusão política de alguns grupos, faz da separação entre quem e o que é representado bastante questionável, abrindo margem para a concepção de uma política de presença a qual possibilitaria a representação dos diferentes grupos sociais. O Parlamento se tornaria, assim, uma colcha de retalhos em sua formação, isto quer dizer que, longe de ser um corpo homogêneo, o conjunto dos representantes expressaria a diversidade de grupos sociais existentes, dando a eles visibilidade, mas também possibilitando que tomem parte das decisões coletivas e apresentem suas demandas específicas.

Neste caso, para Íris Young (2006) uma política de presença não é suficiente quando se trata de representação de grupos sociais específicos. Assinala, dessa maneira, a necessidade do aprimoramento da democracia a partir da discussão a respeito de uma concepção de representação baseada num processo de envolvimento entre eleitores e representantes. Sendo que nele se estabeleceria uma conexão que engloba prestação de contas - que devem ocorrer tanto por meio das instituições oficiais quanto na arena política – e autorização.

O que estaria sendo representado não seriam os interesses ou as opiniões, mas sim perspectivas sociais, ou seja, diferentes posicionamentos, experiências, histórias e compreensões sociais derivadas daquele posicionamento. A ideia de perspectiva condicionaria, mas não determinaria, a forma como o representante apresentaria certos debates, questões, relatos de experiências ou a maneira como olharia as posições dos demais.

Íris Young (2006) não é reticente em sua defesa de inclusão política dos grupos sociais menos privilegiados, os quais incontestavelmente estão sub-representados na maioria das democracias contemporâneas. A desigualdade estrutural de fundo socioeconômico a que estão submetidos tende a reproduzir a desigualdade política e a exclusão na esfera das discussões políticas de grande influência. Esses grupos “[...] devem ser reconhecidos e incluídos em sua especificidade nos processos comunicativos democráticos” (YOUNG, 2006, p.181).

Ainda conforme a autora, a maior inclusão e influência desses grupos pode ser importante fator que pese a favor do enfrentamento necessário da sociedade diante desse problema e que reduza a desigualdade social e estrutural na qual se encontram, quebrando com o círculo vicioso de exclusão. Para complementar essa ideia, importante destacar também que:

[...] os argumentos acerca da representação especial de grupos sociais estruturais que de outra forma permaneceriam sub-representados invocam a contribuição que tais práticas representativas podem e devem dar à discussão e ao engajamento político inclusivo junto a grupos diferentes e com os quais possa haver conflitos. Em primeiro lugar, quando há uma história de exclusão ou marginalização de certos grupos da influência política, os membros desses grupos tendem a se desafeiçoar do processo político: podem ficar apáticos ou se recusar terminantemente a se engajar com outros para tentar resolver problemas compartilhados. Sob tais circunstâncias, a representação específica de grupos desfavorecidos estimula a participação e o engajamento (YOUNG, 2006, p.174).

Haveria ainda mais argumentos favoráveis à inclusão das perspectivas sociais: a inclusão desses grupos revelaria a parcialidade e a especificidade das perspectivas politicamente vigentes. E, por fim, a representação de tais grupos sociais traria para a discussão e para a deliberação políticas compreensões até então ausentes, o que influenciaria as decisões dos atores políticos.

Poderiam ser encontradas, segundo Íris Young (2006), na obra *Cidadania Multicultural* (1996) de Will Kymlicka, mais dois argumentos favoráveis à representação de grupos. O primeiro seria o combate à discriminação sistemática no sistema político e na sociedade em geral. O segundo se refere ao direito de autogoverno de povos ou nações específicas.

A perspectiva de inclusão de grupos sociais subordinados e historicamente excluídos da arena política defendida por Íris Young também encontra respaldo nos escritos de Nancy Fraser (2001a, 2001b), a qual vai denominar os membros e tais grupos sociais subordinados, entre eles, mulheres, trabalhadores, homossexuais e membros de grupos raciais específicos, de *contra-públicos subalternos*. Essa denominação permite conceber os membros de tais grupos como capazes de constituírem arenas discursivas paralelas nas quais os membros elaborariam e difundiriam contra-discursos – no intuito de formular suas próprias interpretações de identidade, interesses e necessidades. A autora defende então a necessidade de combinar igualdade social, diversidade cultural e democracia participativa. Assim, a representação seria uma questão de pertencimento (FRASER, 2009), concepção que, no meu entendimento, se aproxima da noção de perspectiva social exposta por Íris Young.

Partindo desses elementos centrais da crítica à democracia representativa, emergem questionamentos sobre o quanto a atual democracia tem apresentado esforços visando à redução das desigualdades de gênero, mais especificamente no que concerne a invisibilidade das mulheres na arena política. As mulheres que compõem um desses grupos explicitados por Íris Young, Nancy Fraser, Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer, assim como tantos outros estudiosos dessas questões.

1.3 A SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA NOS PARLAMENTOS: ALGUNS DADOS

Buscando soluções para a exclusão das mulheres da vida política, o movimento feminista, enquanto um movimento social organizado que tem como característica central a busca pela superação da opressão das mulheres, teve suas primeiras manifestações no final no século XIX com as lutas pela observância dos direitos políticos por parte desse segmento social.

Durante boa parte do século XX as feministas mantiveram essa bandeira nas mobilizações do movimento e foram aos poucos conquistando algumas vitórias em termos de maior liberdade e possibilidade de participar dos espaços além da esfera privada, mesmo que por vezes apenas formal. Assim, às mulheres vem sendo gradualmente permitido o direito ao voto (em grande parte dos países considerados democráticos), à educação, ao divórcio, ao trabalho assalariado, entre outros.

O acesso aos direitos políticos, ligados à ideia de cidadania, por parte das mulheres, por ser uma questão geralmente associada à conquista do sufrágio teve suas primeiras manifestações ao longo do século XIX nas sociedades industrializadas, especialmente nos Estados Unidos e Inglaterra, perpetrados pelo movimento feminista, como destaca Branca Moreira Alves (1980)⁴. Contudo, o movimento toma corpo e obtém os resultados esperados a partir das primeiras décadas do século XX, expandindo-se a partir da segunda metade do mesmo século, período que demarca a lenta inserção das mulheres nos espaços de atuação e participação política (CEPAL, 2007; COLLIN, 2006).

No início de 1900, poucos eram os estados-nacionais que garantiam direitos de cidadania às mulheres; à exceção de alguns estados federativos norte-americanos, apenas

⁴ A respeito da luta pelo sufrágio no Brasil, Estados Unidos e Inglaterra ver: ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e Feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980. Neste livro a autora retoma, entre outros debates, a história do movimento feminista brasileiro destacando, a partir de entrevistas realizadas com as mulheres integrantes daquele movimento, as características elitistas e as estratégias de luta do movimento, assim como, os argumentos utilizados pelos sufragistas e pelos anti-sufragistas.

Nova Zelândia (1883) e Austrália (1901) permitiam o sufrágio feminino (THERBORN, 2006). Aos poucos outros países foram admitindo, após mobilizações de grupos de mulheres, que as mesmas desfrutassem do direito ao voto. No Brasil, embora a Constituição de 1891 declarasse que todo cidadão alfabetizado poderia votar, as mulheres só terão direito ao voto em 1932, como resultado da luta do movimento feminista e de mulheres perpetrado no contexto brasileiro⁵.

As rupturas antidemocráticas com a instauração de uma série de ditaduras militares na América Latina fizeram com que a cidadania ainda incipiente das mulheres fosse estancada. A política mais do que nunca foi um assunto de homens, exercida por homens, o que permite retomar a ideia - resguardadas as proporcionalidades e os contextos históricos - de que o campo militar, assim como religioso e, quiçá em menor escala, atualmente o político, ainda façam parte dos santuários masculinos (PERROT, 1998), onde as mulheres ainda encontram dificuldades em se fazer presentes, se deparam com barreiras, no caso da política, que inibem sua representação.

Com o fim dos períodos ditatoriais, os cidadãos voltam a ter o direito de exercer seus direitos políticos, no caso brasileiro, especialmente eleger representantes para os cargos do Executivo, mas as mulheres continuaram até certo ponto alijadas do poder político, sendo que poucas conseguiram conquistar cargos nos poderes Executivo e Legislativo. Se a principal conquista da democracia ao longo dos séculos XIX e XX foi a ampliação da cidadania, derrubando “uma após a outra, todas aquelas barreiras que excluía mulheres, pessoas com a religião errada, a cor da pele errada ou apenas com posses de menos” (PHILLIPS, 2001, p.278), ainda há o que se avançar em termos de concepção da própria cidadania e da ocupação dos espaços públicos por estes segmentos historicamente marginalizados.

Importante ressaltar que, para teóricas como Chantal Mouffe (1999), cidadania é uma categoria patriarcal, pois noções como quem é o cidadão, o que faz e como atua estão definidas nos marcos de uma imagem masculina. As mulheres, para a autora, ao conquistarem a cidadania formal dentro das democracias liberais o fizeram a partir de uma estrutura

⁵ Existe uma produção bibliográfica bastante extensa a respeito do movimento feminista brasileiro e do movimento de mulheres. As análises vão desde a compreensão das primeiras manifestações, no final do século XIX, passando pelo movimento anarquista no início do século XX, a luta pelo sufrágio universal e sua conquista na década de 1930, a organização das mulheres nos bairros em função do custo de vida, até as análises acerca desse movimento no período da ditadura militar, a luta pela anistia, redemocratização e incorporação das mulheres e das demandas femininas nas instituições democráticas a partir da Constituinte e nas décadas seguintes. Embora tendo o entendimento de que o movimento de mulheres e o movimento feminista sejam de crucial importância para a compreensão da participação política das mulheres no cenário atual, não é objetivo deste estudo retomar a história desse movimento, especialmente os acontecimentos que o marcaram no contexto brasileiro.

patriarcal de poder, o que implica em considerar que as tarefas comumente descritas, destinadas ou mesmo socialmente construídas como parte das atribuições das mulheres, acabem por ser desvalorizadas.

Chantal Mouffe (1999) ainda frisa, concordando com Carole Pateman, que a noção de público construída pela modernidade é universalista e homogênea relegando as particularidades e as diferenças ao espaço privado. Tal entendimento ocasiona consequências negativas para as mulheres.

O liberalismo contribuiu para a formação da cidadania universal, com base na afirmação de que todos nascem livres e iguais; mas também reduziu a cidadania a um status meramente legal, indicando os direitos que os indivíduos sustentam contra o Estado. [...] Noções como a de responsabilidade pública, atividade cívica e participação política em uma comunidade de iguais são estranhas para a maioria dos pensadores liberais. [...] A distinção público/privado, central como foi para a afirmação da liberdade individual, atuou, por conseguinte como um poderoso princípio de exclusão. [...] desempenhou um importante papel na subordinação das mulheres (MOUFFE, 1999, p.119).

Para reverter esse quadro, efetivar a participação das mulheres no cenário político e o impacto que a presença de mais mulheres possa vir a acarretar depende, conforme Joni Lovenduski e Azza Karam (2002), não apenas do número de mulheres nos Parlamentos, mas também do número de parlamentares que estão motivadas a representar temas de interesse e que reflitam as preocupações das mulheres. A fim de promover uma maximização da incidência feminina no Parlamento, os autores apresentam uma estratégia de aprendizagem, aproveitamento e modificação das regras, fundamentados em quatro tipos de reformas:

- A) Mudanças institucionais e nos procedimentos: medidas que alteram a natureza das instituições tornando-as mais favoráveis às mulheres, ou seja, promoção de uma maior consciência de gênero.
- B) Mudanças de representação: ações específicas para garantir acesso mínimo e progressivo de mulheres às legislaturas. Tais ações podem ser desenvolvidas no âmbito do fomento a candidaturas femininas, na promoção de legislação sobre igualdade de gênero e regulação da paridade, mudanças nas leis eleitorais e nas campanhas. Assim como, a adoção de medidas parlamentares que garantam às mulheres postos importantes nas legislaturas e mudanças nos partidos políticos.
- C) Impacto sobre os resultados: feminização da legislação, ou seja, mudar o grau até o qual as leis e as políticas sejam modificadas ou influenciadas em favor das mulheres. Isso implica que temas de interesse das mulheres devem vir a fazer

parte da agenda de debates e que a legislação favoreça ou, ao menos, seja sensível, ao tema de gênero.

- D) Mudanças no discurso: dentro e fora do Parlamento, não apenas no sentido de mudança na linguagem, incluindo a perspectiva feminista, mas significa aproveitar a plataforma parlamentar para transformar as atitudes do público e do discurso político, de modo que a presença e as perspectivas das mulheres na política sejam tão normais quanto a dos homens.

A preocupação ou mesmo a necessidade de incluir constitucionalmente as mulheres nos espaços decisórios, tem ficado restrita à questão da representação e pode ser vista a partir de dois importantes momentos da história das instituições políticas democráticas: numa primeira ocasião, o direito ao sufrágio e, posteriormente, a reserva de vagas nas listas de candidaturas, postos no Legislativo e direções partidárias.

A política de cotas, ou política de ações afirmativas, que visam à redução das desigualdades e um equilíbrio em termos de representação política para ambos os sexos foi uma das estratégias mais significativas adotadas, sobretudo a partir da década de 1990. Essa medida pode ser entendida como parte da construção de uma nova teoria democrática, de novas formas de democratizar o poder, e por isso seu sentido estratégico, respondendo a esta mesma provocação apresentada para a ciência política no final do século XX (PRÁ, 1996).

Para Drude Dahlerup (2010), o sistema de cotas por sexo, apesar da controvérsia em torno do tema, foi a resposta dada nos últimos 20 anos para a questão da sub-representação feminina nos parlamentos, com o objetivo de obter um reequilíbrio rápido perante uma situação de desigualdade. Para a autora, as cotas para mulheres representam uma mudança no conceito de igualdade: da postura liberal da "igualdade de oportunidades" ou "igualdade competitiva" para a noção de "igualdade de resultados". O argumento funda-se na ideia de que a igualdade de oportunidades não se concretiza com eliminação das barreiras formais. Permanecem a discriminação direta e as barreiras ocultas que impedem as mulheres de ascender à política. Assim, quando há barreiras, a igualdade como um objetivo não pode ser alcançado por meio da igualdade de tratamento formal. Desse modo, as cotas e outras formas de medidas positivas são um meio para se chegar à igualdade de resultados (DAHLERUP, 2002).

Contudo, como ela mesma alerta, a adoção de cotas não resolve todos os problemas encontrados pelas mulheres na política, ou seja, não oferecem um basta definitivo à dominação masculina frente ao sistema político⁶.

Alguns estudos têm demonstrado que o resultado efetivo das cotas, em termos de importância deste mecanismo no sentido de alcançar o objetivo proposto, está ainda aquém do esperado, sobretudo no contexto brasileiro. Para referenciar, segundo Clara Araújo e José Eustáquio Diniz Alves (2007), a análise institucional que visa dar conta do debate sobre a relação gênero e representação política tem buscado enfatizar a origem multicausal da sub-representação feminina, mesmo com a adoção de cotas. A participação das mulheres é mediada por diversos fatores, os quais podem ser de ordem socioeconômica, cultural ou institucional (ARAÚJO, s/d).

Os estudos que vêm sendo realizados sobre a temática apontam para uma série de características não apenas culturais, mas também da própria organização do sistema eleitoral e partidário⁷, bem como, da própria redação da lei de cotas, do preconceito, das formas de recrutamento, entre outros, como fatores que influenciam o percentual de representação política feminina (ÁLVARES, 2008; ALVES, CAVENAGHI, ALCANTARA, 2007; ARAÚJO, 2001; ARAÚJO e ALVES, 2007; GROSSI, MIGUEL, 2001; HTUN, 2001; MIGUEL L., 2001; NÓBREGA e LOPES, s/d; NORRIS, 2006; REIS, 2010).

Como fator ilustrativo, pode-se destacar que a aprovação da política de cotas tinha como pano de fundo a busca por alterar as relações de poder entre homens e mulheres então estabelecidas no mundo da política, evidenciando que a ideia de cidadania não é neutra, mas “[...] se constrói sobre modelos masculinos e que o acesso à representação se dá num cenário de caráter sexuado, caracterizado pela exclusão – não acidental, mas, estrutural – das mulheres” (CEPAL, 2007, p. 4).

⁶ Interessante notar que o texto de Drude Dahlerup (2010) apresenta um quadro onde faz referência a dois modelos diferentes de adoção de cotas, as cotas legais e as voluntárias. As cotas legais em alguns países como, por exemplo, Panamá e Uruguai, ocorrem nas pré-candidaturas, em outros países da América Latina, ocorrem nas candidaturas e, na região árabe, no sul da Ásia e na África sub-saariana, existem cadeiras reservadas para mulheres. Essa mesma distinção pode ser feita em relação às cotas voluntárias dentro dos partidos, as quais podem ocorrer nas primárias (Reino Unido), nas listas de candidatos (Europa e África do Sul) ou reserva de assentos (Marrocos). O estudo de Drude Dalherup (2010) também destaca que as sanções legais previstas em caso de não cumprimento da lei de cotas. Seriam basicamente três as sanções: a) rejeição da lista (Costa Rica, Espanha, França em nível local); b) postos vagos (Bélgica) e, c) sanção financeira aos partidos (França em nível nacional e Portugal).

⁷ Nesse caso, os estudos têm demonstrado que, ao adotarem-se cotas por sexo em todos os tipos de sistema político (DAHLERUP, 2010), são os sistemas de lista proporcionais (19,6%), em especial os que têm grande magnitude, que mais favorecem a representação política das mulheres, em comparação aos sistemas majoritários (10,5%) ou mistos (13,6%), obviamente que considerando estes sistemas combinados com outros elementos, como cultura política, desenvolvimento democrático, herança colonial, entre outros (NORRIS, 2006).

No caso brasileiro, é importante destacar que juntamente com esta lei foi aprovada outra que aumentava o número de candidatos que cada partido ou coligação poderia apresentar. Neste sentido, Miriam Grossi e Sônia Miguel (2001) apontam para o fato de que a lei de cotas foi aprovada inclusive com o apoio masculino, contudo, um apoio negociado que ao garantir as cotas permitiu também o aumento no número de candidaturas.

Contudo, isso não foi um fato exclusivo do cenário político brasileiro. Drude Dahlerup (2002) demonstrou que a adoção de cotas para incrementar a representação das mulheres não é uma medida consensual. Teoricamente muito tem sido os argumentos pró e contra esta medida, os quais podem ser assim resumidos. Argumentos pró-política de cotas: a) as cotas não visam à discriminação, mas buscam compensar as barreiras reais que impedem as mulheres de ocuparem cargo políticos; b) as mulheres têm o direito, enquanto cidadãs, de igual representação; c) a experiência das mulheres é necessária na vida política; d) as mulheres são tão qualificadas quanto os homens, mas precisam enfrentar um sistema político masculino que as minimiza; e) os partidos políticos controlam as candidaturas, mas os eleitores decidem quem é eleito; f) a introdução de cotas pode causar conflitos, mas apenas temporariamente.

Como argumentos contrários às cotas, Drude Dahlerup (2002) destaca: a) as cotas são contra o princípio da igualdade de oportunidades para todos, visto que as mulheres têm preferência; b) as cotas são antidemocráticas, porque os eleitores devem ser capazes de decidir quem é eleito; c) as cotas sugerem que os políticos são eleitos por causa de seu sexo, e não em função de suas qualificações; d) muitas mulheres não querem ser eleitas apenas porque são mulheres; e) a introdução das cotas cria conflitos dentro da organização partidária.

Ainda nesse trabalho Drude Dahlerup (2002) presta significativa ampliação do debate ao passo que expõe alguns elementos importantes para o sucesso das cotas, entre eles, cabe mencionar: a) o cuidado no recrutamento das mulheres pelos partidos políticos, a fim de ter um número suficiente de candidatas qualificados para cumprir a cota; b) as mulheres têm a possibilidade de influenciar o processo de tomada de decisão; c) massa crítica de mulheres será capaz de influenciar as normas e a cultura política.

A autora destaca ainda algumas questões importantes no momento da implementação das cotas, as quais influenciam diretamente sobre seu sucesso: a) quanto mais vaga a lei, maior o risco é que as cotas não sejam devidamente implementadas (cotas para candidatos não conduzem, automaticamente, à eleição de mais mulheres); b) pressão de organizações de mulheres e outros grupos como fator necessário para o sucesso de sua implementação; c) existência de sanções para o não cumprimento da exigência de cota.

Contribuindo para o debate, Clara Araújo (2009) lembra ainda que a política de cotas está associada e é defendida em função de sua potencialidade para atribuir correspondência entre espaços mais democráticos, presença feminina no âmbito da política institucional e qualidade da representação, em termos dos interesses das mulheres.

Diante da controvérsia, sobre o tema das cotas, como dito acima, já existem uma série de estudos que analisam a temática a partir de diferentes ângulos. No Brasil, destacam-se os trabalhos de Clara Araújo para quem, de modo geral e em síntese, constata-se que a implantação da política de cotas é parcial e o seu impacto é baixo. As mulheres ainda encontram dificuldades em se fazer representar no Legislativo, assim como no âmbito do poder Executivo. Interessante, contudo, observar a progressão histórica da representação política feminina na Câmara de Deputados no Brasil desde 1934 até 2011, onde se pode verificar que do período compreendido entre a obtenção do direito ao sufrágio até o fim do regime militar poucas foram as mulheres que ascenderam ao Legislativo nacional. Após 1986, a presença feminina nessa instância conhece um aumento, embora ainda distante do esperado.

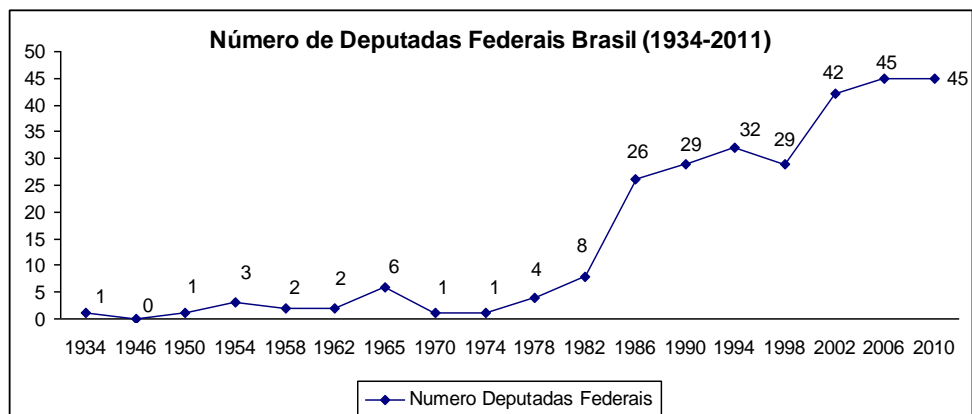


Figura 2: Número de deputadas federais no Brasil de acordo com ano de eleição (1934-2011).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos em ALVES, CAVENAGHI e ALCANTARA, 2007; REIS, 2010; TSE.

Embora ainda baixos, esses números refletem também um aumento do número de candidaturas para a Câmara Federal, conforme dados que dispomos, abaixo apresentados.

Tabela 1

Mulheres no Legislativo Federal (1934-2011) ⁸

Ano eleitoral	Candidatas Deputada Federal	% candidaturas femininas	Número de eleitas
1934	1	-	1
1945	18	1,1	0
1950	9	0,8	1
1954	13	1,2	3
1958	8	0,8	2
1962	9	0,8	2
1966	13	1,4	6
1970	4	0,6	1
1974	4	0,5	1
1978	-	-	4
1982	58	3,7	8
1986	166	6,5	26
1990	229	6,0	29
1994	189	6,2	34
1998	352	10,3	29
2002	490	11,4	42
2006	737	12,6	45
2010	1253	19,2	45

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados no site do Tribunal Superior eleitoral: <http://www.tse.jus.br/>; COSTA, Ana Alice Alcântara. **As Donas no Poder: mulher e política na Bahia**. Coleção Bahianas e em VOGEL, Luiz Henrique. *As interações entre o social e o eleitoral na política de quotas para as mulheres*. Consultoria Legislativa, **Câmara dos Deputados**, Brasília, 2011. AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da UNESP, 2001.

O que fica bastante evidente a partir da análise desses dados é que desde a abertura política em 1982 e, mais especialmente, desde as eleições gerais de 1986, o número de candidaturas femininas e o de mulheres eleitas têm conhecido expressivo aumento. Esse é também o período em que as demandas por incorporação de determinados segmentos sociais é ampliada, bem como, em particular o movimento feminista se mobiliza para que isso ocorra.

O aumento do número de mulheres eleitas também pode ser verificado no que se refere à composição do Senado Nacional, ao longo do período 1979-2015, embora o mesmo apresente alguns períodos de leve queda desse número. Dentro um total de nove legislaturas o Senado Nacional foi composto por 63 mulheres (contabilizando eleitas e suplentes que por alguns intervalos assumiram o mandato).

⁸ Alguns dados relativos ao número de mulheres candidatas e ao percentual de candidaturas femininas não foram encontrados.

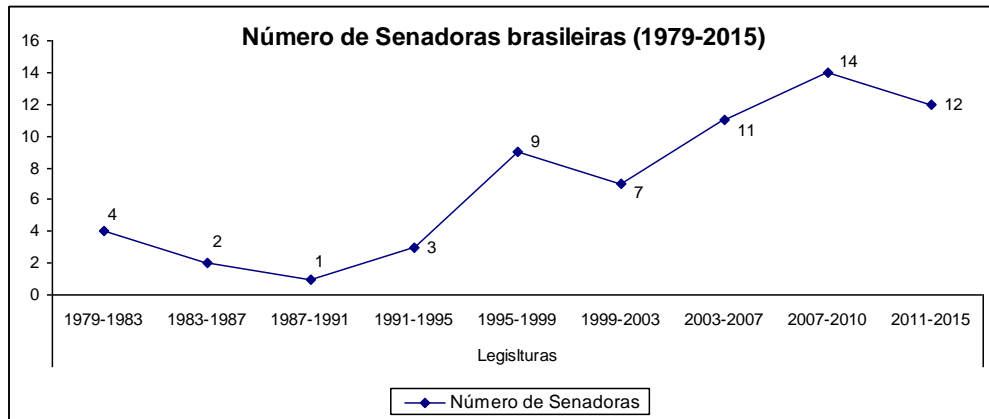


Figura 3: Número de Senadoras no Brasil conforme legislatura (1979-2015).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos em: <http://www.senado.gov.br>

Como se pode observar, houve um aumento no número de mulheres no Senado, porém ainda tímido. Infelizmente, não dispomos de dados relativos ao número de candidatas que nos permita fazer uma comparação.

Em termos do Legislativo ao nível dos estados da federação, os dados de que dispomos até o momento não destoam do que ocorre no contexto federal, como se pode abaixo verificar.

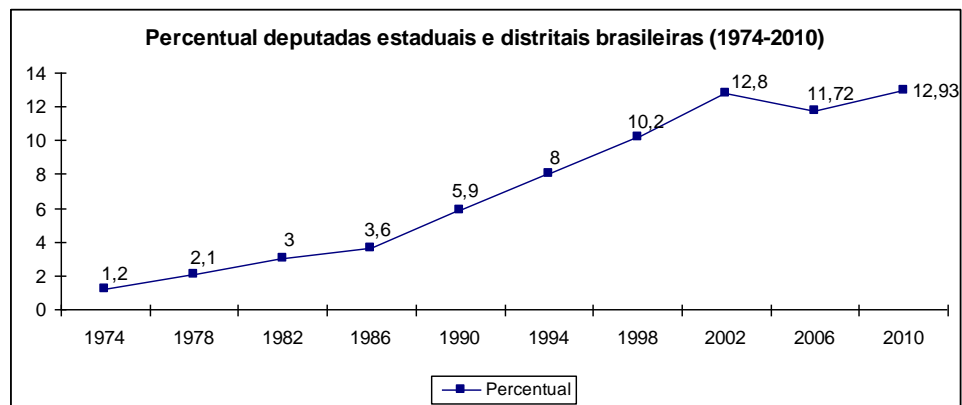


Figura 4: Percentual de deputadas estaduais e distritais eleitas (1974-2010).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados colhidos em: ALVES, CAVENAGHI, ALCANTARA, 2007; REIS, 2010; TSE; e dados disponíveis em: http://www.al.sp.gov.br/web/eleicao/mulher_voto.htm.

A figura 4 demonstra que, em 1974, o total de deputadas estaduais e distritais foi de 1,2%, tendo um aumento gradativo ao longo dos demais períodos, excetuando-se 2006. Atualmente, o percentual gira em torno de 12,93%, considerado ainda baixo tendo em vista a introdução da política de cotas.

Devido a dificuldade em se conseguir dados confiáveis acerca da representação política desde a conquista do sufrágio, uma análise longitudinal que englobe número de eleitas em relação ao número de candidaturas fica comprometida, assim como, a possibilidade

de unificação dos dados seja em percentuais, seja em números absolutos. Em relação aos percentuais, os dados obtidos são os que demonstramos acima e iniciam nos anos 1974. Contudo, em relação ao número absoluto de mulheres nos Legislativos estaduais, e ao número de candidatas, embora com algumas lacunas, é possível demonstrar dados para um período maior, conforme tabela abaixo.

Tabela 2

Mulheres nas Assembleias Legislativas (1934-2010)⁹

Ano eleitoral	Candidatas Deputada Estadual	% candidaturas femininas	Número de Eleitas
1934	-	-	4
1945	18	-	1
1950	10	0,7	8
1954	16	0,7	7
1958	39	0,8	4
1962	92	1,6	11
1966	39	1,3	11
1970	38	1,7	8
1974	15	0,7	11
1978	87	-	20
1982	134	3,9	28
1986	385	5,8	31
1990	-	-	58
1994	613	7,2	32
1998	1388	12,6	107
2002	1767	14,7	129
2006	1995	14,1	123
2010	3225	21,9	133

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados no site do Tribunal Superior eleitoral: <http://www.tse.jus.br/>; COSTA, Ana Alice Alcântara. **As Donas no Poder: mulher e política na Bahia**. Coleção Bahianas; VOGEL, Luiz Henrique. *As interações entre o social e o eleitoral na política de quotas para as mulheres*. Consultoria Legislativa, **Câmara dos Deputados**, Brasília, 2011; AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da UNESP, 2001.

Como se pode observar a partir da Tabela 2, o crescimento do percentual de mulheres nas Assembleias Legislativas estaduais é acompanhado do aumento do número de candidatas para assumirem vaga.

⁹ Alguns dados relativos ao número de mulheres candidatas e ao percentual de candidaturas femininas não foram encontrados.

O mesmo também por ser apreendido dos dados das eleições de 1994 e a partir de 2000 para o Legislativo municipal.

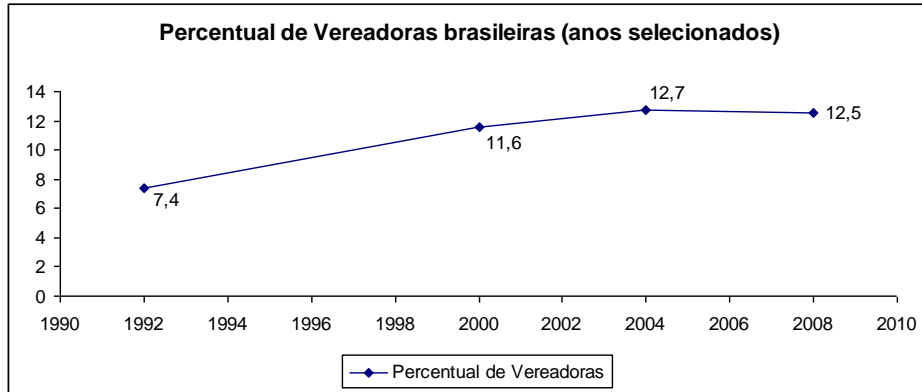


Figura 5: Percentual de vereadoras eleitas no Brasil (1992, 2000, 2004 e 2008).
Fonte: Elaboração própria a partir de dados extraídos de Bhon (2009).

Como se observa na figura acima, o percentual de mulheres eleitas para uma vaga no Legislativo municipal no Brasil teve um aumento, mesmo que nas últimas eleições tenha apresentado pequena redução. Contudo, esse aumento parece não corresponder às expectativas quando se pensa que, a partir de 1996, foi adotada a medida de reserva de vagas para as mulheres. Levando em conta este fator, o aumento no percentual de vereadoras eleitas ao longo do período não parece de grande expressividade.

Dados de 2010 apontam que a média de representação política das mulheres no Legislativo brasileiro é de apenas 8,6%. Na Câmara de Deputados, a percentagem de representação feminina atinge 8,7%; nas Assembleias Legislativas 12,9%; nas Câmaras de Vereadores 12,6% e no Senado 14,8% (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2006; TSE). No caso específico, o Rio Grande do Sul conta com 6,45% de deputadas federais, do total de deputados federais eleitos pelo estado e com a presença de aproximadamente 14,55% de representação feminina na Assembleia Legislativa.

Os resultados eleitorais do último pleito (2012) colocam o Brasil na 120ª posição na classificação mundial do Ranking da União Interparlamentar, ficando atrás de outros países latino-americanos como, por exemplo, Cuba (terceira posição), Nicarágua (décima) e Costa Rica (15ª posição), conforme indicado na tabela a seguir.

Tabela 3

Percentual de representação feminina no Legislativo latino-americano (2012)

País	Percentual de Deputadas		
	Câmara de Deputados	Senado	Classificação Mundial
Cuba	45,2	-	3
Nicarágua	40,2	-	10
Costa Rica	38,6	-	15
Argentina	37,4	38,9	18
Equador	32,3	-	24
Guiana	31,3	-	28
El Salvador	26,2	-	41
Bolívia	25,4	47,2	42
Peru	21,5	-	61
República Dominicana	20,81	9,4	65
Honduras	19,5	-	70
Venezuela	17,0	-	79
Chile	14,2	13,2	91
Guatemala	13,3	-	95
Paraguai	12,5	15,6	101
Uruguai	12,1	12,9	103
Colômbia	12,1	16	103
Suriname	11,8	-	105
Brasil	8,6	16	120
Panamá	8,5	-	120
Haiti	4,2	3,3	134

Fonte: Disponível em: <http://www.ipu.org/wmn-f/world.html>. Acesso em: 12/09/2012¹⁰.

Em setembro de 2012 a percentagem de mulheres no Legislativo mundial era de 20%. No conjunto dos países que possuem Câmara de Deputados, a percentagem de representação feminina atingiu 20,3% e no Senado 18,1%. Destaca-se que, em relação aos boletins divulgados anteriormente, a média de representação feminina nos Parlamentos tem crescido e, em alguns países se mantido estável, mas, os resultados da média mundial fazem com que os países percam posições no ranking mundial.

Casos exemplares de países que tiveram suas médias de representação feminina nos Parlamentos elevadas, assim como, angariaram melhor classificação no ranking mundial

¹⁰ Não foram encontrados dados referentes aos percentuais de representação feminina para o México, contudo sua posição relativa aos dados divulgados em 20/1/2011 era de: 26,2% na Câmara de Deputados, 19,5% no Senado, ficando na 34ª posição mundial.

estão: Cuba, que em janeiro de 2011 estava na quarta posição, com 43,2%, em setembro de 2012 encontrava-se na terceira colocação. Outro país que teve sua posição elevada é El Salvador que passou da 63ª posição para a 41ª. Pode-se ainda destacar o exemplo da Nicarágua que registrava, em janeiro de 2011, 20,7% de mulheres no Parlamento, estando na 59ª posição e em setembro de 2012, esse percentual passou para 40,2%, o que conferiu a este país a décima posição no ranking mundial.

Alguns países registraram decréscimo nas médias de representação feminina e no ranking mundial. Nesse particular cabe sublinhar o caso do Peru, que em janeiro de 2011 estava na 32ª posição, com 27,5% de mulheres no Parlamento, e em setembro de 2012 passou para a 61ª posição. O Uruguai registrou fenômeno semelhante, passou da 79ª posição (15,2%) para a 103ª e, por fim, a Argentina, com diminuição da representação na Câmara de Deputados e acréscimo no Senado não manteve a posição, passou 12ª para a 18ª.

Destacam-se também países que, com o mesmo percentual de representação feminina na Câmara de Deputados e no Senado, tiveram sua classificação rebaixada. Foi o que ocorreu no Equador, que em janeiro de 2011 estava na 20ª posição, em setembro de 2012 encontrava-se na 24ª. Isso foi registrado igualmente na Bolívia a qual caiu da 38ª posição para a 42ª; no Chile, que estava naquela data em 83º lugar passou para a 91º; no Paraguai decaiu de 90ª para a 101ª posição; no Brasil, da 108ª posição para 120ª e no Panamá, do 109º lugar para 120º.

Tais informações demonstram que já não basta garantir os índices atuais de representação para manter as colocações anteriores na classificação mundial. Indicam também que para conquistar as primeiras colocações é preciso obter uma média de mais de 40% de mulheres na Câmara de Deputados e no Senado, fato que consolidaria a representação das mulheres nesses parlamentos.

Caberia, em outra oportunidade, um estudo para saber em que condições essa representação vem ocorrendo e quais os motivos, seja de ordem institucional ou cultural, que estão contribuindo para esse aumento significativo nos percentuais de representação feminina em alguns países a exemplo de Ruanda, Andorra, Cuba e Suécia, os primeiros quatro classificados no ranking mundial.

No que se refere ao aumento das médias mundiais de representação feminina no Legislativo podemos apresentar os seguintes dados.

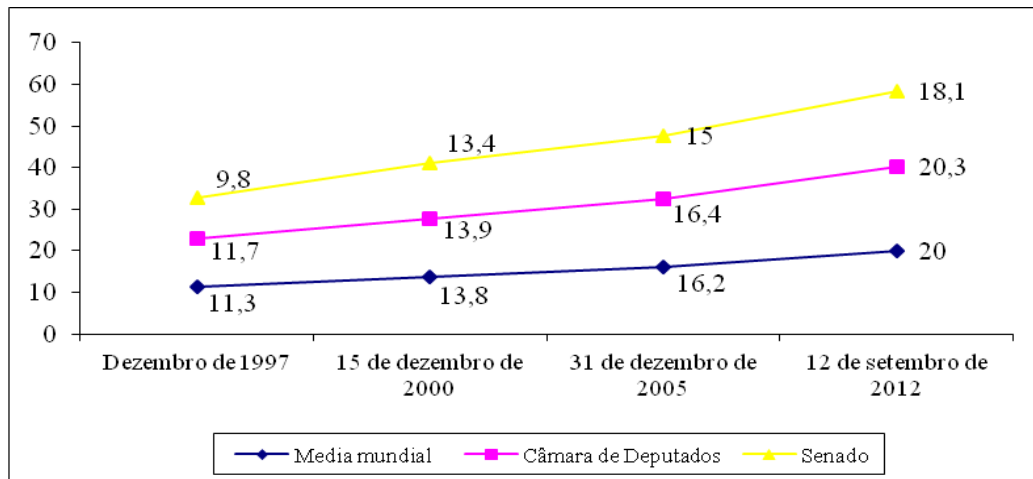


Figura 6: Percentual de representação feminina nas Câmaras de Deputados, no Senado e na média mundial (1997, 2000, 2005 e 2012).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponíveis em: <http://www.ipu.org/wmn-f/world.html>. Acesso em: 12/9/2012.

Esses dados indicam que o Brasil se encontra, em termos de representação feminina, abaixo das médias percentuais regionais e mundiais. Mas há um dado animador em relação à participação das mulheres no Legislativo em termos mundiais. No que se refere às Câmaras de Deputados os percentuais subiram de 11,7%, em 1997, para 20,3% em 2012. No Senado de 9,8%, em 1997, para 18,1% em 2012.

Em termos de médias regionais observam-se os seguintes dados:

Tabela 4

Percentagens regionais de representação política feminina nos Legislativos mundiais (2012)

Região	Câmara de Deputados (%)	Senado (%)	Total Legislativo (%)
Países Nórdicos	42	-	42,0
Europa (países nórdicos incluídos)	23,4	21,5	22,9
Américas	22,4	23,3	22,5
Europa (exceção países nórdicos)	21,7	21,1	21,5
África Sub-saarina	20,4	19,2	20,3
Ásia	18,5	14,1	18,0
Pacífico	12,7	34,8	15,2
Estados Árabes	14,9	6,4	13,2
Média Mundial	20,3	18,1	20,0

Fonte: Disponível em: <http://www.ipu.org/wmn-f/world.html>. Acesso em: 12/09/2012.

Esses dados demonstram o crescimento gradativo das médias de representação política feminina, o que pode ser observado a partir da análise das informações relativas a alguns anos escolhidos para as regiões e para as casas legislativas. No caso das Câmaras de Deputados, podemos ver a variação no índice de representação feminina na figura abaixo.

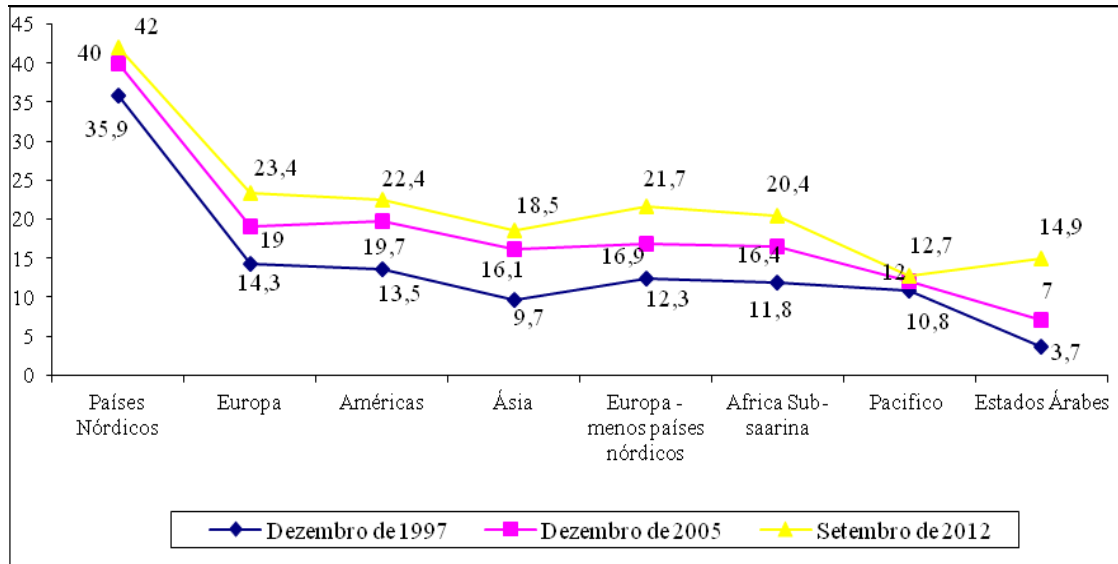


Figura 7: Percentual de representação feminina nas Câmaras de Deputados, de acordo com região (1997, 2005 e 2012).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponíveis em: <http://www.ipu.org/wmn-f/world.html>. Acesso em: 12/09/2012.

Como se pode notar, em todas as regiões os percentuais de representação feminina se elevaram, com especial destaque para os países árabes, nos quais os percentuais passaram de 3,7%, em 1997, para 7% em 2005 e, finalmente 14,9% em 2012.

Quanto ao Senado os percentuais, da mesma forma, demonstram o incremento da presença das mulheres no Legislativo, a exceção da Ásia que apresenta leve diminuição.

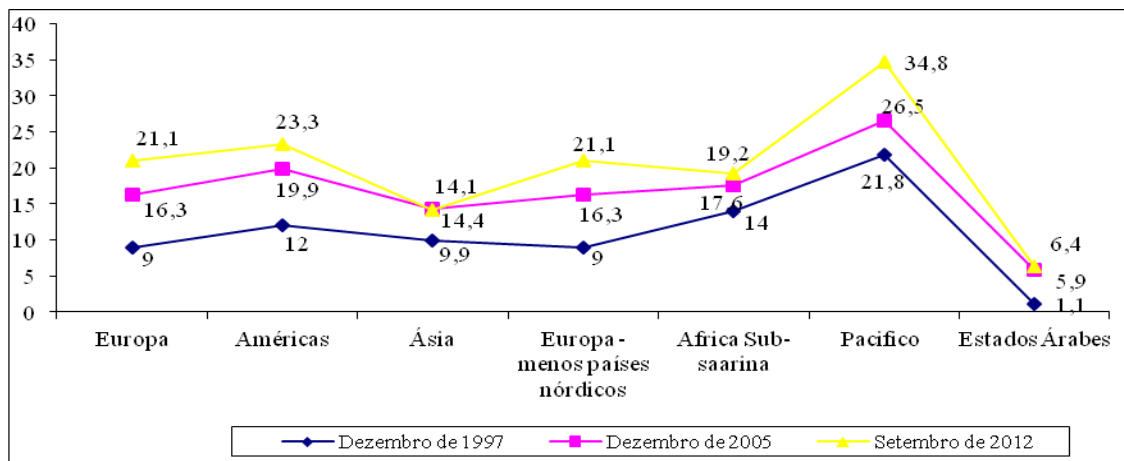


Figura 8: Percentual de representação feminina no Senado Mundial (1997, 2005 e 2012).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponíveis em: <http://www.ipu.org/wmn-f/world.html>. Acesso em: 12/9/2012.

A figura 8 permite observar que, da mesma forma como ocorreu nas Câmaras de Deputados, o Senado em todas as regiões também apresenta elevação do percentual de mulheres.

Comparando esses resultados com os percentuais de representação feminina no Brasil, apesar do aumento da representação política das mulheres, boa parte da literatura levantada entende que a política de cotas não trouxe avanços significativos no que tange à participação efetiva das mulheres na vida pública, sobretudo quando a realidade brasileira for comparada à de outros países latino-americanos (ARAÚJO, 2001; HTUN, 2001).

Mesmo com a adoção da política de cotas há uma série de barreiras, entre elas as advindas do próprio sistema político, que impedem uma maior presença das mulheres nos postos de decisão.

Nesse sentido, o estudo de Clara Araújo (2001) parece exemplar. Segundo ela, a política obtém sua legitimação a partir de eleições viabilizadas por meio dos partidos políticos, os quais buscam poder político institucionalizado e, para tal, definem suas estratégias não apenas de acordo com a ideologia, mas, sobretudo a partir de um cálculo eleitoral. Entre os principais entraves da política de cotas, a autora aponta as regras do sistema eleitoral e a organização do sistema partidário, ou seja, as dimensões institucionais¹¹.

Além disso, e como consequência, o personalismo, o clientelismo político e a dificuldade decorrente da diferença entre política local e nacional de um mesmo partido, são aspectos que dificultam ainda mais a participação das mulheres na política. De modo geral, boa parte dos estudos relativos à cultura política que tratam do tema da participação política das mulheres têm enfatizado que os valores tradicionais funcionam como uma barreira para a representação feminina em cargos públicos. Ronald Inglehart, Pippa Norris e Christian Welzer (2004) a partir da análise feita de dados obtidos através da Pesquisa Mundial de Valores (World Values Survey - WVS)¹², destacam que há uma forte correlação entre sociedades que apresentam valores mais igualitários em relação ao gênero e o percentual de representação feminina nos Paramentos. Para os autores as mudanças culturais são fatores

¹¹ Pippa Norris (2006) afirma, quanto a esta questão, que o sistema de representação proporcional é mais democrático que o majoritário, especialmente se complementado por um sistema de reservas de vagas, as cotas, para garantir a representação de minorias nos distritos eleitorais. Acredita a autora que depois de eleitos estes grupos têm fortes incentivos para cooperar, negociar, assumir compromissos, formar alianças e mesmo governar. Contudo, a autora não chega a resultados conclusivos quanto à satisfação em relação à democracia depois da inclusão de grupos minoritários e se, este processo, tem impacto sobre as atitudes políticas e valores das sociedades.

¹² Conforme Pippa Norris e Ronald Inglehart (2003), a Pesquisa Mundial de Valores permite comparar dados relativos à adesão e de ativismo em 15 tipos de associações voluntárias e também fornece uma medida direta da confiança social.

imprescindíveis para o aumento da representação feminina, assim como, o grau de desenvolvimento das sociedades. Ou seja, o enfraquecimento da crença de que os homens são melhores líderes político do que as mulheres, observadas principalmente nas sociedades industriais avançadas e, especialmente, entre os jovens, têm efeitos no percentual de representação feminina¹³.

Nesta mesma direção, Mala Htun (2001) afirma que a eficácia da política de cotas está relacionada ao sistema eleitoral, apontando quatro fatores que influenciam neste processo: 1) natureza da lista partidária – quando aberta, o eleitor vota no candidato; quando fechada, o partido controla o posicionamento do candidato; 2) a obrigatoriedade de colocar as mulheres nas primeiras posições quando a lista é fechada, o que se observa na Argentina, onde o terceiro lugar é para as mulheres; 3) o tamanho da circunscrição eleitoral – quanto maior o distrito, maior a chance das mulheres se elegerem quando a lista for fechada e, por fim, 4) o compromisso partidário não apenas em estabelecer cotas, mas em torná-las eficazes.

Segundo a mesma autora, o problema das cotas no Brasil é que, em primeiro lugar, a lista é aberta, há competição intrapartidos e, ademais, as cotas não são obrigatórias na medida em que existe a reserva de vagas, mas elas não precisam ser necessariamente preenchidas (HTUN, 2001), visto que os partidos que não as cumprem não sofrem sanções. O mesmo não se verifica em outros países latino-americanos onde as cotas são obrigatórias, como é o caso, por exemplo, da Argentina, México e Bolívia (onde as cotas são de 30%); Costa Rica (40%); Peru (25%) e no Paraguai (20%). Nesses países as listas de candidaturas dos partidos para concorrer nas eleições não são registradas caso as mesmas não cumpram os percentuais estabelecidos (CEPAL, 2007; PESCHARD, 2002).

No que tange a esse debate, pode-se ainda acrescentar que um sistema político com as características do sistema adotado no Brasil exige que os candidatos tenham um acúmulo relativamente grande de capital político¹⁴ a fim de angariar votos. Sendo assim, a adoção da política de cotas foi compreendida também como elemento que faria frente à cultura política e às relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres.

¹³ Este estudo também demonstra a forte correlação existente entre os valores de igualdade de gênero na política e a democracia a partir de dados que permitem perceber que nos países onde a população vive sob um regime autoritário, a sub-representação nos Parlamentos é quase sempre maior. Além disso, o estudo faz referência às diferenças econômicas entre as sociedades e à herança religiosa como fatores intervenientes na presença feminina na política. Contudo, demonstram que as mudanças culturais também são essenciais, e as mesmas estariam ocorrendo em torno dos papéis sociais de gênero em função da educação das mulheres, oportunidades de carreira, as taxas de fertilidade, comportamento sexual e visões de mundo.

¹⁴ De acordo com Pierre Bourdieu (2006) o capital político é compreendido como uma forma de capital simbólico e consiste em ser reconhecido socialmente pelos demais como capaz de exercer poderes em nome destes.

Conforme pondera Luis Felipe Miguel (2000), historicamente as mulheres tendem a ser portadoras de menor capital político que os homens, o que contribui para que o campo político seja um espaço de domínio masculino, ou seja, o não reconhecimento das mulheres como aptas para o desenvolvimento da atividade política faz com que tenham menores chances de obterem posição de destaque e serem eleitas.

As cotas contribuiriam desse modo, para o empoderamento de um dos segmentos sociais historicamente alijados dos processos políticos tradicionais, entre eles principalmente as mulheres. No limite, observa-se um processo de democratização institucional da esfera pública na medida em que ela não é mais um espaço destinado única e exclusivamente aos homens, não excluindo de forma explícita as mulheres.

Entretanto, ainda que seja visível o esforço para incluir as mulheres nos postos de poder, a representação política ainda é algo a *conquérir* (COLLIN, 2006), ainda por ser conquistada, visto que o desafio para as democracias não é meramente a inclusão das mulheres, considerando que formalmente elas estão incluídas. A grande questão é reconhecê-las e incorporá-las de fato nas instituições onde se tomam as decisões (CEPAL, 2007). Isto implica em considerar que muitos são os limites para a eficácia da redução das desigualdades de gênero a partir de políticas desta natureza, proporcionadas pela democracia representativa.

Nessa mesma direção, Fanny Tabak (2002) argumenta acerca de alguns obstáculos de outra natureza que as mulheres precisam superar para alcançar posições-chaves na política, entre eles, encontram-se:

A) Partidos políticos: no sentido de que há resistência por parte dos mesmos para indicar candidaturas de mulheres e apoiá-las nas campanhas eleitorais. Em outras ocasiões, o partido acredita que em função do prestígio que algumas mulheres desfrutam, elas poderão contribuir com votos para a eleição de um homem¹⁵.

B) Treinamento político: falta de programas realizados pelos partidos ou demais organizações, aliado ao baixo índice de filiação sindical e nas organizações profissionais das mulheres.

¹⁵ Nesse particular cabe abrir um parêntese para destacar que quando as mulheres são selecionadas pelos partidos para concorrerem há, aponta Marlise Matos (2010), prioridade para aquelas mulheres que já tenham uma trajetória política ou uma trajetória profissional ou familiar. Tais candidaturas femininas têm maior apoio político-partidário que candidaturas de mulheres que não tenham esse perfil. Conforme Vanessa Matos (2009) a resistência dos partidos a abrir espaços para as candidaturas femininas, apoiado na ideia de preconceito, na verdade, é uma questão mais complexa. Conforme a autora seria possível distinguir entre resistência partidária institucional ou individual e resistência explícita ou velada. O efeito de gênero operaria de forma indireta, como resultado de uma prática inercial por parte do partido, o que significa compreender que “o gênero é uma variável e não a variável que define quem participa da política ou quais estratégias políticas serão conduzidas” (ARAÚJO, 2009, p. 29).

C) Instituições sociais: ausência de instituições como creches, jardins de infância, parques recreativos, para auxiliar mulheres que têm responsabilidades familiares.

D) Problemas estruturais: desemprego, analfabetismo, carestia de vida, déficit habitacional e falta de informação política são considerados desestímulos à iniciação das mulheres na carreira pública.

E) Fatores pessoais: insegurança quanto ao bom desempenho enquanto representante, a aceitação do discurso de que política não é uma carreira adequada para mulheres que desejam casar e ter família, pois envolve corrupção, egoísmo e coisas semelhantes.

Complementando essas explicações, para Céli Pinto (2010) as razões da ausência feminina no mundo da política devem ser buscadas, da mesma forma, na postura das candidatas, bem como na recepção do discurso pelos eleitores e eleitoras. Essa opinião se justifica tendo em vista que as questões referentes aos direitos das mulheres fazem parte dos programas escritos de algumas destas candidatas, contudo a ausência de qualquer referência aos mesmos no programa eleitoral de televisão parece indicar que essa não seria uma problemática que sensibilizaria eleitores e eleitoras.

Esse é um aspecto que deve ser levado em consideração, segundo a autora, porque para ela,

[...] o espaço da política institucional representativa não é um espaço novo conquistado (como os Conselhos, Delegacias, Secretarias), mas o espaço do outro que tem de ser rompido e transformado. O outro, frente a esta quase invasão, perde a sua inviolabilidade, a sua clausura, seu espaço intacto de reprodução de discurso de poder; torna-se um outro diferente ou perde sua identidade, transformando-se em um “nós”. Buscar emancipação no lugar do outro é uma ação com dificuldades e efeitos muito específicos. Poder-se-ia pensar em um cenário alternativo de construção de novos espaços pautados por novos acordos de vivência, convivência e formas de tomada de decisão, que ao longo do tempo criariam condições de uma morte por asfixia dos antigos espaços, os quais definhariam como excrescências ou tradições sem poder (PINTO, 2010, p.20-21).

Existiria outra explicação para o atual estágio em que as cotas se encontram e que parece importante destacar, tendo em vista o modelo de cotas adotado no Brasil e sua concepção. A crítica proposta por Nancy Fraser (2002) é uma crítica de fundo, de concepção e entendimento do objetivo das cotas e de uma concepção diferenciada de democracia. Ao dialogar com a noção de cotas a partir do termo “paridade”, utilizada pela literatura francesa, Nancy Fraser vai reafirmar seus posicionamentos em relação ao que compreende por justiça social, mais uma vez, na tentativa de articular redistribuição com reconhecimento.

Esse debate é bastante caro para a autora, pois é através dele que a mesma define seu princípio de paridade participatória. Para se alcançar tal paridade, a autora alerta para o

atendimento de duas condições. A primeira, de ordem objetiva, exprime que a distribuição dos recursos materiais deve assegurar a independência e voz dos participantes. A segunda, de ordem subjetiva, requer que os padrões institucionalizados de valoração cultural atribuam igual respeito a todos os participantes (FRASER, 2007).

Nesse sentido a autora aponta quatro pontos divergentes em relação à noção de paridade:

1) Paridade significa igualdade numérica na representação de gênero nas Assembleias Legislativas. Para Nancy Fraser (2002), paridade não é uma questão numérica, mas uma condição qualitativa, de ser um par, de agir em pé de igualdade com o outro. As disparidades das mulheres nos espaços de representação política formais demonstram, segundo afirma, uma disparidade existente na vida social. Decorre disso que a supressão das desigualdades sistêmicas e, por conseguinte da condição de subordinação geradas pelo sistema são elementos necessários para a obtenção da paridade de participação. “[...] a democracia política exige uma igualdade social substancial” (FRASER, 2001b, p.137).

2) Paridade está baseada numa concepção de justiça a partir da dimensão do reconhecimento, ou seja, a disparidade na participação política das mulheres seria fruto de uma visão androcêntrica presente nas estruturas partidárias. A solução seria a garantia constitucional de metade das vagas para as mulheres nas listas. Para Nancy Fraser (2002), a paridade participativa se refere tanto à dimensão do reconhecimento quanto da redistribuição, o obstáculo para que isso ocorra poderia ser encontrado na má distribuição e no reconhecimento equivocado. Por má distribuição a autora compreende injustiças de ordem distributiva, ou seja, as pessoas sofreriam injustiças pelo fato de serem impedidas de participarem plenamente das estruturas econômicas, as quais lhes negariam os recursos necessários para interagirem com os demais na condição de pares. Por reconhecimento equivocado ou falso reconhecimento Nancy Fraser (2009) entende as desigualdades de *status*, o que para a mesma significa que as pessoas podem ser privadas de interagirem em termos de paridade por conta de hierarquias institucionalizadas de valoração cultural que lhes negam o *status* necessário. O não-reconhecimento significa então *subordinação social* no sentido de ser privado de *participar como um igual* na vida social. Para se chegar a uma paridade em termos de representação a autora propõe não apenas medidas para desinstitucionalizar hierarquias de valor, mas também mudanças na divisão do trabalho.

3) A terceira diferença se refere ao fato de que a paridade está relacionada às campanhas eleitorais para os postos legislativos, enquanto a paridade participatória se aplicaria para todas as esferas da vida social.

4) O quarto e último ponto divergente entre as perspectivas diz respeito a quem se aplica a paridade. No caso francês, justiça refere-se a uma diferenciação apenas de gênero. No proposto por Nancy Fraser (2002), justiça implica considerar todos os eixos principais de diferenciação social, não só gênero, mas raça, etnicidade, sexualidade, religião e nacionalidade.

Apesar destes inúmeros obstáculos apontados pela literatura especializada não é possível desconsiderar que as mulheres, mesmo em percentuais ainda baixos, se fazem representar nos postos eletivos. Dessa maneira, desde o ponto de vista das análises que discorrem sobre a temática, outro aspecto que parece importante destacar em relação às mulheres e o poder político é a forma como as mesmas fazem política.

Encontra-se na literatura sobre a temática uma tentativa de demonstrar a existência de uma forma diferenciada de fazer política e como ela vem sendo compreendida. Três definições podem ser encontradas. As duas primeiras abordagens apresentam uma visão crítica a essa forma de atuação política, enquanto que a terceira interpretação é assumida, pela autora, como a grande saída para a representação feminina. Seriam estas as interpretações:

A) Política de sensibilidade: as mulheres transformariam a política dura em política leve, ocupando os espaços menos áridos e mais dignos (GROSSI, MIGUEL, 2001).

B) Política de desvelo: voltada ao cuidado do outro, ao passo que estaria mais ligada à área social, reproduzindo a tradicional divisão sexual do trabalho político (MIGUEL, L., 2001).

C) Estilo feminino de fazer política: seria o resultado das experiências vividas pelas mulheres que levaria para a esfera pública as demandas advindas de suas experiências no âmbito da esfera privada, alterando a própria divisão entre essas duas esferas e incidindo prioritariamente sobre a formulação de políticas públicas. Desta forma se incluiria na agenda temas antes não considerados como relevantes pela elite política, mas que, no entanto, são importantes para a vida das mulheres (AVELAR, 1996).

No âmbito dos estudos sobre cultura política, Pippa Norris e Ronald Inglehart (2003) verificaram que as desigualdades estruturais, atitudes motivacionais e redes sociais informais, ajudam a explicar os diferentes níveis e tipos de participação na vida associativa. Por meio de dados obtidos pela Pesquisa Mundial de Valores, concluíram que existem ao menos dois tipos de segregação social e cultural tangenciada pela noção de gênero: uma delas é a segregação vertical (entendida como o número total de associações que mulheres e homens participam) e, a outra, seria uma segregação horizontal (o tipo de associações que mulheres e homens participam).

A partir disso, os autores puderam perceber que os homens são mais participativos em associações cívicas como: partidos políticos, clubes desportivos, movimento pacifista, associações profissionais, sindicatos e associações comunitárias. Já as mulheres participam em maior número de associações relacionadas aos papéis femininos tradicionais, ou seja, associações ligadas à educação e as artes, organizações religiosas, entidades que prestam serviços de assistência social para idosos ou deficientes, bem como em grupos de mulheres.

Numa tentativa de explicação para esses dados, Pippa Norris e Ronald Inglehart (2003) observaram que a disparidade de gênero, no número de membros nas associações formais, é o reflexo do modo como homens e mulheres diferem em suas redes sociais informais. O tempo gasto com a casa, familiares e parentes próximos, mais comum entre as mulheres, não necessariamente leva as pessoas a participarem de organizações formais e grupos comunitários. No entanto, o tempo dispensado informalmente aos colegas de trabalho e amigos, mais comum entre os homens, foi uma variável positivamente correlacionada com a participação em associações formais.

No contexto brasileiro, o mesmo foi observado por Teresa Sacchet (2009), para quem as mulheres tendem a participar de atividades em grupos de assistência social, associações do voluntariado e em conselhos de saúde e educação. Sua pesquisa destacou ainda que os diferentes papéis sociais desempenhados por homens e mulheres nos espaços públicos e privados tendem a ser reproduzidos nas instâncias associativas cívicas e são refletidos nos tipos de associações e temáticas priorizadas por homens e mulheres.

Ou seja, homens e mulheres tendem a participar em associações de cunho distinto. Os homens participam mais em associações ligadas à esfera pública, como por exemplo, aquelas relacionadas ao mundo da política, do trabalho e do lazer, enquanto as mulheres participam mais em associações que lidam com assuntos relacionados à família e à comunidade. Os tipos de grupos em que as mulheres participam favorecem a construção de redes mais homogêneas, importantes para o estabelecimento e o fortalecimento de laços pessoais que são importantes para a vida e solidariedade comunitária, e tendem a fornecer recursos para as práticas cotidianas das mulheres. [...] Porém, essas redes são menos efetivas para gerar retorno político-eleitoral. Os homens, por outro lado, associam-se mais em grupos ligados à esfera pública, os quais auxiliam na formação de redes interpessoais mais heterogêneas, que criam incentivos políticos e geram recursos político e financeiro. Os homens têm maior capital do tipo público (“bridging” e “linking”), que são mais efetivos para a geração de recursos eleitorais, como capital financeiro e conhecimento político (SACCHET, 2009, p.324).

Finaliza a autora, acrescentando que a concentração de mulheres em grupos associativos mais homogêneos, orientados para o interesse relativo à família e à comunidade, “não apenas reflete as típicas relações de gênero e a divisão social do trabalho entre homens e mulheres, mas também as reforça” (SACCHET, 2009, p. 327).

De forma semelhante, em pesquisa sobre participação feminina no Orçamento Participativo (OP) em Porto Alegre (1991-2005), foi observado que há uma inserção diferenciada das mulheres nas diversas etapas de realização desta proposta, tanto nos espaços de participação quanto nas instâncias de representação política do OP. Constatou-se que as mulheres, em termos de participação nas assembleias regionais e temáticas são mais participativas que os homens. No entanto, quando a análise se volta para a composição do Conselho do OP - seu órgão de maior prestígio e visibilidade - o percentual de mulheres torna-se inferior ao dos homens, reproduzindo o que ocorre nas instâncias representativas das democracias tradicionais.

Além da inversão numérica em termos de representação, demonstrei que existem temas priorizados pelas mulheres quando se trata de eixos temáticos nas assembleias e no Conselho do OP. Especificamente no ano de 2005, as mulheres priorizaram, nas assembleias, as seguintes temáticas: “Educação, Esporte e Lazer”, “Cultura”, “Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental”, “Saúde e Assistência Social”, “Circulação e Transporte” e “Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo”. Enquanto os homens concentraram-se nas temáticas: “Cultura”, “Educação, Esporte e Lazer”, “Circulação e Transporte”, “Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo”, “Organização da Cidade, Desenvolvimento Econômico e Ambiental” e “Saúde e Assistência Social” (ORSATO, 2008).

Importante sublinhar também que o mesmo ocorreu na composição do Conselho do OP onde as mulheres foram representadas em quatro de suas seis temáticas. Em “Educação, Esporte e Lazer” e “Cultura”, onde as mulheres tiveram duas integrantes cada e na temática “Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental”, na qual uma foi eleita para o Conselho do OP. Já na temática “Saúde e Assistência Social”, dos quatro representantes, três foram mulheres. Nas temáticas “Circulação e Transporte” e “Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo”, não houve ocorrência de representação feminina.

Tal situação, verificada para o ano de 2005, também pode ser visualizada para o período 1994-2005. A temática que mais apresentou representação feminina foi “Saúde e Assistência Social” somando 28 mulheres e 16 homens, em termos percentuais, 63,63% dos integrantes dessa temática foram mulheres. Excetuando-se as temáticas “Cultura” e “Educação, Esporte e Lazer”, nas quais ocorreu relativa equiparação na representação de ambos os sexos 11 homens e oito mulheres e, 25 homens e 19 mulheres, respectivamente, nas demais temáticas demonstrei uma sobreposição da representação masculina. Notadamente nas temáticas “Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo” (39 homens e seis mulheres conselheiras), “Circulação e Transporte” (39 homens e nove mulheres) e “Organização da

Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental” (36 homens e dez mulheres). Para melhor visualização destes dados, apresentamos a tabela abaixo com os valores em percentuais de representação feminina em cada temática.

Tabela 5

Representação feminina por temática no Conselho do Orçamento Participativo
(Porto Alegre 1994-2005)

Temática	Mulheres	Homens	% mulheres
Saúde e Assistência Social	28	16	63,63%
Cultura	8	11	42,10%
Educação, Esporte e Lazer	19	25	43,18%
Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo	6	39	13,33%
Circulação e Transporte	9	39	18,75%
Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental	10	36	21,73%

Fonte: Elaboração própria.

Assim, a prioridade dada pelas mulheres para algumas temáticas pode ser entendida como uma estratégia de entrada na esfera pública, tendo em vista que elas se ocupam de assuntos dos quais já tem certo domínio, como por exemplo, educação, saúde, assistência social, entre outros (ORSATO, 2008). Esse fato pode representar a possibilidade de transformação da realidade em que se encontra uma parcela significativa de mulheres, tendo em vista que pode ser a saída para a formulação de políticas públicas centradas “no combate à discriminação, na promoção da igualdade e eliminação da pobreza. A representação específica desse grupo nos espaços de poder é uma estratégia poderosa de desconstrução deste quadro” (MOREIRA, s/d, p.6).

Pippa Norris (2006) também destaca que a presença de mulheres nos Parlamentos, além de ter importante impacto sobre a agenda das políticas públicas e na articulação dos interesses das mulheres, seria igualmente um fator crucial para a legitimidade dos órgãos democráticos. Para a autora, mais mulheres no poder permitiria que as preocupações e as prioridades das mulheres fossem levadas em consideração nos processos decisórios.

As argumentações de Fanny Tabak (2002) também caminham nessa direção, quando a autora aponta que, a partir dos anos 1970, a presença das mulheres no Legislativo fez uma diferença considerável no Brasil. Isso por que:

A) Incluiu na agenda, em função da luta dos movimentos sociais, questões até então ausentes e específicas que se constituem em preocupação para as mulheres como, por exemplo, abuso sexual, violência doméstica, aborto, divórcio, status das mulheres, proteção das crianças, entre outros.

B) A tribuna passou a ser palco de denúncias relacionadas à discriminação de gênero e apoiar demandas sociais apresentadas pelos movimentos.

C) Mulheres nos Parlamentos auxiliaram na adoção de políticas públicas que afetaram a vida de homens e mulheres, entre as quais, políticas de saúde, moradia, educação e meio ambiente.

D) Grande importância das parlamentares na transição para a democracia e na elaboração da Constituinte (1987-1988).

No que tange à atividade parlamentar, Fanny Tabak (2002) afirma que a participação das mulheres no poder Legislativo faz diferença no sentido de que a presença ou não delas tem se apresentado como importante fator para que existam ou não projetos de lei que beneficiem diferentes grupos da população feminina. No entanto, essa relação apenas é garantida quando as parlamentares são indicadas, eleitas e enviadas ao Parlamento como “resultado de sua preocupação, demonstrada publicamente, com as questões que afetam as mulheres e se ofereceram um apoio ativo às lutas das mulheres” (TABAK, 2002, p.116).

Nesse particular cabe destacar as observações de Lúcia Avelar (2001), para quem deve ser levado em conta o fator origem da vida política. Segundo afirma, as elites tradicionais e as oligarquias se valem de relações de parentesco para ascender aos postos de poder. Nesse caso, mulheres que chegassem ao poder por esta via representariam as elites locais e nada teriam a ver com as mudanças propostas pelos movimentos e grupos de mulheres que lutaram pela reestruturação de sua identidade política. Assim “podemos até ter mais mulheres na política formal, mas elas não representam as necessidades especificamente femininas” (AVELAR, 2001, p.50).

Esse dado faz com que a autora atribua importância e entenda como uma necessidade saber a respeito da natureza do trabalho parlamentar das mulheres. Somente a partir disso seria possível saber se o maior número de mulheres significaria uma real mudança política. Tal mudança refletiria novos interesses postos pela sociedade, pelos movimentos feministas e de mulheres. Contudo, existe uma tendência para que as parlamentares apresentem

reivindicações de natureza social, mais próximas às necessidades imediatas da população (AVELAR, 2001).

Contribuindo para este debate Joni Lovenduski e Pippa Norris (2003) afirmam que a aposta na reivindicação do aumento no número de mulheres como fator que acarretará mudança qualitativa, depende da mudança de valores e atitudes de homens e mulheres. Caso isso não ocorra poderemos observar uma situação em que a face pública da política se tornará feminina, no entanto, a cultura e a agenda política permanecerão inalteradas. Assim, aos percentuais de representação feminina seguirá uma mudança qualitativa somente se as mulheres políticas diferirem significativamente dos homens em relação às prioridades e a forma de tomar as decisões. De todo modo, para os autores, a presença de mulheres como representantes eleitas sinaliza para a legitimidade de suas preocupações podendo culminar no maior reconhecimento desses interesses.

Porém, sem desconsiderar a importância desta participação, pode-se dizer que essa é uma forma de inserção na esfera pública que também precisa ser problematizada, considerando que a vinculação das mulheres aos temas ligados à área social contribui para mantê-las em situação de menor prestígio e influência (MIGUEL, FEITOSA, 2009). Além disso, fornece elementos para a criação de um estereótipo da atuação política das mulheres, já que seu desempenho se processa conforme os papéis ou, melhor dizendo, as atividades reconhecidas como próprias das mulheres e desempenhadas por elas na esfera privada (REZENDE, 2009).

Para melhor esclarecer a problemática Luis Felipe Miguel e Fernanda Feitosa (2009), entendem como *soft politics* as políticas cujos assuntos estão direcionados para o social, quais sejam, saúde, habitação, direitos humanos, questões sociais (pobreza, desigualdade, fome), meio ambiente, educação, cultura e esporte, direitos do consumidor, família, direitos reprodutivos, infância e adolescência e questões de gênero.

Esta forma de política se contrapõe às *hard politics*, as quais compreendem o exercício do poder de Estado e a gestão da economia: relações exteriores; defesa; reforma política e legislação eleitoral; administração pública; corrupção; política econômica, industrial, tributária e agrícola; violência e segurança pública; reforma agrária; questões internas do Congresso; infraestrutura e economia em geral.

Haveria, para os autores, ainda outra classificação para a atuação dos parlamentares, a *middle politics*, na qual se subscrevem questões como emprego, trabalho e formação social, ciência e tecnologia, funcionalismo público, comunicação social, propriedade intelectual,

pirataria, biopirataria e assemelhados, previdência social, questões consideradas irrelevantes (homenagens e comemorações), questões religiosas e outros.

Além de ser possível observar essa forma de atuação por meio de elaboração de projetos, também é possível distinguir dentro dos trabalhos parlamentares uma divisão bastante acentuada entre homens e mulheres no que se refere à participação em comissões.

Em pesquisa desenvolvida no Congresso Nacional brasileiro por Luis Felipe Miguel e Fernanda Feitosa (2009) destaca-se o fato de que entre as deputadas, 85,9% participaram de comissões vinculadas a *soft politics*, mas apenas 55,4% dos homens as integraram. Nas comissões de *hard politics*, os percentuais são de 74,5% dos homens e 46,9% das mulheres. Segundo os autores, o fato de haver uma visão estereotipada das “inclinações femininas”, dentro dos partidos, contribui para insular as deputadas na política soft, o que independe da filiação a um partido de esquerda, de centro ou de direita.

Para os autores, o que

[...] é apenas um degrau na carreira política de um homem aparece como o espaço próprio para a ação parlamentar de uma mulher. Assim, o cruzamento entre sexo e posição no campo reforça a hipótese de que a vinculação das mulheres aos temas soft contribui para mantê-las em situação de menor prestígio e influência” (MIGUEL, FEITOSA, 2009, 216).

Contudo, os autores também apontam para o fato de que ocorre uma transição, em termos de debate, para *hard politics* à medida que as mulheres conquistam maior visibilidade e prestígio entre seus pares.

Dissertação de mestrado defendida por Cíntia Reis (2010) sobre o perfil das deputadas federais brasileiras (1986-2011) demonstrou, nessa perspectiva, que as comissões permanentes que mais agregam mulheres são seguridade social e família; educação, cultura e desporto; defesa dos consumidores e direitos humanos e minorias. A autora verificou ainda que há um recorte ideológico nos temas escolhidos pelas deputadas. As deputadas alinhadas à esquerda do espectro político ideológico preocupam-se mais com questões sociais, enquanto que as de centro, com questões de administração, meio ambiente e transporte e as de direita, com o tema da defesa nacional e do transporte.

Este estudo também concluiu que a esquerda elege mais deputadas próximas de determinadas organizações, entre elas, os movimentos sociais, os sindicatos e os partidos. Em termos regionais, a esquerda elege mais mulheres no Sul e Sudeste, enquanto a direita e o centro elegem mais representantes femininas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. Além disso, o estudo destacou que os partidos que mais elegem deputados são os que mais

elegem mulheres. De acordo com o número de deputadas: PMDB, PT, DEM, PSDB, sendo que, para a autora, é notável o crescimento do PCdoB e PSB.

Nesse mesmo sentido, temos as conclusões de Irllys Barreira e Danyelle Gonçalves (2011), a respeito do trabalho das deputadas e senadoras no Congresso Nacional (2003-2015), para o qual as autoras afirmam que a atuação mais significativa das parlamentares ocorre nas Comissões de Educação e Cultura e Segurança Social e Família.

Assim como a pesquisa realizada por Lúcia Avelar (2001) que mostra que os temas priorizados pelas mulheres, na legislatura de 1998-2002 na Câmara dos Deputados, referiram-se às áreas de trabalho e previdência, saúde, violência e direitos civis, enquanto uma proporção mínima tratou de temas relacionados ao desenvolvimento, à infraestrutura e ao poder.

Trabalho realizado por Marlise Matos (s/d, 2010) a respeito das deputadas estaduais e federais no Brasil demonstrou, da mesma forma, uma participação legislativa feminina segregada dentro do Parlamento, um padrão de atuação que reforça o *status quo* subalternizado das mulheres. Além da baixa indicação para a composição da Mesa Diretora, de uma forma geral, as mulheres costumam participar de comissões pouco prestigiadas das casas legislativas que acabam se tornando nichos básicos de atuação das mulheres: Comissões de Segurança e Família, de Saúde, de Direitos Humanos e de Educação. A autora, também destaca que raramente as mulheres alcançam postos de liderança dentro de suas agremiações partidárias e nas Casas Legislativas, fator esse que acaba sendo um limitador para as mulheres na definição das agendas parlamentares, sobre as quais acabam tendo pouco impacto.

Dados semelhantes foram relacionados em estudo realizado por Daniela Rezende (2009), a respeito das mulheres na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, considerando as legislaturas no período 1999 a 2006. A pesquisa demonstrou que as comissões com maior número de mulheres são as de Defesa do Consumidor e Trabalho, Previdência e Ação Social, indicando o reforço da atuação das parlamentares mineiras como “cuidadoras”.

Além disso, trabalho desenvolvido por Raimunda Velázquez (2011) analisando a presença e atuação parlamentar das deputadas do Estado de Goiás, demonstra que entre 1951 e 2011, as comissões que apresentaram maior número de mulheres foram: Comissão da Criança e do Adolescente, a Comissão de Educação, Cultura e Esportes e a de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Em termos de projetos apresentados pelas deputadas, segundo Marlie Matos (s/d, 2010) a atuação política das mulheres se concentra no plano local e na esfera de superação de necessidades imediatas da população, mais especificamente das mulheres por meio de lutas

por creche, saneamento básico, condições melhores de saúde, de escolarização, de transporte e de habitação. Saúde e educação também foram os principais projetos aprovados pelas parlamentares do Legislativo de São Paulo em 2002, conforme demonstra pesquisa de Terezinha Richartz (s/d).

Estudo realizado por Lourdes Moreira (s/d) a respeito da elaboração de leis na constituição das políticas sociais no Estado do Rio de Janeiro, a partir da implementação da política de cotas para gênero nos partidos políticos, apresentou resultados semelhantes. Os dados do estudo apresentam que, no período correspondente a 1975/1999 – legislaturas anteriores à validação da lei de cotas, surgiram 14 leis feitas por mulheres e dirigidas, direta ou indiretamente, à questão feminina. Destas, cinco se referem à proteção e ou fomentação ao trabalho, sete se referem à saúde e duas à educação/conscientização de gênero.

A mesma autora ao fazer análise da atuação parlamentar no período 1975 a 2003 (fusão do Estado de Rio e da Guanabara) destaca a presença crescente das mulheres no Parlamento, o progressivo aumento do número de deputadas que debatiam questões voltadas às mulheres, bem como a presença de projetos voltados à proteção das mesmas, ainda que em número bastante reduzido. Nesse particular, o maior destaque à proteção às mulheres ocorreu no período compreendido entre 1991 e 2007, momento em que os projetos apresentados pela bancada feminina versaram sobre: saúde da mulher (40%), contra a violência ou apoio a vítima (23,33%), consciência de gênero (16,7%), direitos reprodutivos e construção de creches (6,7%) e, por fim, questões ligadas ao trabalho e contra o turismo sexual (3,3%) (MOREIA, 2010).

Trabalho desenvolvido por Livia Pinto (2008) na Assembleia Legislativa do Paraná (1999-2007) demonstrou que os projetos de maior frequência propostos pelas mulheres foram: declaração de utilidade pública, título de cidadão honorário, saúde, meio ambiente, direitos da mulher, educação, transporte coletivo, cultura e segurança pública, trabalho e previdência. Ou seja, mais uma vez as áreas temáticas desenvolvidas pelas deputadas, incidem, em maior quantidade, sobre as questões de cunho social e familiar como a saúde da mulher e da criança, a educação, violência, entre outros. A pesquisa ainda demonstrou que dos 211 projetos apresentados pelas parlamentares, 123 diziam respeito a declaração de utilidade pública, 20 a concessões de títulos honorários e os projetos relativos à defesa dos direitos da mulher contaram com oito proposições apenas.

Ao estudar a Assembleia de Minas Gerais no período 1999-2006, Daniela Rezende (2009) observou, da mesma forma, que há um maior percentual de proposições de natureza social apresentada pelas mulheres filiadas a partidos de esquerda e também as quais mais

propõem legislação voltada aos interesses femininos. Nessa direção, o trabalho de Ângela Borba (1998) destaca os projetos a respeito da condição feminina que vem sendo propostos pela bancada do PT nas Assembleias Estaduais e no Congresso Nacional, destacando a questão do assédio sexual, trabalho da mulher, educação infantil, violência doméstica, aborto, entre outros.

Em relação aos estudos a respeito do Congresso Nacional o trabalho de Fabrícia Pimenta (2006) diz respeito à análise das matérias legislativas priorizadas pelas senadoras brasileiras. Os principais temas nas matérias foram as questões sociais, previdência social e fundiária.

Nesta mesma direção segue a dissertação de mestrado defendida por Luana Pinheiro (2007), a respeito do Congresso Nacional, na qual a autora partiu da definição dos direitos sociais assegurados pela Constituição Federal para classificar projetos legislativos, os quais apresentavam uma grande variedade de temas. Para os propósitos daquele trabalho os temas dos projetos apresentados pelas parlamentares foram divididos em dois subgrupos.

O primeiro, diz respeito a projetos que se referem às áreas reconhecidas como tipicamente femininas e nas quais as mulheres têm concentrado sua atuação. Reportando, assim, aos cuidados e às atividades tradicionalmente exercidas pelas mulheres, reforçando os estereótipos femininos. O segundo subgrupo é composto por proposições direcionadas para áreas sociais, mas que não fazem parte do rol de atividades diretamente relacionadas aos cuidados e às funções até o presente, comumente, delegadas às mulheres, entre elas, estão: trabalho, previdência social, desenvolvimento agrário e política rural, segurança pública, meio ambiente e turismo.

A partir desse referencial, a pesquisa da autora constatou que 33,4% dos projetos propostos pelas deputadas concentraram-se em áreas que se relacionam aos cuidados e que reproduzem, de certa maneira, o papel das mulheres na esfera privada e sua extensão ao mundo público. Além disso, ganharam visibilidade proposições legislativas voltadas para grupos sociais específicos: crianças e adolescentes, população negra, idosos, portadores de deficiências, e o público GLBTT (gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e transgêneros). Conforme afirma a autora

Esta é uma característica importante da atuação feminina: ir além das temáticas de cunho universal e garantir àqueles grupos vítimas de preconceitos e discriminações, conquistas legais que lhes assegurem melhores condições de vida e de inserção na sociedade (PINHEIRO, 2007, p.141).

Também, destacou o estudo que 28,2% dos projetos de iniciativa feminina dizem respeito a temas sociais, porém não estão associados ou não são reconhecidos como tipicamente femininos. Já entre as temáticas de menor preocupação das deputadas no período encontram-se assuntos ligados ao processo legislativo (1,7%) e ao sistema político (1,5%) o que confirma, segundo Luana Pinheiro (2007), que os temas relacionados ao poder e à política continuam praticamente ausentes da pauta de interesses femininos.

A partir dessas considerações e dos resultados das pesquisas apresentadas entendemos que ainda seja necessário aprofundar pesquisas a respeito da participação política das mulheres, suas motivações e incidências sobre a vida de outras mulheres. Numa tentativa de contribuir para o debate nas páginas que seguem tentamos demonstrar a presença e atuação política das parlamentares no contexto da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul desde a eleição da primeira deputada estadual, em 1950, até 2011.

2 “NÃO TENHO BAGAGEM POLÍTICA, SÓ UMA VALISE DE MÃO”¹⁶: REPRESENTAÇÃO FEMININA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL

Como podemos notar no capítulo anterior, a conquista da cidadania política por parte das mulheres exigiu que os movimentos feminista e o de mulheres percorressem um longo caminho até o reconhecimento desse segmento social como portador dos direitos e das garantias políticas, assim como aconteceu com os homens. Contudo, se este caminho foi longo e ainda encontra-se incompleto desde uma perspectiva de sua efetivação e superação das barreiras impostas, é fundamental observar que no contexto brasileiro e, em especial, no caso do Rio Grande do Sul, a consolidação de um cenário político liberal democrático também é algo recente.

Tal afirmação leva em consideração os acontecimentos políticos que marcaram o contexto nacional e regional nas últimas décadas do século XIX; todos os encontros e desencontros, as descontinuidades democráticas do século XX. Embora não seja o objetivo rememorar a formação da Assembleia Legislativa Gaúcha, parece-nos importante destacar alguns fatos marcantes ao longo desse período, pois são fundamentais para a compreensão da participação política das mulheres no Rio Grande do Sul.

Assim, as páginas seguintes se dedicam a pontuar alguns dos principais acontecimentos políticos e clivagens político-partidárias no contexto estadual e nacional sem, no entanto, ter a preocupação de destacar e destinar a cada um o devido aprofundamento.

¹⁶ Resposta da Deputada Suely de Oliveira a Leonel Brizola quando do convite para assumir uma Secretaria do Estado do Rio Grande do Sul. (Fonte: TERLERA, João Carlos. Perfil de uma pioneira, 2007, p.26. In: OLIVEIRA, Suely Gomes de: perfil biográfico, depoimentos e discursos (1915-1994). Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2007. **Perfis Parlamentares**, n°11).

Gostaríamos de enfatizar o contexto político nacional e local no qual se verificou a entrada em cena das mulheres na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Portanto, iniciaremos traçando um histórico da constituição do Legislativo estadual para, na sequência do texto, apresentar o perfil das deputadas estaduais ao longo do período 1951 a 2012, enfatizando uma série de elementos considerados fundamentais para a compreensão da representação política das mulheres.

2.1 A FORMAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A história da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul inicia bem antes da presença feminina neste espaço. Remonta ao Período Imperial (1822-1889) o estabelecimento do Poder Legislativo nos estados brasileiros a partir da Lei nº16, de 12/8/1834, conhecida como o Ato Adicional à Constituição Brasileira de 25 de março de 1824, outorgada por Dom Pedro I. Intitulada Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande, a mesma entra em vigor em 1835 e permanecerá com seus trabalhos até 1889 (FRANCO, 2004).

Neste período, de bastante agitação polarizada entre duas forças políticas – conservadores e liberais - somam-se um total de 23 legislaturas, cada uma delas de dois anos, sendo que algumas interrupções ocorreram ao longo do período. Por exemplo, entre 1837 e 1846 não correram eleições e a Assembleia Legislativa permaneceu fechada em função da Revolução Farroupilha.

Outros momentos como este podem ser observados em 1865 quando apenas seis representantes se faziam presentes às sessões e, em 1868, as eleições foram adiadas para o início de 1869. Fato marcante desse período é a adoção do sistema de eleições diretas para membros da Assembleia a partir de 1881. Com a Proclamação da República todas as Assembleias Provinciais são extintas a partir do Decreto nº 7 de 20 de novembro de 1889.¹⁷

A promulgação da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, em 14 de julho de 1891, propõe um novo ordenamento jurídico no qual a Assembleia é reaberta com o nome de Assembleia dos Representantes e atuará durante todo o período da República Velha (1891 a 1930), totalizando 11 legislaturas. O Legislativo era então composto, inicialmente por 32 e, posteriormente, por 48 membros, os quais eram eleitos através de sufrágio direto, para

¹⁷ Para mais detalhes ver: FRANCO, Sérgio da Costa. **A Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul (1885-1889): crônica história**. Porto Alegre: CORAG, 2004.

mandato de quatro anos, sendo que as sessões ocorriam por dois meses (TRINDADE, NOLL, 2005).

A principal característica da Assembleia dos Representantes é que seu poder estava restrito às questões orçamentárias, – no primeiro mês das sessões plenárias os parlamentares votavam a proposta orçamentária para o ano seguinte e, no segundo mês, examinavam as despesas do ano que findava - centralizando poder no Executivo, ou seja, no Presidente do Estado, seguindo a doutrina de Auguste Comte.

A impossibilidade de iniciativa legislativa foi um dos fatores de confrontação política por mais de quarenta anos, durante o regime republicano castilhistas¹⁸. Em termos de política partidária, este período foi caracterizado pela disputa entre republicanos e liberais. A partir de 1928, quando Getúlio Vargas assume a presidência do Estado, há um esforço em torno da criação da Aliança Liberal, conciliação que tornará possível a Revolução de 1930¹⁹. Com este episódio, o Governo Provisório fecha a Assembleia dos Representantes, em novembro de 1930, a qual será reaberta em 1934, agora com a denominação de Assembleia Legislativa.

A partir de 1935 com a Constituição Estadual, o órgão legislativo assume suas funções constitucionais. O Poder Legislativo, tal qual o compreendemos hoje, passa a ser exercido pela Assembleia Legislativa, a qual estava composta por 50 membros, com legislatura de quatro anos, mas que comparecem para as sessões plenárias durante quatro meses no ano. O sistema eleitoral adotado a partir de então é o proporcional, o voto torna-se aberto e fica garantida também a representação de organizações profissionais. A nova Constituição assegura também aos deputados a iniciativa de projetos de lei.

A Assembleia dos Representantes durará apenas dois anos. Em 1937, com o Estado Novo, os partidos políticos deixam de existir e a Assembleia Legislativa é fechada e somente será reaberta e terá suas atividades reativadas a partir de 1946. Nas palavras de Trindade e Noll,

¹⁸ Castilhismo é o nome dado à corrente política ou modelo político adotado durante a República Velha, fazendo referência ao nome de seu principal líder e articulador intelectual Júlio de Castilhos. É considerado a vertente gaúcha do positivismo político, que ganhou impulso após a Revolução Federalista (1893), quando o PRR assume o governo do Estado. Esse “projeto político alternativo” foi marcado pela presença de um único partido, o PRR, o qual tinha a característica de ser forte, organizado e disciplinado, além de contar com um aparato de controle coercitivo policial representado pela Brigada Militar e um arcabouço constitucional amparado na “ditadura republicana” da doutrina positivista de Augusto Comte. Além de Castilhos, foram nomes importantes no movimento Assis Brasil, Pinheiro Machado e Borges de Medeiros (TRINDADE; NOLL, 2005).

¹⁹ Movimento armado liderado pelos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, depôs o Presidente da República Washington Luís e levou à ascensão ao poder Getúlio Vargas, pondo fim à República Velha. Para saber mais ver: TRINDADE, Hélgio. NOLL, Maria Izabel. Subsídios **para a história do Parlamento Gaúcho** (1890-1937). Porto Alegre: CORAG, 2005.

Cabe concluir, com uma referência ao contexto nacional mais amplo; “apesar dos avanços do ‘ideário liberal’ da Revolução de 30, o varguismo vai submetê-lo às agruras de um autoritarismo desmobilizador e sem partidos durante o Estado Novo”. Até 1930 “não havia no Brasil um povo organizado politicamente dentro de um sentimento nacional consolidado”, dominando uma “cidadania negativa” ou “estadania”. Os avanços, no Brasil, na direção de um liberalismo democrático serão lentos no longo caminho a construir, com várias interrupções do processo. O padrão político brasileiro olhado em perspectiva é marcado por um ‘conservadorismo liberal’ associado a uma ‘democracia bloqueada’. Este, apesar dos avanços, ainda continua vigente, sob a égide histórica de uma ‘lógica liberal’ dominada por uma ‘práxis autoritária’ (TRINDADE, NOLL, 2005, p.117).

Apesar da abertura política e o processo de transição democrática ter iniciado ainda em meados do ano 1945, com o Ato Adicional que determinou prazo de noventa dias para fixar a data das eleições gerais, do Decreto nº 7.586 que institui o Novo Código Eleitoral e da anistia dos presos políticos em abril de 1945, o clima é de incerteza (CÁNEPA, 2005). Neste ano ocorrem eleições para Presidente da República, Senado Federal e Câmara de Deputados, dois anos mais tarde seria a vez dos Governos de Estados e das Assembleias Legislativas.

Assim, com o fim do Estado Novo, em 1947 é eleita a Assembleia Constituinte proporcionando a última reabertura da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul que desde então se mantém em funcionamento. O período democrático, compreendido entre 1947 e 1964, foi de intensos debates entre os 55 membros do Parlamento Gaúcho polarizados em dois blocos. Embora o sistema fosse de multipartidarismo, no cenário eleitoral o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foram as agremiações que mais obtiveram vagas na composição da Assembleia, ora como oposição, ora na condição de situação. Para se ter uma ideia, dados apresentados por Flávio Heinz (2005) demonstram que, de 1947 a 1967, de um total de 190 parlamentares eleitos, 86 foram do PTB, 50 do PSD, 17 do Partido Libertador (PL) e 13 do Partido da Representação Popular (PRP), os demais foram eleitos pelas outras oito siglas partidárias²⁰ que havia no momento.

Este, a exemplo dos demais, também foi um período bastante conturbado politicamente tanto em nível regional, quanto nacional. Em termos locais, entre os grandes debates do período, destacamos a adoção do presidencialismo ou do parlamentarismo, as emancipações de municípios, a encampação da Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense pelo Estado, o problema dos pequenos agricultores expulsos de suas terras, agricultura e pecuária e a questão orçamentária, cujo déficit do orçamento foi tema candente em todos os anos. Além disso, fizeram parte da agenda de debates na Assembleia Legislativa

²⁰ A saber: Aliança Republicana Socialista (ARS), Movimento Trabalhista Renovador (MTR), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Democrata Cristão (PDC), Partido Republicano (PR), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Social Progressista (PSP) e União Democrática Nacional (UDN).

a cassação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e dos deputados comunistas, assim como, temas da política nacional e internacional, por exemplo, a criação do Estado de Israel (HEINZ, 2005).

As eleições de 1950 marcaram a vitória da oposição, o PTB, para Presidente da República, cujo candidato era Getúlio Vargas e para Governador do Estado do Rio Grande do Sul, através da candidatura de Ernesto Dorneles. No Rio Grande do Sul a economia ia mal, o quadro era de crise econômica e social aprofundada a partir de 1955, como lembra Mercedes Cánepa (2005). Segundo a referida autora, os índices de crescimento econômico regional ficaram abaixo da média anual brasileira: enquanto a economia gaúcha cresceu 4,9% a brasileira teve aumento de 5,9%. O resultado era previsível: desemprego tanto no setor primário quanto secundário, êxodo rural, aumento do número de favelados, problemas de infraestrutura urbana e serviços, emigração para outros estados, agitações populares, demandas por representação, entre outros.

A tribuna continuou sendo palco de ataques políticos da oposição, agora liderada pelo PSD, que se pronunciava no sentido de fazer denúncias sobre o governo nacional e pedir a renúncia do Presidente da República. Foi um período de crise, instabilidade, incertezas e golpes. Marcou esse momento político o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, a renúncia de Jânio Quadros, em 1961 e a Campanha pela Legalidade.

As eleições de 1962 foram polarizadas por dois agrupamentos políticos, um deles, a Aliança Democrática Popular (ADP), composta por PSD, PL, PDC, PRP e UDN, que mais tarde, com o golpe militar e a promulgação do Ato Institucional nº 2 (AI-2) em 27/10/1965, que, entre outras coisas, extinguiria os partidos, viriam a compor os quadros da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). O outro grupo era composto pelo PTB, MTR e ARS, cujos correligionários viriam a se tornar os membros do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Com o golpe militar de 1964, vários deputados do PTB foram cassados. Em 1966 esse fato se repetiu, impedindo que a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul elegeesse o Governador do Estado pelo PTB. Em protesto os parlamentares desse partido, que não haviam sido cassados, não compareceram à sessão que elegeu o novo governador.

Apenas em 1967 a Assembleia Legislativa retoma seus trabalhos com os 55 membros, o que em seguida será novamente modificado com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968, o qual fecha o Congresso Nacional e promove cassações na Assembleia Legislativa Gaúcha, entre elas a de deputada Terezinha Gisela Irigaray Chaise, do MDB. Os anos que se seguem são de intenso debate sobre temas como, por exemplo, a implantação do III Pólo Petroquímico no Estado; o sequestro de dois jovens ativistas políticos

uruguayos, Lilian Celiberti e Universindo Diaz, em 1978; o debate sobre a anistia e a reorganização partidária a partir de 1979, rompendo com o bipartidarismo. O início dos anos 1980 é destacado pela reorganização partidária. Com a volta do multipartidarismo, a Assembleia Legislativa Gaúcha será composta, principalmente, pelos seguintes partidos: PDS, PTB e PMDB.

O período que se estende de 1983 em diante, marca o ressurgimento de uma nova Assembleia Legislativa, mais atuante, livre e autônoma, segundo destaca Claudio Elmir (2005), reflexo do pleito realizado no ano anterior. As eleições de 1982 para governador passaram a ser diretas, sendo que Jair Soares (PDS), candidato do regime, ganha com 34,1% dos votos, Pedro Simon (PMDB) fica em segundo lugar (33,5%). Contudo, no âmbito do Legislativo, a oposição é majoritária, a bancada do PMDB e PDT somarão 33 das 56 cadeiras na Assembleia Legislativa. Tem início o processo de transição pactuada, ou negociada, para o regime democrático.

No âmbito estadual, os anos 1980 estão marcados por esses acontecimentos nacionais, mas também há especificidades, especialmente o movimento de agricultores reivindicando reforma agrária, o que se estende por toda a década de 1980, acentuando-se com a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1985. Por várias vezes a Assembleia Legislativa Gaúcha teve que intervir, através da Comissão de Direitos Humanos. Além disso, os anos 1980 também refletem a crise na educação, por meio de inúmeras demandas dos professores estaduais, os quais deflagraram muitas greves, a maior delas em 1987, no Governo de Pedro Simon, a qual durou 96 dias. Muitos desses movimentos contaram com o apoio e intervenção da Assembleia Legislativa como mediadora frente ao Poder Executivo.

Outra questão que merece destaque são os elevados índices de inflação de 1986 a 1994, um período de crise econômica, queda do valor do salário mínimo, diferentes planos econômicos e troca constante de moeda, assim como, de péssimos índices de qualidade de vida e seus reflexos na região. Esses foram os temas destaques na Assembleia Legislativa. A partir dos anos 1990 também entram na pauta a questão da corrupção, da governabilidade, do plebiscito sobre o regime de governo (parlamentarismo ou presidencialismo), do código de ética parlamentar e da imagem e confiança popular na Assembleia. Do mesmo modo, outro tema candente foi o das privatizações das estatais e serviços prestados à população, entre eles as rodovias, o setor energético (Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense - CEE), e das telecomunicações (Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações - CRT). Também fazem

parte do rol dos temas discutidos o plano de demissões voluntárias (PDV) e a questão da segurança pública, esta última, sobretudo no Governo Olívio Dutra²¹.

É neste contexto, politicamente bastante diverso e efervescente, o qual marcou a formação, atuação e consolidação da Assembleia Legislativa Gaúcha desde 1835, que ocorreu a entrada das mulheres no âmbito da política regional. Como destacam Lourdes Moreira e Hildete Araújo (2010)

Ao discutir a presença das mulheres nos espaços públicos e sua participação política devemos considerar alguns aspectos importantes da historiografia recente do nosso país, que no caso brasileiro tem um desenvolvimento complexo que se identifica com a tardia construção da cidadania e com sua estrutura desenhada em torno de flutuações entre democracia e ditaduras (MOREIRA; ARAÚJO, 2010, p.24).

O perfil dessas mulheres: quem e quantas foram, o número de mandatos, as reeleições, os partidos políticos a que estavam filiadas, as profissões dessas parlamentares, trajetória política anterior ao mandato e, por fim, a participação na composição da Mesa Diretora da Assembleia são os elementos que serão destacados a seguir.

2. 2 A PRESENÇA FEMININA NO PODER LEGISLATIVO GAÚCHO

A história da participação política das mulheres na Assembleia Legislativa e da atuação parlamentar das mesmas está marcada pelas transformações sociais e políticas pelas quais o Brasil passou ao longo do século XX²². A presença das mulheres na Assembleia Legislativa é fruto de um intenso movimento desencadeado por mais participação política, conquista dos direitos de cidadania, defesa dos valores democráticos e organização da sociedade civil, particularmente das lutas do movimento feminista e de grupos de mulheres em prol desse objetivo.

Isto pode ser exemplificado por meio de alguns fatos que marcaram o ingresso das mulheres na política. Logo no início do século XX, em 1910, Deolinda Daltro funda O Partido Republicano Feminino, anos mais tarde, em 1922, Bertha Lutz cria a Federação

²¹ Para saber mais ver: ELMIR, Cláudio Pereira. **A democracia reconquistada** (1983-2004). Porto Alegre: CORAG, 2005.

²² Uma boa compilação analítica do contexto político brasileiro pode ser encontrada na tese de doutorado de FARIA, Cláudia Feres. **O Estado em Movimento: complexidade Social e Participação Política no Rio Grande do Sul**. Belo Horizonte, 2005.

Brasileira Pelo Progresso Feminino e, em 1934, ocupa cadeira na Câmara Federal. Em 1928 foi garantido às mulheres do Estado do Rio Grande do Norte o direito ao voto, o que somente seria estendido para as demais brasileiras a partir de 1932. Em 1929, no Rio Grande do Norte, Alzira Soriano de Souza foi eleita a primeira prefeita da América do Sul. No ano de 1933, Carlota Pereira de Queiroz torna-se a primeira deputada federal, pelo Estado de São Paulo, tendo como suplente Berta Lutz (MOREIRA; ARAÚJO, 2010).

O ano seguinte, 1934, foi de fundamental importância para a vida política das mulheres, é o ano em que as eleições realizadas no país proporcionaram o ingresso das mulheres em instâncias de poder, tanto no Executivo, quanto no Legislativo. Para exemplificar, no Executivo municipal foi eleita prefeita na cidade de São João dos Patos, no Maranhão, Joanna da Rocha Santos, do PSD. No Legislativo é o momento em que as mulheres começam a ganhar votos e conquistar vagas, particularmente, nas Assembleias Legislativas. A título de ilustração: em Santa Catarina, Antonietta de Barros, torna-se a primeira deputada estadual e a primeira mulher negra a assumir um cargo político no país. Em Alagoas, seria eleita Lili Lages. Na Bahia, assumiria, em 1935, Maria Luíza Bittencourt. No Rio Grande do Norte, Maria do Céu Pereira Fernandes. Em São Paulo, Maria Thereza Nogueira de Azevedo e Maria Thereza Silveira de Barros Camargo e, posteriormente, Francisca Pereira Rodrigues (PINTO, L., 2008).

No caso do Rio Grande do Sul, apesar da crescente visibilidade e participação política feminina havia uma grande resistência social à participação das mulheres nesta esfera, tentava-se a todo custo dar a entender que a elas cabia o espaço do lar, os afazeres domésticos. Mesmo havendo uma grande quantidade de mulheres, dos setores médios e populares, inseridas no mercado de trabalho no Estado (PETERSEN, 1999), parte dos setores dominantes insistia numa perspectiva patriarcal e conservadora para a atuação feminina e, em hipótese alguma, aceitava o direito ao voto e sua presença mais ativa nos tradicionais espaços masculinos.

O atraso em termos da participação parlamentar da mulher gaúcha pode ser associado, em parte, à oposição gerada na sociedade local no que diz respeito aos direitos de participação política feminina na época. Mesmo não existindo pesquisas extensas sobre o tema, o mal-estar gerado pelo voto feminino na sociedade gaúcha pode ser atestado nas matérias de um dos principais jornais gaúchos, na década de trinta, o *Correio do Povo*. Ilustra esse argumento trecho de artigo, de autoria de Othelo Rosa, publicado no referido jornal em março de 1931:

[...] nós [brasileiros] estamos ainda na infância da democracia e que a própria massa eleitoral masculina é incapaz para o exercício normal e regular do direito do voto

[...] não acredito nos benefícios dessa influencia enquanto nós, os cidadãos, não tivermos a dignidade de transformar as mesas eleitoraes em um recinto decente, conciliavel com a delicadesa e o aprumo de uma senhora [...] não há para qualquer dellas missão mais importante que a de ser boa esposa e boa mãe [...] eu sou contrario ao voto feminino preferindo que as minhas patricias, mantendo-se o typo da mulher, “pot-au-feu” dos francezes, continue a ser, em nossos lares, o soberbo exemplo de doçura, de virtude e de bondade, que já se fez, para o Brasil, um padrão de honra e de grandesa moral (apud KARAWAJCZYK, 2008, p.132).

Nesta mesma linha de análise e pensamento, vários outros artigos foram publicados em órgãos da imprensa gaúcha, antes da concessão do direito de voto, criticando a possibilidade da obtenção do mesmo. Para dar outro exemplo, cito o artigo de João Chrysóstomo, publicado no Jornal Correio do Povo, em 14 de janeiro de 1931:

À mulher não compete direito eleitoral algum, pela sua inferioridade política e cívica [...] dê-se à mulher direitos eleitorais completos tal qual o homem, como querem e gritam e vociferam meia dúzia de homens muito adiantados de idéias e muito atrasados de costumes e vamos ter, sem grande viajar, muito concretamente uma doida anarquia.”(apud PETERSEN, 1999, p.98).

Mesmo após a conquista do direito ao sufrágio o pensamento conservador não deixou de ser propagado nas páginas dos jornais da época e dos anos que se seguiram. À medida que as mulheres, em função dos contextos nacionais e internacionais, iam galgando espaços e participando de diferentes formas da esfera pública, as ideias patriarcais continuavam a ser transcritas nas páginas dos jornais. O trecho do artigo do Fernando Borba, colunista do Correio do Povo, em edição publicada em 13 de abril de 1943, serve para exemplificar este fato. Tendo como inspiração a chegada a Belém de uma turma de 400 homens (cearenses, paraibanos e cariocas) encabeçados por Estrela Vila Pitaluga, uma mulher de 26 anos, natural de Mato Grosso, assim manifesta-se Fernando Borba:

Mulher datilógrafa? Está certo. Mulher advogada? Está justo. Mulher funcionária? Confere. Mulher jornalista, pintora, doutora, aviadora? Perfeitamente. Agora mulher na direção de uma turma rumo à Amazônia é inconcebível. Mesmo que a mulher fosse feia, (mas esse negócio de mulher feia existe mesmo?) deslúcida, predestinada, maluca. Eu quero ser gentil com a senhorita que partiu de Fortaleza para o desempenho de um mister tão contramão. Quero acreditar que ela seja bonita, inteligente, bondosa, simpática. E é na suposição de tudo isso que eu pergunto:- Escute, senhorita, nunca fez tricot? Nunca desejou instruir parte da cabocladinha miúda que no todo formam milhões de analfabetos? Não lhe atraiu a função nobilíssima de samaritana? Nunca pensou em comprar uma Singer em prestações? Nunca pensou quão útil seria em qualquer dessas missões? Não pensou mesmo? Afinal eu já estou exigindo muito de uma mulher...Pensar...Pensar é mais difícil e mais perigoso do que dirigir uma turma de seringueiros. Lembre-se que o cargo que cabotinamente, sim, cabotinamente, porque essas manifestações do feminismo são cabotinismo e cabotinismo aperfeiçoado, escolheu, pode ser em qualquer circunstância desempenhado com vantagem por um homem. Dê volta e venha a dizer pelo caminho: ‘Singer’, ‘samaritana’, ‘caboclinhos analfabetos’, tricot: um

ponto, uma laçada... Um avesso... Um direito... (Correio do Povo, 13/4/1943, p.2 in: PETERSEN, 1999, p.110-111).

Não é de admirar que diante de tais comentários e propagação de ideias, no Rio Grande do Sul a eleição da primeira deputada estadual tenha ocorrido apenas no pleito de 1950 para tomar posse na segunda legislatura, após o processo de redemocratização política.

A primeira deputada estadual eleita foi Suely Gomes de Oliveira, pelo PTB, partido que ajudou a fundar. Enquanto professora, Suely de Oliveira foi diretora de duas escolas estaduais, visibilidade que chamou atenção dos líderes políticos da época que a convidaram para ingressar na vida política através do “Movimento Queremista”²³. A partir de sua atuação nesse movimento, em 1947, primeira eleição após a democratização, foi eleita a primeira mulher a ingressar na Câmara Municipal de Pelotas (TERLERA, 2007). O passo seguinte foi concorrer ao cargo de deputada estadual nas eleições de 1950, angariando uma cadeira, da qual tomou posse em 31 de janeiro de 1951 e que somente deixaria em 31 de janeiro de 1975, quando integrante do MDB, após cinco reeleições consecutivas.

De 1951 até primeiro de dezembro de 1964, meses depois do Golpe Militar, Suely de Oliveira foi a única mulher a ter tomado acento na Assembleia Legislativa Gaúcha. Nesta data, de primeiro a 17 de dezembro de 1964, toma posse a suplente Maria Else Íris Potthoff Correa Lopes, do Partido Democrata Cristão (PDC). Advogada e professora assumiu mandato na vaga deixada pelo deputado Mário Mondino.

Dois anos mais tarde assumiria a tribuna por um curto espaço de tempo outra suplente, Zaira de Siqueira Folly, graduada em Ciências Sociais e orientadora de ensino, pertencente ao Movimento Trabalhista Renovador (MTR), na vaga do deputado Flávio Ramos. Zaira Folly legislou de primeiro de abril a 7 de maio de 1966, um ano eleitoral em que os dois novos partidos criados pelo regime, ARENA e MDB vão disputar os votos dos eleitores. Este ano marca também o fim da legislatura na qual seus membros foram escolhidos via sistema eleitoral multipartidário e o fim também da legislatura eleita sobre regime democrático, o que somente voltaria a ocorrer na década de 1980.

O período compreendido entre 1946 e 1964, segundo José Murilo de Carvalho (2006) o primeiro período democrático da história política brasileira, finda com a atuação de apenas três mulheres na Assembleia Legislativa Gaúcha. Este reduzido número de parlamentares também pode ser verificado em outros estados da federação, a exemplo do estado de Goiás,

²³ O Queremismo foi um movimento político que emergiu em maio de 1945 com a finalidade de defender a permanência de Getúlio Vargas na presidência da República. O nome deve-se ao lema do movimento “Queremos Getúlio” (TERLERA, 2007).

que também elegeu sua primeira deputada estadual na legislatura 1951-1954, Berenice Teixeira Artiaga (PSD), na seguinte (1955-1958) elege-se Almerinda Magalhães Arantes (PTB) e reelege-se Berenice Teixeira Artiaga (PSD). Na quarta legislatura (1959-1962) reelege-se Almerinda Magalhães Arantes (PTB) e toma posse também Ana Braga de Queiroz (PSD) e na última do período (1963-1966) apenas Almerinda Magalhães Arantes (PTB) consegue vaga.

Contudo, nesse estado a representação política feminina é ainda menor tendo em vista que, de 1967 a 1986, não há ocorrência de representação feminina na Assembleia Legislativa (VELÁZQUEZ, 2011), enquanto que no Rio Grande do Sul, embora com percentual abaixo do masculino, as mulheres se fizeram presentes em todas as legislaturas, após 1951.

A legislatura iniciada em 31 de janeiro de 1967, que findou em 31 de janeiro de 1971, apresenta como novidade a tomada de posse de duas mulheres eleitas pelo MDB: Suely de Oliveira, para assumir seu quinto mandato, o primeiro como membro desse partido, tendo em vista a extinção do PTB, e Terezinha Gisela Irigaray Chaise.

Terezinha Irigaray Chaise era professora, casada com Sereno Chaise, ex-prefeito de Porto Alegre cassado pela ditadura militar em 8 de maio de 1964, foi a candidata mais votada de seu partido, o partido da oposição ao regime, o MDB. Em entrevista concedida em 11 de setembro de 1997, a Maria Bernadete Kroeff, Terezinha Irigaray Chaise afirma ter conhecimento de que sua candidatura estava atrelada à figura de seu marido cassado e que, nesse sentido, o partido via em sua imagem a possibilidade de angariar votos e obter uma cadeira legislativa. Afirma a deputada: “as pessoas acreditaram, acharam que eu pudesse representar; a maioria, indignada com a caça de um voto de liderança partidária, canalizaram tudo para mim” (apud, KROEFF, 2001, p.73). Enquanto deputada, Terezinha Irigaray Chaise foi bastante atuante e muito contundente em seus discursos contra o regime militar. Não por acaso, após a promulgação do AI-5, em 13 de março de 1969 a deputada teve seu mandato cassado.

Mais uma vez Suely de Oliveira seria a única mulher no Parlamento Gaúcho, inclusive durante boa parte da legislação seguinte (1971-1975), até que Dalila Floriano Alves, professora, quarta suplente da ARENA, assume mandato deixado pelo deputado Nelson Marchezan, de 25 de novembro de 1974 até 31 de janeiro de 1975, data em que se encerra a legislatura.

A última legislatura (1975-1979) sob o predomínio do sistema bipartidário para a Assembleia Legislativa Gaúcha contou com a presença de uma única mulher: Dercy Therezinha Vieira Furtado, o mesmo ocorrendo na legislatura seguinte (1979 a 1983). A

convite do então prefeito de Porto Alegre, Telmo Flores, Dercy Furtado se filia à ARENA, em 1972, e é eleita a primeira vereadora de Porto Alegre. Dois anos mais tarde, a vereadora e estudante de História, candidata-se a uma vaga na Assembleia Legislativa, sendo eleita assume o mandato em 31 de janeiro de 1975. Dercy Furtado foi reeleita por duas vezes consecutivamente (1978 e 1982, pelo PDS), encerrando assim sua participação no Parlamento Gaúcho em 31 de janeiro de 1987 enquanto membro do PDT, partido ao qual se filiou em 1985 (XAVIER, 2009).

Em seu último mandato (1983 a 1987) Dercy Furtado teve como colega de tribuna outra mulher, Ecléa Terezinha Fernandes eleita pelo PMDB em 1982. Ecléa Fernandes, professora e Mestre em Educação, assumiu a tribuna em 31 de janeiro de 1983, sendo reeleita em 1986 para mais um mandato que terminou em 1991, como integrante do PSDB, partido ao qual se filiou em 29 de junho de 1987. Foi membro da Assembleia Constituinte, em 1988.

As eleições de 1986, as primeiras depois do fim do processo de transição para a democracia sob a Nova República, além de reelegerem a deputada Ecléa Fernandes levaram mais duas mulheres à Assembleia Legislativa. Eleita também pelo PMDB, Hilda Regina Silveira Albandes de Souza: advogada, professora universitária, casada com o ex-prefeito de Pelotas e ex-deputado Bernardo de Souza. Assumiu em 31 de janeiro de 1987 para um único mandato o qual encerrou em 31 de janeiro de 1991. Assim como a deputada Ecléa Fernandes, Hilda de Souza também foi membro da Assembleia Constituinte, em 1988, em função disso, ambas receberam o Prêmio Especial Springer, em 1989²⁴.

Outra mulher a assumir mandato nesta legislatura foi Jussara Rosa Cony. Farmacêutica, ex-vereadora de Porto Alegre, conquistou a suplência pelo PMDB, exercendo mandato parlamentar de 20 de dezembro de 1989 a 3 de abril de 1990. Nas eleições do ano de 1990, elegeu-se deputada estadual pelo PC do B, assumindo em 31 de janeiro de 1991 sendo reeleita por quatro vezes, deixando a Assembleia Legislativa em 31 de janeiro de 2007. Nestas mesmas eleições, de 1990, Antônia Regina Jobim Argemi Rossignollo também foi eleita deputada estadual, permanecendo no cargo até 31 de janeiro de 1995 quando encerrou-se a 48ª Legislatura. Regina Rossignollo, professora, elegeu-se pelo PDT.

²⁴ O Prêmio Especial Springer, conferido pela Associação Rio-Grandense de Imprensa, foi idealizado em 1962 pelo empresário Paulo Vellinho e se destina a homenagear deputados que se destacam na Assembleia Legislativa. Após ter sido suspenso por oito anos (entre 1996 e 2003), voltou a ser entregue em 2004. Os homenageados são escolhidos por uma comissão julgadora integrada por jornalistas que fazem a cobertura política para veículos de comunicação do Estado. Fonte: Disponível em: <http://www.estado.rs.gov.br/noticias/1/61949/Governadora-homenageia-parlamentares-vencedores-do-Premio-Springer-Carrier/88/126/> Acesso em: 2/3/2012.

As eleições de 1994 inovam em termos de representação parlamentar feminina. No pleito realizado neste ano cinco mulheres são eleitas para a Assembleia Legislativa. Jussara Cony obtém sua primeira eleição, assumindo o segundo mandato e as demais são novatas: Maria Augusta Feldman, professora de Biologia, elegeu-se pelo PSB para exercer seu primeiro e único mandato. Em 1995 integrou a delegação oficial e a Comissão Representativa do Brasil na 4ª Conferência sobre as Mulheres, em Pequim.

Outra mulher que assumiu esta legislatura foi Cecília Hypólito. Formada em Educação Física, com pós-graduação em ginástica e dança, foi fundadora do PT em Pelotas e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) na região sul do Rio Grande do Sul, destacando-se pela atuação na área sindical. Eleita terceira suplente pelo PT assume mandato na Assembleia Legislativa, em 1997. No pleito seguinte, em 1998, é reeleita deputada estadual, assumindo seu segundo mandato que terminaria em 31 de janeiro de 2003.

As eleições de 1994 levam ao poder Luciana Genro, professora de Inglês, na época filiada ao PT, sendo a deputada mais jovem da legislatura (1995-1999). Nas eleições de 1998 foi reeleita deputada estadual, assumindo seu segundo mandato em 31 de janeiro de 1999. Em 2002, a deputada concorreu às eleições para a Câmara de Deputados sendo eleita para mandato federal, deixando vaga sua cadeira na Assembleia Legislativa. No ano 2003 foi expulsa do PT, filiando-se, posteriormente, ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Ainda na 49ª Legislatura, assumiu mandato Maria do Carmo Teixeira Bueno. Jornalista e bacharel em Relações Públicas, Maria do Carmo Bueno elegeu-se deputada estadual em 1994 pelo então Partido Progressista Renovador (PPR). Em 1995 foi representante do Parlamento na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, juntamente com a deputada Maria Augusta Feldman. As eleições de 1998 deram à deputada Maria do Carmo sua primeira e única reeleição, agora pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB), encerrando suas atividades na Assembleia em 31 de janeiro de 2003.

O pleito de 1998 reelege as deputadas Cecília Hypólito, Luciana Genro, Maria do Carmo Bueno e Jussara Cony. A novidade imediata das eleições foi o mandato de Maria do Rosário Nunes. Professora, Maria do Rosário iniciou sua carreira política como vereadora em Porto Alegre no ano de 1992, quando foi eleita pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), sendo reconduzida vereadora em 1996 pelo PT e, então, eleita deputada estadual pelo PT, em 1998, e deputada federal pelo mesmo partido, em 2002. Atuou como deputada estadual de 31 de janeiro de 1999 até 2003.

Além dessas cinco deputadas, mais três mulheres assumiram mandato na Assembleia Legislativa na legislatura 1999-2003. Todas eleitas na condição de suplentes, duas delas

assumem por um curto período de tempo. Adriana Garcia Rodrigues, estudante de Direito e dona de casa, havia concorrido à deputada estadual pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) e conquistado a segunda suplência, assume vaga deixada por Valdir Heck, de 1/1/2003 a 31/1/2003. A outra deputada que assumiu por pouco tempo foi Gilda Maria Haack, funcionária pública municipal e vereadora do município de Parobé entre 1992 e 2000, concorreu para deputada estadual pelo PTB e, com o afastamento de Luis Lara, assumiu de 1/1/2003 a 31/1/2003.

A outra deputada eleita em 1998, como suplente, mas que assume mandato, foi Iara Sílvia Lucas Wortmann. Pedagoga e pós-graduada em supervisão escolar foi secretária de Educação em duas oportunidades, nos governos estaduais de Pedro Simon (1987-1990) e Antônio Brito (1995-1998). Assume mandato na Assembleia Gaúcha em 2 de janeiro de 2001 na vaga de Giovani Feltes que vai para a prefeitura de Campo Bom, pelo PMDB. Ao longo do mandato a deputada migra para o Partido Popular Socialista (PPS).

As eleições de 2002 marcam a última reeleição de Jussara Cony e a eleição de mais quatro deputadas estaduais, duas como suplentes, que assumem mandato. Maria Helena Sartori, professora, foi eleita pelo PMDB, permanecendo como deputada de 31 de janeiro de 2003 a 31 de janeiro de 2007. Outra deputada eleita foi a dona de casa Floriza dos Santos, pelo PDT. Assumiu em 31 de janeiro de 2003 e finalizou em 31 de janeiro de 2007 seu único mandato, enquanto deputada estadual.

Além dessas três, mais duas mulheres assumiram cadeira no Parlamento Gaúcho. Leila Maria Wulff Fetter, arquiteta e professora, foi eleita pelo PPB como primeira suplente nas eleições de 2002, assumindo a vaga deixada por Valdir Andres. A outra suplente que tomou posse foi a psicóloga e ex-vereadora de Pelotas, Miriam Marroni, pelo PT, de 3 de janeiro de 2005 até o final da legislatura, 31 de janeiro de 2007, na vaga deixada pelo deputado Sérgio Stasinski que passou a exercer a função de prefeito, em Gravataí.

As eleições de 2006 promovem uma renovação da bancada feminina na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. À exceção da deputada Leila Maria Wulff Fetter (PP) que assumiu mandato como suplente, as demais seis mulheres eleitas nunca tinham assumido cadeira no Parlamento Gaúcho. Stela Beatriz Farias Lopes, professora, iniciou sua vida política ainda na juventude. Em 1992 elegeu-se vereadora de Alvorada pelo PT, em 1996 tornou-se prefeita da cidade pelo mesmo partido, sendo reeleita em 2000. Em 2007 assume uma cadeira na Assembleia Legislativa também pelo PT. Outra deputada eleita por este partido foi a professora Marisa Virginia Formolo Dalla Vecchia. Sua vida política inicia em

1997, quando se elegeu vice-prefeita de Caxias do Sul. Desde 2007 assume cadeira no Parlamento Gaúcho, visto que foi reeleita em 2010.

A deputada Silvana Covatti, professora e acadêmica de Direito, eleita pelo PP, assumiu seu primeiro mandato em 2007, sendo reeleita em 2010. A deputada Kelly Moraes, servidora pública, eleita pelo PTB, não completou seu mandato. Elegeu-se deputada federal em 2002, estadual em 2006 e prefeita de Santa Cruz do Sul em 2009, em função disso renunciou ao mandato no dia primeiro de janeiro de 2009 para assumir o poder Executivo naquela cidade.

Por fim, a deputada Zilá Breitenbach, pedagoga, eleita pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), iniciou sua carreira política em sua cidade natal, Três Passos, onde foi prefeita por duas legislaturas consecutivas, entre os anos de 1997 e 2004. Em 2006 foi eleita deputada estadual e reeleita em 2010. Com mais esta reeleição, o total de mulheres a assumir mandato em 2011 foi o maior desde 1951, do total de sete deputadas, cinco na condição de reeleitas: Zilá Breitenbach, Marisa Formolo, Miriam Marroni, Silvana Covatti e Maria Helena Sartori. As novatas são: Ana Afonso e Juliana Brizola. A primeira, professora, eleita pelo PT, foi vereadora de São Leopoldo por dois mandatos, de 2004 a 2012. A segunda, advogada, eleita pelo PDT, foi vereadora de Porto Alegre na legislatura 2009-2012.

A partir dessa descrição podemos observar que de 1951 a 2015, ou seja, em 16 legislaturas na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, até o momento, 29 mulheres assumiram mandato, um total de 3,3% do total de deputados estaduais no período. Dessas, dez assumiram na condição de suplentes em 11 mandatos (lembrando que Leila Fetter assume duas vezes nessa condição) e 22 representante do sexo feminino eleitas e reeleitas, 2,5% do total de eleitos, considerando que Miriam Marroni, Jussara Cony e Cecília Hypólito foram suplentes, mas em mandatos posteriores foram eleitas para assumirem o cargo²⁵.

Se considerarmos apenas as deputadas eleitas foram 40 mandatos femininos (4,5%) de 880 mandatos no período, no entanto, quando levamos em conta as suplentes que assumiram cadeira esse número sobe para 50 mandatos (5,6%). A tabela a seguir é representativa desses números.

²⁵ O anexo A apresenta fotos de todas as deputadas estaduais do Rio Grande do Sul até o presente.

Tabela 6
Distribuição por Sexo dos Deputados Eleitos na Assembleia Legislativa
Rio Grande do Sul (1951-2015)

Legislatura	Mulheres	(%)	Homens	(%)	Totais Deputados
1951-1955	1	1,8	54	98,2	55
1955-1959	1	1,8	54	98,2	55
1959-1963	1	1,8	54	98,2	55
1963-1967	1	1,8	54	98,2	55
1967-1971	2	3,6	53	96,4	55
1971-1975	1	1,8	54	98,2	55
1975-1979	1	1,8	54	98,2	55
1979-1983	1	1,8	54	98,2	55
1983-1987	2	3,6	53	96,4	55
1987-1991	2	3,6	53	96,4	55
1991-1995	2	3,6	53	96,4	55
1995-1999	5	9	50	91	55
1999-2003	5	9	50	91	55
2003-2007	3	5,4	52	94,6	55
2007-2011	5	9	50	91	55
2011-(2015)	7	12,7	48	87,3	55
Total	40	4,5	540	95,5	880

Fonte: GUGLIANO; ORSATO, 2012.

Estes dados indicam que, apesar das variações nos indicadores quanto ao percentual de representação feminina na Assembleia Legislativa, há melhorias na participação política das mulheres somente a partir da segunda metade da década de 1990, quando o percentual de deputadas aumenta, passando de 3,6%, em 1991, para 9%, em 1995.

Considerando o mandato das suplentes na Assembleia Legislativa Gaúcha, os percentuais variam em algumas legislaturas, conforme figura a seguir.

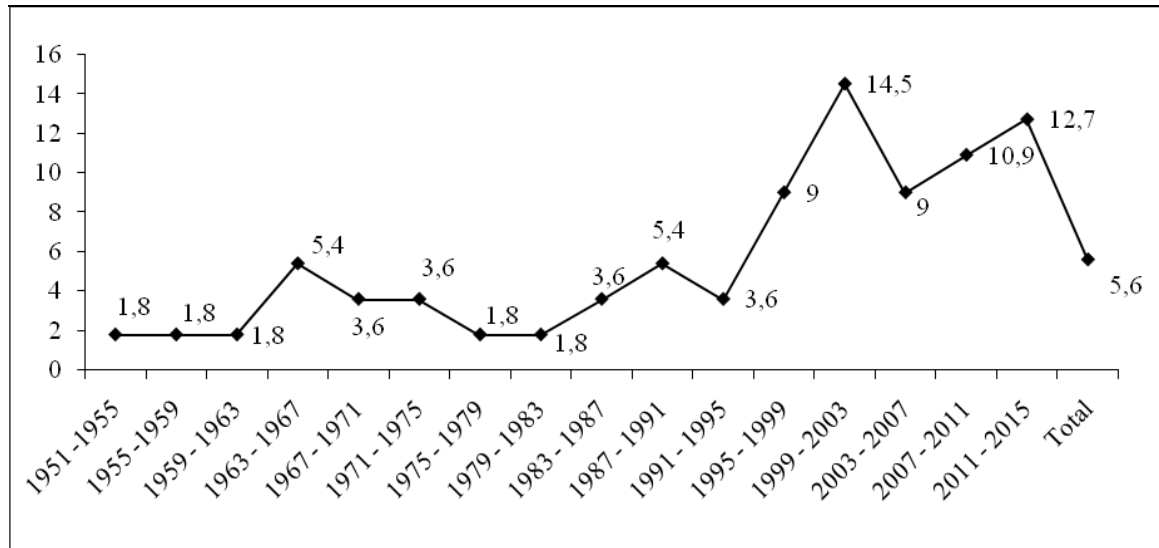


Figura 9: Percentual de parlamentares eleitas e suplentes que assumiram mandato, por legislatura (1951-2015).
Fonte: Elaboração própria.

A Legislatura 1999-2003 foi a que mais teve mulheres assumindo cadeiras na Assembleia Legislativa, um total de 14,5% dos parlamentares, ou seja, oito deputadas. Em seguida, a legislatura atual, que teve sete eleitas, representando 12,7 % do total de deputados, contudo é importante lembrar que uma delas, Miriam Marroni licenciou-se do cargo para assumir uma secretaria no governo do estado, assim, a bancada feminina passa a ser composta por seis mulheres, 10,9% do total de parlamentares, igualando-se à legislatura anterior²⁶.

Cabe ainda destacar que, no período analisado, a média da representação política das mulheres no Rio Grande do Sul é inferior a de outros estados da federação e da média da representação feminina nos legislativos estaduais. Conforme dados de Moreira (2010), a média de mulheres eleitas para as Assembleias Legislativas Estaduais, em 1994, foi de 7,17%, em 1998, 9,7%, em 2002, 12,56% e, em 2006, 11,61%.

Em termos de outras Assembleias Legislativas Estaduais, como é o caso do Rio de Janeiro, os dados de Lourdes Moreira (2010) indicam que no período de 1975 a 2007 foram eleitas um total de 37 mulheres para compor o Legislativo estadual, elegendo mais mulheres em espaço de tempo menor do que o caso gaúcho. No geral, observa-se naquele estado um aumento gradual da representação feminina: em 1975 foram quatro mulheres (4,25%), em 1979, quatro eleitas que representaram 5,72% do total de deputados, em 1983 e 1987, seis representantes femininas (8,57%), em 1991, dez deputadas (14,28%), em 1995 e 1999, 13

²⁶ No apêndice A encontra-se a tabela completa das parlamentares gaúchas de acordo com legislatura em que assumiram mandato e partido pelo qual se elegeram.

eleitas (18,57%), em 2003, o número sobe para 15 mulheres eleitas (21,43%) e em 2007 cai para 13 deputadas (18,57%).

Embora representativos da baixa participação feminina nas Assembleias Estaduais, esses dados não são consensuais. Para Ângela Borba (1998) nas eleições de 1990, o percentual de mulheres eleitas para compor o poder Legislativo carioca foi de 12,9%. Em 1994, esse número foi mantido nesse estado, mas, superado por Goiás onde 14,6% de sua Assembleia Legislativa foi composta por mulheres. Outros estados da federação apresentaram cifras semelhantes no referido ano como, por exemplo, o Pará, com 12,2% e São Paulo com 11,7% de representação feminina (BORBA, 1998).

Tais informações podem ser corroboradas pelos dados relativos ao percentual de representação feminina nas três casas legislativas da região sul do Brasil: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A tabela abaixo demonstra tais percentuais.

Tabela 7

Percentual de mulheres candidatas ao Legislativo Estadual por anos escolhidos.

Estado	1998	2002	2006
Paraná	10,84	12,93	12,45
Santa Catarina	9,93	13,47	12,91
Rio Grande do Sul	9,88	9,85	13,17
Total	10,25	11,87	12,82

Fonte: RESENDE, NICOLÁS, ROSEVICS, 2010.

Em estudo realizado para os anos de 1998 a 2006 foi verificado que os percentuais de mulheres candidatas não ultrapassaram 12,82%, o que se traduz num baixo percentual de eleitas para compor as bancadas (RESENDE, NICOLÁS, ROSEVICS, 2010). No caso do Rio Grande do Sul o desempenho é maior comparativamente aos outros estados apenas nas eleições de 2006.

Vale lembrar que, como destaca Clara Araújo (s/d, p.7), a “competição partidária mais diversificada, combinada com o surgimento de novos partidos, tende a proporcionar novas oportunidades de ingresso para as mulheres na esfera política”. Além disso, a crescente mobilização feminina em prol da garantia de direitos e sua visibilidade pública fazem com que os partidos políticos incorporem as demandas femininas e, ao mesmo tempo, as vejam como potencial para angariar votos, seja para elegerem-se seja para ajudarem a eleger outros candidatos.

Nesse sentido, o aumento percentual da representação feminina na segunda metade da década de 1990 pode estar relacionado a estes fatores, assim como, pode ser interpretado como o resultado da política de cotas, assunto para o qual já há uma excelente e longa produção bibliográfica a respeito, demonstrando os limites e possibilidades de mudança a partir da implantação desta medida, não cabendo aqui retomar a discussão (ÁLVARES, 2008; ÁLVES, CAVENAGHI, ALCÂNTARA, 2007; ARAÚJO, 2001; 2009; ARAÚJO e ALVES, 2007; DAHLERUP, 2002, 2010; GROSSI, MIGUEL, 2001; HTUN, 2001; NÓBREGA e LOPES, s/d; NORRIS, 2006; REIS, 2010, entre outros).

Interessante observar também o número de mandatos que as parlamentares exerceram. A figura abaixo mostra o número de legislaturas de cada deputada estadual.

Número de mandatos	6	5	3	2	1
Deputadas	Suely de Oliveira	Jussara Cony	Dercy Furtado	Ecléa Fernandes Cecília Hypólito Luciana Genro Maria do Carmo Maria Helena Sartori Leila Fetter Mirian Marroni Silvana Covatti Stella Farias Zilá Breitenbach Marisa Formolo	Zaira Folly Maria Íris Pothoff Terezinha Irigaray Dalila Alves Hilda de Souza Regina Rossignollo Maria Feldman Maria do Rosário Iara Wortmann Gilda Haack Adriane Rodrigues Floriza dos Santos Kelly Moraes Stella Farias Ana Afonso Juliana Brizola

Figura 10: Número de Legislatura por deputada estadual (1951-2012).
Fonte: Elaboração própria.

Conforme a figura 10 podemos verificar que Suely de Oliveira (PTB/MDB) foi a mulher que mais vezes se reelegeu deputada, um total de seis mandatos²⁷, em seguida Jussara Cony (PCdoB), com cinco e Dercy Furtado (PDS/ARENA/PDT), com três. Quanto às demais deputadas, 16 delas exerceram apenas um mandato e dez estiveram na Assembleia Legislativa por duas legislaturas.

Como apontam Clara Araújo e José Alves (2007), a reeleição poderia ser um mecanismo para afirmação da participação política das mulheres, considerando que a presença no ambiente Legislativo potencializa acúmulo de capital político, algo importante para permanecer na vida parlamentar. Contudo, é incontestável que a possibilidade de reeleição não beneficia apenas as mulheres, mas a todos os parlamentares.

Desse modo, a reeleição acaba favorecendo aos segmentos que já são maioria no espaço parlamentar, conseqüentemente, um “(...) alto percentual de candidatos reeleitos tende a manter a atual composição de gênero e dificultar a renovação do Parlamento” (ARAÚJO; ALVES, 2007, p.548). Via de regra, esta tem sido a tônica na composição das bancadas visto que tanto a renovação quanto uma mudança significativa nos percentuais de representação de ambos os sexos tem sido bastante lenta.

No caso da Assembleia Legislativa Gaúcha, podemos notar que em dois momentos ocorre uma renovação mais acentuada da bancada feminina. O primeiro deles ocorre na legislatura 1995-1999, quando três deputadas são eleitas pela primeira vez (Maria Helena Feldman, Luciana Genro, Maria do Carmo Bueno) e uma (Cecília Hypólito) assume posteriormente, do mesmo modo, sem ter tido participação anterior na Assembleia. A segunda vez que podemos observar renovação na bancada feminina é na legislatura 2007-2011 quando as cinco deputadas eleitas (Marisa Formolo, Kelly Moraes, Silvana Covatti, Stela Farias e Zilá Breitenbach) não tinham assumido mandato anterior no Legislativo estadual.

Outro dado relativo ao perfil das parlamentares, que chama atenção, diz respeito às siglas partidárias pelas quais se candidataram, elegeram-se e reelegeram-se. Em termos de mandato temos os seguintes dados:

²⁷ O caso de Suely de Oliveira não é único para o período em que atuou como deputada estadual. Em estudo realizado por Fanny Tabak (2002), a autora destaca o caso de Suely de Oliveira, mas também de outras duas parlamentares que permaneceram no poder por consecutivas legislaturas: Maria Conceição da Costa Neves, deputada em São Paulo também pelo PTB, desde 1947 e Lygia Maria Lessa Bastos, deputada na Guanabara (ex-Distrito Federal) pela UDN desde 1950. As três ainda estavam no exercício do mandato em 1968.

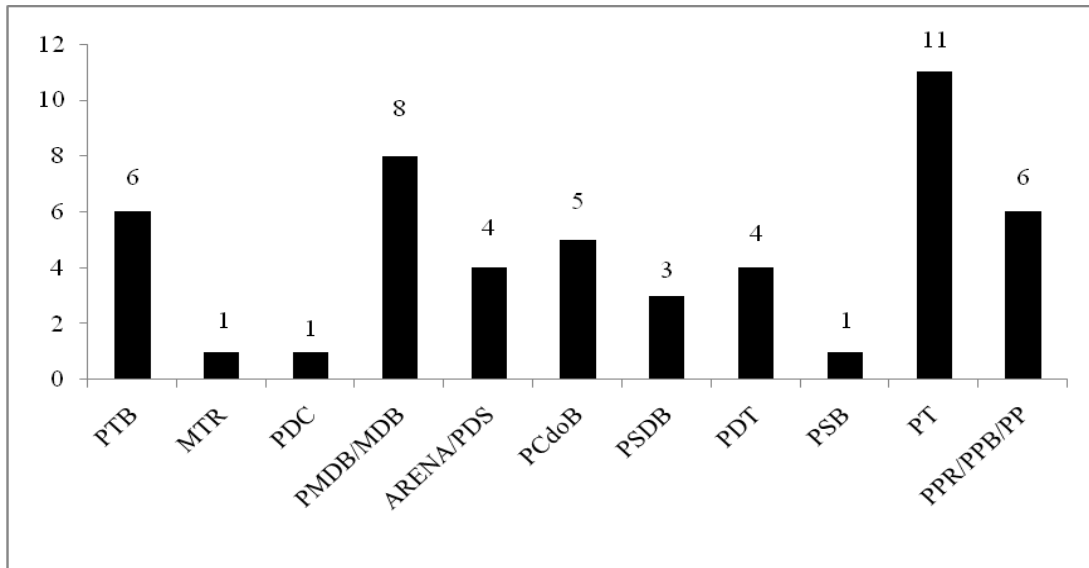


Figura 11: Número de mandatos femininos por partido político (1951-2012).
Fonte: Elaboração própria.

Analisando os mandatos exercidos pelas deputadas estaduais, de acordo com a sigla partidária, pela qual tomaram posse (tanto na condição de titulares, como de suplentes), podemos perceber que PT, PMDB/MDB, PTB e PPR/PPB/PP foram os partidos que apresentaram o maior número de mandatos femininos no Legislativo do Rio Grande do Sul, no período compreendido entre 1951 a 2012 sendo necessário sublinhar que o PT foi fundado apenas em 1980, ou seja, quase trinta anos depois da eleição da primeira deputada. Em termos percentuais os quatro partidos mencionados somam 62% das mulheres que se tornaram deputadas estaduais, com o PT obtendo 22%, PMDB/MDB 16% e PTB e PPR/PPB/PP ambos com 12%. Este predomínio partidário já havia sido demonstrado em outros estudos sobre legislativos estaduais e, até mesmo, em relação ao Congresso Nacional (ARAÚJO, 2001; ALVES, CAVENAGUI, ALCÂNTARA, 2007; MIGUEL, S., 2001; MIGUEL, L., 2001; NÓBREGA, LOPES, s/d; MOREIRA, 2010; REIS, 2010; REZENDE, 2009). A figura a seguir demonstra os percentuais de mandatos femininos para cada partido.

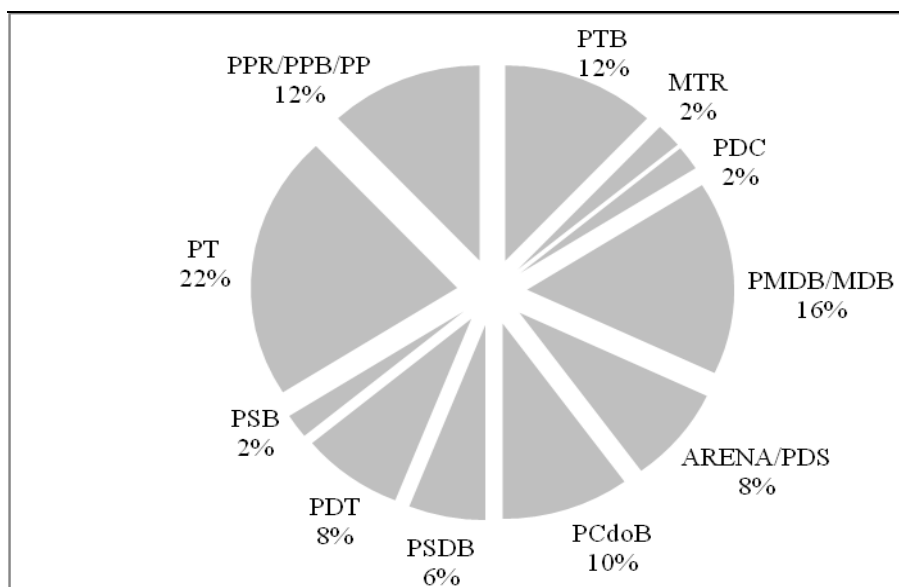


Figura 12: Percentual de mandatos femininos por partido (ALRS – 1951-2012).
Fonte: Elaboração própria.

A análise dessas informações poderia ser complementada por meio da localização dos mandatos das deputadas por período histórico. A esse respeito, mesmo mantendo como referência os anos dos mandatos, é possível perceber que o grande crescimento da representação política feminina, em termos do caso estudado, ocorre a partir da redemocratização, em 1985.

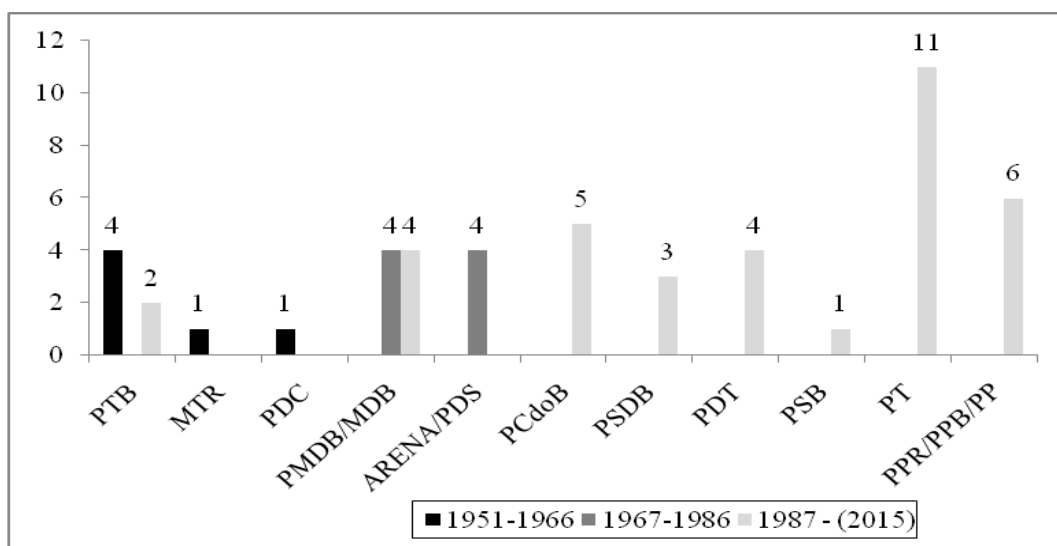


Figura 13: Distribuição Partidária das Deputadas Eleitas na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul – por período político*.

* Considera-se como referência para classificação do período democrático/autoritário o primeiro ano do mandato das deputadas.

Fonte: Elaboração própria.

Como mencionado no início do capítulo, o período de democratização ocorrido em meados da década de 1940 constituiu um sistema multipartidário, embora no Rio Grande do

Sul a polarização tenha sido bastante evidente, entre PTB e PSD, ambos os que mais elegeram parlamentares entre 1947 e 1967: 86 e 50 deputados, respectivamente. No caso da representação feminina, no período de 1951 a 1967, o PTB foi o que elegeu mais mulheres para compor o Legislativo: foram quatro, dos seis mandatos femininos, todos com as consecutivas reeleições de Suely de Oliveira. Os outros dois mandatos, como já vimos, ficaram por conta do Movimento Trabalhista Renovador (MTR) com Zaira Folly e do Partido Democrata Cristão (PDC) através da deputada Maria Íris Potthoff.

Ao final de 1965, foram extintos esses partidos e constituído um sistema bipartidário formado pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Considerando os anos de eleições para o Parlamento Estadual, de 1967 a 1979, tivemos cinco mandatos femininos, dois pela ARENA com as deputadas Dalila Alves e Dercy Furtado e três pelo MDB com Suely de Oliveira e Terezinha Chaise.

Em 1979, o governo militar realizou uma nova reforma política. Desta vez o bipartidarismo é extinto e ganha forma um sistema multipartidário. A partir dessa mudança ressurgem antigos partidos do cenário eleitoral de décadas passadas e novos são criados. Contudo, a legislatura de 1979 a 1983 ainda teria a presença de apenas uma mulher, Dercy Furtado, eleita pelo PDS. Na legislatura seguinte (1983-1987) Dercy Furtado manteve-se na Assembleia e, além dela, foi eleita uma deputada pelo PMDB, Ecléa Fernandes, configurando-se a permanência da divisão partidária observada nos anos anteriores entre ARENA/PDS e MDB/PMDB.

A partir das eleições de 1986 podemos verificar que há a constituição de bancadas femininas formadas por diversos partidos: Partido Democrático Social (PDS), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Progressista (PP). Além dos citados, também elegeram mulheres para o Legislativo gaúcho: o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Progressista Renovador (PPR), o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Em termos de clivagem ideológica²⁸, quanto à representação política das mulheres, verificamos que os partidos de esquerda apresentam números bem mais significativos de

²⁸ Cesar Zucco Jr. (2011) em estudo sobre auto-classificação em termos de posição ideológica ao questionar os parlamentares federais sobre a preferência em termos do modelo econômico ideal observou que os parlamentares da esquerda apresentam maior probabilidade de preferir uma economia com Estado dominante; os de direita teriam preferência por um modelo de mercado puro, e os de centro por um modelo de equilíbrio entre estado e mercado. Fazendo análise de dados entre 1987 e 2009 essa mesma pesquisa demonstrou que há uma tendência da esquerda preferir um modelo de economia que vise o equilíbrio entre público e privado e não

eleitas do que os considerados de centro e de direita²⁹. Uma possível explicação para estes dados pode ser encontrada no trabalho de Lúcia Avelar (2011), no qual a autora demonstra que não é por acaso que mais mulheres são eleitas por siglas progressistas, pois, a partir da reforma eleitoral de 1979, partidos de esquerda passaram a incorporar mais eleitores, sobretudo em função da emergência dos movimentos sociais e da organização da sociedade civil, reivindicando posturas alternativas à política tradicional.

Além disso, segundo afirma a autora, os partidos de esquerda teriam maior sensibilidade às demandas advindas dos movimentos sociais, como seria o caso das reivindicações do movimento feminista. Aqui poderia ser agregado que, mais do que partidos de esquerda, a vinculação partidária das deputadas eleitas tendeu a beneficiar organizações partidárias que, em períodos determinados, abraçaram um discurso político anticonservador, buscando, inclusive, estimular a organização das mulheres dentro dos próprios partidos.

No entanto, a participação das mulheres nas sessões femininas de suas agremiações partidárias, perde conotação ideológica e começa a perpassar todas as organizações partidárias, conforme afirma Clara Araújo (s/d)

Por um lado, essas inclusões refletem a legitimidade e o espaço que o tema da participação política da mulher adquiriu na sociedade. Por outro, como consequência dessa legitimidade, refletem também a percepção partidária de que as mulheres e/ou o tema dos direitos das mulheres ganhou apelo eleitoral e, portanto, é proveitoso incorporá-lo de alguma forma. Nesse sentido, ter previsto em seu estatuto a “organização das mulheres”, assim como de outros “setores específicos” não constitui mais indicativo significativo de compromissos com a questão de gênero, mas o reconhecimento geral que o tema da inclusão de certos setores sociais adquiriu no campo político. De todo modo, isto pode ser considerado um tipo de

mais o predomínio do Estado, o que implica considerar que a esquerda mudou. Contudo, as preferências e comportamentos políticos aparecem ao longo dos anos, afirma o autor, menos associados aos posicionamentos ideológicos que à clivagem estratégica governo-oposição, a qual vem orientando as disputas políticas.

²⁹ Sabemos da dificuldade e do debate controverso em torno da classificação dos partidos políticos desde esta perspectiva, mas para os fins deste trabalho estaremos considerando partidos de esquerda: PT, PDT, PSB, PCdoB, MTR; centro: PMDB, PSDB, PTB e PPS; direita: PDS e PPR/PPB/PP, PDC, conforme definição de Gustavo Grohman (2006) e referência encontrada em Maria D’Alva Kinzo (1993). Destacamos desde logo a dificuldade em incorporar à tese experiências como a do PTB, por exemplo. Conforme afirma Angela de Castro Gomes (2002) esse partido foi fundado em maio de 1945 sob a chancela governamental, tendo como expoente Getúlio Vargas, então Presidente da República e extinto em 1965 levando seus membros a se filiarem ao MDB. Nesse período, devido à sua proximidade com os sindicatos, a ideologia trabalhista e o nacionalismo, o PTB pode ser considerado, no limite, um partido de centro-esquerda. Com o fim do bipartidarismo e com a abertura política a legenda do PTB passa a ser alvo de disputa entre dois grupos: um liderado por Yvete Vargas e o outro por Leonel Brizola, ambos com estreitas ligações à história desse partido. O embate acaba com a vitória de Yvete Vargas, a qual o refunda, enquanto que Leonel Brizola e seu grupo fundam um novo partido: o PDT. O novo PTB está muito mais alinhado à direita ou à centro-direita do que à esquerda, o que cabe agora ao outro herdeiro do velho PTB, o PDT, embora ambos recorram, frequentemente, à memória das lutas trabalhistas e ao carisma de Getúlio Vargas (GOMES, 2002). Desse modo, estaremos pensando o velho e o novo PTB como partidos de centro - mesmo não fazendo esta distinção ao longo do texto - e sabendo dos limites dessa abordagem.

“efeito contágio”, de determinados partidos sobre outros, decorrente da pressão e organização das mulheres (ARAÚJO, s/d, p.23).

Outro tema que merece destaque é a presença das parlamentares na composição da principal estrutura de poder no plenário da Assembleia: a Mesa Diretora, a qual é composta por sete membros eleitos em plenário e que se apresentam em chapas respeitando a representação pluripartidária e a proporcionalidade: presidente, primeiro vice-presidente, segundo vice-presidente, primeiro secretário, segundo secretário, terceiro secretário e quarto secretário, eleitos para mandato de dois anos contando ainda com quatro suplentes de secretário. Segundo o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, em seu Artigo 30, compete à Mesa Diretora, entre outras coisas: a) dirigir os trabalhos legislativos; b) administrar a Assembleia; c) iniciar o processo legislativo; d) alterar o Regimento Interno; e) iniciar processo de perda de mandato de deputado estadual; f) promulgar emendas à Constituição; g) aprovar a proposta orçamentária da Assembleia e, h) autorizar a celebração de convênios.

Como se pode notar não são poucas, tampouco, irrelevantes as atribuições de que dispõem os membros da Mesa Diretora na condução dos trabalhos legislativos, o que demonstra a importância e o significado de fazer parte deste órgão. Analisamos a participação das deputadas que assumiram cadeira na composição da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, no período 1951-2012, independentemente da adesão partidária. Ao total, foram oito vagas femininas (2%), sendo que seis mulheres ocuparam espaço em diferentes composições da mesa, com a exceção dos cargos de presidente, primeiro secretário e quarto secretário que, até o momento, não foram ocupados efetivamente por mulheres.

Assim, tivemos duas primeiras vice-presidentes (Ecléa Fernandes e Zilá Breitenbach), uma segunda vice-presidente (Maria do Rosário Nunes, em duas legislaturas), duas segundas secretárias (Suely de Oliveira e Kelly Moraes) e duas terceiras secretárias (Terezinha Chaise e Zilá Breitenbach). Embora não conste na lista oficial obtida para a composição da Mesa Diretora no período, a Deputada Jussara Cony aparece em alguns documentos assinados pela Assembleia Legislativa como quarta secretária no ano de 2005.

Esses dados se assemelham às informações obtidas por outros estudos em nível estadual ou nacional que afirmam a ocorrência de uma participação legislativa feminina segregada dentro do parlamento, o que pode ser evidenciado pelo fato de que “as mulheres quase nunca são indicadas para ocupar posições nas Mesas Diretoras e não raro as lideranças partidárias sequer percebem tal fato como um “problema” (MATOS, 2010, p.34). Em outros

estudos, dados longitudinais são apresentados para afirmar o mesmo, como por exemplo, os dados da Assembleia Legislativa de Goiás que demonstram que, no período 1951 a 2010, a participação das mulheres na Mesa Diretora ocorreu 15 vezes, mas, excluindo as que uma mesma deputada exerceu um dos cargos mais de uma vez, observa-se que apenas dez mulheres compuseram a referida instância (VELÁZQUEZ, 2011).

Frente a esses dados, outro tema de grande importância que surge quando tratamos do perfil das parlamentares, especificamente no caso do Legislativo do Rio Grande do Sul, é que mesmo não tendo experiência anterior no Parlamento Gaúcho, boa parte das deputadas estaduais tinha experiência política, seja como prefeitas ou vice-prefeitas, como vereadoras, sindicalistas, cargos na administração municipal ou em direções partidárias. Das 29 deputadas estaduais, ao menos nove tinham experiência política nos Legislativos municipais, duas haviam sido prefeitas e uma vice-prefeita, uma deputada federal, uma candidata a vice-governadora, quatro sindicalistas, três haviam participado de administrações municipais e uma havia sido dirigente partidária.

Além disso, identificamos que algumas deputadas tiveram suas carreiras políticas atreladas aos laços familiares, sobretudo em relação a seus maridos. Ao menos quatro delas podem ser assim identificadas. Por fim, para outras quatro não foi possível encontrar dados a respeito da experiência política anterior ao mandato na Assembleia Legislativa³⁰.

Abro parênteses para recordar os estudos já realizados a respeito do recrutamento dos políticos, das mulheres em particular. Inicialmente, a literatura especializada sobre o tema demonstrou que o parentesco era e continua sendo uma rota importante de acesso feminino à política institucional (AVELAR, 2001; PINHEIRO, 2007; PINTO, C., 2000). Contudo, estudos aprofundados e comparativos às trajetórias de ingresso na política pelos homens têm apresentado evidências de que esse caminho não é exclusivo das mulheres, posto que os homens também herdaram capitais políticos de seus familiares: pais, irmãos, tios ou avôs.

Tratar-se-ia, muito mais, da expressão do caráter pessoalizado e pouco democratizado da política. Mas as mulheres tenderiam a entrar mais por essa rota, fato que expressaria, também, a sua dificuldade de formar outros capitais, a sua menor inserção em canais sociais geradores de recursos políticos, bem como as dificuldades estruturais que marcam suas possibilidades de realizar projetos políticos (ARAÚJO, 2010, p.572).

Muitas vezes, no entanto, a trajetória política das mulheres é construída por elas mesmas, a partir das atividades que exercem no espaço público. O gráfico a seguir demonstra

³⁰O apêndice B apresenta a relação das deputadas estaduais e a experiência política anterior ao mandato na Assembleia Legislativa.

a experiência política das mulheres de acordo com a seguinte classificação: sindicalistas, exercício de cargos eletivos no Legislativo municipal ou federal, exercício de cargo eletivo no Executivo municipal, cargo em direção partidária, cargo na administração pública e sem informações.

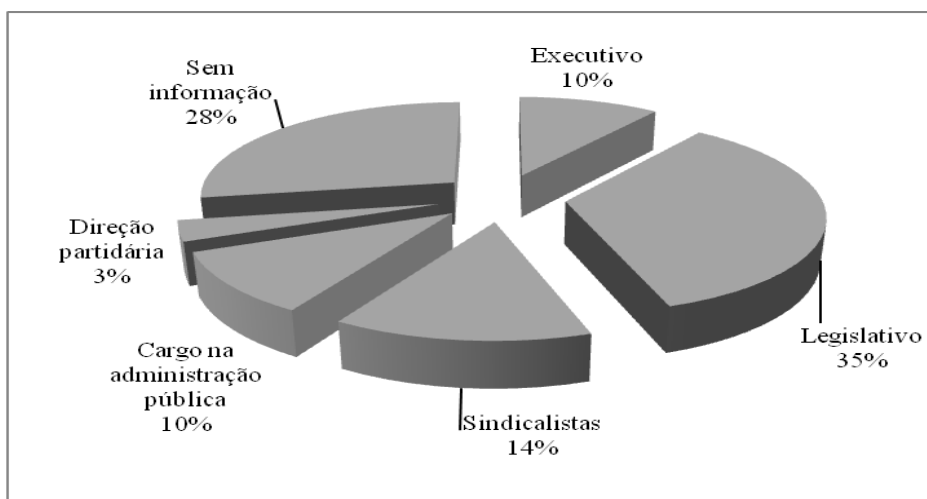


Figura 14: Experiência política anterior ao mandato de deputadas estaduais.
Fonte: elaboração própria.

Esses dados são indicativos de que, no geral, a carreira política dessas mulheres iniciou bem antes da candidatura ao Legislativo estadual, sendo esta a consequência das experiências políticas anteriores que podem ser consideradas bem mais do que uma “valise de mão” ou, ao menos, podemos supor que esta é repleta de contribuições e que poderiam se refletir ao longo do processo legislativo, especialmente na elaboração de projetos e nos discursos proferidos nas sessões plenárias na Assembleia.

Trata-se de um grupo de parlamentares, em sua maioria, com uma carreira política consolidada, independente da herança política patriarcal, ao contrário do que tendência observada por Clara Araújo (2010). Cabe recordar, nesse sentido, como lembra Maria Bernadete Kroeff (2010), que as primeiras parlamentares eleitas no Rio Grande do Sul não possuíam vínculos parentais com políticos de destaque ou nomes tradicionais. Destacaram-se, sobretudo por meio da intervenção junto às comunidades na área social e por suas atividades profissionais na Saúde, Educação e Serviço Social. Desse modo, realça a autora, representaram um grande potencial de votos para os partidos políticos que apostaram em suas candidaturas.

Interessante observar que 21 parlamentares, ou 72% das deputadas estaduais exerceram atividades ligadas ao campo político antes de sua eleição para o Legislativo

estadual. Esses dados podem ser indicativos de que as parlamentares gaúchas veem a política como uma profissão na qual vale investir.

Esses apontamentos corroboram estudo realizado nas Assembleias Legislativas dos três estados da região sul o qual concluiu que 40,7% das mulheres eleitas declararam-se como políticas profissionais, quer dizer, suas atividades profissionais eram os cargos públicos que exerciam ou haviam exercido. No Estado do Paraná, as mulheres que se declararam de igual forma representaram 66,7% das eleitas e no Rio Grande do Sul, 36,4% das eleitas (RESENDE, NICOLÁS, ROSEVICS, 2010).

Denise Bitencourt (2005) chegou a conclusões semelhantes estudando o Congresso Nacional. Para a referida autora, a bancada gaúcha entre 1995 e 1999 era composta por políticos com longa experiência na vida política, a qual havia se consolidado a partir de atuação em atividades público-administrativas ou especificamente políticas. Nesse último caso, a atuação ocorreu no domínio de ação governamental seja municipal, estadual ou federal, tanto no Legislativo, quanto no Executivo.

Em termos de filiação das parlamentares em relação à trajetória política das mesmas, a tabela abaixo apresenta os seguintes dados:

Tabela 8

Trajetória política anterior ao mandato de deputadas estadual de acordo com filiação partidária

Partido	Executivo	Legislativo	Sindicalistas	Administração pública	Direção partidária	Sem informação
PT	1	4	1			1
PMDB			2	2		1
PSDB	1					
PTB		3				
PDT		1		1	1	1
PCdoB		1				
PDS		1				1
PP	1					2
PSB			1			
PDC						1
MTR						1
Total	3	10	4	3	1	8

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com a tabela 8, podemos notar que a experiência política anterior ao mandato de deputadas estaduais é maior no poder Legislativo. É também nesta categoria que se encontra o maior número de partidos políticos pelos quais elas elegeram-se. Destaca-se o PT, que das sete eleitas, quatro tinham experiência legislativa anterior e o PTB, partido pelo qual duas haviam sido vereadoras e uma deputada federal. Cabe ainda destacar que o PMDB foi o partido que mais teve mulheres sindicalistas e com experiência na administração pública antes de serem deputadas estaduais. O PP elegeu três, das quais uma havia sido candidata a vice-governadora do Estado.

Por fim, outro importante elemento para analisar o tema da mulher no parlamento e que está intimamente ligado à atividade exercida anteriormente ao mandato na Assembleia Legislativa, diz respeito à profissão das deputadas estaduais. Como explicado por André Marengo e Miguel Serna (2007), a profissão dos parlamentares é uma fonte de estratificação social, a qual contribui para a formação de capital social. Ademais, o status profissional representa uma forma de induzir à legitimação de relações de poder que, em seus fundamentos, estão ancoradas em redes que extrapolam o espaço parlamentar, se relacionando com a problemática da desigualdade social. A figura abaixo demonstra o percentual de

mulheres eleitas conforme o exercício de profissão anterior ao mandato na Assembleia Legislativa.

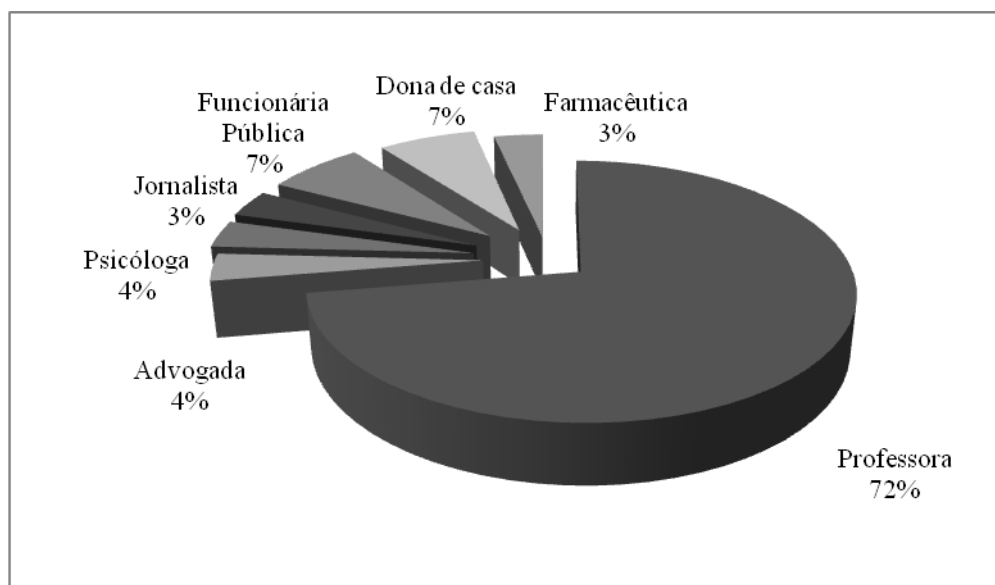


Figura 15: Percentual de deputadas de acordo com profissão (ALRS – 1951-2015).
Fonte: Elaboração própria.

No caso do parlamento gaúcho, 72% das deputadas estaduais se identificaram profissionalmente enquanto professoras. O grupo de parlamentares profissionais liberais soma 14%, sendo que estariam incluídas atividades como: advogada, psicóloga, jornalista e farmacêutica. Além disso, algumas deputadas exerceram atividade no serviço público (7%) e outras se declararam donas de casa (7%).

É interessante analisar este dado profissional das parlamentares gaúchas desde a perspectiva que considera a docência um dos principais espaços para o empoderamento das mulheres no século XX (FERREIRA, 2008), tendo em vista que, desde o final do século XIX, a profissão de professora representou uma das principais pontes que permitiram a passagem das mulheres da esfera privada para a esfera pública³¹.

Nessa linha, Maria Bernadete Kroeff (2010) destaca que o magistério foi uma das atividades profissionais mais importantes da vida de uma parcela feminina da sociedade gaúcha. Ela se caracteriza por ser a primeira forma de participação política das mulheres no

³¹ O apêndice C demonstra relação das deputadas estaduais gaúchas, com número de legislaturas e profissão de cada uma delas.

cenário público, oportunizando que as mesmas fossem reconhecidas como representantes de uma categoria: “ser professora”³².

Essas conclusões não são exclusivas para o contexto gaúcho. Estudo realizado por Lourdes Moreira (2010) destacou que 31,03% das deputadas estaduais do Rio de Janeiro, no período 1975-2003, exerciam atividades ligadas à área da educação, 13,79% atividades de saúde e o mesmo percentual para comunicação. Além disso, 10,35% das eleitas exerciam funções no campo jurídico, 3,45% não trabalhavam e 17,24% exerciam outros afazeres.

O trabalho de Daniela Rezende (2009) a respeito da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (1999-2006) demonstrou que, considerando a experiência profissional dos parlamentares, as mulheres concentram suas atividades na área da educação, enquanto os homens atuam preferencialmente no âmbito do direito e do empresariado. Analisando a profissão entre parlamentares o trabalho de Denise Bittencourt (2005) relativo à composição do Congresso Nacional (1995-1999) destacou que 58,8% (20) dos deputados e senadores (homens e mulheres) eram advogados, em segundo lugar estava a atividade profissional professor, com 26,4% (nove) do total de parlamentares. Assim advogados e professores seriam as duas principais profissões dos congressistas brasileiros.

Não temos informações, para o caso analisado, sobre a proporção de homens professores eleitos, mas, apenas para ter-se uma ideia, num estudo comparado sobre a trajetória dos parlamentos gaúcho e maranhense, Igor Grill (2008) aponta que, no universo de duzentos deputados estaduais sobre os quais foi levantado um perfil profissional, 30 destes exerciam antes da eleição a profissão de professor, o que equivaleria a 15% dos deputados. Em nível nacional, Leôncio Rodrigues (2002) identifica 15,8% de professores entre as profissões presentes nos legisladores eleitos na Câmara de Deputados, em 1998.

No que se refere às filiações partidárias das eleitas observamos os seguintes dados:

³²Há um trabalho de Marlise Matos (s/d), no qual ela menciona um perfil das mulheres brasileiras que conseguem se eleger segundo o qual a maior parte das eleitas exerceria profissões liberais, entre elas, aponta as professoras, advogadas e médicas, o que viria a confirmar os achados de nossa pesquisa. Contudo, não há dados no trabalho para que possamos apresentar e relacionar com as informações relativas a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Tabela 9

Filiação das deputadas estaduais de acordo com a profissão³³ (1951-2012)

	Professoras	Advogada	Psicóloga	Jornalista	Funcionária pública	Dona de casa	Farmacêutica
PT	6		1				
PMDB	6						
PSDB	1						
PTB	1				2		
PDT	1	1				2	
PCdoB							1
PDS	2						
PP	2			1			
PSB	1						
PDC	1						
MTR	1						
Total	22	1	1	1	2	2	1

Fonte: Elaboração própria.

Como podemos observar PT e PMDB são os partidos com maior número de eleitas na categoria professoras, lembrando que também foram os partidos que mais elegeram deputadas estaduais no período. Em relação às outras profissões, uma psicóloga foi eleita pelo PT, duas funcionárias públicas pelo PTB, uma advogada e duas donas de casa pelo PDT, uma farmacêutica pelo PCdoB e uma jornalista pelo PP.

De um modo geral, os dados apresentados até aqui são alusivos ao perfil da representação feminina na Assembleia Legislativa entre os anos de 1951 a 2012. Destacamos ao longo do capítulo quem foram as deputadas estaduais, quantos mandatos exerceram, por quais partidos políticos se elegeram. Conferimos, da mesma forma, atenção especial ao número de mulheres por mandato, tendo o cuidado de situar a presença feminina no parlamento gaúcho segundo o momento político vivido pelo Rio Grande do Sul e sua relação com o contexto político nacional, dividindo-o, assim, em três grandes períodos.

Além disso, enfatizamos a presença das mulheres na composição da Mesa Diretora, bem como, a trajetória política das parlamentares anteriormente ao mandato, buscando

³³ Nesse caso estamos considerando as eleições da deputada Suely de Oliveira tanto pelo PTB quanto pelo PMDB, computando-a nos dois partidos.

identificar as experiências políticas prévias. Por fim, apresentamos dados relativos à atividade profissional das deputadas estaduais, no intuito de, minimamente, sublinhar um panorama da representação feminina na Assembleia Legislativa Gaúcha. Partindo desse entendimento preliminar, acredita-se que possamos dar conta de relatar a atuação das mulheres no referido Parlamento de modo a debater uma questão fundamental da teoria política, especialmente no que concerne à representação política: *o que e como se representa*.

No caso da representação feminina boa parte da literatura especializada que discute o tema afirma que a presença das mulheres nos Parlamentos é importante, não apenas em função dos números e da presença em si, mas em prol do entendimento de que mais mulheres no poder fazem diferença para a vida das mulheres, principalmente se tiverem um pensamento que busque a superação das desigualdades de gênero. Apoiados nesse entendimento acreditamos que uma das maneiras possíveis para contribuir com este debate e para a superação das lacunas que existem, quanto a estudos empíricos que respondam a esta questão, é a análise da atuação parlamentar das mulheres que exercem cargos eletivos.

Sendo assim, nos próximos capítulos apresentaremos um diagnóstico de como as 27 deputadas estaduais que assumiram mandato de 1951 a 2011 atuaram. Ficarão fora da análise os dados referentes a presente legislatura (não serão analisadas as informações a respeito das deputadas Ana Affonso e Juliana Brizola, bem como, os dados relativos ao período 2011 e 2012 para as demais). Dividiremos a análise da atuação das parlamentares em três tópicos: a) análise da participação feminina nas Comissões Permanentes; b) exame acerca dos projetos apresentados ao plenário da Assembleia Legislativa e, c) apreciação dos discursos proferidos durante as sessões plenárias.

3 MULHERES NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA: A PRESENÇA DAS DEPUTADAS ESTADUAIS NAS COMISSÕES PERMANENTES E O CONTEÚDO DOS PROJETOS LEGISLATIVOS

Este capítulo tem por objetivo explorar a presença e atuação feminina na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, priorizando a investigação sobre a participação das deputadas estaduais nas Comissões Permanentes e o conteúdo dos projetos apresentados pelas parlamentares no período compreendido entre janeiro de 1951 e janeiro de 2011, totalizando 15 legislaturas.

Nesse intuito, inicialmente, procuramos situar esse estudo nos debates acerca da organização do poder Legislativo que, conforme destaca Fabiano Santos (1998), é tarefa central para a teoria democrática contemporânea e, em nosso entendimento, fundamental para pensar a inserção feminina nessa esfera de poder, cujo espaço é considerado por boa parte da literatura feminista sobre o tema, como sendo caracterizado como um espaço de domínio masculino (CEPAL, 2007; PINTO, C., 2010; SACCHET, 2009; TABAK, 2002, entre outros).

Nossa pesquisa abarca um período de tempo relativamente longo e que inclui as transformações políticas e institucionais pelas quais o país passou nesses 60 anos, a saber: período democrático, ditadura, redemocratização e consolidação democrática. Assim, considerando que as instituições importam, sobretudo, quando pensamos em termos de representação política das minorias sociais, no caso em particular, das mulheres, nosso objetivo também é assinalar algumas das mudanças institucionais no âmbito do Legislativo para melhor dar conta de compreender as diversas formas como as deputadas gaúchas ingressaram e atuaram nesta esfera.

Portanto, faremos uma breve revisão da literatura a esse respeito para, na sequência do trabalho, apresentar os dados de campo. Inicialmente apresentaremos as informações

obtidas sobre as Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa, destacando as que fizeram parte dos trabalhos legislativos e em quais delas as mulheres se fizeram presentes. Da mesma forma, daremos atenção aos postos ocupados pelas mesmas nas comissões, em especial, a indicação das deputadas para assumir a presidência e/ou vice-presidência.

Num segundo momento da exposição dos dados de campo acerca da atuação das parlamentares na Assembleia Gaúcha, enfatizaremos as informações sobre os projetos legislativos apresentados por elas, buscando compreender quais os temas foram priorizados na sua elaboração. Lembramos que não foi interesse da pesquisa detalhar o acompanhamento da tramitação dos projetos apresentados pelas deputadas, o que sem dúvida será merecedor de atenção em trabalhos futuros, mas, sim, fazer uma análise sobre quais as temáticas de interesse das deputadas estaduais e sobre as quais propuseram legislação.

3.1 ALGUMAS REFERÊNCIAS PARA O ESTUDO DO PODER LEGISLATIVO

Nas democracias representativas e, em especial nos sistemas presidencialistas, as duas mais importantes atribuições dos ocupantes de cargos no poder Legislativo são as de legislar e de fiscalizar. Ou seja, aos parlamentares cabe a tarefa de representar os interesses dos cidadãos, elaborando políticas públicas e, também, monitorar e fiscalizar o poder Executivo (ANASTASIA, INÁCIO, 2006).

Há uma gama de estudos acerca do Legislativo. Conforme Fabiano Santos (s/d) existem duas tradições na área de estudos legislativos. A primeira, de ordem funcionalista, procura detectar o papel, ou papéis, que o parlamento cumpre em determinado país. A segunda, desenvolvida a partir da abordagem neo-institucionalista, verifica os objetivos de carreira dos parlamentares, as regras sob as quais interagem com os colegas e demais atores políticos. A partir disso, tais estudos podem ainda explicar fenômenos relevantes que dizem respeito à vida parlamentar, tais como disciplina partidária, produção legislativa, maior ou menor predominância do Executivo, entre outros.

Os estudos voltados para essa problemática têm partido de um padrão de governança que a literatura atual denomina de presidencialismo de coalizão (MORAES, F., 2001; SANTOS, s/d), cujo enfoque predominante tem sido as relações Executivo–Legislativo³⁴.

³⁴Devido à amplitude que tal debate tomou e, em função das diferentes formas que as relações entre Executivo e Legislativo se configuraram ao longo dos períodos democráticos da história política brasileira, vários foram os teóricos que buscaram interpretar essas mesmas relações a partir de diferentes vertentes de análise. O trabalho de Vicente Palermo (2000) faz uma retomada dos estudos a esse respeito destacando quatro enfoques prioritários nas análises sobre a temática: 1) dispersão de poder decisório e problemas de governabilidade; 2)

Importante destacar que a estrutura dos poderes estaduais é a mesma no âmbito federal, assim como, o tempo de mandato e o sistema eleitoral que legitima a ocupação dos cargos eletivos do Executivo e Legislativo. Os parlamentos estaduais são unicamerais e a quantidade de membros varia segundo as regras estabelecidas pela Constituição Brasileira de 1988, igualmente como, em todos os estados da federação os municípios possuem a mesma forma de organização política, grau de autonomia e autoridades eletivas (TOMIO, 2011). Desse modo, os estudos sobre as relações Executivo-Legislativo ou mesmo as análises sobre o funcionamento do Legislativo seja em nível federal, estadual ou municipal, partem da mesma referência em relação à constituição e atribuições de seus membros, tanto no presente, quanto no período anterior à ditadura militar.

Em relação às competências dos poderes Executivo e Legislativo as constituições estaduais reproduzem, em boa medida, a delegação de prerrogativas legislativas concedidas ao Executivo presente na Constituição Federal, como veremos no caso do Rio Grande do Sul mais adiante. É praticamente um consenso, na literatura sobre o tema, o entendimento de que as iniciativas legislativas exclusivas do poder Executivo tornam o ocupante deste cargo, um legislador com amplos poderes, não sendo, pois, um legislador qualquer (LIMONGI, 2006). Em outras palavras os poderes legislativos do Executivo são muito significativos, o que lhe permite controlar não apenas a agenda legislativa, mas também agilizar a tramitação de suas proposições no Legislativo (DINIZ, 2005).

Neste sentido, compete exclusivamente ao Executivo propor legislação nas principais áreas de atuação política, a saber: tributação, orçamento e fixação dos quadros do funcionalismo. Além disso, é de exclusiva competência do Executivo, o efetivo e funcionamento da Polícia Militar, a Defensoria Pública e a estrutura administrativa do Executivo (secretarias e demais órgãos), entre outros. Está à disposição do chefe do Executivo, ainda, a possibilidade de promulgar decretos e medidas provisórias, além do pedido de urgência nos projetos de lei de sua iniciativa, o que permite abreviar os prazos de tramitação de sua agenda e retira dos órgãos diretivos e comissões legislativas a possibilidade de engavetamento de proposições que contrariem seus interesses (MORAES, F., 2001).

Configuram-se como competências exclusivas dos legisladores, em especial no âmbito estadual, entre outros, apreciar vetos do governador, promulgar emendas à Constituição e decretos legislativos, constituir os cargos funcionais do poder Legislativo e aprovar a intervenção em municípios (TOMIO, s/d).

concentração de poder decisório e ingovernabilidade; 3) concentração de poder decisório e governabilidade; 4) dispersão de poder decisório e governabilidade.

Contudo, se hoje os estudos realizados nessa área partem desse entendimento, o trabalho desenvolvido por Fernando Limongi e Argelina Figueiredo (1998) demonstra que nem sempre esteve à disposição do poder Executivo o uso de tais iniciativas legislativas³⁵. Os autores afirmam que os atuais princípios institucionais que organizam o sistema de representação e de governo são praticamente os mesmos da democracia de 1946, afora no que diz respeito às normas que estruturam o processo decisório.

Para Fernando Limongi e Argelina Figueiredo (1998) as diferenças entre os poderes legislativos do chefe do Executivo, podem ser divididas em dois tipos: A) poder de agenda: influenciando o início do processo legislativo e, B) poder de veto, atuando na ponta final do processo legislativo. Os autores demonstram que as duas Constituições Federais são mais ou menos equivalentes no que diz respeito ao poder de veto do presidente, no entanto apresentam uma diferença marcante no que diz respeito aos poderes de agenda do Executivo.

Em Fernando Limongi (s/d) podemos encontrar um quadro comparativo acerca dos poderes legislativos do Executivo nas Constituições de 1946 e 1988, o qual reproduziremos abaixo.

³⁵ Além da alteração em termos das iniciativas legislativas do Executivo, importante sublinhar também as mudanças no que diz respeito ao sistema eleitoral brasileiro. De acordo com Jairo Nicolau (2004), entre 1945 e 1965 os chefes do Executivo (presidente, governadores e prefeitos) eram eleitos pelo sistema de maioria simples, ou seja, os candidatos com maior percentual de votos seriam eleitos. A partir da Constituição de 1988 entram em vigor duas regras eleitorais distintas. Os ocupantes de cargos de presidente, governadores e prefeitos de cidades com mais de 200 mil eleitores passam a ser eleitos pelo sistema de dois turnos. Para que não haja segundo turno um candidato precisa receber mais de 50% dos votos no primeiro turno, caso contrário, os dois candidatos mais votados disputam o segundo turno.

Poderes Legislativos do Executivo	Constituição de 1946	Constituição de 1988
Iniciativas exclusivas		
Projetos de lei administrativos ³⁶	Sim	Sim
Projetos de leis orçamentárias	Não	Sim
Projetos de lei sobre matéria tributária	Não	Sim
Emendas constitucionais	Não	Sim
Editar decreto com força de lei (medida provisória)	Não	Sim
Editar leis sob requerimento de delegação pelo Congresso	Não	Sim
Solicitar a urgência dos projetos de lei (votação em 45 dias em cada Casa)	Não	Sim
Impor restrições a emendas orçamentárias do Congresso	Não	Sim

Figura 16: Poderes legislativos do Executivo, segundo constituições democráticas brasileiras de 1946 e 1988³⁷.
 Fontes: Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1946; Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Extraído de: LIMONGI, Fernando. O Poder Executivo na Constituição de 1988, s/d. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Limongi/O_Poder_Executivo_na_Constituicao_de_1988.pdf>. Acesso em 15 out.2012.

Esse quadro pode ser complementado pelas informações obtidas em Fabiano Santos (2003), o qual também apresenta algumas mudanças constitucionais e, conseqüentemente, alterações nos padrões de interação entre Executivo e Legislativo frente às Constituições Federais de 1946 e 1988. No que diz respeito especificamente às leis de iniciativa exclusiva do Executivo, constam na Constituição de 1946, as que criam empregos em serviços públicos, aumentam os vencimentos ou modificam a lei de fixação das Forças Armadas. Já na Constituição de 1988, as leis de iniciativa exclusiva do Executivo se referem à fixação ou modificação dos efetivos das Forças Armadas, criação de cargos, funções ou empregos públicos, organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e de pessoal da administração de territórios, servidores públicos da União e Territórios, assim como organização do Ministério Público e demais ministérios.

³⁶ Conforme Fernando Limongi (s/d) os projetos administrativos incluem: criação e estruturação de ministérios e outros órgãos de administração pública; criação de empregos, funções e postos na administração pública; aumentos salariais de servidores públicos; carreiras de servidores públicos; administração judicial e da máquina administrativa; unidades administrativas dos territórios; tamanho das Forças Armadas; organização dos gabinetes do defensor público da União e da Procuradoria Geral da União; regras gerais para organização dos gabinetes do defensor público da União e da Procuradoria Geral da União nos estados.

³⁷ Como destaca Fabiano Santos (2003), o período autoritário, que vai de 1964 até 1985, não é objeto de preocupação dos estudiosos do tema visto que as problemáticas centrais das análises partem do entendimento de que haja um mínimo de equilíbrio entre Executivo e Legislativo, o que não se observa em regimes de exceção.

Para Fernando Limongi (s/d), as alterações promovidas pelos militares na Constituição de 1946 não foram tratadas como parte do “entulho autoritário”. Como se pode observar a partir da figura 16 e conforme o que pontua Fabiano Santos (2003), a Constituição de 1988 ratificou a expansão da capacidade decisória do poder Executivo ocorrida durante o domínio militar. Os constituintes permitiram ao Executivo manter as competências que lhe haviam sido conferidas após 1964. A exclusividade da iniciativa em matérias orçamentárias, tributárias e administrativas foi conservada. A possibilidade do Congresso alterar a proposta orçamentária e definir os gastos públicos foi limitada a questões de investimentos. Ainda, não se retirou do Executivo a capacidade de ditar a pauta dos trabalhos legislativos, por meio da edição de medidas provisórias e da solicitação unilateral de urgência para seus projetos. Esses instrumentos a serviço do Executivo permitem forçar a deliberação das matérias de seu interesse, ultrapassando barreiras impostas pelos que se opõem às suas propostas (LIMONGI, s/d), além de comprometerem a capacidade do Legislativo em servir de contrapeso às iniciativas do governo (SANTOS, 2003).

Para Fabiano Santos (2003), as mudanças na capacidade do Executivo intervir no processo legislativo produzem impactos significativos no comportamento dos partidos e dos deputados individualmente, sobretudo, no sentido de ampliar o potencial de apoio legislativo ao Executivo. Nesse sentido, o autor entende que no período 1946-1964 o principal recurso de compra de apoio foi a patronagem³⁸, o qual, embora garantisse certa cooperação parlamentar pelos deputados que não faziam parte da coalizão formal de apoio ao governo, criava constrangimento dentro dos partidos responsáveis pela criação da agenda presidencial no Legislativo. Em função disso, a Constituição de 1946 mantinha importantes prerrogativas decisórias nas mãos do Legislativo, o que fez com que agenda política do período fosse considerada como uma agenda compartilhada. No período atual essa relação é expressa de

³⁸ Conforme a exposição de Fabiano Santos (2003) nos países presidencialistas a base de sustentação parlamentar do presidente nem sempre é formada apenas pela dimensão ideológica dos partidos políticos, pelo grau de concordância dos parlamentares com o seu programa de governo. A coalizão de apoio é formada também pelo acesso aos cargos políticos que essa cooperação permite, ou seja, pela estratégia da patronagem. A dinâmica da patronagem considera que as lideranças partidárias, devido ao voto personalizado, têm pouco controle sobre suas bancadas, o que resulta no fato de que a coesão partidária não pode ser garantia de formação e manutenção de uma base de apoio presidencial no Parlamento. A barganha com as lideranças partidárias é limitada em função das preferências individuais dos parlamentares. Assim, acordos partidários não são suficientes para formar a coalizão de apoio ao governo. Frente a esta situação o presidente dispõe de recursos importantes que podem vir a ser utilizados como moeda de troca na compra de apoio parlamentar, mais precisamente lança de mão de cargos no Governo Federal. Em situações de votação de matérias de seu interesse, se o presidente espera não ter maioria, oferece postos do Executivo para membros de partidos externos à coalizão: “A utilização estratégica da patronagem consiste justamente na negociação entre o presidente e deputados membros de partidos de oposição em busca de *surplus* de apoio parlamentar, um seguro contra a perspectiva de comportamentos indisciplinados em sua base de apoio formal” (SANTOS, 2003, p.66).

outra maneira, acentuando a supremacia do poder Executivo, quer seja em relação a sua capacidade decisória frente ao Legislativo, quer frente à coesão e disciplina dos partidos que compõem a coalizão de governo. Sendo assim, a agenda política atual, para Fabiano Santos (2003), é caracterizada como sendo uma agenda imposta.

Fernando Limongi e Argelina Figueiredo (1998) chegam a conclusões semelhantes quando afirmam haver equilíbrio entre Legislativo e Executivo na iniciativa de todos os tipos de lei no período 1946-1964. Segundo destacam, o Legislativo além de ter maior capacidade de iniciativa, contribuía, naquele momento, para a produção de leis em todas as áreas de regulamentação, com participação mais expressiva na área social e menor na administrativa, diferentemente do que se observa pós Constituição de 1988. Com capacidade de iniciativa bem baixa, as leis do Legislativo concentram-se na área social, ainda que o Executivo também tenha considerável produção nessa área. Contudo, o Executivo é preponderante na elaboração de leis nas áreas econômica (utilizando-se frequentemente do recurso da medida provisória) e administrativa.

O estudo apresentado por Gustavo Grohmann (2006), sobre as relações Executivo-Legislativo no caso do Rio Grande do Sul pós 1989, indica que as variáveis que balizam essa relação são intervenientes, o que implica considerar que os resultados dependem mais da alocação partidária das cadeiras parlamentares, das coalizões de governo e das oposições feitas. Ou seja, nas palavras do autor “a institucionalidade das relações Executivo - Legislativo no Rio Grande do Sul não conduzem necessariamente ao predomínio de um poder sobre o outro” (GROHMANN, 2006, p.315). O processo Legislativo, segundo afirma, se apresenta como mais uma arena de embate entre os poderes na medida em que o Executivo dispõe de iniciativa legislativa, além do de veto.

Para o autor, essa forma de relação entre Executivo e Legislativo, expressa no processo legislativo, seria reflexo da tradicional polarização da vida político-partidária existente no cenário gaúcho. As análises sobre a polarização no Rio Grande do Sul enfatizam seu caráter bipolar, originário de uma formação histórico-política de cunho platino, que denota forte oposição entre os dois blocos: republicanos x imperiais; chimangos x maragatos; PTB x anti-PTB; MDB x ARENA e, mais recentemente, PT x anti-PT (GROHMANN, 2006).

Ainda sobre as diferenças entre os dois períodos democráticos, outro debate posto pela literatura diz respeito às prerrogativas dos líderes partidários contidas nos regimentos internos, no caso do trabalho de Fernando Limongi e Argelina Figueiredo (1998) relativos ao Congresso Nacional. Os autores afirmam que a organização do processo legislativo no atual Congresso é altamente centralizada, deixando pouco espaço de atuação para as comissões

permanentes. Os dados que apresentam para o período 1946 - 1964 indicam que as comissões permanentes desempenhavam um importante papel, inclusive como proponentes de legislação. Outra diferença marcante entre os dois períodos, apontada por este trabalho, refere-se ao papel das comissões no processo orçamentário. Na organização interna do Congresso Nacional de 1946, não existia uma comissão de orçamento, contudo, a política orçamentária passava pelas comissões permanentes da Câmara e do Senado (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1998). No caso da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, como veremos, havia, sim, uma comissão permanente para tratar dos assuntos relativos às finanças e orçamento.

Sobre o tema das comissões no interior do Legislativo, alguns estudos apontam para o fato de que elas são o componente básico de organização de Poder Legislativo (SANTOS, 1998). As comissões permanentes se configuram no principal instrumento de intervenção dos parlamentares no processo decisório, bem como, a maneira mais eficaz de implementação de políticas e programas do governo (SANTOS, s/d). É por meio das comissões permanentes que se torna possível desempenhar as funções básicas das Assembleias Legislativas, quais sejam, a representativa e a legislativa, ou seja, a produção de leis que definirão as políticas públicas (LIMONGI; FIGUEIREDO, s/d).

O debate sobre o papel desempenhado pelas comissões no processo legislativo foi sistematizado pelo neoinstitucionalismo em três linhas distintas: *informacional*, *distributivista* e *partidária*. Para Gustavo Müller (2005), cada um destes enfoques atribui diferentes funções às comissões. As duas primeiras linhas (*informacional* e *distributivista*) enfatizam a autonomia das comissões e a existência de critérios autosseletivos na composição das mesmas, o qual pode ocorrer ou em função das especificidades das informações e dos temas debatidos, o que requer alto grau de *expertise*, ou devido às conveniências eleitorais para a reeleição dos parlamentares. Já a terceira linha, *partidária*, ressalta o papel dos partidos no controle do recrutamento para as comissões. O autor ainda destaca que o fato de o chefe do Executivo, por meio de suas prerrogativas, ter o poder de intervir no processo legislativo, seja por medidas provisórias, seja pelos pedidos de urgência, o que também cabe aos líderes partidários, termina por esvaziar o poder e a autonomia das comissões.

Contribuindo para o debate, Fernando Limongi e Argelina Figueiredo (s/d) entendem que a divisão do trabalho por comissões pode contribuir para uma maior especialização e maior desenvolvimento de capacidade técnica, aumentando assim a qualidade das decisões legislativas tomadas. Os autores destacam ainda a controvérsia em torno das comissões no pós-1988. Por um lado, a Constituição de 1988 buscou fortalecer o sistema de comissões,

dotando as mesmas da prerrogativa de aprovar legislação “terminativamente”. Ou seja, a partir do “poder terminativo das comissões”, algumas matérias podem ser aprovadas pelas comissões permanentes sem a manifestação explícita do plenário. Nesse sentido, o texto constitucional procurou descentralizar o processo decisório, atribuindo às comissões um poder autônomo. Por outro lado, essa tentativa de atribuir autonomia às comissões permanentes, foi ao encontro da prática centralizadora estabelecida ao final do processo constituinte e que se manifesta por meio do poder do presidente da Mesa Diretora, compartilhado com os líderes de bancadas, de designar os membros das comissões e definir a agenda legislativa (LIMONGI; FIGUEIREDO, s/d).

De acordo com Fabiano Santos (1998), embora o Legislativo seja um órgão cujo processo decisório tenha por princípio normativo a regra de “um homem, um voto”, a divisão de trabalho em comissões implica, inevitavelmente, na criação de grupos privilegiados.

A descentralização da atividade legislativa é usualmente associada a uma maior participação dos parlamentares nos processos deliberativo e decisório da instituição. O fortalecimento do sistema de comissões teria, segundo essa forma de raciocínio, a dupla capacidade de incentivar a aquisição pelos legisladores de especialização em determinados temas, ademais de fomentar uma participação mais efetiva do baixo clero nas decisões legislativas.[...] A participação dos representantes no processo deliberativo revela, muito mais do que preferências, quais os interesses efetivamente representados durante a atividade legislativa. [...] Reeleição, ideologia e visões do interesse público estariam sempre presentes enquanto motivações, a predominância de cada uma delas variando de forma estável e relativamente previsível, em geral de acordo com a comissão da qual faz parte o membro. [...] Investir recursos escassos na atividade legislativa é custoso, tão custoso que a maioria dos legisladores abre mão de uma participação efetiva nos projetos em tramitação em troca de uma superinfluência nos assuntos que lhe dizem respeito individual e intensamente (SANTOS, 1998, s/p)³⁹.

Em termos de estratégias que os partidos brasileiros adotariam para selecionar os membros das comissões estão a lealdade partidária e a *expertise*, critérios definidos pelos líderes partidários, conforme pontua Fabiano Santos (2003). Contudo, o autor alerta para o fato de que a preocupação com a lealdade partidária é contrabalanceada pela necessidade de conhecimentos especializados nas políticas públicas, assim “a *expertise* prévia sobre políticas específicas é uma variável decisiva nos cálculos dos legisladores na hora de fazer indicações para as comissões” (SANTOS, 2003, p.101). Para tanto, o autor considera que a melhor forma de saber o grau de especialização e conhecimento sobre determinada matéria que um deputado dispõe é considerar a sua experiência profissional. Nesse sentido, sua hipótese é de

³⁹ Para tais afirmações o autor se reporta ao livro de Richard Hall, *Participation in Congress* (1996). No texto, Fabiano Santos parece fazer uma resenha desta obra muito mais do que apresentar conclusões a partir de pesquisas empíricas para o contexto brasileiro, o que não deixa de dar sentido as colocações também para esse contexto.

que a variável especialização teve o mesmo impacto nas nomeações para as comissões nos dois períodos que estuda (1946-1964 e pós-1988), sendo que para o primeiro período o critério lealdade partidária foi mais importante do que no segundo.

À luz dessa breve retomada da forma como o processo legislativo, em termos de comissões e projetos, vem sendo analisado por parte dos estudos relativos ao poder Legislativo, analisaremos a inserção feminina nas comissões permanentes da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e, posteriormente, o conteúdo da produção legislativa das deputadas estaduais.

3.2 AS COMISSÕES PERMANENTES NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL

O processo legislativo em nível dos estados é regulado pela Constituição Estadual, e principalmente pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa, à luz do que dispõe a Constituição Federal enquanto competências e atribuições desse poder, como fizemos referência anteriormente.

Assim, a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, define como atribuições da Assembleia Legislativa:

Art. 52 - Compete à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especialmente sobre:

- I - plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais;
- II - tributos do Estado, arrecadação e distribuição das rendas;
- III - normas gerais sobre a alienação, cessão, permuta, arrendamento ou aquisição de bens públicos;
- IV - fixação e modificação do efetivo da Brigada Militar;
- V - dívida pública estadual e meios de solvê-la;
- VI - abertura e operações de crédito;
- VII - planos e programas estaduais de desenvolvimento;
- VIII - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;
- IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público, da Procuradoria-Geral do Estado, da Defensoria Pública e do Tribunal de Contas;
- X - transferência temporária da sede do Governo do Estado;
- XI - criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios;
- XII - instituição de região metropolitana, aglomerações urbanas e microrregiões;
- XIII - criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgãos da administração do Estado;
- XIV - matéria prevista no art. 24 da Constituição Federal. (CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1989).

Embora a atual Constituição Estadual permita aos parlamentares dispor sobre todos esses temas, algumas iniciativas são privativas do Governador do Estado, entre elas: as que fixem ou modifiquem os efetivos da Brigada Militar; disponham sobre: criação e aumento da

remuneração de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta ou autárquica; servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis; reforma ou transferência de militares para a inatividade; organização da Defensoria Pública do Estado; criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgãos da administração pública (Art. 60 da Constituição Estadual, 1989).

Além disso, importa salientar que em termos orçamentários, ao Legislativo estadual é vedada a possibilidade de aumentar despesas previstas nos projetos de iniciativa privativa do Governador e nos que tratam sobre a organização dos serviços administrativos da Assembleia Legislativa, dos Tribunais e do Ministério Público (conforme Art.61). A partir disso é possível fazer relação com o exposto acima acerca dos limites de atuação do Legislativo em determinadas áreas.

Contudo, aos parlamentares no processo Legislativo compete a elaboração de leis que abarcam: A) emendas à Constituição: que permite ao legislador reformar ou retificar o texto da Constituição; B) leis complementares: são aquelas a que a Constituição define dessa maneira; C) leis ordinárias: são os códigos em geral, por exemplo, a lei do inquilinato, acidentes de trabalho, entre outros; D) decretos legislativos: norma aprovada pelo plenário sobre a matéria de sua exclusiva competência e, E) resoluções: questões de ordem administrativa e de interesse interno da Casa.

No interior da Assembleia Legislativa a tramitação das proposições segue o seguinte trâmite: há o recebimento das propostas, inclusão das mesmas na pauta (publicação), em seguida seguem para o exame pelas comissões técnicas (permanentes), após o parecer destas ocorre a apreciação pelo plenário e, por fim, são encaminhadas para sanção pelo Governador, promulgação e posterior publicação.

Como se pode observar, as comissões técnicas se configuram como parte importante do processo de elaboração das leis. É no âmbito das comissões permanentes que os projetos de lei são discutidos internamente e podem vir a ser debatidos com a sociedade civil por meio da realização de audiências públicas sobre uma dada temática, é também o local onde autoridades podem ser convocadas a prestarem esclarecimentos ou informações. Assim, nas comissões os projetos podem vir a serem alterados antes de passarem à apreciação do plenário.

No Regimento Interno da Assembleia Legislativa as comissões permanentes são definidas como as que dispõem de caráter técnico-legislativo ou especializado tendo por finalidade apreciar as proposições a elas submetidas, sobre elas deliberando e, além disso, exercer a fiscalização dos atos do poder Público Estadual, no âmbito dos respectivos campos

temáticos. São as seguintes as comissões técnicas permanentes da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul: Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle; de Segurança e Serviços Públicos; de Cidadania e Direitos Humanos; de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo; de Assuntos Municipais; de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia; de Saúde e Meio Ambiente e Comissão de Economia e Desenvolvimento Sustentável.

Além dessas, ainda foram consideradas no estudo mais três comissões que não são técnicas permanentes, mas que trabalham de forma conjunta: a Comissão Mista Permanente do Mercosul e Assuntos Internacionais, a Comissão Mista Permanente de Participação Legislativa Popular e a de Ética.

Esse atual quadro de comissões permanentes foi antecedido por muitas outras comissões técnicas que compuseram os trabalhos da Assembleia, em muitos momentos houve desmembramento, junções ou extinções de comissões em seu interior. Os dados que apresentaremos, na sequência, foram coletados no intuito de conhecer quais comissões permanentes existiram na Assembleia Gaúcha, desde sua fundação, em 1835, até o presente⁴⁰. Entendemos que saber da trajetória das comissões permanentes no interior do Legislativo Estadual implica em considerar os diferentes momentos políticos da história gaúcha e nacional e, mais do que isto, que as próprias comissões refletem os temas e as preocupações de cada um desses períodos.

A história das comissões permanentes na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul inicia com a Lei nº18 de 27 de dezembro de 1837 promulgada pela então Assembleia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a qual foi alterada por mais duas resoluções até a Proclamação da República. A figura abaixo demonstra quais foram as comissões do período.

⁴⁰ Para tal atividade agradecemos imensamente a colaboração da equipe de trabalho alocada no Memorial do Legislativo, a qual já vinha fazendo esse levantamento e nos cedeu boa parte dos dados.

Comissões Permanentes	Lei nº 18, 27/12/ 1837	Res. nº 204, 16/12/1850	Reg. Interno 1864
De Poderes	X	X	X
Orçamento e Fazenda	X	X	X
Câmaras Municipais	X	X	X
Força Policial	X	X	X
Comércio, Agricultura, Indústria, Canais, Estradas e Colonização	X	X	X
Justiça Civil e Criminal e Guarda da Constituição e das leis	X	X	X
Instrução Pública, Associação e Estabelecimentos Públicos, Cíveis e Religiosos	X	X	X
Negócios Eclesiásticos e Divisão Eclesiástica	X	X	X
Estatística e Divisão Civil e Judiciária	X	X	X
Saúde Pública, Catequese e Civilização dos Índios		X	X
Redação das Leis	X	X	X
Polícia da Casa	X	X	X
Posturas Municipais		X	X

Figura 17: Comissões permanentes da Assembleia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1837-1864).

Fonte: Elaboração a partir de dados fornecidos pelo Memorial do Legislativo.

Como se pode observar, durante esse período são praticamente as mesmas comissões que estão em funcionamento na Assembleia Legislativa, salienta-se – como já dito - que entre 1837 e 1846 a Assembleia esteve fechada em função da Revolução Farroupilha. Destaca-se ainda que a Comissão de Posturas Municipais foi acrescida em 1850 e se manteve até 1891, quando, após a Proclamação da República, é editado o novo Regimento Interno da Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, em 20 de julho de 1891. O novo regimento redefine as comissões permanentes da Casa. A partir dessa data e durante todo o período da República Velha, apesar das alterações regimentais em três oportunidades (Regimento de 26 de dezembro de 1924; Regimento de 21 de novembro de 1925 e Regimento de 17 de novembro de 1927), as comissões permanentes permaneceram as mesmas. Seis foram as comissões definidas pelos constituintes em 1891:

- 1) Comissão de Polícia
- 2) Comissão de Constituição e Poderes
- 3) Comissão de Orçamento
- 4) Comissão de Exame de Despesas
- 5) Comissão de Redação

6) Comissão de Petições e Reclamações

Essas comissões ficaram em vigor até 1935 - lembrando que de 1930 a 1934 o Governo Provisório fechou a Assembleia - quando o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, de 9 de julho de 1935 define como comissões efetivas da Assembleia, as quatro seguintes comissões:

- 1) Comissão Executiva
- 2) Comissão de Finanças, Orçamento e Tomadas de Contas
- 3) Comissão de Constituição e Justiça e Legislação Social
- 4) Comissão Mista de: Educação e Saúde Pública; Obras Públicas; Transportes e Comunicações; Agricultura e Pecuária; Comércio e Indústria.

Estes seriam as comissões em vigor durante os anos de 1935 até 1937, quando o Estado Novo fecha a Assembleia, que somente voltará a funcionar a partir de 1946, permanecendo sem interrupções desde então. É a partir desse momento que nosso interesse se torna maior pelas comissões, pois é também a partir das eleições de 1950 que as mulheres passam a fazer parte das mesmas. O Regimento Interno da Assembleia Legislativa de 10 de abril de 1947 reduz as comissões para apenas duas: Comissão de Polícia e de Constituição.

A partir da Resolução nº13 de 1949, inserida no Regimento Interno da Assembleia Legislativa de 26 de janeiro de 1951 as comissões permanentes passaram para sete e, posteriormente, a partir de 1956, oito, até as alterações ocorridas durante o regime militar. A figura abaixo é demonstrativa das comissões que existiram no período compreendido entre 1949 e 1962.

Regimento Interno 26/1/1951 (Resolução nº13/1949)	Resolução nº 92 de 1951	Regimento Interno 15/12/1956 (Resolução nº491/1956)	Regimento Interno (Resolução nº1032/1962)
Agricultura, Indústria e Comércio	Agricultura, Indústria e Comércio	Agricultura	Agricultura e Pecuária
Constituição e Justiça	Constituição e Justiça	Constituição e Justiça	Constituição e Justiça
Educação e Saúde Pública	Educação e Saúde Pública	Educação e Saúde Pública	Educação e Saúde Pública
Finanças e Orçamento	Finanças e Orçamento	Finanças e Orçamento	Finanças e Orçamento
Serviço Público e Assistência Social	Serviço Público e Assistência Social	Serviço Público e Assistência Social	Serviço Público e Assistência Social
Tomada de Contas	Tomada de Contas	Redação, Revisão Legislativa e Leis Complementares	Redação Final
Transportes, Comunicações e Obras Públicas	Transportes, Comunicações e Obras Públicas	Transportes, Comunicação e Obras Públicas	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
	Redação Final de proposições	Desenvolvimento Econômico	Desenvolvimento Econômico

Figura 18: Comissões permanentes da Assembleia Legislativa (1949-1962).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo Memorial do Legislativo.

O que podemos observar nesse período é que algumas comissões foram criadas, outras foram extintas ou incorporadas em comissões existentes e outras permaneceram como estavam. Para destacar as que sofreram alterações, citamos inicialmente a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio que foi desmembrada em 1956, passando a denominar-se Agricultura, tratando de temas voltados à agricultura e pecuária. A partir de 1962 chama-se Comissão de Agricultura e Pecuária. Da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio foi criada também a comissão de Desenvolvimento Econômico, em 1956, cabendo a mesma tratar de temas relacionados à indústria, comércio, os problemas econômicos do Estado, seu planejamento e sua legislação.

Em 1951 foi criada a comissão de Redação Final de proposições que, em 1956, passa a denominar-se Comissão de Redação, Revisão Legislativa e Leis Complementares, a qual competia fazer a redação final, rever os códigos, estatutos e outras leis de caráter permanente, opinar privativamente sobre todos os projetos que viessem a ser alterados e elaborar todas as leis complementares à Constituição do Estado ou aos próprios Códigos e Estatutos. Em 1962 essa comissão volta a se denominar Comissão de Redação Final, cabendo a esta a elaboração das redações finais dos projetos aprovados.

A comissão de Tomadas de Contas deixa de existir em 1956, sendo incorporada à de Finanças e Orçamento. As demais permaneceram inalteradas. As próximas mudanças nas comissões permanentes ocorrerão durante o regime militar, a primeira delas pela Resolução nº 1674 de 19 de julho de 1971.

Resolução nº1674 19/7/ 1971	Resolução nº18174 de 1980	Resolução nº1824 de 1981	Resolução nº1825 de 1981	Resolução nº2033 de 1985	Resolução nº2006 de 1985
Agricultura e Pecuária	Agricultura e Pecuária	Agricultura e Pecuária	Agricultura e Pecuária	Agricultura e Pecuária	Agricultura e Pecuária
Constituição e Justiça	Constituição e Justiça	Constituição e Justiça	Constituição e Justiça	Constituição e Justiça	Constituição e Justiça
Saúde, trabalho e bem-estar social	Saúde, trabalho e bem-estar social	Saúde, trabalho e bem-estar social	Saúde, trabalho e bem-estar social	Saúde, trabalho e bem-estar social	Saúde, trabalho e bem-estar social
Finanças e Orçamento	Finanças e Orçamento	Finanças e Orçamento	Finanças e Orçamento	Finanças e Orçamento	Finanças e Orçamento
Serviço Público e Redação Final	Serviço Público	Serviço Público	Serviço Público	Serviço Público	Serviço Público
Economia e Desenvolvimento	Economia e Desenvolvimento	Economia e Desenvolvimento	Economia e Desenvolvimento	Economia e Desenvolvimento	Economia e Desenvolvimento
Obras Públicas	Obras Públicas	Obras Públicas	Obras Públicas	Obras Públicas	Obras Públicas
Educação e Cultura	Educação e Cultura	Educação e Cultura	Educação e Cultura	Educação e Cultura	Educação e Cultura
	Direitos Humanos, Segurança Social e Defesa do Consumidor	Direitos Humanos, Segurança Social e Defesa do Consumidor	Direitos Humanos, Segurança Social e Defesa do Consumidor	Direitos Humanos, Segurança Social e Defesa do Consumidor	Direitos Humanos, Segurança Social e Defesa do Consumidor
		Estudos Municipais	Estudos Municipais	Estudos Municipais	Estudos Municipais
			Defesa do Meio Ambiente	Defesa do Meio Ambiente e Turismo	Defesa do Meio Ambiente e Turismo
					Fiscalização Financeira e Tomada de Contas

Figura 19: Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa (1971-1985).

Fonte: Elaboração a partir de dados fornecidos pelo Memorial do Legislativo.

A figura acima e os comentários a seguir dão conta de apresentar as comissões permanentes para o período 1971 a 1986 e algumas das alterações subsequentes, considerando que, apesar das agitações do início dos anos 1980 e das eleições de 1982, o primeiro pleito após o fim da ditadura militar para as Assembleias Legislativas ocorreu em 1986, sendo que os eleitos assumiram no ano seguinte.

As informações acima registram, mais uma vez, as mudanças ocorridas nas comissões, seja em termos de nomenclaturas, seja em termos de incorporação, extinção ou desmembramento das mesmas. A Comissão de Constituição e Justiça não sofre alteração nesse período e a de Finanças e Orçamento apenas em 1987 passa a denominar-se comissão de Finanças e Planejamento a partir da resolução nº 2053 de 1987. A comissão de Agricultura e Pecuária mantém esse nome, bem como suas atribuições até a Resolução nº 2045 de 1986 quando passa a se denominar comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo, não tendo mais alterações até o final de 2010.

A comissão de Redação Final foi incorporada à de Serviços Públicos e Assistência Social, pela Resolução nº 1674 de 1971, passando a se denominar comissão permanente de Serviço Público e Redação Final. Com a resolução de 1974, esta passou a chamar-se comissão permanente de Serviço Público não sofrendo mais alterações até 2010, quando passou a denominar-se de comissão permanente de Segurança e Serviços Públicos.

Trajetória semelhante teve a comissão de Desenvolvimento Econômico, a partir de 1971 passou a chamar-se comissão de Economia e Desenvolvimento, não tendo sofrido alterações posteriores até resolução de 2008 que a intitulou comissão permanente de Economia e Desenvolvimento Sustentável. O mesmo ocorrendo com a de Transportes, Comunicação e Obras Públicas, que passou a denominar-se, a partir de 1971, de comissão permanente de Obras Públicas e permanece assim até 1987, quando muda para Obras Públicas e Transporte.

A grande novidade da resolução de 1971 é que a comissão de Educação e Saúde Pública deixa de existir e a partir dela são criadas duas novas comissões: de Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social, cujas atribuições giravam em torno dos problemas relacionados com a saúde pública, prevenção e ao tratamento de problemas de adaptação psicossocial da família, especialmente aqueles que envolvem a criança e o jovem, matéria pertinente a problemática homem-trabalho, assuntos concernentes a programas de ajuda e assistência social, e, por fim, escolha de diretores-presidentes de sociedades de economia mista. Esta comissão permanece inalterada até 1991 quando passa a denominar-se Saúde e Meio Ambiente, tendo então a finalidade de discutir temas relacionados à saúde, assuntos relativos ao meio ambiente, recursos naturais renováveis, flora, fauna e solo, criação, ampliação ou manutenção de reservas biológicas e/ou recursos naturais.

A outra comissão criada foi a de Educação e Cultura, encarregada dos assuntos referentes à educação e ao desenvolvimento cultural e artístico. Somente em 1991 esta comissão sofrerá alterações, passando a denominar-se comissão de Educação, Cultura,

Desporto, Ciência e Tecnologia, tendo como atribuições os temas relativos à educação, cultura, patrimônio histórico, desenvolvimento artístico, científico e tecnológico.

A resolução de 1980 apresenta como novidade a comissão permanente de Direitos Humanos, Segurança Social e Defesa do Consumidor, tendo como objetivo, entre outros, zelar pelo cumprimento integral da Declaração Universal dos Direitos do Homem, promover palestras, conferências, estudos e debates, sobre temas como: condições de vida, de trabalho, de habitação, de saúde, de ensino, lazer e cultura, salários justos, associação livre, alimentação, defesa do consumidor, saneamento básico, transporte, defesa do meio ambiente e proteção ecológica, acompanhar e investigar, qualquer tipo de lesão, individual ou coletiva dos Direitos Humanos. Essa comissão será alterada em 1991 quando passa a intitular-se comissão Permanente de Cidadania e Direitos Humanos e assume as atribuições de discutir aspectos atinentes à direitos das minorias, do índio, do menor, da mulher, do idoso, segurança social e sistema penitenciário, defesa do consumidor e demais assuntos relacionados à problemática homem-trabalho e direitos humanos.

Em 1981, com a Resolução nº 1824, ocorre a criação da comissão de Estudos Municipais com a finalidade de estudar o fortalecimento das rendas municipais, sugerir critérios de ordenamento na distribuição de auxílios estaduais, para aplicação em obras municipais de eletrificação rural, de pontes e estradas, comunicações, obras urbanas e de planejamento industrial. Além disso, cabe a esta comissão realizar estudos no sentido de aprimoramento da legislação municipal e da padronização das Leis Orgânicas, examinar convênios de interesse do município ou estado, participar de congressos ou seminários de municípios no estado, coordenar atividades com outros órgãos de assistência ao municipalismo, estudar outros assuntos de interesse dos municípios gaúchos. Alterações somente vão ocorrer também em 1991, quando se intitula comissão permanente de Assuntos Municipais, tendo como atribuições atender aos aspectos relacionados a municípios e que digam respeito a critérios de distribuição de verbas estaduais, convênios com o estado, criação, fusão e desmembramento de município e intervenção nestes, desenvolvimento urbano, aglomerações urbanas, região metropolitana, habitação e, por fim, transporte coletivo.

Ainda em 1981, a partir da resolução nº 1825, é criada a comissão permanente de Defesa do Meio Ambiente tendo como atribuições a preocupação com a poluição do ar, águas e solos, por agentes físicos, químicos e biológicos, a conservação dos recursos naturais, a criação, ampliação ou manutenção dos parques e reservas biológicas, danos ou agravos ao meio ambiente, que possam resultar em riscos para a saúde, a segurança pública, à flora, a fauna e materiais, e finalmente, discutir a legislação pertinente à matéria. A resolução nº 2033

de 1985 passa a denominá-la comissão permanente de Defesa do Meio Ambiente e Turismo, agregando entre suas atribuições questões como investimentos e promoções turísticas do estado, iniciativas e reivindicações de entidades de classe, empresários e profissionais de área de turismo, trabalhos e sugestões que venham em benefício do turismo. A comissão se mantém assim até 1991 quando é incorporada à de saúde, deixando de existir.

A resolução nº2006 de 1985 cria a comissão de Fiscalização Financeira e Tomadas de Contas, com a finalidade de manifestar-se sobre as contas do Governador e das autarquias, opinar sobre as impugnações e representações do Tribunal de Contas do Estado, avaliar os resultados obtidos pelos administradores e verificar a execução dos contratos celebrados, fiscalizar a administração direta e indireta, desempenhando as funções de auditoria financeira e orçamentária sobre as contas das unidades administrativas, fiscalizar o funcionamento das entidades subvencionadas pelo Estado e a aplicação dos recursos a elas destinados e, acompanhar a execução do orçamento e de programas de trabalho. Esta comissão deixou de existir a partir da resolução nº 2053 de 1987.

Assim, iniciamos o novo período democrático com as seguintes comissões.

Resolução n° 2053 de 1987	Resolução n° 2146 de 1988	Resolução n° 2258 de 1990	Resolução n° 2288 de 1991	Resolução n° 2633 de 1996	Resolução n° 2881 de 2003
Agricultura Pecuária e Cooperativismo	Agricultura Pecuária e Cooperativismo	Agricultura Pecuária e Cooperativismo	Agricultura Pecuária e Cooperativismo	Agricultura Pecuária e Cooperativismo	Agricultura Pecuária e Cooperativismo
Constituição e Justiça	Constituição e Justiça	Constituição e Justiça	Constituição e Justiça	Constituição e Justiça	Constituição e Justiça
Finanças e Planejamento	Finanças e Planejamento	Finanças e Planejamento	Finanças e Planejamento	Finanças e Planejamento	Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle
Serviço Público	Serviço Público	Serviço Público	Serviço Público	Serviço Público	Serviço Público
Obras Públicas	Obras Públicas	Obras Públicas	Economia e Desenvolvimento	Economia e Desenvolvimento	Economia e Desenvolvimento
Economia e Desenvolvimento	Economia e Desenvolvimento	Economia e Desenvolvimento	Saúde e Meio Ambiente	Saúde e Meio Ambiente	Saúde e Meio Ambiente
Saúde, Trabalho e Bem-estar Social	Saúde, Trabalho e Bem-estar Social	Saúde, Trabalho e Bem-estar Social	Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia	Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia	Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia
Educação e Cultura	Educação e Cultura	Educação e Cultura	Cidadania e Direitos Humanos	Cidadania e Direitos Humanos	Cidadania e Direitos Humanos
Direitos Humanos, Segurança Social e Defesa do Consumidor	Direitos Humanos, Segurança Social e Defesa do Consumidor	Direitos Humanos, Segurança Social e Defesa do Consumidor	Assuntos Municipais	Assuntos Municipais	Assuntos Municipais
Estudos Municipais	Estudos Municipais	Estudos Municipais		Mista Permanente do Mercosul	Mista Permanente do Mercosul
Defesa do Meio Ambiente e Turismo	Defesa do Meio Ambiente e Turismo	Defesa do Meio Ambiente e Turismo			Mista Permanente de Participação Legislativa Popular
	Segurança Pública e Política Penitenciária	Segurança Pública e Política Penitenciária			
		Ciência e Tecnologia, Informática e Comunicações			

Figura 20: Comissões da Assembleia Legislativa (1987-2003).

Fonte: Elaboração a partir de dados fornecidos pelo Memorial do Legislativo.

Como se pode observar, de acordo com que já mencionamos anteriormente, a partir da resolução n° 2288 de 1991 deixaram de existir quatro comissões que foram incorporadas as demais, a saber: Obras Públicas, incorporada à comissão de Serviços Públicos; Defesa do Meio Ambiente e Turismo, sendo agregada à comissão de Saúde; Segurança Pública e

Política Penitenciária, fazendo parte da comissão de Serviços Públicos e a comissão de Ciência, Tecnologia, Informática e Comunicações, incorporada à Educação.

Posteriormente destacamos a criação, em 1996, da Comissão Mista Permanente do Mercosul que, em 1999, passou a denominar-se Comissão Mista Permanente do Mercosul e Assuntos Internacionais. Em 2003 houve a criação da Comissão Mista de Participação Legislativa Popular, cujo objetivo é receber, examinar e emitir parecer sobre as proposições legislativas apresentadas por entidades da sociedade civil, tais como sindicatos, órgãos de classe, associações, conselhos e organizações não governamentais, exceto partidos políticos e organismos internacionais, além de verificar os requisitos de existência e legalidade da entidade, através do exame do seu estatuto e comprovação legal da composição de sua diretoria, entre outras.

Ressalta-se ainda a criação da comissão de Ética Parlamentar no ano de 2000. Além disso, como já mencionado, a comissão de Economia e Desenvolvimento passa a denominar-se, a partir de 2008, Economia e Desenvolvimento Sustentável e a comissão de Serviços Públicos passa a chamar-se Segurança e Serviços Públicos, desde 2010.

Assim, chegamos a atual composição das comissões permanentes da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul cujo resgate histórico foi de fundamental importância para poder compreender a participação das mulheres nas mesmas. Sem mapear quais comissões existiam, quais deixaram de existir, as que foram incorporadas, desmembradas ou criadas, não seria possível uma análise linear da presença das parlamentares gaúchas nas mesmas.

3.3 AS DEPUTADAS ESTADUAIS NAS COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA GAÚCHA (1951-2011)

A partir desse mapeamento foi possível classificar e agrupar as comissões permanentes conforme os assuntos, considerando a troca de nomes das mesmas e todas as demais mudanças. Desse modo, tomamos como referência as atuais comissões e agregamos a elas suas antecedentes. Para facilitar o entendimento, queremos alertar que quando dizemos que uma deputada participou de uma comissão X, estão incluídas todas as nomenclaturas anteriores. Apresentaremos abaixo as relações feitas.

A comissão de Constituição e Justiça (CCJ), não tendo alterações, assim como, a Comissão de Ética Parlamentar (CEP). A comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo (CAPC) agrega as comissões: Agricultura, Indústria e Comércio; Agricultura; Agricultura e Pecuária e Agricultura, Pecuária e Cooperativismo. A Comissão de Finanças, Planejamento,

Fiscalização e Controle (CFPFC) inclui as de: Finanças e Planejamento; Finanças e Orçamento; Tomada de Contas; Fiscalização, Finanças e Tomadas de Contas e Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle. A comissão de Economia e Desenvolvimento Sustentável (CEDS) agrega as seguintes comissões: Desenvolvimento Econômico; Economia e Desenvolvimento; Agricultura, Indústria e Comércio e Economia e Desenvolvimento Sustentável.

Por outra parte, a comissão de Segurança e Serviços Públicos (CSSP) inclui as comissões: Serviços Públicos, Assistência Social e Subvenções; Serviço Público e Redação Final; Serviço Público; Redação; Redação, Revisão Legislativa e Leis Complementares; Redação Final; Segurança Pública e Política Penitenciária; Transporte, Comunicação e Obras Públicas; Obras Públicas; Obras Públicas e Transporte e Segurança e Serviços Públicos. A comissão de Saúde e Meio Ambiente (CSMA) agrega também a de Saúde, Trabalho e Bem-estar Social; Defesa do Meio Ambiente; Defesa do Meio Ambiente e Turismo e Saúde e Meio Ambiente. A comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia (CECDCT) inclui as de Educação e Saúde Pública; Educação e Cultura; Ciência e Tecnologia, Informática e Comunicações e, Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia.

Finalmente, a comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH) agrega as comissões de: Direitos Humanos, Segurança Social e Defesa do Consumidor e Cidadania e Direitos Humanos. A comissão de Assuntos Municipais (CAM) inclui as de Estudos Municipais e Assuntos Municipais. A comissão Mista Permanente do Mercosul e Assuntos Internacionais (CMPMAI) inclui, além dela própria, a comissão Mista Permanente do Mercosul. A comissão Mista Permanente de Participação Legislativa Popular (CMPPLP) agrega a Mista Permanente de Fiscalização e Controle e ela mesma.

Partindo disso, agora podemos visualizar a presença das deputadas estaduais nas comissões permanentes da Assembleia Legislativa. Do total de 27 parlamentares, observamos que seis não participaram de nenhuma das comissões. São elas, as deputadas: Gilda Hack (PTB), Adriane Rodrigues (PDT), Maria Íris Potthoff (PDC), Terezinha Irigaray Chaise (PMDB), Dalila Alves (ARENA) e Zaira Folly (MTR). Há que se considerar a brevidade com que essas mulheres passaram pela Assembleia, sendo eleitas na condição de suplentes assumiram mandato por curtos espaços de tempo, a exceção de Terezinha Irigaray Chaise, que foi eleita como titular da cadeira, sendo, contudo, cassada dois anos depois de assumir, como demonstramos no capítulo anterior.

As demais parlamentares se fizeram presentes em diferentes comissões. A figura a seguir mostra em quantas comissões cada uma das deputadas estaduais participou.

Deputada	Número de mandatos	Participação em comissões
Marisa Formolo	1	2
Regina Rosignolo	1	
Dercy Furtado	3	
Maria Feldman	1	
Iara Wortmann	1	
Cecília Hypólito	2	3
Floriza dos Santos	1	
Stela Farias	1	
Suely de Oliveira	6	
Zilá Breitenbach	1	
Luciana Genro	2	
Maria do Rosário	1	
Miriam Marroni	1	
Hilda de Souza	1	
Ecléa Fernandes	2	4
Silvana Covatti	2	
Kelly Moraes	1	
Maria do Carmo	2	
Leila Fetter	2	7
Maria Helena Sartori	1	
Jussara Cony	5	8

Figura 21: Participação das mulheres nas comissões permanentes da Assembleia Legislativa (1951-2011)⁴¹.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo Memorial do Legislativo e Divisão de Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do RS.

Como se pode observar pela figura acima, a maior parte das deputadas estaduais participou de duas ou três comissões permanentes ao longo do mandato. Quatro delas participaram em quatro comissões diferentes e, duas se fizeram presentes em sete comissões e uma em oito. Uma das relações que podemos fazer é entre o número de mandatos de cada deputada e a participação em comissões. De modo geral o que podemos verificar é que a maior parte das deputadas que assumiram, por um ou dois mandatos, participaram de até quatro comissões permanentes diferentes, as exceções são Leila Fetter (PP) que em duas

⁴¹ O apêndice D apresenta a relação da participação das deputadas estaduais em todas as comissões permanentes de acordo com a legislatura.

oportunidades que assumiu cadeira, participou de um total de sete comissões e Maria Helena Sartori (PMDB) que, em apenas um mandato, participou igualmente de sete comissões. Além disso, Dercy Furtado (PDS) que, em três mandatos, participou de duas comissões, ainda a deputada Suely de Oliveira (PTB) com seis mandatos e participação em três comissões e, por fim, a deputada Jussara Cony (PCdoB) que, em cinco mandatos, integrou oito comissões permanentes.

Esses dados não permitem afirmar a existência de uma relação direta entre número de mandatos e número de comissões que cada deputada fez parte. No entanto, podem nos indicar certa especialização em determinada comissão quando comparados com a quantidade de anos que cada deputada permaneceu numa comissão⁴². A deputada que mais mandatos obteve, Suely de Oliveira (PTB), participou de três comissões, no entanto, foi membro por 19 anos da Comissão de Segurança e Serviço Social, que se denominava na época, Comissão Permanente de Serviços Públicos, Assistência Social e Subvenções. Além disso, participou um ano da Comissão de Constituição e Justiça e um ano na comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia, que se intitulava, à época, Comissão de Educação e Saúde.

A deputada Jussara Cony (PCdoB), com cinco mandatos e participação em oito comissões, permaneceu durante 12 anos na Comissão de Saúde e Meio Ambiente e até cinco anos nas demais comissões em que fez parte. Já a deputada Dercy Furtado (PDS), com três mandatos, participou de duas comissões, Saúde e Meio Ambiente, denominada então Saúde, Trabalho e Bem-estar Social, a qual integrou por 12 anos e, ainda participou da comissão de Economia e Desenvolvimento Sustentável por um ano.

Para as demais deputadas o que observamos foi que, no geral, elas permaneceram numa mesma comissão durante dois anos ou, o que é mais comum, durante todo o mandato de deputadas estaduais.

Outro dado sistematizado foi a participação feminina em cada uma das comissões Permanentes da Assembleia Legislativa. A figura abaixo demonstra essa informação.

⁴² O apêndice E demonstra a quantidade de anos que cada deputada permaneceu em cada uma das comissões que fez parte.

Deputada	C S S P	C C J	C S M A	C E D S	C E C D C T	C F P F C	C A P C	C E P	C M P M A I	C C D H	C M P P L P	C A M
Suely de Oliveira	x	x			x							
Luciana Genro	x				x					x		
Maria H. Sartori	x		x		x	x		x	x		x	
Stela Farias	x		x					x				
Kelly Moraes	x		x		x							x
Jussara Cony	x		x		x	x	x	x		x	x	
Hilda de Souza		x				x						x
Dercy Furtado			x	x								
Ecléa Fernandes			x		x	x				x		
Regina Rossignollo			x		x							
Maria do Carmo			x		x			x				x
Cecília Hypólito			x			x	x					
Leila Fetter			x	x	x	x			x	x		x
Silvana Covatti			x			x		x			x	
Marisa Formolo					x					x		
Maria Feldman					x					x		
Maria do Rosário					x				x	x		
Iara Wortmann					x					x		
Floriza dos Santos					x					x	x	
Zilá Breitenbach							x		x	x		
Miriam Marroni									x	x		x

Figura 22: Comissões permanentes e presença das parlamentares gaúchas (1951-2011).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo Memorial do Legislativo e Divisão de Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do RS.

Como é possível verificar, todas as comissões permanentes contaram em algum momento com a presença de mulheres entre seus membros. No entanto, observamos também que algumas comissões apresentam uma presença mais significativa de mulheres, ou seja, mais mulheres foram indicadas para participar destas comissões. Ao menos três comissões concentram a presença feminina. Do total de 21 deputadas que participaram em comissões, a comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia contou com 14 parlamentares, o que significa dizer que 66% das deputadas passaram por essa comissão. Em

seguida, as comissões que mais apresentam mulheres entre seus membros são as comissões de Saúde e Meio Ambiente e Cidadania e Direitos Humanos, ambas com a presença de 11 deputas, um percentual de 52% das parlamentares.

Em seguida, aparecem as comissões de Finanças e Planejamento, com a presença de sete mulheres e Segurança e Serviço Público com seis parlamentares. As comissões de Ética Parlamentar, Mercosul e Assuntos Internacionais e Assuntos Municipais contaram com cinco deputadas. A comissão de Participação Legislativa Popular teve a presença de quatro mulheres e as demais, Constituição e Justiça, Economia e Desenvolvimento Sustentável e Agricultura, Pecuária e Cooperativismo tiveram a presença de três mulheres em cada uma delas ao longo do período analisado.

Essas informações vêm ao encontro do que pontuamos no capítulo 1 a respeito da atuação política das mulheres, no âmbito do Poder Legislativo, já destacada por alguns trabalhos realizados na área. Vale mencionar o trabalho de Cíntia Reis (2010) sobre o perfil das deputadas federais brasileiras (1986-2011) o qual demonstrou, nessa perspectiva, que as comissões permanentes que mais agregam mulheres são seguridade social e família; educação, cultura e desporto; defesa dos consumidores e direitos humanos e minorias. Nesse mesmo sentido temos as conclusões de Irllys Barreira e Danyelle Gonçalves (2011), a respeito do trabalho das deputadas e senadoras no Congresso Nacional (2003-2015), para o qual as autoras afirmam que a atuação mais significativa das parlamentares ocorre nas Comissões de Educação e Cultura e Seguridade Social e Família.

Conclusão similar foi apresentada por Janine Santos (2007), referente a estudo da composição da Câmara de Deputados (2003-2006), tanto no que se refere à preferência partidária das deputadas eleitas, quanto à participação nas comissões, onde destacou a presença das mulheres nas comissões que apresentavam os temas: família, infância e adolescência e questões de gênero. Assim como a pesquisa realizada por Lúcia Avelar (2001) mostrou que os temas priorizados pelas mulheres na legislatura de 1998-2002 na Câmara dos Deputados Federais referiram-se às áreas de trabalho e previdência, saúde, violência e direitos civis, enquanto uma proporção mínima tratou de temas relacionados ao desenvolvimento, à infraestrutura e ao poder (PINHEIRO, 2007).

Da mesma forma o trabalho realizado por Marlise Matos (2010, s/d) a respeito das deputadas estaduais e federais brasileiras demonstrou uma participação legislativa feminina segregada dentro do Parlamento, um padrão de atuação que reforça o *status quo* subalternizado das mulheres as quais costumam participar de comissões pouco prestigiadas das casas legislativas e com frequência aquelas que se tornaram nichos básicos de atuação das

mulheres: Comissões de Segurança e Família, de Saúde, de Direitos Humanos e de Educação.

Dados semelhantes foram relacionados em estudo realizado por Daniela Rezende (2009) a respeito das mulheres na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, considerando as legislaturas no período 1999 a 2006. A pesquisa demonstrou que as comissões com maior número de mulheres são as de Defesa do Consumidor e Trabalho, Previdência e Ação Social, indicando o reforço da atuação das parlamentares mineiras como “cuidadoras”. Além disso, trabalho desenvolvido por Raimunda Velázquez (2011) analisando a presença e atuação parlamentar das deputadas do Estado de Goiás, demonstra que entre 1951 2011, as comissões que apresentaram maior número de mulheres foram: Comissão da Criança e do Adolescente, a Comissão de Educação, Cultura e Esportes e a Comissão de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Assim, a respeito os dados relativos à participação das deputadas na Assembleia Legislativa Gaúcha, é preciso mencionar que, embora também, existam homens nessas comissões, há lugares preferidos de atuação feminina, no caso, destaca-se a presença das deputadas nas comissões voltadas ao debate sobre saúde, educação e direitos humanos. Isso pode ser o reflexo da formação profissional dessas mulheres, lembrando o que destaca a bibliografia anteriormente citada, de que o requisito de especialização e conhecimento sobre certa temática é um dos elementos observados quando os deputados são indicados para fazer parte das comissões. Além disso, destaque novamente o trabalho de Irllys Barreira e Danyelle Gonçalves (2011) cujas autoras afirmam que a maior frequência de mulheres em determinadas comissões pode ser entendida como um sintoma de concorrência e divisão desigual de poder. Contudo, alertam para o fato de que é uma explicação que precisa ser relativizada tendo em vista a tendência de que as representantes no Congresso confirmem preferência às causas pelas quais militaram ou trabalharam ao longo do tempo.

Podemos verificar o outro extremo, as comissões em que as mulheres menos aparecem: Constituição e Justiça, Economia e Desenvolvimento Sustentável e Agricultura, Pecuária e Cooperativismo. Analisando quem foram as mulheres que integraram essas comissões vemos que Constituição e Justiça: Suely de Oliveira (professora) e Hilda de Souza (professora e procuradora); Economia e Desenvolvimento Sustentável: Dercy Furtado (professora) e Leila Fetter (professora e arquiteta) e Agricultura, Pecuária e Cooperativismo: Jussara Cony (farmacêutica), Cecília Hypólito (professora) e Zilá Breitenbach (professora).

Esses dados parecem indicar para o fato de que a formação profissional das deputadas é importante para a indicação nas comissões, contudo, considerando que a maior parte delas

exerce atividade no magistério e que estão presentes em todas as comissões, as informações indicam que a formação é mais significativa para a permanência numa comissão, sobretudo quando observamos as deputadas com mais de um mandato. No entanto, esta é uma questão que fica em aberto, sendo necessário estudos posteriores para se chegar a conclusões mais concretas.

Outro dado que chama a atenção se refere aos postos ocupados pelas parlamentares no interior das comissões. A presidência e vice-presidência são os cargos de maior destaque, juntamente com o de relator. Não tendo os dados disponíveis para este trabalho desempenhado nas comissões, apresentamos as comissões e em quais delas as deputadas ocuparam os outros cargos.

Tabela 10

Mulheres na presidência e vice-presidência das comissões permanentes da Assembleia Legislativa (1951-2011)

Comissões	Participação feminina	
	Presidência	Vice-presidência
Segurança e Serviços Públicos	2	1
Constituição e Justiça	0	0
Saúde e Meio Ambiente	1	1
Economia e Desenvolvimento Sustentável	1	0
Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia	1	2
Finanças e Planejamento	2	1
Agricultura, Pecuária e Cooperativismo	0	0
Ética	1	1
Mercosul e Assuntos Internacionais	0	0
Cidadania e Direitos Humanos	1	4
Participação Legislativa Popular	0	2
Assuntos Municipais	1	0
Total	10	12

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo Memorial do Legislativo e Divisão de Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do RS.

Os dados da tabela acima deixam evidente que em três comissões permanentes da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, nunca houve uma mulher na presidência ou vice-presidência. Essas comissões são: Constituição e Justiça, Agricultura, Pecuária e Cooperativismo e Mercosul e Assuntos Internacionais, as duas primeiras foram as que menos mulheres participaram como membros da comissão e por menos tempo. A comissão de Participação Legislativa Popular teve por quatro anos mulheres integrantes, sempre na

condição de vice-presidente: as deputadas Jussara Cony (PCdoB), em 2003 e 2004 e Silvana Covatti (PP), 2007 e 2008.

As comissões de Economia e Desenvolvimento Sustentável e Assuntos Municipais tiveram uma presidente cada, Dercy Furtado (PDS), em 1986, e Kelly Moraes (PTB), em 2008, respectivamente. As comissões de Saúde e Meio Ambiente e Ética Parlamentar contaram com uma presidente e uma vice-presidente, na primeira Dercy Furtado (PDS), nos anos de 1980, 1981 e 1985 na condição de presidente e, como vice-presidente, a deputada Jussara Cony (PCdoB) de 1995 a 1988. A segunda comissão teve como presidente Silvana Covatti (PP), em 2010 e, na condição de vice-presidente, Maria do Carmo Bueno (PPB), nos anos de 1995 e 1996.

A comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia teve uma deputada como presidente, Marisa Formolo (PT), nos anos de 2007 e 2008, e duas vice-presidentes, Maria Augusta Feldman (PSB), entre 1995 e 1998 e Luciana Genro (PT) em 1999. Já a comissão de Cidadania e Direitos Humanos contou com uma deputada na presidência e quatro na vice-presidência. Como presidente, a deputada Maria do Rosário (PT), 1999 e 2000, e na condição de vice-presidente, Luciana Genro (PT), de 1995 a 1998, Miriam Marroni (PT), em 2005 e 2006, Zilá Breitenbach (PSDB), em 2005 e 2006 e a deputada Marisa Formolo (PT) em 2009.

Por fim, as comissões de Segurança e Serviços Públicos e Finanças e Planejamento contaram, ambas, com duas presidentes e uma vice-presidente. No caso da comissão de Segurança e Serviços Públicos a deputada Suely de Oliveira (PTB/MDB), esteve na presidência de 1959 a 1962, posteriormente em 1964, entre 1966 e 1970 e em 1972. A outra presidência foi exercida por Stela Farias (PT) em 2007 e 2008, a qual também foi vice-presidente desta comissão, em 2009. Em relação à comissão de Finanças e Planejamento foram presidentes, as deputadas Cecília Hypólito (PT), em 2001 e 2002 - que também foi a vice-presidente da comissão antes de se tornar presidente, em 1999 e 2000 - e Maria Helena Sartori (PMDB), em 2005⁴³.

Assim, a tabela demonstra que houve dez presidentes e 12 vice-presidentes no total das parlamentares que ocuparam esses cargos nas comissões permanentes. Contudo, nove foram as mulheres que assumiram a presidência, considerando que Dercy Furtado (PDS) assumiu este cargo em duas comissões (Saúde e Meio Ambiente e Economia e Desenvolvimento Sustentável). Também na condição de vice-presidente, a tabela demonstra

⁴³ O apêndice F demonstra detalhadamente as comissões, as deputadas que fizeram parte da presidência ou vice-presidência e em quais anos exerceram mandato.

um total de 12 mulheres, quando dez assumiram o posto, visto que Luciana Genro (PT) foi vice-presidente em duas comissões (Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia e Cidadania e Direitos Humanos), o mesmo ocorrendo com Jussara Cony (PCdoB) que tomou posse em duas comissões (Saúde e Meio Ambiente e Participação Legislativa Popular).

Considerando os partidos políticos aos quais as deputadas estavam filiadas no momento em que assumiram a presidência ou vice-presidência, os dados abaixo são indicativos de quais agremiações mais elegeram deputadas para estes cargos.

Tabela 11

Partidos políticos e cargos femininos nas comissões (1951-2011)

Partido	Presidente	Vice-presidente	Total
PT	4	5	9
PTB	2	0	2
PMDB	2	0	2
PDS	1	0	1
PP	1	2	3
PSB	0	1	1
PSDB	0	1	1
PCdoB	0	1	1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo Memorial do Legislativo e Divisão de Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do RS.

Como se pode notar, de um total de 19 mulheres que assumiram um desses cargos ou ambos, nove estavam filiadas ao PT, em termos percentuais representa 45% das presidentes e vice-presidentes. Na sequência, PP, com 15% e PTB e PMDB⁴⁴ ambos com 10% do total de eleitas. Os demais partidos, têm uma representação em termos percentuais de 5% cada, o que equivale a uma deputada estadual em um destes postos.

Somando os cargos obtidos pelos partidos considerados de esquerda (PT, PCdoB, PSB), chegamos a um total de 11 postos, o que representa 55% do total das eleitas. Os partidos de direita (PDS e PP) têm quatro deputadas ocupantes destes cargos, 20% do total e

⁴⁴ Ressaltamos que as deputadas Suely de Oliveira e Ecléa Fernandes trocaram de partido ao longo do mandato. A primeira permaneceu no PTB entre 1951 e 1966 e de 1967 a 1974 esteve no MDB. A segunda esteve filiada ao PMDB entre 1983 e 1986 e ao PSDB de 1987 a 1990. Assim, quando apresentamos dados sobre as comissões e, mais adiante, em relação aos projetos parlamentares, estamos considerando a participação de ambas nos dois partidos em que a deputada Suely de Oliveira consta como presidente no PTB e no PMDB porque esteve na presidência pelos dois partidos. Todos os dados que fizerem referência aos partidos levam em consideração a migração partidária das parlamentares.

os partidos de centro (PMDB, PSDB e PTB), cinco deputadas, 25%. Esses dados indicam que, além de serem os partidos de esquerda os que mais elegem deputadas estaduais, são estes também os que apresentam mais mulheres nos postos de maior visibilidade das comissões permanentes da Assembleia Legislativa.

Podemos também nos perguntar se os partidos fazem diferença na nomeação para a composição das comissões permanentes, em outras palavras, se a filiação partidária interfere na seleção de quais comissões as parlamentares irão participar. A tabela a seguir demonstra quantas mulheres estiveram presentes em cada comissão de acordo com a filiação partidária.

Tabela 12

Filiação partidária das parlamentares e comissões (1951-2011)

Comissões Partido Político	C S S P	C C J	C S M A	C E D S	C E C D C T	C F P F C	C A P C	C E P	C M P M A I	C C D H	C M P P L P	C A M	Total de comissões
PT	2		2		3	1	1	1	2	4		1	9
PTB	2		1		2							1	4
PSB					1					1			2
PCdoB	1		1		1	1	1	1		1	1		8
PDT			1		2					1	1		4
PSDB					1		1		1	1			4
PMDB	2	2	2		3	3		1	1	2	1	1	10
PDS			1	1									2
PPR/PPB/PP			3	1	2	2		2	1	1	1	2	9

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo Memorial do Legislativo e Divisão de Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do RS.

A Tabela 12 não permite afirmar que haja diferença significativa entre a filiação partidária das deputadas estaduais e a presença das mesmas nas comissões permanentes da Assembleia Legislativa. A maior parte das comissões contou com a presença de mulheres de diferentes correntes ideológicas, talvez a única exceção seja a comissão de Constituição e Justiça na qual as duas parlamentares integrantes da mesma estavam filiadas ao PMDB.

Podemos ainda salientar que o PMDB, PP, PT e PCdoB são os partidos que apresentam uma participação mais ampla no conjunto das comissões, o que significa que suas

deputadas participaram de um número maior de comissões do que as eleitas por outros partidos. Estes são também alguns dos partidos que mais mandatos tiveram ao longo do período analisado, o que implica que são também os partidos que mais mulheres elegeram para compor suas bancadas. Novamente destacamos uma exceção, o PCdoB, somente teve uma parlamentar eleita, a bancada era composta pela própria deputada Jussara Cony, isso explica porque ela participou de um número elevado de comissões que destoa da maioria das demais.

Interessante observar esses dados a partir da posição partidária no espectro político ideológico, considerando como partidos de esquerda: PT, PDT, PSB, PCdoB, MTR; centro: PMBD, PSDB, PTB e PPS; direita: PDS e PPR/PPB/PP, PDC, conforme definição de Gustavo Grohman (2006) e referência encontrada em Maria D'Alva Kinzo (1993)⁴⁵. A partir das informações acima podemos notar que os partidos de esquerda têm maior representação nas seguintes comissões: Comissão de Cidadania e Direitos e Humanos, Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia, Comissão Mista Permanente de Participação Legislativa Popular, Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo.

Os partidos de centro se destacam nas Comissões de Segurança e Serviços Públicos, Constituição e Justiça (na qual foram os únicos a ter deputadas membros), Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle. Já os partidos de direita tiveram maior representação na Comissão de Economia e Desenvolvimento Sustentável (a única representação desta comissão).

Em relação às demais comissões: Saúde e Meio Ambiente, Ética Parlamentar, Mercosul e Assuntos Internacionais e Assuntos Municipais houve relativo equilíbrio entre as parlamentares membros e posição ideológica de seus partidos. Para exemplificar, analisando a Comissão de Saúde e Meio Ambiente vemos que os partidos de esquerda e direita tiveram ambos quatro representações cada e os partidos de centro três membros integrantes na comissão.

Além da presença nas comissões permanentes é nosso intuito neste capítulo ainda destacar os projetos apresentados pelas deputadas estaduais a fim de verificar as temáticas sobre as quais legislaram, em particular buscando compreender se existe produção legislativa em torno das questões de gênero, ou seja, se as deputadas legislam pensando em questões para as mulheres. A seção seguinte tem esse objetivo.

⁴⁵ Destaca-se que alguns destes partidos foram extinto, como é o caso do MTR, PDS, PPR, PPB e PDC.

3.4 AS PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS DAS PARLAMENTARES GAÚCHAS (1951-2011)

Como estudado no início do capítulo uma das funções dos parlamentares é a de legislar propondo leis que podem ser: emendas à Constituição, leis ordinárias, complementares, decretos legislativos ou projetos de resolução. Os dados compilados e apresentados na sequência não contemplam apenas os projetos de resolução para todas as deputadas estaduais. Os demais tipos de proposições foram incluídos na análise.

Apreciando o período compreendido entre 1951 e 2011 observamos que das 27 deputadas elencadas, cinco não apresentaram nenhum projeto legislativo, assim, nosso universo de análise diz respeito a 22 deputadas estaduais. As que não apresentaram proposições foram: Adriane Rodrigues (PDT), Gilda Haack (PTB), Dalila Alves (ARENA), Maria Íris Potthoff (PDC) e Zaíra Folly (MTR), essas também foram as que não participaram de comissões, assim como, as que tiveram curto espaço de tempo ocupando uma cadeira legislativa, visto serem suplentes.

Ao longo do período estudado, foram apresentados um total de 397 projetos, os quais passaram por duas categorizações: inicialmente os classificamos entre os que diziam ou não respeito à questão de gênero (especialmente propondo legislação para mulheres ou homossexuais), desse modo, usamos as categorias “gênero” e “outros”. Num segundo momento, os classificamos de acordo com temáticas. Sabemos que há diferentes maneiras de classificar a produção legislativa, contudo, optamos por temas amplos que contemplam áreas diversas, propondo as seguintes categorias: política fundiária, saúde, violência e segurança pública, trabalho e previdência social, habitação, transporte, economia, patrimônio cultural, meio ambiente, assistência social, educação (subdividida em: democracia escolar; carreira e política salarial; política estudantil; formação e outros), questões legislativas (subdividida em: política de cotas; assuntos internos, cidadania e direitos da mulher, funcionalismo, auxílios e isenções e homenagem) e, por fim, outros.

Dos 397 projetos protocolados pelas deputadas gaúchas 55, em termos percentuais 14% da legislação produzida, diziam respeito à questão de gênero, os quais foram apresentados por 14 (64%) das 22 deputadas que propuseram legislação. Abaixo a tabela com o número de projetos de cada deputada e as proposições relativas ao debate sobre gênero.

Tabela 13

Número de projetos de cada deputada estadual e projetos relativos a gênero (1951-2011)

Deputada	Número projetos	Número projetos gênero
Cecília Hypólito (PT)	13	2
Dercy Furtado (PDS)	6	2
Ecléa Fernandes (PMDB/PSDB)	15	0
Floriza dos Santos (PDT)	23	8
Hilda de Souza (PMDB)	5	0
Iara Wortmann (PPS)	3	0
Jussara Cony (PCdoB)	87	20
Kelly Moraes (PTB)	3	0
Leila Fetter (PP)	7	1
Luciana Genro (PT)	16	2
Maria Augusta Feldman (PSB)	11	1
Maria do Carmo (PPB)	19	4
Maria do Rosário (PT)	29	5
Maria Helena Sartori (PMDB)	6	0
Marisa Formolo (PT)	10	1
Miriam Marroni (PT)	10	3
Regina Rossignollo (PDT)	3	0
Silvana Covatti (PP)	5	0
Stella Farias (PT)	9	2
Suely de Oliveira (PTB/PMDB)	97	3
Terezinha Chaise (PMDB)	2	0
Zilá Breitenbach (PSDB)	18	1
Total	397	55

Fonte: Elaboração própria.

Como podemos verificar, pela tabela acima, a grande maioria dos projetos não faz referência a questão de gênero. Do total de 397 proposições apresentadas pelas parlamentares, apenas 55, 14% estavam ligadas às questões referentes ao debate sobre gênero. Em termos de partidos políticos, a figura abaixo demonstra por quais partidos as mulheres apresentaram legislação e quais destas estavam vinculadas ao debate sobre gênero.

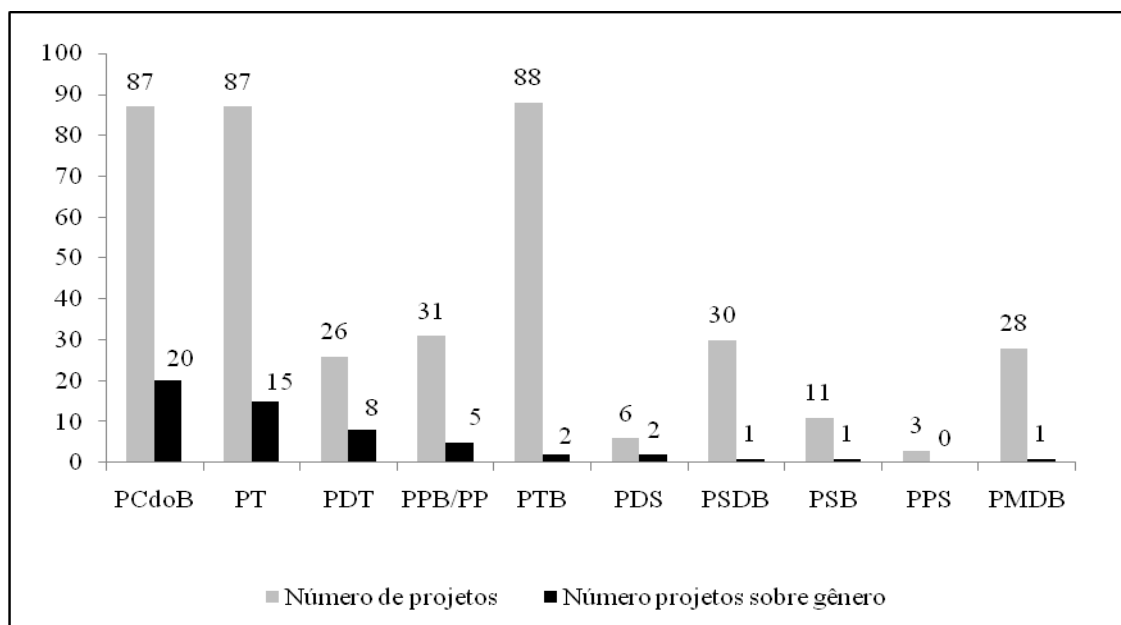


Figura 23: Quantidade de projetos e projetos sobre gênero apresentados pelas parlamentares de acordo com a filiação partidária (1951-2011).

Fonte: Elaboração própria.

Como é possível verificar na Figura 23, os partidos políticos que mais propõem projetos são o PTB, PCdoB e PT, totalizando 262 dos 397 projetos protocolados pelas deputadas estaduais, ou 66% de toda a produção feminina apresentada no período. Isso significa considerar que os partidos de esquerda (e, no caso do PTB, centro) além de serem os que mais elegem mulheres são também os que apresentam um maior número de projetos a serem apreciados e votados pelos demais parlamentares, ao menos os originados de proposições femininas.

Em seguida, a respeito do número de projetos aparecem PPB/PP, PSDB, PMDB e PDT. Os demais partidos, PSB, PDS e PPS são os quais as mulheres menos apresentaram proposições, totalizando conjuntamente, 5% de todos os projetos apresentados pelas deputadas gaúchas no período analisado.

Os percentuais de projetos apresentados pelas parlamentares podem ser verificados na tabela abaixo.

Tabela 14

Percentual de projetos femininos por partido político (1951- 2011)

Partidos	Percentual projetos	Percentual projetos gênero
PCdoB	22	36
PT	22	27
PTB	22	4
PPB/PP	8	9
PSDB	8	2
PMDB	7	2
PDT	6	14
PSB	3	2
PDS	1	4
PPS	1	0
Total	100	100

Fonte: Elaboração própria.

Essa tabela, juntamente com o gráfico anterior, demonstra os números totais e percentuais de projetos relativos ao gênero apresentados por cada deputada de acordo com a agremiação partidária em que estava filiada. A partir deles podemos observar que PCdoB, PT e PDT são os partidos pelos quais as deputadas mais apresentaram projetos ligados a essa temática. Considerando a produção desses primeiros, temos um total de 77% de todas as proposições realizadas sobre a questão de gênero e 50% do total de projetos.

Ainda temos a produção feminina de gênero no PPB/PP, com 9% do total, PTB, que embora tenha 22% do total de projetos protocolados (88), somente 4% (dois) dizem respeito à questão de gênero, o mesmo percentual valendo para o PDS, que de seis projetos apresentados dois estavam ligados ao tema. Os demais partidos, PSDB, PMDB e PSB apresentam um percentual menor de projetos, bem como, todos com 2% do total dos relativos a gênero. Finalmente, o PPS foi o único partido que apresentou projetos, um total de três, mas nenhum versando sobre a temática de gênero.

Esses dados indicam que os partidos de esquerda, além de elegerem o maior número de mulheres, são os partidos pelos quais as mulheres mais apresentaram projetos relativos a gênero na Assembleia Legislativa, das 55 proposições a respeito, tiveram procedência nesses partidos 79% do total, enquanto que os partidos de centro apresentaram 8% e, os de direita, 13% de toda a produção relativa a gênero.

Ainda sobre a questão dos projetos apresentadas pelas parlamentares destaca-se a vinculação dos mesmos às categorias acima definidas. Nesse sentido, temos a seguinte figura relativa a todos os projetos apresentados pelas deputadas estaduais.

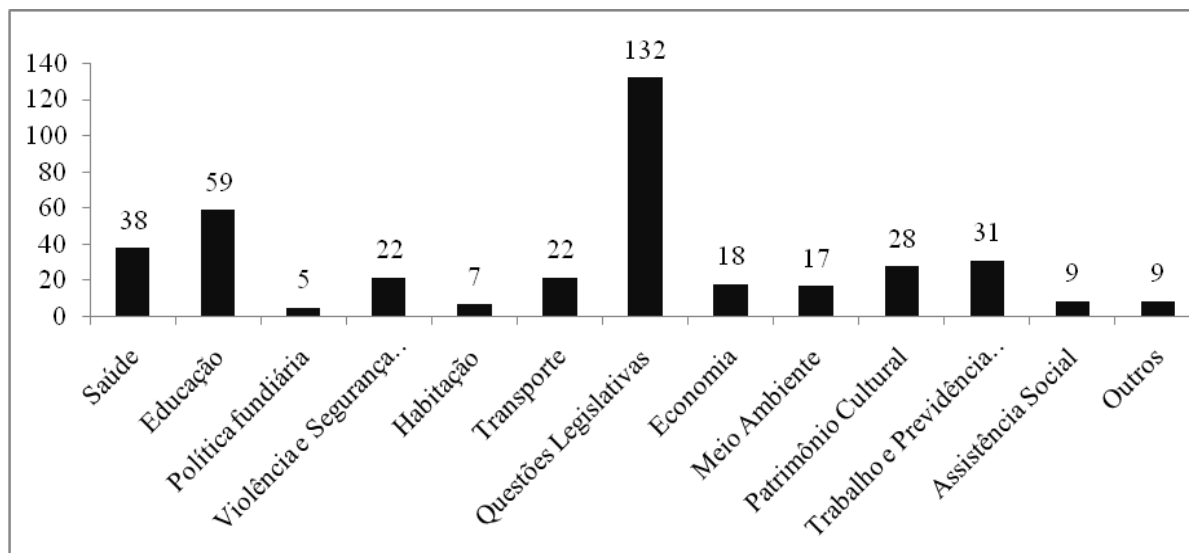


Figura 24: Classificação temática dos projetos apresentados pelas deputadas gaúchas (1951-2011).
Fonte: Elaboração própria.

Como se observa, questões legislativas com 132 proposições (33%), educação com 59 (15%), saúde com 38 (10%) e trabalho e previdência social 31 (8%) foram as temáticas sobre as quais houve maior número de produção legislativa por parte das deputadas estaduais no período analisado. Em termos percentuais, em conjunto somam 260 dos 397, ou seja, 65% de todos os projetos protocolados pelas deputadas estaduais na Assembleia Legislativa.

Outros temas que foram objeto de proposições por parte das deputadas foram: patrimônio cultural, com 28 projetos (7%), transporte, violência e segurança pública com 22 (6%), meio ambiente, com 17 e economia com 18 (4% cada), habitação com sete e assistência social com nove projetos, (2% cada), e, por fim, política fundiária com cinco (1%)⁴⁶.

As categorias questões legislativas e educação foram divididas em subcategorias devido a grande quantidade de temas por elas abarcados. Desse modo, a classificação da primeira categoria, ficou assim distribuída.

⁴⁶ O apêndice G apresenta o número de projetos que cada deputada apresentou de acordo com as temáticas.

Tabela 15

Número e percentual de projetos nas subcategorias da temática questões legislativas

Questões legislativas	Número	Percentual
Política de cotas	5	4%
Homenagem	19	14%
Assuntos Internos	63	48%
Cidadania e Direitos da Mulher	7	5%
Funcionalismo	15	11%
Auxílios e isenções	23	18%
Total	132	100%

Fonte: Elaboração própria.

Como se nota, entre as proposições classificadas como questões legislativas, a que tem maior destaque é a que diz respeito a assuntos internos, 48% dos projetos apresentados nessa categoria, em seguida auxílios e subvenções com 18%, homenagem, com 14%, e funcionalismo com 11%. As demais subcategorias, cidadania e direitos da mulher, representam 5% dos projetos e na categoria questões legislativas e política de cotas, 4% do total. Chama atenção a grande quantidade de projetos relacionados à subcategoria assuntos internos. Em termos da categoria educação e suas subdivisões, a tabela abaixo ilustra os dados obtidos.

Tabela 16

Número e percentual de projetos nas subcategorias da temática educação

Educação	Número	Percentual
Democracia escolar	7	12%
Carreira e política salarial	19	32%
Política estudantil	2	4%
Formação	9	15%
Outros	22	37%
Total	59	100%

Fonte: Elaboração própria.

Como se pode notar, 37% dos projetos na área de educação enquadram-se em outros, 32% em carreira e política salarial, 15% formação, 12% democracia escolar e 4% política estudantil. Esses percentuais são representativos da identificação de algumas parlamentares com a questão do magistério e com os problemas pelos quais passou ao longo do período analisado. A carreira e a política salarial, a questão da democracia escolar, dos grêmios estudantis, a preocupação com a formação dos jovens e adultos e com a formação continuada dos professores, a questão do transporte escolar, de casas de estudante, o crédito educativo foram algumas das problemáticas sobre as quais esses projetos trataram. A importância dada a esses assuntos ficará mais evidente na análise dos pronunciamentos das deputadas, os quais acabaram se refletindo nas proposições legislativas.

Retomando a bibliografia relativa às proposições legislativas, observamos que em termos de projetos apresentados pelas deputadas, os estudos têm demonstrado, no que se refere às Assembleias Legislativas e ao Congresso Nacional, que as mulheres legislam prioritariamente a respeito das seguintes áreas: educação, saúde, lazer, transporte, habitação, segurança pública, trabalho e previdência social e fundiária, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados (MOREIRA, 2010; s/d; PINHEIRO, 2007, PINTO, L., 2008; RICHARTZ, s/d, entre outros). Tais estudos destacam uma atuação voltada para área social, pensando a mesma como uma espécie de transferência das atividades exercidas no lar para a esfera pública, ou seja, destacando a atuação das parlamentares como cuidadoras. No caso da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, há um grande destaque nas proposições para as questões legislativas, já comentadas e, ao mesmo tempo, uma grande quantidade de projetos voltados para a área social, não destoando do que se observa em outras Assembleias e mesmo no Congresso Nacional.

Outro dado que chama a atenção se refere ao número de projetos propostos por temática em relação aos partidos políticos. A tabela a seguir demonstra a distribuição das 397 proposições legislativas conforme esse critério.

Tabela 17

Distribuição dos projetos legislativos por partido político e assunto tratado (1951-2011)

Categorias	P D T	P D S	P S B	P P S	P C do B	P P B/ P P	P T	P M D B	P S D B	P T B	Total
Saúde	10				15		12			1	38
Educação		2	6	2	3	1	9	8	2	27	60
Política fundiária						3	2				5
Violência e Segurança Pública					9	2	7		4		22
Habitação	1				6						7
Transporte			1		16	1	4				22
Questões Legislativas	9	2		1	18	14	24	12	12	39	131
Economia					3	5	3	1	2	4	18
Meio Ambiente	1		2		4		8	1		1	17
Patrimônio Cultural	5				5	4	3	1	8	2	28
Trabalho e Previdência Social		2	1		1		7	5	1	14	31
Assistência Social			1		4		4				9
Outros					3	1	4		1		9
Total	26	6	11	3	87	31	87	28	30	88	397

Fonte: Elaboração própria.

As informações da Tabela 17 sugerem que, quanto mais projetos um partido apresenta, mais diversificados são os temas sobre os quais os mesmos irão tratar. Considerando os assuntos que foram objetos de um número maior de proposições dentro do partido, vemos que o PDT centrou suas proposições em saúde e questões legislativas; o PSB atuou prioritariamente na questão educacional; o PCdoB, em questões legislativas, transporte e saúde; o PP, questões legislativas, economia e patrimônio cultural; o PT em questões legislativas, saúde e educação; o PMDB questões legislativas e educação; o PSDB em questões legislativas, patrimônio cultural e violência e segurança pública; o PTB questões legislativas, educação e trabalho e previdência social. Os demais distribuíram uniformemente seus projetos de acordo com as categorias.

Em termos dos projetos relacionados a gênero os dados obtidos nos permitiram construir a tabela a seguir, demonstrativa dos resultados alcançados.

Tabela 18

Projetos sobre gênero proposto por cada deputada e área temática (1951-2011)⁴⁷

Deputadas	Violência e Segurança Pública	Saúde	Habitação	Transporte	Questões legislativas	Trabalho e Previdência	Total
Marisa Formolo					1		1
Cecília Hypólito	1	1					2
Dercy Furtado						2	2
Leila Fetter	1						1
Luciana Genro		2					2
Maria A. Feldman						1	1
Maria do Carmo					4		4
Maria do Rosário	1	1			3		5
Stella Farias	1				1		2
Zilá Breitenbach	1						1
Suely de Oliveira						3	3
Jussara Cony	9	1	1	4	5		20
Mirian Marroni	3						3
Floriza dos Santos		3	1		4		8
Total	17	8	2	4	18	6	55

Fonte: Elaboração própria.

A tabela acima nos mostra que em termos dos 55 projetos relacionados à questão de gênero 18 deles (o que representa 33% do total), estiveram centrados em questões legislativas, 17 projetos (31% do total) relacionados à violência e segurança pública, oito (14%) relativos à saúde. Ainda podemos notar que seis projetos (11%) foram destinados ao tema do trabalho e previdência social, quatro (7%) às questões relativas ao transporte e dois (4%) sobre habitação.

A partir desses dados podemos ainda observar quantos projetos cada deputada estadual apresentou relativo à questão de gênero e sobre o que cada um deles versou. Nota-se que a deputada Jussara Cony (PCdoB) foi a que mais projetos apresentou tendo em vista a problemática de gênero, especialmente no que se refere a questão da violência e segurança pública, em seguida questões legislativas e transporte, sendo a única a propor projetos nessa área. Também foi ela, como vimos acima através da análise dos projetos por partidos políticos, uma das parlamentares que mais proposições protocolou para serem apreciadas pelo

⁴⁷ O apêndice H apresenta todos estes projetos, suas categorias e subcategorias para cada deputada.

plenário da Assembleia Legislativa. As demais deputadas têm produção, não menos importante e distribuída em diferentes categorias.

Em relação às subcategorias dos projetos sobre gênero podemos mostrar a tabela abaixo que deixa mais evidente quais as preocupações femininas em cada um dos temas tratados.

Tabela 19

Categorias e subcategorias dos projetos sobre gênero apresentados pelas parlamentares (1951-2011)

Categorias	Subcategorias	Subtotal	Total
Violência e Segurança Pública	Assédio Sexual	3	17
	Violência sexual	3	
	Índices de Violência	1	
	Lei Maria da Penha	1	
	Acolhimento/tratamento vítimas	6	
	Acolhimento homens	2	
	Prevenção à violência	1	
Questões Legislativas	Política de cotas	6	18
	Cidadania e Direitos da mulher	6	
	Homenagem	6	
Saúde	Mortalidade materna	1	8
	Gravidez e contracepção	4	
	Silicone	1	
	Câncer de mama	2	
Habitação	Programas habitacionais	1	2
	Recursos para aquisição	1	
Trabalho e previdência social	Segurados do IPE	3	6
	Regime de trabalho	1	
	Tempo de serviço	1	
	Salário mínimo	1	
Transporte	Dispensa de pagamento	4	4
Total		55	55

Fonte: Elaboração própria.

Assim, em termos da categoria violência e segurança pública, as questões priorizadas foram acolhimento e tratamento às vítimas de violência, assédio e violência sexual e criação da “Casa de Tratamento para homens” que teria a finalidade de acolher aos homens que cometem violência com enfoque de gênero para recuperação e tratamento multidisciplinar.

Também foram observados projetos relacionados aos índices de violência e prevenção à violência contra a mulher e à instituição do dia estadual da lei Maria da Penha (subcategorizado como “Lei Maria da Penha”). Quanto às questões legislativas, a categoria foi subdividida em três, sobre as quais foram apresentados seis projetos cada: política de cotas (cotas no ingresso da Brigada Militar, proporcionalidade na composição das chapas na Assembleia, nas comissões e nos cargos da administração estadual), cidadania e direitos da mulher (Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, dados relativos à condição da mulher, Tribuna da Mulher na Assembleia Legislativa, mudanças na Constituição Estadual relativa aos direitos da mulher e comissão de defesa dos direitos da mulher) e homenagens (dia da mulher, troféu mulher cidadã, prêmio Lila Ripoll de Poesia, dia da dona de casa, troféu mulher empresária).

Em relação à categoria saúde: gravidez e contracepção (informação sobre métodos contraceptivos e regulamentação de uso, risco de consumo de bebida na gravidez), câncer de mama, mortalidade materna e silicone foram os temas sobre os quais versaram os projetos. Em relação à habitação, a atenção ficou em assuntos relativos aos programas habitacionais e recursos para aquisição de imóvel. Sobre a categoria trabalho e previdência social, as subcategorias apresentadas foram: segurados do Instituto de Previdência do Estado (direito da mulher ter como dependente o marido); regime de trabalho; tempo de serviço e a questão da definição do salário mínimo (especificamente para as domésticas do Estado, trabalhadoras de escolas não reconhecidas como funcionárias públicas). Por fim, a questão do transporte envolveu o debate sobre ampliação de benefícios (dispensa de pagamento para mulheres grávidas em passagem intermunicipal).

A bibliografia sobre o tema indica, além do gradativo crescimento do número de mulheres nas instâncias representativas, o aumento do número de parlamentares que debatem questões voltadas às mulheres, assim como dos projetos voltados à proteção das mesmas. Nesse sentido, são priorizadas as temáticas que se referem à proteção e ou fomento ao trabalho, à saúde, à educação/conscientização de gênero, violência ou apoio a vítima, direitos reprodutivos, creches, questões ligadas ao trabalho e contra o turismo sexual (MOREIRA, 2010; PINTO, L., 2008, REZENDE, 2009, entre outros). O mesmo pode ser verificado para o caso da Assembleia Legislativa, ou seja, há um aumento do número de parlamentares nas últimas décadas, assim como, aumento da produção legislativa no que se refere à questão de gênero. Caberia destacar a grande preocupação das parlamentares gaúchas em garantir representação formal das mulheres nas instâncias decisórias internas, o que não se verificou

nas demais pesquisas, entretanto em relação às demais temáticas, o padrão de atuação parece ser o mesmo.

Podemos ainda verificar a proposição de projetos sobre gênero conforme os partidos políticos de filiação das deputadas estaduais no período.

Tabela 20

Projetos sobre gênero de acordo com partido político e categoria (1951-2011)

Partidos Políticos	Violência e Segurança Pública	Saúde	Habitação	Transporte	Questões legislativas	Trabalho e Previdência Social	Total
PT	6	4			5		15
PSB						1	1
PCdoB	9	1	1	4	5		20
PTB						2	2
PDT		3	1		4		8
PDS						2	2
PPB/PPR/PP	1				4		5
PSDB	1						1
PMDB						1	1
Total	17	8	2	4	18	6	55

Fonte: Elaboração própria.

Através da tabela acima podemos observar que PCdoB, PT e PDT foram os partidos que mais proposições legislativas relativas à questão de gênero realizaram, 20, 15 e oito projetos, respectivamente. Em seguida PPR/PPB/PP com cinco projetos, PTB e PDS ambos com duas proposições e, por fim, PSB, PDSB e PMDB com um projeto cada.

Em termos das temáticas tratadas observamos que, na categoria violência e segurança pública, dos 17 projetos 15 foram apresentados pelos partidos de esquerda, um (1) pelos partidos de direita e um (1) de centro. Sobre as questões legislativas, 14 dos 18 projetos foram apresentados pelos partidos de esquerda e quatro por um partido de direita. Nas categorias de saúde, habitação e transporte, apenas os partidos de esquerda propuseram legislação. Já em relação à categoria trabalho e previdência social, um projeto foi apresentado pelos partidos de esquerda, três pelos de centro e dois pelos de direita. Notamos assim que os partidos de esquerda propuseram legislação em todas as categorias nas quais os projetos foram classificados, tendo iniciativa exclusiva em algumas matérias, diferentemente do que podemos observar em relação aos demais partidos políticos.

Interessante notar que essa não é uma particularidade da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, mas indica um padrão de representação política feminina de acordo com a posição ideológica do partido. Para recordar o que já mencionamos no Capítulo 1, na Assembleia de Minas Gerais, no período 1999-2006, Daniela Rezende (2009) apontou que o maior percentual de proposições de natureza social e de legislação voltada aos interesses femininos foram apresentadas pelas mulheres filiadas a partidos de esquerda. O trabalho de Ângela Borba (1998) destacou que os projetos a respeito da condição feminina que vem sendo propostos pela bancada do PT nas Assembleias Estaduais e no Congresso Nacional, enfatizam, sobretudo, a questão do assédio sexual, do trabalho da mulher, da educação infantil, da violência doméstica e do aborto.

Ainda podemos pensar os dados relativos às proposições legislativas apresentadas pelas parlamentares gaúchas a partir do período histórico em que foram elaboradas. Deste modo, observamos que para o período compreendido entre 1951 e 1966, apenas a deputada Suely de Oliveira, à época filiada ao PTB, propôs legislação. Foram 85 dos 97 projetos propostos pela parlamentar, os quais trataram dos seguintes temas: questões legislativas (39 projetos); educação (26); trabalho e previdência social (14); economia (quatro proposições); saúde e meio ambiente (um projeto cada temática). Em termos dos projetos sobre gênero, nesse período registramos dois projetos, ambos relativos à questão de trabalho e previdência social (regime de trabalho, férias e garantia de salário mínimo para as domésticas).

No período compreendido entre 1967 e 1986 registramos uma produção menor de legislação, certamente influenciada pelo contexto político da época, bem como, uma menor variedade de temáticas abordadas nas proposições, como se pode verificar na tabela a seguir.

Tabela 21

Produção legislativa das parlamentares gaúchas (1967-1986)

Deputada	Educação	Questões Legislativas	Trabalho e Previdência Social	Total
Dercy Furtado - PDS	2	2	2	6
Ecléa Fernandes - MDB	1	2		3
Suely de Oliveira - MDB	4	4	4	12
Terezinha Chaise - MDB	1		1	2
Total	8	8	7	23

Fonte: Elaboração própria.

Das quatro parlamentares que tomaram assento na Assembleia Legislativa, a deputada Suely de Oliveira foi a que mais propôs projetos: 12 dos 23, em seguida Dercy Furtado, com seis projetos, Ecléa Fernandes com três proposições e Terezinha Chaise que apresentou dois projetos. No que diz respeito às temáticas sobre as quais os projetos trataram, notamos que apenas três categorias fizeram parte das proposições nesse período: educação e questões legislativas, com o mesmo número de projetos (oito cada) e trabalho e previdência social (sete projetos no total). Em termos dos projetos sobre gênero, nesse período três iniciativas foram apresentadas, uma pela deputada Suely de Oliveira (MDB) e duas por Dercy Furtado (PDS), todas relativas à questão do trabalho e previdência social (segurados do IPE, contagem de tempo de serviço para domésticas), a exemplo do que havia ocorrido no período anterior.

O último período, 1987 a 2011 é o que apresenta maior número de proposições femininas, como podemos verificar na figura abaixo.

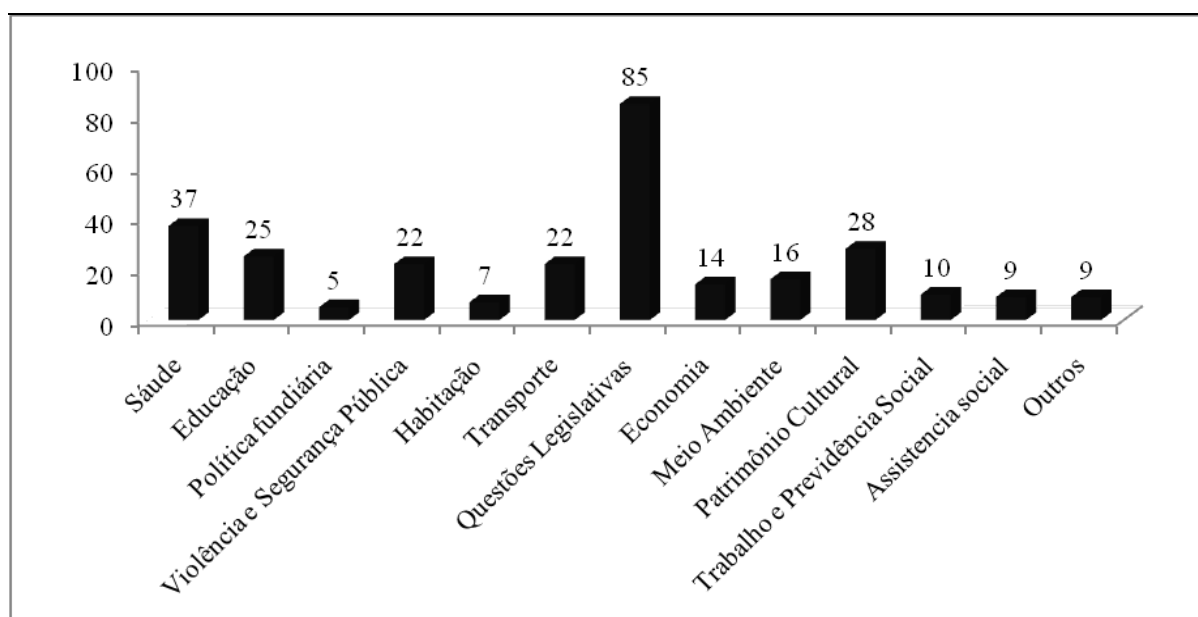


Figura 25: Número de projetos de acordo com temática apresentados pelas parlamentares gaúchas (1987-2011).

Fonte: elaboração própria.

Notamos, dessa maneira, que a grande maioria dos projetos apresentados pelas parlamentares concentrou-se nesse período: 289 das 397 proposições, 73% enquanto no primeiro período 21% e no segundo 6% do total de projetos apresentados. Ampliaram-se as temáticas sobre as quais os projetos foram apresentados. É também, este o período com maior quantidade de proposições relativas à questão de gênero, foram 91% dos projetos apresentados pelas parlamentares. Conforme gráfico a seguir que resume essas informações.

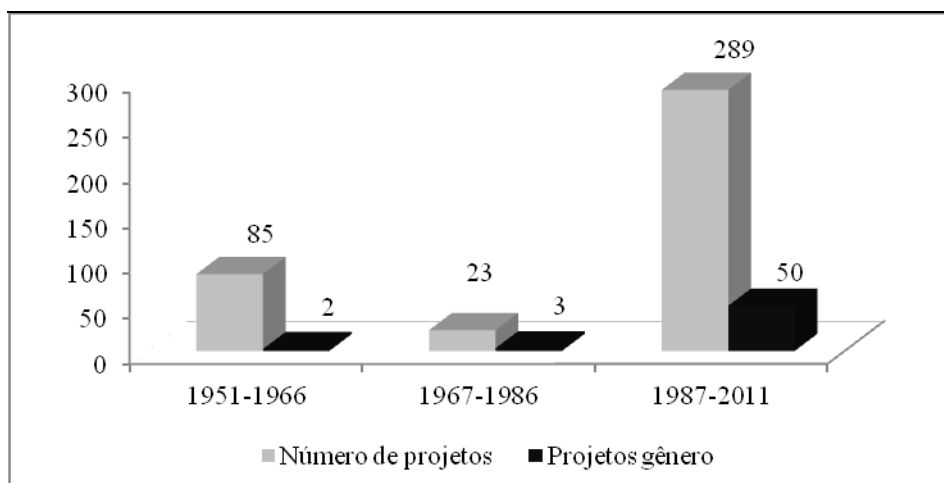


Figura 26: Número total de projetos e proposições sobre gênero apresentados de acordo com período.
Fonte: Elaboração própria.

Podemos dizer que a maior quantidade de projetos, bem como, aqueles relativos a gênero foram apresentados a partir de meados dos anos 1980. Isto não ocorreu por acaso. Em termos de representação política, é este o momento em que o número de mulheres candidatas para o Legislativo aumenta, bem como, o número de cadeiras ocupadas por mulheres nos Parlamentos e, em especial na Assembleia Gaúcha, começa a se alterar positivamente. Este também foi o momento em que o movimento feminista nacional, que já vinha se reorganizando desde a década anterior, ganha impulso e passa a debater novos temas, conseguindo, aos poucos, tornar governos, partidos políticos e parlamentares mais sensíveis à problemática das relações sociais de gênero.

Conforme apontou Cynthia Sarti (2004), grupos feministas dos anos 1970 organizaram-se no sentido de promover ações mais voltadas para a atuação pública das mulheres, concentrando-se em temas relativos ao trabalho, ao direito, à saúde e à redistribuição de poder entre os sexos, participando, ativamente, também do movimento pela anistia dos presos políticos. Inicialmente composto por pessoas mais próximas aos presos políticos, irmãs, esposas, companheiras, mães, o movimento pela anistia foi tomando corpo, a partir da criação comissões de familiares de presos e desaparecidos políticos, mas também com a adesão de outras mulheres (TELES, 1993). As mobilizações em prol da anistia ganharam força, assim, a partir de 1978, se voltaram para tensões direcionadas ao regime militar no sentido de que o mesmo promovesse liberalização e abertura política. Além disso, Fanny Tabak (2002) assinala como eixos norteadores das reivindicações feministas a reconquista da representatividade e da legitimidade do Poder Legislativo, prerrogativas brutalmente suprimidas pelos militares.

Posteriormente os grupos feministas influenciaram as políticas públicas, valendo-se de canais institucionais criados dentro do próprio Estado, no período da redemocratização dos anos 1980. Foi nesse momento que o movimento feminista expandiu-se pelas maiores cidades brasileiras, com o intuito de dar visibilidade e importância para questões como os direitos reprodutivos, o combate à violência contra a mulher e a sexualidade (COSTA, 2005; TABAK, 2002; SOARES, s/d).

A redemocratização dos anos 1980 foi importante para o feminismo no Brasil tendo em vista que possibilitou grande efervescência na luta pelos direitos das mulheres. Encontram-se vários grupos e coletivos em todas as regiões tratando dos mais variados temas: violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, opções sexuais, entre outros. Estes grupos organizavam-se, algumas vezes, muito próximos dos movimentos populares de mulheres, que estavam nos bairros pobres e favelas, lutando por educação, saneamento, habitação e saúde, influenciados, a exemplo do que ocorreu nos anos 1940 e 1950, pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica (PINTO, C. 2010).

A consequência da ampla participação feminina em diversos movimentos de contestação política culminou, como afirma Jussara Prá (1989), na criação de inúmeras entidades que tinham como objetivo a defesa dos interesses das mulheres. Entre elas, cabe mencionar: movimentos autônomos e partidários, Conselhos Estaduais e Municipais de Condição Feminina e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985). Jussara Prá (1989, p.180) entende que “[...] do ponto de vista da articulação feminina, as décadas de 1970 e 1980, no Brasil, podem ser caracterizadas por uma nova e diferente presença da mulher na cena política”. As mulheres tiveram significativa presença no que se refere à participação política e nas lutas pela democracia (TABAK, 2002).

Essa nova presença esteve marcada pela reforma partidária que acabou com o bipartidarismo e pelas eleições de 1982, na qual muitas feministas foram para os partidos de combate à ditadura: o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT), para disputarem as eleições de 1982.

A partir disso, o eleitorado feminino passou a fazer parte da agenda dos interesses de partidos e candidatos, os quais passaram a incorporar suas demandas em programas e plataformas eleitorais, bem como a criar Departamentos Femininos (COSTA, 2005; PRÁ, 1989). Contudo, Fanny Tabak (2002) alerta para o fato de que mesmo tendo incluído as demandas femininas em seus programas e plataformas, os governos municipais e estaduais, uma vez no poder, não as consideraram prioritárias.

A leitura proposta por Lúcia Avelar (2001) para a interpretação desse fato é a de que durante o processo de transição brasileira (1974-1985), os partidos políticos que compunham o cenário político permaneciam fechados às representações das mulheres. Criaram-se “seções femininas” nos partidos, que, em sua perspectiva não representavam mais do que guetos de mulheres cujo objetivo principal era a exclusão das mesmas do jogo político. Importante destacar que até o principal partido da direita, o PDS, criou seu Comitê Feminino, assim como o fez o PMDB. O PT, até o presente, não apresenta um departamento feminino em sua organização interna, contudo, apresenta o diferencial de que as mulheres fazem parte dos órgãos de direção e atuação do partido e não apenas nos órgãos de colaboração e apoio do mesmo (ÁLVARES, 2008).

Dessa forma, pode-se compreender que, além da partidarização do movimento feminista nos anos 1980, ocorreu também um processo de institucionalização através da criação de uma série de ONGs feministas, com o objetivo de pressionar o Estado no sentido de elaboração de políticas públicas para este setor (COSTA, 2005; PINTO, C. 2003; SOARES, s/d), o que tendeu a se manter e aprofundar na década de 1990.

A partir dessa ligeira exposição sobre o movimento feminista brasileiro nesse período, nota-se que desde os anos 1970, o mesmo tem buscado se organizar e tem se demonstrado bastante dinâmico na luta pela promoção da mulher, contra as discriminações e em prol do fim da subjugação feminina. O fato de a maior quantidade de projetos relativos à questão de gênero estar concentrada no último período histórico analisado não significa que o debate sobre as questões de gênero estivessem ausentes da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul durante os períodos anteriores. Ao contrário, a efervescência dos movimentos de mulheres e feministas durante todo o período estudado teve seu reflexo no Legislativo. O capítulo seguinte demonstra como essa problemática foi tratada pelas parlamentares a partir da análise das intervenções realizadas pelas mesmas durante as sessões plenárias.

4 “COMO MULHER E DEPUTADA”⁴⁸: OS PRONUNCIAMENTOS DAS PARLAMENTARES GAÚCHAS (1951-2011)

Este capítulo tem o objetivo de apresentar um panorama dos discursos proferidos pelas parlamentares gaúchas durante as sessões plenárias da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, entre janeiro de 1951 e janeiro de 2011.

Segundo o atual Regimento Interno da Assembleia Legislativa as sessões plenárias podem ser ordinárias, extraordinárias, solenes, especiais ou preparatórias. No caso das sessões ordinárias a sistemática é a seguinte: leitura da ata, do expediente (comunicação de votação de proposições nas comissões, apresentação de parecer da Comissão de Constituição e Justiça, comunicações encaminhadas à Mesa e correspondências em geral recebidas pelo presidente ou pela Mesa), grande expediente (período de vinte minutos destinado à fala de um orador), apresentação e discussão de proposições em pauta (onde no máximo cinco oradores têm concedida a palavra por tempo de até cinco minutos), discussão e votação da ordem do dia (se refere às proposições), comunicações (16 deputados poderão falar por cinco minutos), explicações pessoais (ocorre no final da sessão, cada orador tem cinco minutos para fazer suas considerações).

Em relação às sessões extraordinárias, as mesmas são destinadas à apreciação de matéria específica, de cunho relevante ou acumuladas. São realizadas durante o recesso parlamentar. As sessões solenes são realizadas em datas fixadas pela Mesa Diretora; as especiais são destinadas a ouvir Secretários de Estado convocados pela Assembleia Legislativa e as preparatórias são realizadas no primeiro e terceiro ano de cada legislatura.

⁴⁸Referencia a diversos pronunciamentos de deputadas que assim se manifestaram (Zilá Breitenbach, 2009; Floriza dos Santos, 2006 e Maria do Carmo Bueno, 2000, por exemplo).

Os discursos das parlamentares foram encontrados em todos os tipos de sessões plenárias e em diferentes momentos das mesmas, por exemplo, no caso das sessões ordinárias, há pronunciamentos no grande expediente e nas explicações pessoais, entre outros. Contudo, este trabalho não se ateve a fazer uma distinção dos momentos e das sessões em que as deputadas estaduais discursaram, apenas em saber o conteúdo manifesto dos mesmos. A categorização dos discursos seguiu, em boa medida, a classificação dos projetos parlamentares, contudo, novos temas surgiram sendo necessário o estabelecimento de novas categorias, entre elas: ditadura militar e assistência social.

Desse modo, apresentaremos a seguir os temas sobre os quais as parlamentares manifestaram-se de acordo com os três períodos históricos trabalhados nessa Tese, os quais em termos das legislaturas se concentram nos seguintes intervalos: 1951 a 1966; 1967 a 1986 e 1986 até 2011.

4.1 “EM NOME DA MULHER GAÚCHA”⁴⁹: OS PRIMEIROS DISCURSOS FEMININOS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL (1951-1966)

Durante as quatro legislaturas desse período, três mulheres tomaram assento na Assembleia Legislativa: Suely de Oliveira (PTB), Maria Íris Potthoff (PDC) e Zaira Folly (MTR). De acordo com os dados que levantamos, todas se pronunciaram nas sessões plenárias. Registramos 167 pronunciamentos da deputada Suely de Oliveira (98% do total de pronunciamentos), dois discursos de Maria Íris Potthoff e um da deputada Zaira Folly, totalizando 170 intervenções femininas nas sessões plenárias. Destes, 11 pronunciamentos (6% do total) estavam relacionados ou faziam menção ao debate sobre gênero, dos quais dez foram proferidos pela deputada Suely de Oliveira (90% do total de discursos sobre gênero) e um por Maria Íris Potthoff.

A tabela a seguir demonstra as categorias a respeito das quais as deputadas se pronunciaram sobre gênero.

⁴⁹ Trecho do pronunciamento da Deputada Maria Íris Potthoff. Anais da Assembleia Extraordinária, 162ª sessão, em 3 de dezembro de 1964. Publicado no Diário da Assembleia em 28 de janeiro de 1965, p.60.

Tabela 22

Categorias dos pronunciamentos sobre gênero por deputada (1951-1966)

Categoria	Deputada	
	Suely de Oliveira	Maria Íris Potthoff
Política	1	
Trabalho e previdência social	1	
Ditadura Militar	1	1
Educação	5	
Questões legislativas	2	

Fonte: Elaboração própria.

Os pronunciamentos sobre gênero destacaram, sobretudo: o fato de serem mulheres e como são tratadas na Assembleia, questionamentos sobre a igualdade perante a lei entre homens e mulheres, discriminação, licenças para professoras, negação de passaporte pelos militares à Neuza Brizola e seus filhos, aposentadoria e assistência à maternidade e sobre os baixos salários pagos ao magistério e empregadas domésticas que, no caso, se referia às mulheres encarregadas dos serviços de limpeza nas repartições públicas e estabelecimentos de ensino⁵⁰.

O discurso abaixo proferido por Suely de Oliveira, no dia de sua posse, é ilustrativo desse sentimento manifestado pelas deputadas de estarem representando e falando em nome da mulher gaúcha:

A minha presença nesta Casa – a primeira mulher que nela toma assento em toda a história política do Rio Grande como parte do Legislativo – devo, sem dúvida à aprovação do eleitorado gaúcho a um dos mais democráticos princípios da Constituição – a igualdade de direitos políticos atribuída a ambos os sexos. É desnecessário justificar as razões desse dispositivo a que se opõem, atualmente, apenas os indivíduos manifestamente reacionários, cuja existência é preferível ignorar. Vem, pois, nobres e ilustres representantes do povo, a mulher rio-grandense, por meu intermédio, trazer-lhes a sua cooperação, o seu civismo, o seu entusiasmo e a sua dedicação à solução dos problemas sociais, econômicos e políticos do Rio Grande.

Todos nós - creio eu, conscientes das nossas grandes responsabilidades, estamos sinceramente dispostos a servir o povo, de que somos representantes, da melhor maneira possível. Divergimos politicamente, isto é, quanto aos meios e

⁵⁰Em discurso proferido em dezembro de 1963, a deputada Suely de Oliveira, ao debater os baixos salários pagos a esta categoria, menciona que a denominação doméstica ou empregada doméstica é imprópria, pois as mulheres que desenvolvem o trabalho de limpeza em repartições públicas ou estabelecimentos são funcionárias públicas, entendendo que é assim que deveriam ser chamadas.

formas, mas não quanto ao fim visado. Há nisto motivo suficiente para que, deixando de lado o nefasto partidarismo de oposição sistemática a todas as iniciativas do adversário, comunguemos, na harmonia desta Casa, com o progresso do Rio Grande e o bem-estar da coletividade (Anais da Assembleia, 2ª sessão, 8 de fevereiro de 1951; p.64-65).

Também no sentido de se apresentar como representante da mulher gaúcha, encontramos o discurso da deputada Maria Íris Potthoff, proferido na tribuna da Assembleia Legislativa:

Falo, neste momento, em nome da mulher gaúcha, da mãe, da esposa, da filha que dentro ou fora do lar, dedicada a suas atividades e funções, não esquece seus deveres cívicos e políticos, e está atenta aos acontecimentos e vigilante em relação a seus direitos e aos de toda a pátria. A mulher gaúcha, embora lamente, como todos, as prisões ocorridas, lamenta muito mais, que haja a necessidade - de tais prisões, devido à ação subversiva constante, à ameaça velada e pública de certos elementos que não se conformam com a derrota sofrida com a Revolução de 31 de março e continuam a tentar a efetivação dos planos nefastos que desenvolviam para desagregar a família e a ordem jurídica brasileira constituída. Parte integrante dos civis que levaram a bom termo, juntamente com as nossas Forças Armadas, a Revolução, a mulher gaúcha tem não só o direito, mas o dever de exigir que os objetivos da Revolução sejam defendidos e alcançados e, continua a trabalhar por ela, no sentido de esclarecimento e formação democrática Cristã do meio sócio-econômico, merecendo-lhe toda a atenção os operários, estudantes e a imprensa e divulgação, entre as diferentes classes. E foi assim que surgiram associações políticas, mas apartidárias, femininas, entre as quais, se destaca a Ação Democrática Feminina Gaúcha e a Cruzada da Mulher Democrática, a Associação das Cidades Porto Alegrenses, entre outras, só em Porto Alegre e com ramificações pelo Estado todo, a exemplo do que está acontecendo na maioria dos Estados Brasileiros. Estas associações visam preservar a democracia, aprimorando-a, com autêntico respeito aos direitos da pessoa humana e às liberdades públicas, sob a orientação da Doutrina Social da Igreja. [...] Enquanto o III Exército, em consonância com o Governo do Estado e a da República, dentro de suas atribuições específicas, procurar o fim das desordens, da ameaça e da subversão, resguardando e garantindo a democracia cristã vigente, terá o apoio de todos os sul-rio-grandenses conscientes e, em especial, o da mulher gaúcha que represento! (Anais da Assembleia Extraordinária, 162ª sessão, em 3 de dezembro de 1964. Publicado no Diário da Assembleia em 28 de janeiro de 1965, p.60).

O discurso da deputada, além de aproximar seu mandato aos interesses femininos, ressalta a organização das mulheres, grupos femininos e feministas que estava ocorrendo no período. Além disso, falando em nome da mulher gaúcha, diz que as mesmas lamentam as prisões realizadas pela ditadura militar, mas que as entende como necessárias a fim de resguardar a ordem e a família das ações dos “subversivos” e de seus “planos nefastos”, os quais não se conformam com a derrota.

Um aspecto interessante a destacar é como as deputadas entendem o papel da mulher na sociedade. Nos pronunciamentos de Maria Íris Potthoff, por exemplo, a caracterização da mulher se refere ao seu papel como esposa, mãe e filha, aquela que tem atividades específicas no lar, que é defensora da família, da moral, da ordem, visão que, de certa forma, expressa seu

posicionamento político-partidário e a defesa dos valores do regime militar. Já o discurso da Deputada Suely de Oliveira tem outra direção, pois, embora também se pronuncie em nome da mulher gaúcha, suas intervenções denotam maior consciência a respeito da influência social das relações de gênero, explicitando uma maior contestação do papel tradicional que a sociedade atribuiu às mulheres, bem como reivindicando a conquista dos direitos das mesmas.

Após o Golpe Militar de 64, permanecem os discursos das deputadas “em nome da mulher gaúcha”, contudo, o conteúdo do pronunciamento depende da posição ideológica das deputadas que o proferem. Todos os pronunciamentos defendem os interesses das mulheres, mas em termos políticos eles são a favor ou contra o regime. Nesse sentido, podemos contrapor ao discurso acima, o pronunciamento de Suely de Oliveira, dias após a deflagração do golpe:

Sra. Suely de Oliveira - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Desde que eclodiu em nosso país o movimento revolucionário, que culminou com a derrubada do Governo constitucional e a cassação das liberdades democráticas pelas forças vitoriosas, decidi, Sr. Presidente, não assomar a esta tribuna para falar. Este meu silêncio, entretanto, Sr. Presidente e nobres colegas, não poderá de maneira alguma representar qualquer ato de covardia ou qualquer manifestação de medo. Não tenho medo Sr. Presidente e Srs. Deputados, de coisa alguma. A única *cousa* que temo e sempre peço a Deus que dela me livre é de uma injustiça, a injustiça, no meu entender, fere mais, é mais cruel do que a própria morte. Mas, Sr. Presidente, se me mantive em silêncio é porque encaro com muita realidade acontecimentos como este que estão se desenrolando em nossa Pátria. Aprendi, Sr. Presidente, que, quando as Forças Armadas se unem para aniquilar o poder civil, toda a estrutura jurídica que o sustenta cai por terra e o que prevalece é a vontade dos vencedores e a força das armas. É por isto, Sr. Presidente, que, como vencida, só teria um caminho a seguir: sujeitar-me à imposição das armas vitoriosas acomodar-me no regime que me foi imposto pela força.

No entanto, tudo tem um limite, Sr. Presidente e Srs. Deputados. Quando esta vontade descamba para o lado da vindita pessoal, ferindo em cheio os sagrados e fundamentais direitos da pessoa humana, direitos que não são do Brasil, mas que são do universo, e que constam na Carta das Nações Unidas, então Sr. Presidente e nobres colegas, não é mais possível calar, porque o silêncio, então, é covardia, não sou covarde e, por isso, aqui estou para protestar com veemência, com toda a força da minha alma, contra as perseguições que se estão desencadeando, em todo o território nacional pelos agentes da autoridade, que dizem falar em nome do Comando Revolucionário vitorioso. Estou aqui, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para protestar perante V. Exas., perante o III Exército, perante o Governo da Republica – e, porque não dizê-lo também, perante o mundo democrático....

O Sr. João Caruso – E todas as consciências....

A Sra. Suely de Oliveira - ...e perante todas as consciências democráticas, contra todas essas injustificáveis invasões de lares da família brasileira, que vêm ocorrendo em todo o território nacional.

Quero protestar também, Sr. Presidente e nobres colegas, contra a atitude das autoridades policiais do Estado, negando a Dona Neuza Goulart Brizola e a seus filhos o passaporte de que carecem para viajar para fora do País.

Quando, na República Argentina, após a queda de Perón, as forças revolucionárias, na impossibilidade de prender o ditador deposto, profanaram bestialmente o cadáver de sua esposa, houve no Brasil uma voz vigorosa e nobre que se elevou na tribuna da Câmara Federal, para protestar contra tão inominável ignomínia. Era a voz de um preclaro rio-grandense: o Gen. José Antonio Flores da

Cunha. Era a voz do tradicional cavalheirismo dos brasileiros que nunca, até então, haviam, nas suas lutas, feito sentir a prepotência contra mulheres e crianças indefesas. Hoje, Sr. Presidente e ilustres pares, infelizmente, os tempos são outros. A inglória vindita dos agentes da autoridade, ansiosos em demonstrar aos vencedores o seu zelo pela causa revolucionária, deslustra séculos de tradição e honra, exercendo sua força contra uma mulher indefesa e seus filhos inocentes que, podendo ir tranquilamente para o exterior antes de vitoriosa a revolução, aqui preferiram continuar, confiando na nobreza dos vencedores que, agora, se revelam menos nobres e até, lamento dizer, desumanos.

Além do meu protesto, Sr. Presidente e nobres Deputados, dirijo desta tribuna, em nome da mulher rio-grandense, um calorosa apelo à dignidade, à nobreza, ao cavalheirismo, à razão e ao espírito de humanidade das forças armadas vencedoras, no sentido de que não maculem a honra do glorioso Exército de Caxias com atos dessa natureza. Concedam a Dona Neuza Brizola e seus filhos o passaporte de que carecem. Honrem com esse gesto de nobreza as tradições do nosso povo. Não vinguem em inocentes crianças e mulheres o que consideram ser erros de seus pais e maridos. Sejam justos, sejam rigorosos, não sejam, porém desumanos (Anais da Assembleia Legislativa, 22ª sessão, 16 de abril de 1964. Publicado no Diário da Assembleia em 25 de maio de 1964, p.318-319).

Como se pode notar a partir da transcrição do discurso acima, a fala novamente ocorre “em nome da mulher gaúcha”. Neste discurso a ênfase é, claramente, no sentido de contestação ao regime militar.

Além desses discursos, importante fazer referência aos debates ocorridos entre os parlamentares e que mencionavam a conduta das mulheres em plenário e fora dele, demonstrando o estereótipo de atuação feminina. Numa primeira ocasião, logo após assumir o mandato, ao debater o tema da educação pública a Deputada Suely de Oliveira foi interrompida pelo Deputado Mem de Sá que assim se pronunciou:

Sr. Mem de Sá – Deputada Suely, se V. Excia. me der um aparte sentir-me-ei muito honrado, mas só aceitarei se V. Excia. assumir o compromisso de esquecer que é mulher (...)

Sra. Suely – Como? Esquecer-me de que sou mulher? Aqui sou representante do povo, não desejo qualquer privilégio.

Sr. Mem de Sá – Não vou falar com respeito à V. Excia. É que como legítima representante do sexo feminino não deixa o antagonista terminar seu pensamento (Anais da Assembleia, 143ª sessão, 5 de setembro de 1951. Publicado no Diário da Assembleia em 11 setembro de 1951, p.27279).

Essa não foi a única ocasião em a deputada se deparou com um discurso discriminatório em relação às mulheres. Não foi somente uma vez que foi interrompida por apartes e que insinuavam o mesmo. Quando da apresentação do projeto que concedia auxílio ao Lar de Meninos de Pelotas e debatendo o problema dos menores abandonados, o deputado Raul Pereira, por várias vezes, interrompeu a fala da deputada, sem o consentimento da mesma que não queria dar o aparte em função de já conhecer o pensamento do deputado. Após algumas tentativas, segue o diálogo.

O Sr. Raul Pereira – V. Excia. permite o aparte?

A Sra. Suely de Oliveira – Concedo o aparte a V. Excia.

O Sr. Raul Pereira – E promete ouvir em silêncio? (Risos)

A Sra. Suely de Oliveira – Prometo, sim. (Anais da Assembleia, 53ª sessão, 26 de abril de 1951, abril de 1951, p.827).

Em outra ocasião, rebatendo declarações do Deputado Peracchi Barcellos a respeito da greve dos trabalhadores da empresa de ônibus Carris, em meio a inúmeros apartes em seu discurso, afirma a deputada.

Sra. Suely de Oliveira – Vamos discutir o problema com calma. Sempre dizem que eu é que me altero e que sou nervosa. Sempre estão dizendo que as mulheres é que não se entendem, mas aqui são os homens que não se entendem.

Sr. Peracchi Barcellos - O mais difícil é as mulheres se entenderem. Os homens se entendem sempre, apesar da exaltação. As mulheres não se entendem nunca.

Sra. Suely de Oliveira – Em parte concordo com V. Exa. Os homens, às vezes, se entendem. Se as mulheres tomassem mais interesse pela política, muita coisa que anda por aí, não teria acontecido (Anais da Assembleia, 18ª sessão, 16 de maio de 1952; maio de 1952, p.531).

Debatendo o tema da educação pública e gratuita para quem não tem condições de pagar e mencionando o problema de faltas de vagas nas escolas, Suely de Oliveira contesta o princípio constitucional de que todos são iguais perante a lei, afirmando que: “a igualdade é muito relativa. Varia de grupo para grupo.” Mais adiante cita como exemplo trecho de um edital para concurso para fiscal de vendas e consignações. Diz o edital: “Somente poderão inscrever-se candidatos do sexo masculino.” Segue a deputada:

Onde está a igualdade perante a lei? Onde está o princípio de que todos são iguais perante a lei? Por que uma mulher não pode ser fiscal de imposto de vendas e consignações?... “Ninguém se rebela contra isso e, quando se trata de pleitear uma medida justa, que vai beneficiar uma maioria que sempre viveu sacrificada, em benefício de uma minoria privilegiada, então ai todos invocam o dispositivo de que todos são iguais perante a lei (Anais da Assembleia, 152ª sessão, 19 de setembro de 1951, p.403).

Fica evidente a preocupação com os problemas de gênero no decorrer das leituras dos pronunciamentos realizados pelas parlamentares gaúchas, os quais destacaram: a organização feminina, a preocupação com a discriminação e os direitos da mulher. Em termos dos demais temas debatidos na tribuna da Assembleia Legislativa, durante o período 1951 a 1966, a tabela a seguir é demonstrativa, lembrando que os 170 discursos por vezes foram classificados mais de uma vez em função de que, em algumas ocasiões, num mesmo pronunciamento as parlamentares trataram de temas diferentes.

Tabela 23

Assuntos debatidos na tribuna da Assembleia Legislativa pelas deputadas gaúchas (1951-1966).

Categoria	Deputadas		
	Suely de Oliveira	Maria Potthoff	Zaira Folly
Política fundiária	1		
Violência e segurança pública	1		
Trabalho e previdência social	4		
Economia	9		
Patrimônio Cultural	1		
Ditadura militar	1	1	
Assistência Social	6		
Educação	70	1	1
Questões Legislativas	76		
Política	1		
Outros	4		

Fonte: Elaboração própria.

Como se pode observar, questões legislativas e relacionadas com o tema da educação são os assuntos mais tratados pelas parlamentares gaúchas neste período, totalizando 148 intervenções ou 87% do total. Foram também temas importantes: economia (5%) - elevação do preço da carne e extinção do Instituto da Carne; custo de vida e valor do salário mínimo; fixação de indústria e comércio nas áreas de fronteira; situação econômica dos municípios; regulação do preço de alguns gêneros alimentícios e impostos; assistência social, (3%) - menor abandonado; assistência à infância e juventude; trabalho e previdência social, (2%) - pensão vitalícia; reformas no Instituto de Previdência do Estado e outros, (2%) - votos de pesar. Os demais: política (debate sobre governo e secretariado), patrimônio cultural (prédios históricos na cidade de Piratini), violência e segurança pública (assaltos e depredações no município de Jaguarão) e política fundiária (avaliação de imóvel rural e reforma agrária) foram temas sobre os quais observamos recorrência nos pronunciamentos e ditadura militar (prisões, ordem pública e promessas do governo militar; ameaça aos direitos fundamentais e protesto contra negação de passaporte) duas falas, os quais não ultrapassam 1% dos assuntos tratados.

Em termos das categorias educação e questões legislativas as mesmas foram subdivididas a fim de melhor analisar os conteúdos dos pronunciamentos relativos a estas categorias. A tabela a seguir demonstra os principais assuntos tratadas nas sessões plenárias referentes às categorias educação e questões legislativas.

Tabela 24

Pronunciamentos relativos às categorias educação e questões legislativas proferidos pelas deputadas gaúchas (1951-1966)

Categoria		Deputadas		
		Suely de Oliveira	Maria Íris Potthoff	Zaira Folly
Educação	Carreira e política salarial	51	1	
	Formação	11		1
	Outros	8		
Questões Legislativas	Assuntos Internos	27		
	Funcionalismo	40		
	Auxílios e Isenções	6		
	Homenagem	3		

Fonte: Elaboração própria.

Em relação à categoria educação, a subcategoria “carreira e política salarial” foi a que mais teve pronunciamentos na tribuna da Assembleia durante este período, totalizando 72%, sendo que os assuntos giraram em torno de: remuneração dos professores primários; promoções e progressões; plano de carreira e sua regulamentação; estatuto e vencimentos do magistério; licenças; salário de férias do professor primário; criação de cargos; remoções; efetivações; tempo de serviço para aposentadoria no magistério; enquadramento de efetivos; abono às empregadas domésticas. Quanto à subcategoria formação - 17% dos pronunciamentos da categoria educação -, os temas tratados foram: reforma do ensino normal; criação de órgão para orientação e educação especial de menores abandonados; fechamento do curso de alfabetização de adultos; bolsas para formação continuada; importância do papel do professor primário para melhorar a educação no estado; escola pública e gratuita para quem não tem condições e aumento do número de vagas nas escolas. Em relação à subcategoria outros (11% dos pronunciamentos) as questões levantadas foram: rebate de acusações em relação a projetos sobre carreira e vencimento do magistério estadual; leitura de parecer das comissões técnicas sobre projetos relativos ao tema educação; discussão de

pronunciamento sobre percepção a respeito das professoras primárias, discussão sobre veto do governador a respeito de projeto relativo à carreira do magistério; pedido convocação de secretário de educação para que compareça ao plenário a fim de prestar esclarecimentos sobre legalidade do emprego de verbas supostamente desviadas; definição de titulação obrigatória para concurso; alojamento para professores (onde não há moradia) que ministram aula em escola rurais; falta de escolas primárias nos municípios.

Em relação à categoria questões legislativas, o funcionalismo foi a subcategoria com o maior número de discursos proferidos pelas parlamentares, com 53% das intervenções. Em termos do conteúdo debatido estão: normas e dispensas para concurso; situação dos servidores contratos; quadro de funcionários e sistema de classificação de cargos; plano de pagamento de vencimentos e reajustes; enquadramento; criação de cargos; aposentadoria; abono para servidores. Em relação à subcategoria assuntos internos, (35% dos pronunciamentos sobre questões legislativas), as questões debatidas foram: melhor aplicação do orçamento interno; pedido de informação; consulta sobre votação de projetos; reestruturação de secretaria do Estado; discurso que encaminha votação de emenda⁵¹; definição da representação do Legislativo em eventos; retirada de projeto da pauta; informes de comissão; criação de secretaria; suspensão da sessão; emendas; prazos; pedido de esclarecimentos sobre preferência em votação de projetos e emendas, sobre a sistemática de votação e a respeito dos destaques de emendas. Sobre a subcategoria auxílios e isenções, 8%, os assuntos giraram em torno de doações de recursos para municípios; recursos para entidades culturais e assistenciais. Por fim, em termos de homenagem, (4% do total de pronunciamentos da categoria) as mesmas foram prestadas ao dia do professor e também foram registrados votos de congratulações ao Secretário de Educação e Cultura, Raul Cauduro, que assumia o cargo.

Assim, podemos dizer que fizeram parte dos debates na tribuna assuntos que estavam em evidência na sociedade gaúcha no período. As questões do magistério estadual, do funcionalismo e do custo de vida, a partir da categoria economia, foram as que mais discursos puderam ser observados durante o período 1951 a 1966. Um total de cem pronunciamentos envolvendo essas problemáticas, sobretudo do preço dos alimentos e das condições do magistério e do funcionalismo público. O tema do menor abandonado, nesses discursos, também é uma questão premente, mas com menos pronunciamentos nesse sentido, contudo não menos importantes.

⁵¹O encaminhamento da votação de um projeto e suas emendas antecede a própria votação, contudo não é o momento de debater o assunto, apenas de dizer sobre o que se trata a matéria em questão.

Analisar os pronunciamentos parlamentares nesses anos é se reportar, basicamente, aos discursos realizados na tribuna por Suely de Oliveira. É preciso destacar, nesse sentido, o trabalho desenvolvido por Maria Bernadete Kroeff (2001) no qual ela já havia apontado para alguns temas priorizados por esta parlamentar. Segundo a autora, a ação política de Suely de Oliveira, entre 1951 e 1975, esteve centrada, especialmente, em duas questões: o debate sobre o magistério estadual, quando manifestou sua preocupação com as professoras e com o plano de carreira, com os alunos e sua formação e preparação para o mundo do trabalho; e para a questão assistencialista, voltada, sobretudo para o problema dos menores abandonados.

Se esta pesquisa nos indica os temas debatidos, os dados que obtivemos permitem dar um passo adiante e relacionar os assuntos com o contexto político e econômico da época. Como destacamos no capítulo 2, o período posterior à redemocratização, em 1945, até meados dos anos 1960 foi de grandes debates na Assembleia Legislativa Gaúcha. Entre os principais pontos da pauta política, como destacou Flávio Heinz (2005) estava a adoção do presidencialismo ou do parlamentarismo, as emancipações de municípios, a encampação da Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense pelo Estado, o problema dos pequenos agricultores expulsos de suas terras, bem como, a questão orçamentária. Além disso, fez parte da agenda de debates a cassação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e dos deputados comunistas, os temas da política nacional, como o suicídio de Getúlio Vargas (1954), a renúncia de Jânio Quadros (1961), a Campanha da Legalidade e o Golpe Militar (1964) e internacional, por exemplo, a criação do Estado de Israel.

Na área da economia, o quadro era de crise econômica e social, acentuada a partir de 1955. Conforme Mercedes Cánepa (2005), a explicação hegemônica para a crise era a deterioração dos termos de intercâmbio ocasionada pela orientação econômica do governo federal, a qual priorizava a industrialização intensiva concentrada no centro-sul do país, injetando recursos nessa região provocando aprofundamento das desigualdades regionais. Segundo a referida autora, o Rio Grande do Sul deixa de ser o “celeiro do Brasil”, para se tornar o “novo nordeste”. O resultado foi visível nos índices de desemprego, tanto no setor primário quanto no secundário, no êxodo rural, no aumento do número de favelados, nos problemas de infraestrutura urbana e serviços, na emigração para outros estados, nas agitações populares e nas demandas por representação, entre outros.

Considerando, assim, o contexto econômico e social no qual a sociedade gaúcha estava vivendo naquele período, podemos compreender a motivação dos discursos das parlamentares. Além da identificação profissional com o magistério, o que pode explicar a preferência por certos temas na tribuna é a crise econômica vivida, sobretudo quando se

observa que os discursos a respeito da carreira, dos melhores salários, dos concursos, tanto em relação ao magistério, em particular, quanto ao funcionalismo, em geral, eram acompanhados, em muitas ocasiões, pela justificativa da valorização desses profissionais, (em especial quando se tratava dos professores primários) mas também se referiam às condições de vida dos mesmos. Desse modo, a ênfase conferida ao tema do gênero nos discursos proferidos pelas deputadas não se dava de forma isolada, mas articulava-se à perspectiva social das mesmas no sentido de que eram discursos complementares às temáticas debatidas no Plenário. Para exemplificar transcrevo parte do discurso de Suely de Oliveira no qual, ao pedir voto favorável às emendas ao projeto de origem no Executivo que trata dos vencimentos dos funcionários do alto escalão do governo, assim se pronuncia:

[...] deve a Casa proceder a uma revisão geral das vantagens ora atribuídas aos cargos providos por comissionamento. Esta providência será o primeiro passo que esta Assembleia, na presente legislatura, dará em favor dos servidores públicos, atualmente atravessando um período assaz difícil em face do elevado custo de vida.

Devemos formar na primeira linha junto com os servidores públicos, no movimento, em articulação, por melhores e mais razoáveis vencimentos, como também devemos dar o nosso apoio integral à reforma da lei do salário mínimo pretendida pelos trabalhadores, já que o salário mínimo atual não é mais suficiente à satisfação de suas necessidades primárias de subsistência [...]. Dos servidores categorizados, são os professores os que têm os vencimentos mais baixos [...]. Compreendemos a situação de sacrifícios que experimentam os professores, incapazes de fazerem frente com os salários atuais, à avalanche de aumento que dia-a-dia se verifica no preço das utilidades. [...] A situação atual não comporta demoras. É necessário irmos ao encontro daqueles que tanto esperam dos seus representantes, dando-lhes apoio indispensável na luta pela sobrevivência (Anais da Assembleia, 59^a sessão, 3 de maio de 1955. maio de 1955, p.8-9).

As preocupações com o magistério e com o funcionalismo público estadual estão, em alguma medida, atreladas à situação econômica vivenciada pelo Estado naquele período, o mesmo pode se verificar no discurso abaixo da mesma deputada quando tratava de projeto relativo ao abono permanência ao magistério público:

Sabem os nobres colegas que o professor é o único servidor do Estado que trabalha com o material vivo mais importante que possuímos – ou seja, as crianças; e, para este trabalho lhe é exigido um perfeito equilíbrio na sua maneira de agir, de pensar e de ser. Sr. Presidente, um professor que vive sacrificado, numa vida de sacrifícios, de angustias, de misérias, muitas vezes revoltado, não pode apresentar as condições indispensáveis que a solução do problema educacional exige.

O professor mal pago será sempre um mau professor. [...]

Nobres colegas. Enquanto o professor continuar empenhado na luta pela sua própria sobrevivência, jamais poderá dedicar o seu tempo à solução do problema educacional (Anais da Assembleia, 112^a sessão, 20 de julho de 1955. julho de 1955, p.411).

O mesmo se observa em relação ao debate acerca do plano de pagamento dos funcionários públicos. Assim se pronunciou a Deputada Suely de Oliveira:

Quero dizer aos Srs. Deputados que, no ano passado, quando aqui se discutia o plano de pagamento do funcionalismo público, tivemos a intenção de modificar esse dispositivo, porque sabíamos que os servidores públicos, de maneira alguma, poderiam resistir, com os vencimentos públicos, de maneira alguma, com os vencimentos atuais, até seis meses depois da revisão salarial, já que, Srs. Deputados, logo após implantado o novo salário mínimo, o custo de vida sobre astronômico. Quer dizer que o funcionalismo vai chegar ao fim deste ano com seus vencimentos completamente reduzidos, tendo em vista o custo de vida (Anais da Assembleia, 170ª sessão, 13 de dezembro de 1963. Publicado no Diário da Assembleia em 24 de fevereiro de 1964, p.181-182).

Nas décadas seguintes, a situação econômica do Estado se alterou pouco. Já o discurso a respeito da cidadania feminina e da promoção da mulher toma outros contornos, intensifica-se e tornar-se um dos grandes temas debatidos pelas parlamentares na tribuna da Assembleia Legislativa, como veremos a seguir.

4.2 “LUTAR PELA SUA PROMOÇÃO”⁵²: O DEBATE EM TORNO DA IGUALDADE DE GÊNERO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL(1967-1985)

Nesse segundo período histórico com cinco legislaturas, compreendido entre 1967 e 1986, tivemos a presença de cinco deputadas estaduais na Assembleia Legislativa: Suely de Oliveira (MDB), Terezinha Chaise (MDB), Dalila Alves (ARENA), Dercy Furtado (ARENA) e Ecléa Fernandes (MDB). Nesses 19 anos foram registrados 74 discursos da Deputada Terezinha Chaise, seis pronunciamentos realizados por Dalila Alves, 41 intervenções de Suely de Oliveira e, ainda, 498 discursos proferidos por Dercy Furtado e 117 pela deputada Ecléa Fernandes. Do total de 736 discursos, 257 pronunciamentos (35%) foram relativos à questão de gênero, conforme figura que segue.

⁵² Trecho do pronunciamento da deputada Dercy Furtado realizado em 29 de março de 1977, publicado no Diário da Assembleia de 15 de abril de 1977.

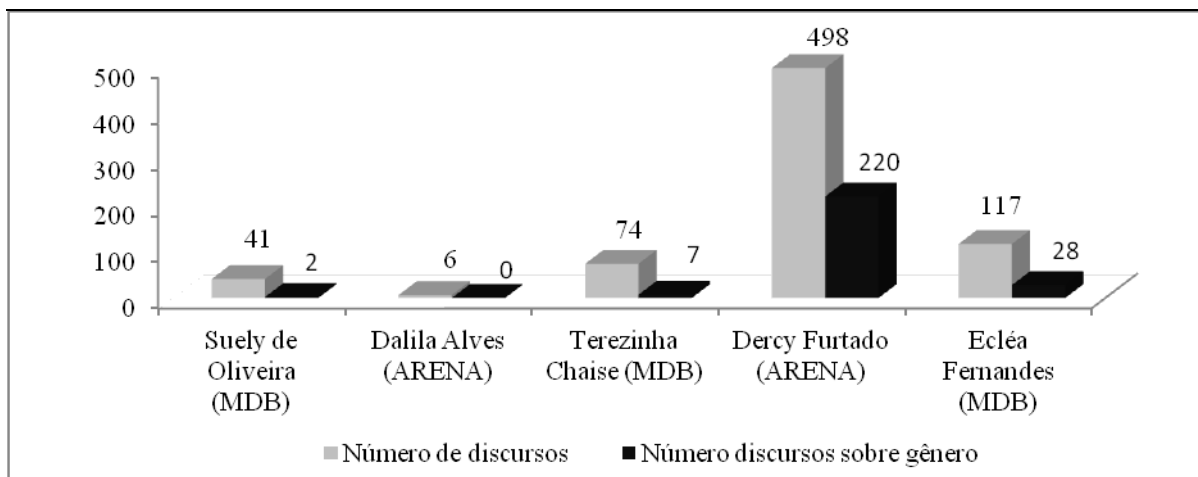


Figura 27: Número de pronunciamentos realizados pelas deputadas estaduais do Rio Grande do Sul (1967-1986). Fonte: Elaboração própria.

A Deputada Dercy Furtado foi a parlamentar que, nesse período, mais pronunciamentos realizou no plenário da Assembleia Legislativa (68% do total), também a que mais proferiu discursos sobre a questão de gênero. É preciso considerar que Dercy Furtado foi a parlamentar que mais mandatos obteve entre 1967 e 1986, um total de quatro, enquanto que Suely de Oliveira, obteve dois (a qual proferiu 5% do total de discursos no período) e Ecléa Fernandes um mandato (proferindo 16% do total das intervenções femininas na Tribuna). Terezinha Chaise (com 10% dos discursos do período) permaneceu no cargo por dois anos e Dalila Alves (1% dos pronunciamentos), legislou por alguns dias, como discorrido no Capítulo 2.

Em termos dos discursos sobre gênero, a única deputada que não proferiu pronunciamentos sobre o tema foi Dalila Alves (ARENA), todas as demais se manifestaram nesse sentido, destacando-se Dercy Furtado, que proferiu 85% do total desses discursos. A Deputada Ecléa Fernandes (11%), Terezinha Chaise (3%) e Suely de Oliveira (1%) de todos os discursos sobre gênero nesse período.

Os discursos relativos a esse período (1967-1986) foram classificados, inicialmente de acordo com as categorias: gênero e outros. Em seguida todos os discursos foram classificados de acordo com as seguintes categorias:

- Promoção da mulher (creches, salários, Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul - IPE, assessoria de assuntos da mulher, participação no primeiro escalão do governo, aposentadoria para agricultura, auxílio maternidade, mercado de trabalho, ano internacional da mulher, discriminações e preconceitos, luta em defesa das mulheres, realização ou participação em seminários, simpósios e encontros sobre a situação/promoção da mulher, mudanças no Código Civil);

- Ditadura Militar (anistia, repressão, protestos estudantis, fechamento de teatro e proibição de exibição da peça Roda Viva, prisões e cassações, atos de exceção, AI-5, liberdade, justiça, censura, punição para os crimes cometidos pela ditadura e crítica ao regime);

- Assistência social (criação da fundação gaúcha do menor, verbas, *salário-mãe*⁵³, FEBEM (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor), problema do menor, projetos relacionados);

- Participação política das mulheres (voto, participação ativa, presença em partidos e nos altos escalões da política nacional, dirigentes de países, lideranças femininas, movimento feminino dentro de partidos);

- Trabalho e previdência (Instituto de Previdência do Estado do Estado do Rio Grande do Sul - IPE, aposentadoria para dona de casa, feminização de certas profissões, idade para aposentadoria, índices de desemprego, empregos, participação da mulher no mercado de trabalho; greves; décimo terceiro salário; participação de trabalhadores em conselhos);

- Planejamento familiar (número de filhos, política demográfica, licença paternidade);

- Violência e segurança pública (espancamento da policia militar a estudantes, conceito de segurança nacional, assassinato, paz e desarmamento, violência doméstica, tortura; delegacia da mulher, serviços penitenciários; violência contra a mulher);

- Saúde (aborto, vacinações, verbas para portadores de necessidades especiais, plano nacional de saúde, privatização do setor, falta de atendimento e medicamentos, recursos destinados, programa integral de saúde da mulher (PAISM), atendimento para pessoas do campo, aborto, hospital-escola, mortalidade infantil; doação de sangue);

- Política (construção dos parlamentos, legalidade e cassação de deputados, eleições, denúncias e acusações, manifesto para alijar linha progressista do clero brasileiro feita pela entidade, tradição, família, propriedade, democracia, representação popular, corrupção, administrações municipais, estaduais e federais; oposição feita pelo MDB, relações executivo-legislativo, prerrogativa da Assembleia Legislativa, sistema partidário, críticas ou manifestação de apoio ao governo federal e estadual, medidas do governo, eleições diretas,

⁵³O projeto do salário-mãe foi uma iniciativa do Deputado Federal Carlos Santos. Seu conteúdo prevê que o Ministério de Previdência e Assistência Social deverá pagá-lo a toda mulher pelo trabalho de gerar e criar filhos. O pagamento seria mensal em uma quantia em dinheiro calculada segundo o critério de número de filhos: se a mulher tiver um filho o valor que deveria receber seria uma vez o maior salário mínimo do país, se for o quinto filho, receberia 10% do valor do maior salário mínimo. Seria um salário para a mulher ser mãe, ficar no lar e cuidar dos filhos.

coligações, eleições municipais, estaduais e federais, sucessão presidencial, fidelidade partidária, sublegenda dentro dos partidos);

- Economia (desemprego, custo de vida, política econômica imposta pelos militares, salário mínimo, crise, impostos, agências financeiras, inflação, projeto de lei que trata da legalização do jogo de azar no Brasil, modelo econômico, pacote econômico do governo federal);

- Patrimônio (Criação da casa das origens em Porto Alegre);

- Transporte (infraestrutura no interior do estado, construção e reformas de rodovias, pedágios);

- Habitação (reajuste parcelas do Banco Nacional de Habitação (BNH), pagamento de aluguéis, entre outros);

- Política fundiária (reforma agrária, incentivos para pequenos agricultores, situação dos assentados);

- Meio Ambiente (utilização de agrotóxicos e seus efeitos à saúde, pólo petroquímico, indústrias de produção de energia nuclear, poluição de rios e praias);

A categoria questões legislativas permaneceu subdividida em: homenagem (personalidades, dia do professor e magistério estadual, fundações, institutos e escolas, educação básica, dia da criança, das mães, internacional da mulher, das secretárias, ano internacional da mulher, a professores e alunos do movimento brasileiro de alfabetização, dia do funcionário público, dia internacional da saúde e do luso-brasileiro, entre outros); assuntos internos (desempenho de mandato eletivo, reforma administrativa, pedido de urgência, vazamento de documentos, trajes usados – permissão do uso de calça comprida para funcionárias, questões regimentais, participação em comissões, relatoria de comissões, proibição de acúmulo de remuneração, exigências para concursos, andamento dos trabalhos nas sessões plenárias, contratação de empresas para prestar serviços, entre outros); Funcionalismo (abono, risco de vida ou saúde, tempo de aposentadoria, salário, plano de pagamento, tempo de serviço semanal e remuneração) e auxílios e subvenções.

Da mesma forma na categoria educação foram mantidas as subcategorias: política estudantil (fechamento do Grêmio Estudantil); carreira e política salarial (redistribuição, reajuste, plano de carreira, vencimentos, promoções, remoções); democracia escolar (eleições para diretor, conselhos); formação (dinamização e reforma do ensino, plano de educação, alfabetização, investimentos e vagas, escolas técnicas, fechamento e falta de educandários, formação de jovens, lacuna no Ensino Profissionalizante, projeto de lei que visa inclusão no currículo do 2^o grau (hoje Ensino Médio), na disciplina de Educação Moral e Cívica, unidade

sobre preparação para o casamento⁵⁴, condições de ensino nas universidades públicas – falta de equipamentos, alfabetização de adultos e evasão escolar) e outros (falta de solução para os problemas educacionais, truculência dos policiais com estudantes, mudança de nomes das escolas, educação como obrigação do estado, atraso no início do ano letivo, desrespeito ao magistério, teses sobre educação, pagamento de taxas, federalização de escolas privadas).

Por fim a categoria outros (votos de pesar, agradecimentos por recebimento de prêmio, participação na Assembleia Legislativa, agradecimento por votos recebidos, prestação de contas do trabalho realizado, meios de comunicação de massa, associação de proteção ao consumidor que beneficia a dona de casa, requisitos de segurança nos botijões de gás, campanha da fraternidade, conflitos religiosos, crítica à exibição de filmes pornográficos nos cinemas, bem como à circulação de revistas e livros dessa natureza).

Em relação aos discursos sobre gênero os mesmos foram categorizados conforme a referência acima e trataram dos seguintes temas, de acordo com cada deputada⁵⁵.

⁵⁴Conforme a proposta apresentada por Dercy Furtado os temas tratados deveriam ser os problemas da família contemporânea, garantindo formação adequada para o preparo da família plenamente integrada à sociedade brasileira, enfatizando os valores da vida familiar. Haveria um horário especial de cursos de preparação para o casamento oferecido para adultos. A preparação dos jovens e dos noivos para a vida familiar poderia evitar, conforme pontua a Deputada, a grande quantidade de divórcios. Ela lembra ainda o debate em torno da aprovação ou não da Lei do Divórcio, o que, segundo ela, não seria a solução, mas sim, a preparação para o casamento.

⁵⁵Lembramos que um mesmo pronunciamento pode ter sido categorizado mais de uma vez em função de tratar de temas diferentes, mesmo se referindo a mesma questão, no caso gênero, por exemplo, num mesmo discurso encontramos debate sobre planejamento familiar e questões legislativas/assuntos internos. O mesmo ocorreu quando num mesmo discurso uma parlamentar debateu temas diferentes como, por exemplo, promoção da mulher e questões categorizadas como política.

Tabela 25

Categorias referentes aos discursos sobre gênero proferidos
pelas parlamentares gaúchas (1967-1986)

Categoria	Deputadas				Total
	Suely de Oliveira	Terezinha Chaise	Dercy Furtado	Ecléa Fernandes	
Educação					
Carreira e Política salarial	2	2	6	3	13
Formação		1	5		6
Questões legislativas					
Assuntos Internos			6		6
Funcionalismo			2		2
Homenagem		3	12	3	18
Trabalho e Previdência Social		1	50	7	58
Violência e Segurança Pública			5	3	8
Saúde			14		14
Assistência Social			2	1	3
Ditadura Militar			2		2
Política			26	3	29
Planejamento Familiar			34	3	37
Economia			6	1	7
Participação política			17	2	19
Promoção da mulher			56	5	61
Outros			4		4

Fonte: Elaboração própria.

Podemos observar, por meio da Tabela 25, que há diferenças entre as parlamentares quanto aos temas por elas priorizados em termos dos pronunciamentos feitos no plenário da Assembleia Legislativa, entre 1967 e 1986, e que estavam relacionados ao debate sobre gênero. Nota-se que Suely de Oliveira realizou duas intervenções nesse sentido, ambas relativas à questão do magistério, particularmente referente à problemática da carreira e política salarial. Esta foi uma subcategoria sobre a qual todas as parlamentares pronunciaram-se. Terezinha Chaise, em suas sete manifestações, destacou a questão da educação (carreira e política salarial e formação), questões legislativas (homenagem) e trabalho e previdência

social. As demais deputadas, Dercy Furtado e Ecléa Fernandes diversificaram mais os pronunciamentos relativos ao debate sobre gênero, a primeira ainda mais que a segunda.

De modo geral, podemos ressaltar que algumas categorias tiveram atenção maior que outras em termos do debate sobre gênero, como pode ser melhor evidenciado na figura abaixo.

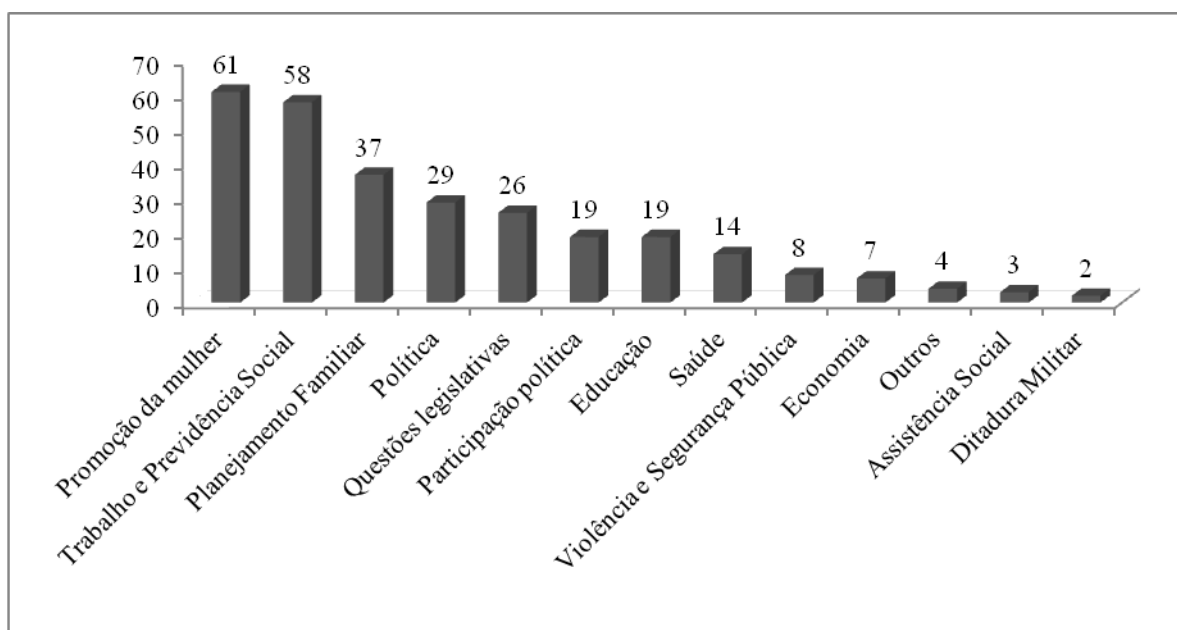


Figura 28: Pronunciamentos sobre gênero proferidos pelas deputadas gaúchas conforme categoria (1967-1986).
Fonte: Elaboração própria.

Entre os principais temas debatidos relacionados à problemática de gênero destacam-se: promoção da mulher com 61 pronunciamentos (21%), trabalho e previdência social, com 58 discursos (20%), planejamento familiar, com 37 intervenções (13%), política, com 29 intervenções (10%) e questões legislativas, 26 discursos (9%). Em seguida, participação política e educação, ambas com 19 intervenções (7% do total), saúde, com 14 discursos (5%), violência e segurança pública, com oito pronunciamentos (3%) e economia com sete (2%). As categorias que menor apresentaram intervenções foram: outros, assistência social e ditadura militar (1% para cada item).

Assim, observamos que a promoção da mulher, o entendimento de que elas são sujeitos de direitos e que devem usufruí-los igualmente aos homens, a noção de que a situação da mulher é resultado da discriminação e exclusão histórica, além de que, é uma realidade que precisa mudar, foram temas presentes nos discursos proferidos pelas parlamentares no período compreendido entre 1967 e 1986. Apesar disso, ainda era forte a restrição da condição da mulher às figuras de mãe, irmã e esposa.

Entre os pronunciamentos compilados nesse sentido, destaca-se o discurso proferido pela deputada Dercy Furtado (PDS) relativo à categoria promoção da mulher, especialmente sobre o Ano Internacional da Mulher, da Conferência a ser realizada no México e da posição do Brasil como signatário de todos os documentos que garantem direitos à mulher. Cito-a:

Apesar das tradições machistas que viajaram de Portugal e aportaram em nossos costumes, a mentalidade jurídica brasileira sempre foi muito elevada nesse campo e não nos podem apontar emperramentos no que tange aos caminhos legais que favorecem a ascensão feminina. No entanto, meus senhores, as condições “de jure” estão muito distantes das situações “de facto”. [...] No caso da mulher, promoção é, fundamentalmente, passar de objeto a sujeito. É deixar de sofrer a história e começar a fazer a história. É ser autora, e não apenas espectadora (Anais da Assembleia, 7ª sessão, 10 de março de 1975. Publicado no Diário da Assembleia em 25 de março de 1975, p.149).

Em outra oportunidade, também sobre a questão da promoção da mulher, falando dos problemas relativos à violência, fome e miséria, destacou:

O que podemos concluir daí? Se por um lado, deparamos com esse quadro desolador, vamos deparar, também, com outro fato: quem está dirigindo o mundo? Quem está à cabeça dos grandes negócios? Quem está nos Parlamentos? Quem está nos exércitos, nas Igrejas, no Executivo? Em toda parte, quem assumiu o comando do mundo? Foi o homem, o homem, e sempre o homem! E o mundo não vai bem, conclusão a que nós chegamos. Nós precisamos, com urgência, da participação da mulher. [...] queremos deixar de ser objeto, para sermos sujeitos; não queremos mais ser usadas pelos políticos nas eleições, que bajulam a mulher para ganhar votos e na hora de dar os cargos de comando, só aparecem os homens. Estamos cansadas de ouvirmos a Igreja falar que a mulher é importante, mas ela não tem lugar privilegiado dentro da própria Igreja; estamos cansadas de ver a mulher ser usada na sociedade de consumo (Anais da Assembleia, 31ª sessão, em 14 de abril de 1975. Publicado no Diário da Assembleia em 30 de abril de 1975, p.199).

Ainda sobre a promoção da mulher, a deputada Dercy Furtado assim manifestou-se:

O Deputado Cezar Schirmer perguntou-me qual o tipo de regime que eu defenderia aqui. O regime que defendo seria um regime não só para este País, mas para toda a humanidade, onde os direitos humanos fossem respeitados, onde o salário fosse justo e a mulher e o homem tivessem os mesmos direitos e deveres e onde no Código Civil não estivesse escrito que o homem é superior, o cabeça do casal, não podendo a mulher, jamais, decidir. [...] O regime que peço a Deus que se implante um dia é aquele em que a justiça seja implantada, onde todos tenham direitos e deveres, onde a mulher, principalmente, que ainda é uma parcela escravizada, e isso me chama atenção no seu Partido, que tanto luta pelos direitos humanos, mas não vejo aquele clamor em relação à mulher, sinceramente não vejo. Estou falando, porque o problema do direito da mulher é muito acima de partidos, é como o problema do negro, e hoje estão falando tanto no índio. [...] V. Exa. age erradamente quando coloca o assunto só em termos políticos. O problema da mulher é muito mais profundo, é um problema de direito, de amor, é um problema de ser respeitada e de não ter risinhos quando se fala, quando se vem à tribuna. A moral é dupla para V. Exas. [...] há um machismo neste Brasil, em todos os partidos, mas também há uma campanha feminista. [...] Feliz será o dia em que houver um regime onde não existam mais lares de mães solteiras, porque não encontro lares de pais solteiros, um regime onde a mulher não precise recorrer ao aborto criminoso, onde ela tenha o direito de planejar o número de filhos. [...] até no português, nós somos

sacrificadas. [A mulher] é tão prejudicada que, até para orar, tem que rezar para um Deus masculino! Até para rezar, porque os homens criaram um Deus masculino! Deus não tem sexo, mas criaram um! [...] grandes estudiosos, [...] colocam a mulher num estágio de objeto. Não sou eu quem o diz. Basta ver que estou sozinha aqui, nobre Deputado [referindo-se a Romeu Matinelli]. Só poderemos dizer que a mulher não é discriminada no Brasil quando ela estiver ao lado do homem nos Parlamentos, na fábrica, quando ela for respeitada, quando a porta se fechar para o adúltero como se fecha para ela, quando as nossas filhas, nobre Deputado, não receberem salários menores do que os seus companheiros de jornada. [...] A lei machista, a lei dos homens, foi complacente com o homem e dura com a mulher (Anais da Assembleia, 77ª sessão, 15 de junho de 1977. Publicado no Diário da Assembleia em 5 de julho de 1977, p.12 -13).

Sobre o mesmo assunto, ainda parece importante destacar o seguinte pronunciamento de Dercy Furtado:

A promoção da mulher depende mais dos homens que dirigem as instituições, do que das formas de Governo existentes. [...] Tenho falado pouco na Democracia, tenho, pois não foi esta a causa fundamental que me trouxe aqui, apesar de nunca ter escondido minha opinião sobre este tema. Mas, realmente, o que me trouxe até esta Tribuna foi a luta em prol dos direitos da mulher: direito de estudar, direito de trabalhar, de planejar a sua família. Vim aqui, para bem alto, repudiar a moral dupla existente ainda em nosso País. Vim, aqui, para exigir do homem a mesma fidelidade, a mesma castidade que exigiram, por tanto tempo, da mulher. [...] No entanto, estas reivindicações independem de regimes políticos: a luta de promoção da mulher está acima de partidos e formas de governo. Não tenho falado em Democracia, mas tenho tentado vivê-la no dia-a-dia, no trata diário com meus familiares, meus assessores, meus companheiros de Bancada. [...] Problemas como esses que falei a pouco existiram antes de 1964, existem em países ditos democráticos, e não estão sendo resolvidos. Problemas de racismo, injustiça social, submissão da mulher, a mulher sendo bajulada, usada, apenas nas horas de eleições, isto acontecia e, quem sabe, acontece hoje. [...] o que esperam os jovens que elegeram o nobre Deputado Cezar Schirmer é que ele, [...] diga bem claro, desta tribuna, qual o regime, qual a solução que viria, realmente, resolver esses problemas, que viria distribuir a renda com maior justiça neste País, que viria terminar com a prostituição, que viria trazer para postos de comando no primeiro escalão a mulher brasileira (Anais da Assembleia, 133ª sessão, 4 de outubro de 1977. Publicado no Diário da Assembleia de 21 de outubro de 1977, p.13 -14).

E ainda,

Sr. Presidente e Srs. Deputados. Existe no mundo um consenso geral em favor da promoção da mulher. Nações se organizam neste sentido. Dedicam um ano para homenageá-la e debater toda a problemática que envolve o sexo feminino. [...] No entanto, se a mulher vem pouco a pouco se libertando numa sociedade patriarcal e machista, ingressa em uma outra mais envolvente e degradante, que é a sociedade do consumo, onde é usada para vender tudo, desde lâmina e sabão de barba até carros, fogões, óculos, etc. [...] sendo o nosso Estado um dos Estados de vanguarda em todos os sentidos de promoção humana, a mulher no Rio Grande do Sul, assume – como já disse a pouco – o seu papel na História. E o que vemos nas ruas de nossa cidade? Cartazes deprimentes com relação à mulher, colocando-a como objeto. A mulher que se liberta de uma sociedade patriarcal passa a fazer parte de uma sociedade de consumo, onde é usada. Evidentemente que ela não se promovendo, concorda com este estilo de promoção. [...] Mas o que me causa espécie é ver grupos, entidades, organizações e, até, organizações religiosas falarem em direitos humanos quando exploram a mulher, quando dão à mulher um tratamento de inferioridade, como se a mulher ainda fosse objeto. Isso me causa espécie. [...] justamente a minha Igreja, a Igreja Católica, que tanto fala em discriminação, é uma

religião que discrimina a mulher, pois a mulher não tem os mesmos direitos que o homem dentro da Igreja Católica e por toda a vida a mulher, dentro da Igreja, ficou num plano secundário, como em outras religiões, a mulher ficou sempre num plano inferior. [...] Então se realmente estamos lutando pelos direitos humanos, vamos começar a dar o exemplo dentro de casa: como políticos, como partidos, e há tantas mulheres quanto homens nos Diretórios, mas o que vimos é um mundo comandado por homens que falam nos direitos humanos. [...] Mas o que me trouxe, especificamente, a esta Casa foi a luta pela valorização da família e pela promoção da mulher. [...] Sou contra qualquer dominação e sobre isso tenho me pronunciado. [...] mas me prendo mais ao domínio que vem sofrendo a mulher, à forma como a mulher é explorada e isto – quero dizer – está acima de partidos, porque não importam os regimes, o mais fraco continuará explorado (Anais da Assembleia, 154ª sessão, 1º de novembro de 1977. Publicado no Diário da Assembleia em 22 de novembro de 1977, p. 5 e 6).

A deputada Ecléa Fernandes manifestou-se também a respeito da promoção da mulher. Em um de seus pronunciamentos, no qual avalia a luta da mulher brasileira em prol de seus direitos, assim manifestou-se no Dia Internacional da Mulher:

Historicamente a mulher vem sendo discriminada em consequência de sua marginalização social, impedida, quase sempre de participar e contribuir no processo decisório, na discussão de problemas que a afetam direta ou indiretamente. [...] É preciso deixar claro que as mulheres não lutaram e não lutam contra os homens, lutam sim, contra um sistema explorador e opressivo que faz do homem machista. Ela que luta com os homens contra esse sistema opressor e repressivo. A mulher quer e precisa decidir sobre sua vida e participar das decisões relativas à Sociedade em igualdade com os homens, sua participação no mundo exterior ao lar, no trabalho e na política, é, não só, o caminho da emancipação da mulher, mas também o caminho da construção de uma sociedade democrática. [...] É possível dizer que a luta da mulher se dá em dois níveis – em nível das lutas coletivas e a nível pessoal onde é necessário que ela adquira consciência de que é a principal responsável da sociedade machista em que vivemos, porque preparamos jovens e crianças para desempenhar seus papéis no mundo de amanhã (Anais da Assembleia Legislativa, 6ª Sessão, 8 de março de 1983. Março de 1983, p.257-259).

Na mesma oportunidade Dercy Furtado assim manifestou-se a respeito do Dia Internacional da Mulher:

Não creio ser a palavra comemoração a mais exata, pois a mulher continua a margem das grandes decisões. [...] O sexo feminino chegou até o limiar do século XX com o pesado fardo das injustiças e discriminações. [...] Quais as causas que impedem a mulher brasileira de se promover? Em primeiro lugar, a cultura brasileira, que está impregnada por três culturas evidentemente patriarcais: as culturas hebraica, romana e portuguesa, nas quais a mulher era considerada um objeto e pouco valia. [...] A mulher, através do seu papel voltado marcadamente para o lar e para a educação dos filhos, funciona como o principal elemento de conservação desses padrões, uma vez que ela é responsável pela transmissão da cultura, e, portanto, pela reprodução do sistema. [...] Assim sendo, a inexistência de participação feminina em esferas de atividades externas ao lar, cristalizaram uma legislação e um mercado de trabalho que, evidentemente, não a podem favorecer, bem como uma ideia de que a educação formal e, ainda mais, a formação profissional, são desnecessárias, e até mesmo prejudiciais, ao bom desempenho de seu papel (Anais da Assembleia Legislativa, 6ª Sessão, 8 de março de 1983. Março de 1983, p.249-250).

A mesma deputada já havia manifestando-se no sentido de criticar a data anteriormente:

Dia virá em que não teremos mais o dia da mulher, nem departamentos femininos dentro dos partidos. Mas enquanto existirem estas discriminações, enquanto aceitarmos nossa menoridade usaremos estas datas, como hoje estamos fazendo, para apontarmos as injustiças de que somos vítimas. [...] Enquanto a Nação discute o AI-5, enquanto a poluição invade nossas casas e a nós mesmos, enquanto os homens reúnem-se para discutir o uso da pílula, ela contenta-se em participar de algum clube de filantropia ou fazer um curso de artesanato. Apela para operações plásticas, pois seu último trunfo, o corpo, já está cansado, gasto pelas noites mal dormidas ou pela certeza que uma vida passou sem ter realmente contribuído para a construção da História. E a mulher sonha, geme e se debate em busca de sua imagem. [...] A mulher não tinha escolha. Ou era a mãe, a santa, a esposa, ou era a sexi, infiel ou prostituta. Não havia meio termo. Até que surge a guerra. Os homens morrem. A mulher é necessária nas indústrias. De repente ela descobre que tem cabeça. Que sabe pensar. Invade as faculdades. Independente já não permite que lhe ditem ordens. Quer ser dona de sua mente e de seu corpo. Quer ser companheira e não objeto do homem. Reivindica. Exige. Protesta. [...] A mulher tem que participar no mundo de hoje: na fábrica, na indústria, no comércio, na política, mas para levar altivez, para falar de frente, para ser fiel a seus companheiros, para ser amiga, para ser dinâmica e, principalmente, para ser justa, para lutar pela justiça e pela liberdade (Anais da Assembleia, 6ª sessão, em 9 de março de 1976. Março de 1976, p. 85-86).

Em sessão dedicada a homenagear o Dia das Mães, Dercy Furtado assim se pronunciou:

Ao falar em liberdade para o homem, há uma conotação diferente de falar em liberdade para a mulher [...] a mulher sofreu todo um condicionamento estrutural da sociedade de consumo. [...] Foi condicionada, muitas vezes, pela estrutura religiosa, que mostrou a mulher como símbolo do pecado, que colocou na boca da mulher uma maçã, quando ela nunca pensou em ser apenas carne, em ser apenas sexo. [...] A mulher era um perigo, era um ameaça, ela levava para o mau caminho e, por isso, ela também aceitou esse condicionamento e, muitas vezes, até assumiu esse papel de ser o mau caminho. Enquanto ela assim pensar, realmente não haverá liberdade, não haverá promoção. Na atualidade, a descoberta de meios científicos de controle de natalidade transformou o determinismo biológico numa livre escolha. [...] A história do mundo é um resíduo dos fatores da escravização da mulher. [...] Foi, muitas vezes, condicionada, inclusive, à maternidade. [...] Não basta louvar, a mãe, a mulher, devemos romper costumes e práticas que impedem a sua promoção (Anais da Assembleia, 49ª sessão, 12 de maio de 1975. Publicado no Diário da Assembleia em 15 de maio de 1975. p.128-129).

Ao tratar da criação do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher, cujo projeto contou com a presença de Ecléa Fernandes: “A mulher brasileira foi sempre discriminada e afastada do processo decisório [...] O mais sério e o mais importante, na atual conjuntura, é que a maioria das mulheres nem conhecem os direitos que tem.” (Anais da Assembleia, ata declaratória da 102ª sessão, 23 de agosto de 1985. agosto de 1985, p.486). Na mesma sessão, ao tratar de seu projeto em parceria com o deputado Ruy Carlos Ostermann sobre a criação da Delegacia da Mulher no Rio Grande do Sul, afirma a necessidade “de instituições que protejam e defendam as mulheres contra uma sociedade que as discrimina,

que as oprime e que não lhes permite, muitas vezes, fazer parte de um contexto social mais amplo e participar das decisões governamentais” (Anais da Assembleia, ata declaratória da 102ª sessão, 23 de agosto de 1985. Agosto de 1985, p.486).

Em relação à temática do trabalho e previdência social, pronunciou-se a deputada Dercy Furtado:

Enfim, problemas de desemprego, de creches, de salários, até de racismo temos de enfrentar e procurar resolvê-los. Parece mentira que o racismo ainda existe em nossa cidade. Moças de cor que veem ao meu gabinete, meninas negras que desejam trabalhar. Eu telefono para alguma firma, consigo, porque há vaga e quando elas se apresentam, não podem pegar o emprego. Naturalmente não dizem que é pela cor, mas a moça sente imediatamente e volta ao meu Gabinete chorando, pedindo que eu tome uma providência. Mas como, sozinha, posso tomar essas providências? [...] A mulher gaúcha está realmente preocupada com o salário menor, com o custo de vida, com os assaltos que estão sendo praticados, pedindo mais segurança. É este o lamento que ouço, e quero ser sincera, quero ser honesta e ao vir a esta tribuna tenho que trazer estas queixas. Realmente, eu poderia dizer, sem errar, que 95% das senhoras, posso dizer senhoras esclarecidas, não sabem o que é o AI-5, não sabem o que é um Senador, não sabem o que é o Parlamento gaúcho. Não estou dizendo que esteja de acordo com isso. Inclusive, luto para que a mulher não se aliene destas coisas tão importantes. Luto tanto que até fiz o I Congresso Feminino sobre a Participação da Mulher na Vida Pública, nesta Capital (Anais da Assembleia Legislativa, 77ª sessão, 15 de junho de 1977. Publicado no Diário da Assembleia em 5 julho de 1977, p.10-110).

Sobre o mesmo assunto:

Quantos homens lutam contra as injustiças sociais e nunca despertaram para as injustiças que ocorrem com a mulher [...] No Brasil a mulher ainda é discriminada, ela é tão discriminada que seu dinheiro não tem o mesmo valor que o dinheiro do homem. Parece mentira, mas será mais pobre o seu dinheiro, tem menos valia. Ela contribui para o IPE, contribui para o INPS, e, ao morrer, o seu dinheiro não reverte em favor de seus filhos, ou de seu marido. É a maior aberração, a maior injustiça que pode ocorrer. Terá menor valor o dinheiro da mulher. [...] A resposta para a discriminação está no código civil. [...] que diz ser o marido sempre o cabeça do casal, [...] a mulher é dependente e o marido não, porque o homem achando que dependente era ser menor, [...] quantas coisas devem ser modificadas neste País em termos de proteção, ou em termos de libertação da mulher (Anais da Assembleia, 94ª sessão, 8 de agosto de 1977. Agosto de 1977, p.142).

Nesse mesmo pronunciamento ao mencionar a legislação trabalhista afirma que a mesma proíbe o trabalho feminino noturno o que, segundo ela

[...] é fruto de uma sociedade patriarcal, machista, - e de moral dupla, onde era dada ao homem a liberdade de sair à noite, enquanto a mulher não podia trabalhar à noite para resguardar sua moralidade. Convenhamos! [...] são leis esclerosadas, frutos de uma sociedade arcaica e patriarcal. Então, tudo o que se refere a termos de protecionismo é discriminação. A única exceção é no que se refere à maternidade (Anais da Assembleia, 94ª sessão, 8 de agosto de 1977. Agosto de 1977, p.144).

Além dessas questões o debate sobre gênero relativo à categoria trabalho e previdência social ainda girou em torno na dupla jornada e trabalho da mulher, da questão da aposentadoria da mesma no campo, da construção de creches, das empregadas domésticas, especialmente no que concerne ao direito de férias, o direito dos homens serem assegurados do Instituto de Previdência do Estado (IPE) como dependentes das esposas e aposentadoria para a dona de casa. Além disso, observou-se também menção às profissões femininas, tais como, professora, enfermeira, secretária, entre outras.

Sobre o tema do planejamento familiar merece destaque o pronunciamento da deputada Dercy Furtado. Segundo ela, o planejamento familiar deve ser feito pelas famílias de todas as classes sociais, pois “de todas as cangas que puseram aos ombros da mulher, talvez essa seja a mais forte, a mais dura e mais violenta, quando estruturas arcaicas, tabus, preconceitos obrigam a mulher a ter um número de filhos que não deseja, que não pode ter” (Anais da Assembleia Legislativa, 1ª sessão da comissão representativa, em 5 de fevereiro de 1975. Publicado no Diário da Assembleia em 11 de março de 1975, p.17). Em outra oportunidade a mesma deputada, manifesta-se da seguinte forma:

E há duas formas mais poderosas, não existem outras mais poderosas para subjugar a mulher do que fazê-la dependente economicamente do homem e condicioná-la a gerar muitos filhos. [...] uma mulher que não domina o seu ventre será escrava das estruturas. E as estruturas fizeram questão de conservá-la escrava, estruturas econômicas, políticas e religiosas. Fizeram questão de condicioná-la sob a pressão do medo do “fogo do inferno”, porque dava-se perdão ao homem que explorava o homem, ao empregador que pagava mal os seus empregados; dava-se perdão ao marido infiel, mas não se perdoava a mulher que evitava filhos. Essa era a maneira de condicioná-la; e a mulher era escrava dessa condição que lhe era imposta. [...] Hoje, no século XX, mais do que nunca, a mulher – e diria - o casal, a eles cabe o direito de decidir sobre o número de filhos que realmente desejam ter (Anais da Assembleia, 91ª sessão, 3 de agosto de 1977. Agosto de 1977, p.46-47).

Dois anos mais tarde, ainda debatendo a questão do planejamento familiar, podemos observar o seguinte pronunciamento da deputada Dercy Furtado:

A mulher era constringida a procriar, porque os senhores da guerra, os senhores donos de campo, os senhores donos das igrejas necessitavam de “ovelhas”, de braços para empunhar armas e enxadas. Portanto, a mulher ia gerando filhos, era uma procriadora e não uma criadora como pretende ser hoje. [...] defendo o planejamento familiar como mulher, mulher que defende a mulher, mulher que quer para mulher o direito de decidir sobre o seu ventre, mulher que não aceita mais que médicos, bispos, padres, sogras, tios, parentes, políticos estejam a decidir sobre o seu ventre. [...] o problema da mulher é muito mais profundo, pois, além de ser social [...] é um problema cultural (Anais da Assembleia Legislativa, 14ª sessão, 21 de março de 1979. Março de 1979, p.504-507).

Sobre a categoria participação política destaca-se o pronunciamento de Dercy Furtado, quando afirma:

Sr. Presidente e Srs. Deputados. Num mundo dominado pelos homens existem *poucas mulheres que assumiram a responsabilidade de com elas dirigir os destinos da humanidade*. Quase sempre as figuras femininas ocupam as manchetes dos órgãos de divulgação por seus dotes artísticos, por sua beleza, seu exotismo e raramente pela condução dos rumos políticos de seu País. Numa fotografia da humanidade atual podemos destacar a figura de Margaret Thatcher na Inglaterra, de Indira Gandhi que toma as primeiras fileiras da história hindu com a recompensa do apoio popular nas urnas e quase só. Isabelita, fugaz estrela no retorno de Perón, jamais alcançou as culminâncias de Evita, símbolo que teve a ventura de sair do palco político enobrecida por morte precoce. Perde, o mundo, agora, mulher exponencial: Golda Meir, exemplo da fibra judaica para a construção de sua terra prometida (Anais da Assembleia Legislativa, 1ª sessão, 11 de dezembro de 1978 (extraordinária). Publicado no Diário da Assembleia em 15 de janeiro de 1979, p.32-33).

Falando sobre a ausência de mulheres nos altos escalões da política nacional, tanto em relação ao MDB quanto a ARENA, assim manifestou-se Dercy Furtado:

Então, esta discriminação com a mulher vem ao longo dos anos, em todos os Partidos, sendo influenciada pela cultura brasileira que acha que política é para homem, comércio é para homem, como até ontem medicina, arquitetura, engenharia era para homem. [...] é muito triste que se observe, nesta Casa, apenas uma mulher, num Estado onde as mulheres constituem a maioria do eleitorado gaúcho, e o mais triste ainda é que a mulher só é chamada nos momentos em que dela necessitam, ou para bajulá-la, dizendo que ela saiu às ruas com um rosário na mão, a fim de fazer uma revolução. Talvez tenha saído, talvez tenha feito, mas já esqueceram muito rapidamente (Anais da Assembleia Legislativa, 5ª sessão, em 7 de março de 1979. Março de 1979, p. 248-249).

E ainda em relação à participação política das mulheres, assim pronunciou-se Dercy Furtado,

[...] chama a atenção do povo gaúcho sobre a importância da participação da mulher na política. [...] Chega a lembrar o caso da América do Norte onde 50% dos lugares nos partidos políticos são destinados à mulher. Conclama os dirigentes gaúchos a permitirem- e permitir não é a palavra adequada porque a mulher deve ter esse direito – que a mulher participe dos partidos políticos em nosso Estado. [...] dizendo que a mulher não só deve permanecer dando votos aos homens, aos políticos, mas que deve estar presente nos partidos, e não só em departamentos femininos, que ainda são discriminatórios, mas fazer parte ativa nos diretórios dos partidos políticos no Brasil (Anais da Assembleia Legislativa, 132ª sessão, 3 de outubro de 1977. Publicado no Diário da Assembleia em 20 de outubro de 1977, p.15).

Em termos dos pronunciamentos realizados pelas parlamentares a respeito da categoria educação, destaca-se a fala da deputada Terezinha Chaise (MDB) que, ao discursar sobre matéria publicada em jornal relativa ao fechamento de escolas normais - a qual afirmava que estudantes não têm futuro porque o Estado não tem como concursar normalistas - e sobre a possibilidade de as jovens aproveitarem os conhecimentos adquiridos dentro da escola normal, assim proferiu:

[...] para sua vida de esposa e de mãe. Ora, meu Deus do céu, temos cursos de formação doméstica e familiar, independentes do curso normal. A jovem quando entra na escola normal, não vai se habilitar ao casamento, mas a uma atividade profissional, a se realizar profissionalmente, dentro da sala de aula, a dar aprendizagem a seus pequenos alunos, a se tornar uma mestra, uma professora. [...] Nem todas as normalistas irão casar, porque existe elevado número de solteironas no magistério. [...] Não falo como Parlamentar, falo como professora (Anais da Assembleia, 4ª sessão da comissão representativa, em 5 de janeiro de 1968. Publicado no Diário da Assembleia em 19 de janeiro de 1968, p.20).

Esses pronunciamentos demonstram o comprometimento das deputadas estaduais com as questões de gênero, com a promoção da mulher, bem como, com sua participação política durante todo o período estudado (1967-1986), como pode ser evidenciado pelo pronunciamento da deputada Dercy Furtado a seguir:

Há pouco tempo, no Brasil, a mulher não estudava, não se profissionalizava e tinha que ter tantos filhos quanto Deus mandasse. Mulher era educada para prendas domésticas. Não se perguntava às nossas antepassadas se elas tinham talento ou vocação para as artes, medicina, engenharia ou política. Mulher não tinha querer. Mulher pensava, primeiro, pela cabeça do pai, depois do marido e após dos filhos. Dependia economicamente dessas mesmas pessoas [...]. o homem era o grande construtor da história, a mulher espectadora. [...] Passam-se os anos, a mulher desperta. Com a guerra, a mulher foi convocada a ir às indústrias e com isso sentiu a sua força e capacidade; sentindo a sua capacidade ela passa a reivindicar e todas passamos a lutar. Incluo-me entre as mulheres, do Rio Grande do Sul e do Brasil, que começaram uma jornada de despertar da mulher. Fui a primeira vereadora de Porto Alegre; fiz o Primeiro Congresso Feminino sobre a Participação da Mulher na Vida Pública. Foi a partir desse Congresso que surgiram os movimentos femininos dentro dos partidos. Desde então, venho reivindicando os direitos da mulher em Brasília (Anais da Assembleia Legislativa, 106ª sessão, 17 de agosto de 1982. Publicado no Diário da Assembleia em 17 de agosto de 1982, p.6).

Em relação às temáticas discutidas nos pronunciamentos, incluindo todos os discursos, sem a distinção referente ao debate sobre gênero, a tabela a seguir demonstra sobre quais assuntos cada uma das deputadas se pronunciou na tribuna da Assembleia Legislativa.

Tabela 26

Temas dos discursos proferidos pelas parlamentares gaúchas (1967-1986)

Categoria	Suely de Oliveira	Dalila Alves	Terezinha Chaise	Dercy Furtado	Ecléa Fernandes
Política fundiária				6	4
Violência e segurança pública			3	13	7
Trabalho e previdência social	1		1	72	13
Economia	1		4	41	10
Patrimônio Cultural				1	
Ditadura militar			9	8	4
Assistência Social			2	24	8
Educação	13	4	28	47	34
Questões Legislativas	27		18	87	27
Política	1		10	119	23
Participação política das mulheres				17	2
Planejamento Familiar				34	3
Promoção da mulher				56	5
Habitação				9	
Transporte				9	
Saúde			1	32	2
Meio Ambiente				11	
Outros	3	2	4	24	
Total	46	6	80	610	142

Fonte: Elaboração própria.

Analisando a Tabela 26 observamos que os pronunciamentos da deputada Suely de Oliveira estiveram concentrados em seis categorias: trabalho e previdência social, economia, educação, questões legislativas, política e outros. Destacam-se os discursos relativos a questões legislativas e educação, a exemplo do que havia ocorrido no período compreendido entre 1951 e 1966. Já Dalila Alves, concentrou seus discursos nas categorias educação e outros. Em relação às demais deputadas, Terezinha Chaise, Dercy Furtado e Ecléa Fernandes, podemos verificar que há uma gama maior de temas sobre as quais versaram seus discursos. Destacam-se, nesse sentido, os diferentes temas abordados pela deputada Dercy Furtado,

assim como, já havíamos observado no que se refere aos pronunciamentos relativos ao debate sobre gênero. A figura abaixo demonstra quais foram os temas priorizados pelas parlamentares nos pronunciamentos realizados na Tribuna da Assembleia Legislativa.

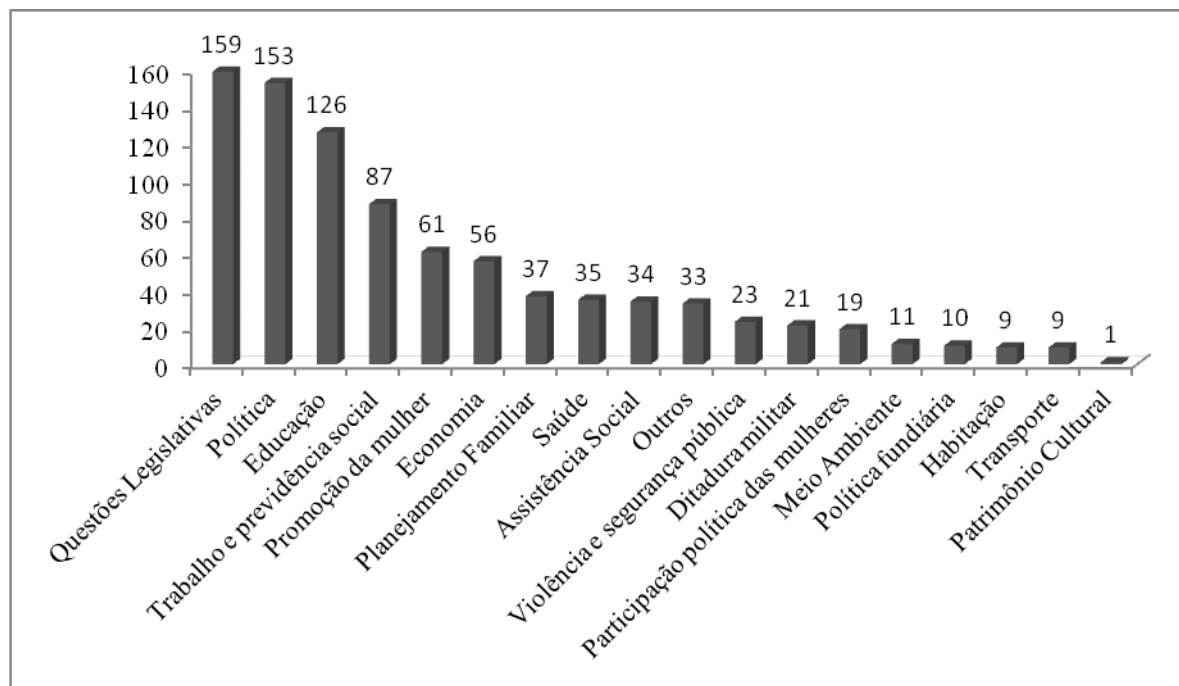


Figura 29: Número de pronunciamentos realizados pelas deputadas estaduais conforme categoria (1967-1986).
Fonte: Elaboração própria.

A partir do da Figura 29, verificamos que as categorias: questões legislativas (18%), política (17%) e educação (14%) foram as que mais registraram ocorrência de discursos no período, totalizando 49% de todos os pronunciamentos realizados pelas deputadas estaduais. Em seguida, previdência social (10%), promoção da mulher (7%) e economia (6%). As categorias planejamento familiar, saúde, assistência social e outros foram responsáveis por 4% cada dos discursos, enquanto violência e segurança pública 3% e ditadura militar e participação política das mulheres 2%. As categorias que menos registraram ocorrência de discursos foram: meio ambiente, política fundiária, habitação e transporte com 1% das intervenções e patrimônio cultural que não chegou a computar percentual.

Importante salientar que as categorias questões legislativas e educação já haviam se destacado no período anterior, com grande quantidade de pronunciamentos em relação às demais categorias, demonstrando a importância atribuída pelas parlamentares ao debate sobre educação e sobre o funcionamento da Assembleia Legislativa e questões sobre as quais ele deve obrigatoriamente legislar. Mais adiante retomaremos esse ponto.

A grande quantidade de discursos relativos à categoria política podem ser atribuídos às características próprias daquele momento político, ou seja, período que abarca o regime militar, o debate sobre anistia, abertura política, eleições diretas, sistema de governo e sistema partidário. Foram, da mesma forma, temas bastante comuns: o debate sobre democracia, representação política, relações Executivo-Legislativo, eleições em todos os níveis e análises sobre os governos estadual e federal. Assim, esse período bastante efervescente da história política brasileira, foi registrado nos Anais da Assembleia Legislativa também pelas parlamentares que então faziam parte daquela Casa.

Sobre os pronunciamentos relativos à categoria política, interessante observar a fala de Dercy Furtado ao responder a uma intervenção do deputado Cezar Schirmer, o qual questionava o silêncio da mulher brasileira em relação à democracia. O pronunciamento da deputada menciona uma série de elementos importantes para problematizar a relação entre mulheres e democracia, contudo, destaca-se que é um discurso realizado por alguém que está defendendo a ditadura militar, ou seja, são argumentos corretos utilizados em prol de um governo autoritário. Assim se pronunciou a deputada:

Em primeiro lugar, quanto à Democracia, somos de opinião de que a sua causa, talvez, já não sensibilize as mulheres brasileiras por terem visto, em nome desta palavra, muito erros serem praticados. Democrática é a União Soviética, é a Alemanha Oriental, é o Brasil de 1964. No entanto, o que vimos? Regimes ditos democráticos que não respeitam e não respeitaram a liberdade, a ordem e a justiça. [...] muito mais que à democracia, a mulher brasileira deseja salários justos, preços mais acessíveis nos artigos de primeira necessidade, habitação para todas as famílias, vencimentos mais justos para professoras, enfermeiras, nutricionistas e trabalho para todas as mulheres, ao invés de jogá-las na prostituição, pensão integral para as viúvas, direito ao planejamento familiar, etc. No entanto, estas reivindicações, estes direitos nem sempre foram respeitados, mesmo nos regimes democráticos e até se formos analisar o Brasil de hoje, podemos afirmar que muitas dessas reivindicações femininas já estão sendo atendidas (Anais da Assembleia Legislativa, 133ª sessão, 4 de outubro de 1977. Publicado no Diário da Assembleia em 21 de outubro de 1977, p.13).

Outro tema que mereceu grande atenção por parte das parlamentares, em especial de Dercy Furtado, foi a questão das eleições diretas:

Denunciei que não iria sair votação ontem para dar oportunidade ao povo das capitais de escolher o seu prefeito, porque não havia interesse por parte nem do PDS nem das Oposições. E ontem me explicaram em Brasília que o PMDB não quer porque teme perder as eleições em São Paulo para o Sr. Jânio Quadros, e o PDT não quer, também, porque teme perder as eleições no Rio de Janeiro para a Sra. Sandra Cavalcanti, o PDS, por sua vez, teme, quem sabe, perder as eleições em Porto Alegre, talvez, para o PDT. O certo, o seguro, é que não percebemos a existência de honestidade de parte dos Deputados Federais. É tudo uma farsa. É mentirosa a afirmação dos Srs. Deputados e dos Srs. Senadores quando falam em eleições diretas para Presidente da República. O que querem é o Poder. Não existe sinceridade com relação ao povo, para escolha de seus dirigentes. Isso é lamentável. Fiquei

profundamente chocada e triste quando vi que isso ia acontecer. Denunciei desta tribuna e através do rádio que ia haver esse acordo (Anais da Assembleia Legislativa, 166^a sessão, em 1 de dezembro de 1983. Dezembro de 1983, p.18).

O tema da ditadura militar, embora não tenha tido um grande número de pronunciamentos, foi bastante caro às parlamentares durante este período. Uma das parlamentares que mais veementemente se referiu a este tema foi Terezinha Chaise (MDB). Em uma oportunidade assim destacou:

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Exatamente, há quatro anos um golpe político militar destituía um Presidente constitucional e, sob a desculpa de pretender salvar “a democracia ameaçada” empalmava o poder. Mil dias são passados desde então. Fazendo uma análise desse passado recente, qual é o quadro que se vislumbra? O povo perplexo e revoltado diante da onda da violência e opressão que ainda não cessou. Violência e opressão que não fazem parte das tradições brasileiras. Violência e opressão que se exercem precisamente contra o povo e especialmente contra os direitos do homem. Na realidade, estamos vivendo um regime de impostura. Impostura política, impostura social, com o povo soterrado de problemas de uma forma inédita e mais grave ainda: afastado das decisões. [...] Queremos ser e seremos uma Nação de pessoas livres. [...] Desde quando quartéis e polícia – homens pagos com o dinheiro do povo – tem o direito de oprimir, de violentar, de fazer calar. [...] O Congresso – fonte das decisões de um País democrático – está transformado num poder acessório tumultuado, sem força e sem decisão. Hoje, mais vale a opinião de um major do que de todo o quadro de leis e direitos. A prova disso que afirmo, são os fatos que se repetem, a cada dia, neste País (Anais da Assembleia, 62^a sessão, em 17 de junho de 1968. Publicado no Diário da Assembleia em 27 de junho de 1968, p.190).

Já a deputada Dercy Furtado (ARENA), ao tratar da censura ao teatro brasileiro assim se pronunciou:

O que assistimos é que todo o governo quando se instala permite que haja liberdade de expressão. Mas todo o governo forte, ao se instalar, a primeira coisa que proíbe é a expressão dos seus intelectuais, como ocorre nos países comunistas. Queremos deixar claro que na Rússia, na China, os intelectuais estão oprimidos e não podem dizer nem escrever o que pensam, nem receber prêmios, porque dizem que o povo está sofrendo. [...] Sabemos que também dentro do teatro brasileiro existem pessoas, produtores, diretores, que podem ter uma orientação mais subversiva que poderia levar o povo a revolta e a subversão, o que não seria bom para o País. Mas não podemos cercear totalmente a liberdade a ponto de não termos mais uma peça que fale sobre problemas do povo brasileiro (Anais da Assembleia, 4^a sessão, em 16 de dezembro de 1975. Publicado no Diário da Assembleia em 6 de janeiro de 1976, p. 352).

Considerando que essa categoria abarcou o abarcou o debate sobre a anistia, assim se referiu a deputada Terezinha Chaise (MDB) quando do pedido do aprovação do projeto sobre o tema:

Tenho fé, tenho esperança neste Governo que ora inicia. Entendo que a longa noite de amargura, a longa noite tormentosa e de vigília encerrou-se, noite que humilhou muita gente, noite que trouxe tristeza a muitos lares, noite que deixou crianças inquietas, porque partiram os chefes de família para as prisões, foram

injustiçados; não tiveram o direito de se defender. Penso que o Brasil deve retomar a sua caminhada de paz; [...] E esta paz só será conseguida através da justiça e por isto solicito, neste momento, justiça, apoio a esse Projeto de Lei que concede anistia para tantos inocentes (Anais da Assembleia 3ª sessão, em 17 de março de 1967. Publicado no Diário da Assembleia em 28 de março de 1967. p.36.)

A tabela a seguir demonstra quais os assuntos foram tratados nas categorias educação e questões legislativas.

Tabela 27

Assuntos tratados nas categorias educação e questões legislativas, de acordo com cada deputada estadual (1967-1986)

Categoria		Deputadas					Total
		Suely de Oliveira	Dalila Alves	Terezinha Chaise	Dercy Furtado	Ecléa Fernandes	
Educação	Carreira e política salarial	11	2	9	19	16	57
	Formação	1	1	8	18	9	37
	Outros	1		9	6		16
	Política estudantil			2			2
	Democracia escolar				4	9	13
Questões Legislativas	Assuntos Internos	3			27	5	35
	Funcionalismo	17		5	12	2	36
	Auxílios e Isenções				1		1
	Homenagem	7		13	47	20	87

Fonte: Elaboração própria.

Destaca-se, no caso da categoria educação, a subcategoria carreira e política (46% do total de pronunciamento), em seguida, formação (30%), outros (3%), democracia escolar, (10%) e política estudantil (1%). A exemplo do que havia no período anteriormente analisado, questões relativas à carreira e política salarial (na qual foram debatidos assuntos como redistribuição, reajuste, plano de carreira, vencimentos, promoções, remoções) e à formação (onde os assuntos tratados giraram em torno da dinamização do ensino, plano de educação, alfabetização, investimentos e vagas, reforma do ensino, escolas técnicas, formação de jovens, falta de escolas, inclusão de disciplinas, condições de ensino e evasão escolar) continuaram sendo as grandes preocupações das parlamentares gaúchas no que refere à categoria educação.

A questão da democracia escolar (eleições para diretor, conselhos) e da política estudantil (fechamento dos Grêmios) se tornaram temas novos no âmbito dos assuntos parlamentares. Em relação à subcategoria outros, ela permaneceu praticamente com o mesmo percentual de discursos que no período anterior que era de 11% (os principais pontos debatidos foram a falta de solução para os problemas educacionais, a truculência dos policiais com estudantes, mudança de nomes das escolas, educação como obrigação do estado, atraso no início do ano letivo, desrespeito ao magistério, merenda escolar, pagamento de taxas e a federalização de universidades privadas)

Em relação à categoria questões legislativas, observamos algumas alterações em relação ao período 1951-1966, no qual os discursos se concentraram na questão do funcionalismo e dos assuntos internos e, posteriormente, auxílios e subvenções e homenagens. Os dados do período 1967-1986 demonstram a grande quantidade de homenagens prestadas pelas parlamentares desde a Tribuna da Assembleia Legislativa, as quais representam 55% dos pronunciamentos referentes à categoria questões legislativas. É preciso considerar que é nesse período, especialmente a partir de 1975, que iniciam as homenagens para o Dia das Mães e para o Dia Internacional da Mulher, os quais serão mencionados posteriormente em todos os anos pelas deputadas. Além disso, observamos uma série de homenagens a personalidades brasileiras, ao dia do professor e magistério estadual, a fundações, institutos e escolas, entre outros.

Em seguida aparece o funcionalismo com 23% dos pronunciamentos (cujos temas giraram em torno do tema do abono; reformulação da Constituição Estadual a respeito de funcionários que desempenham atividades profissionais com risco de vida ou saúde ou consideradas penosas - tempo para aposentadoria, salário, plano de pagamento, tempo de serviço semanal e remuneração) e assuntos internos com 22% das intervenções (desempenho de mandato eletivo, reforma administrativa, vazamento de documentos, questões regimentais, participação em comissões e relatoria, proibição de acúmulo de remuneração, exigências para concursos, andamento dos trabalhos nas sessões plenárias, contratação de empresas para prestar serviços, entre outros). As subcategorias auxílios e subvenções não chegaram a registrar percentual tendo em vista que apenas um pronunciamento foi feito nesse sentido.

Esses dados, mais uma vez, precisam ser relacionados com o contexto político e econômico da época para que possam ser lidos a partir do seu significado. Como visto no capítulo 2, a Assembleia Legislativa retoma seus trabalhos em 1967 com os 55 membros, até a promulgação do AI-5, em dezembro de 1968, o qual fechou o Congresso Nacional e

promoveu algumas cassações no Legislativo Gaúcho, entre elas a de Terezinha Chaise do MDB.

Foi também um período de grande agitação popular, de destaque de termos como cidadania, participação política e de organização da sociedade civil. É também um momento de crise econômica relacionada, pela oposição, diretamente ao regime militar e que se reflete no custo de vida, especialmente no preço da alimentação, a exemplo do que ocorrera no período anterior. Politicamente alguns fatos vão determinar o futuro político da nação, tais como: a Anistia, em 1974; o movimento pelas Diretas Já, em 1984; a posse de José Sarney, em 1985. No âmbito estadual, os anos 1980 estão marcados por esses acontecimentos nacionais, mas também há especificidades, especialmente o movimento de agricultores reivindicando reforma agrária, o que se estende por toda a década de 1980, acentuando-se com a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1985. Por várias vezes a Assembleia Legislativa Gaúcha teve que intervir, através da Comissão de Direitos Humanos (ELMIR, 2005), assim como, pela crise na educação, definida pelas inúmeras demandas dos professores estaduais os quais deflagraram inúmeras greves.

4.3 “VENHO À TRIBUNA NA CONDIÇÃO DE DEPUTADA, DE MULHER E DE CIDADÃ”⁵⁶: A GARANTIA DOS DIREITOS DAS MULHERES NOS PRONUNCIAMENTOS DAS PARLAMENTARES GAÚCHAS (1987 - 2011)

Em seis legislaturas, no período 1987 a 2011, 21 deputadas estaduais assumiram mandato, das quais 20 pronunciaram-se no plenário da Assembleia Legislativa Gaúcha. Para a Deputada Gilda Haack (PTB) não encontramos nenhuma manifestação no plenário e para Adriane Rodrigues (PDT) não obtivemos discursos sobre gênero, conforme tabela a seguir:

⁵⁶Trecho do pronunciamento da deputada Maria Augusta Feldman em 8 de dezembro de 1998, na 89ª sessão ordinária. Disponível em: <<http://www3.al.rs.gov.br/taquiografia2003/transcricoes/sessoesplenarias/49/1998/981208.htm>>.

Tabela 28

Deputadas estaduais e número de pronunciamentos realizados (1987 e 2011)

Deputada	Número de discursos	% discursos	Número de discursos sobre gênero	% discursos sobre gênero
Ecléa Fernandes (PSDB)	54	2	7	2
Hilda de Souza (PMDB)	86	3	5	1
Regina Rossignollo (PDT)	48	2	9	3
Jussara Cony (PCdoB)	918	31	99	30
Maria A. Feldman (PSB)	195	6	13	4
Maria do Carmo (PPB/PPR/PP)	156	5	29	9
Maria do Rosário (PT)	183	6	23	7
Luciana Genro (PT)	280	9	10	3
Cecília Hypólito (PT)	134	4	11	3
Iara Wortmann (PMDB)	41	1	7	2
Adriane Rodrigues (PDT)	1	0	0	0
Maria Helena Sartori (PMDB)	163	5	24	7
Leila Fetter (PP)	48	2	11	3
Floriza dos Santos (PDT)	25	1	12	4
Miriam Marroni (PT)	95	3	17	5
Marisa Formolo (PT)	249	8	14	4
Kelly Moraes (PTB)	20	1	5	1
Silvana Covatti (PP)	15	1	6	2
Stela Farias (PT)	152	5	19	6
Zilá Breitenbach (PSDB)	143	5	12	4
Total	3006	100	333	100

Fonte: Elaboração própria.

A tabela acima demonstra a quantidade de pronunciamentos realizados por cada deputada, assim como, das manifestações relativas ao debate sobre gênero. Observamos que 11% do total dos pronunciamentos realizados pelas parlamentares no período referiram-se à questão de gênero. Entre as que mais discursos fizeram encontram-se Jussara Cony, com 31% do total de pronunciamentos realizados no período. Importante lembrar que esta foi a segunda deputada que mais mandatos exerceu na Assembleia Legislativa, no total foram cinco legislaturas, sendo quatro completas e uma na condição de suplente, na qual permaneceu no cargo por cinco meses, como apresentamos no capítulo a respeito do perfil das parlamentares.

Em seguida aparecem Luciana Genro com 9% e Marisa Formolo com 8% do total de discursos. A seguir, Maria Augusta Feldman e Maria do Rosário Nunes, ambas somando um percentual de 6%; Maria do Carmo Bueno, Stella Farias, Maria Helena Sartori, Zilá Breitenbach, cada uma com 5% do total dos discursos; Cecília Hypólito com 4%; Mirian Marroni e Hilda de Souza com 3%; Leila Fetter, Ecléa Fernandes e Regina Rossignollo com 2%; Iara Wortmann, Floriza dos Santos e Kelly Moraes com 1% do total de pronunciamentos; por fim, Silvana Covatti com 15 pronunciamentos e Adriane Rodrigues com um discurso proferido não chegam a registrar 1% do total de intervenções realizadas pelas parlamentares na Assembleia Legislativa no período 1987 a 2011.

No geral, as deputadas que mais se pronunciaram foram também as que mais vezes levantaram na tribuna questões relativas ao debate sobre gênero, em especial a problemática da opressão e exploração feminina. Desse modo, observamos que, do total de discursos relativos à categoria gênero, Jussara Cony foi responsável por 30% dos mesmos, em seguida, aparecem as deputadas Maria do Carmo Bueno com 9% e Maria Helena Sartori e Maria do Rosário Nunes com 7% do total de intervenções. Posteriormente, Stella Farias com 6%, Miriam Marroni com 5%; Maria Augusta Feldman, Floriza dos Santos, Marisa Formolo, Zilá Breitenbach com 4%; Luciana Genro, Cecília Hypólito, Leila Fetter e Regina Rossignollo com 3%. Finalmente, Iara Wortmann, Kelly Moraes, Silvana Covatti, Ecléa Fernandes e Hilda de Souza com 2% do total de pronunciamentos sobre gênero.

O mesmo procedimento adotado para a análise dos discursos relativos aos períodos anteriores foi empregado para a apreciação das intervenções parlamentares relativas aos anos de 1987 a 2011. Desse modo, os pronunciamentos foram classificados, inicialmente, em termos do conteúdo a partir de duas categorias: gênero e outros. Na sequência todos os pronunciamentos foram categorizados de acordo com as temáticas sobre as quais se referiram. Destaca-se que, igualmente, ao que havia ocorrido entre 1967-1986, o período compreendido entre 1987 e 2011 apresenta temáticas novas que não haviam sido registradas anteriormente, de modo que a classificação dos pronunciamentos foi realizada de acordo com as seguintes categorias:

- Política: democracia, eleições diretas, governo e administração estadual, Assembleia Nacional Constituinte, eleições para prefeituras, afastamentos de integrantes de cargos eletivos, organização partidária e sindical, fechamento de ministérios, renovação dos parlamentares, Constituição Federal e Estadual, migrações partidárias, disputas internas nos partidos políticos, alianças e vitórias dos partidos nas eleições, acusações e críticas aos governos federais e estaduais, defesa dos mesmos, lideranças partidárias, Mercosul (Mercado

Comum do Sul), luta contra a ditadura militar, Assembleia Estadual Constituinte, reestruturação administrativa do Estado, presidencialismo e parlamentarismo, promulgação da nova Constituição Estadual, tomada de posse de mandato, Comissões Parlamentares de Inquérito, situação geral do país, transição política, eleições presidenciais, socialismo e capitalismo, privatizações de estatais, prestação de contas dos governos, composição dos ministérios, movimento separatista no Rio Grande do Sul, neoliberalismo, instituição de aglomeração urbana, desgaste do poder Legislativo, guerras, emancipações, papel da imprensa num regime democrático, escândalos, corrupção, “Fora Collor”, *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Mello, partidos políticos, sistema eleitoral e partidário, plebiscito sobre sistema de governo, ação militar dos Estados Unidos na Amazônia, marcha à Brasília em defesa dos municípios, reeleição, prioridades de governos, transição de governos, orçamento participativo, fórum democrático, participação popular, soberania nacional, comemorações dos 500 anos do Brasil e reflexões sobre o período, Fórum Social Mundial, campanha política, balanço de atividades desenvolvidas, Cuba (bloqueio dos Estados Unidos e situação das mulheres na ilha), imperialismo, intervenção norte-americana na crise do Golfo Pérsico.

- Política fundiária: reforma urbana e agrária, solidariedade aos funcionários do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) pela manutenção da entidade, ocupação do solo urbano, especulações imobiliárias, terras indígenas, agricultores sem-terra, modernização da agricultura, concentração de terras, luta no campo e morte de Margarida Alves, movimento SOS agricultura, acampamentos do MST, reforma agrária, gestão democrática do Funterra (Fundação de Previdência Privada da Terracap), abono para trabalhadores rurais, transferência de colonos para outros estados, julgamento de membros do MST por morte de um soldado, Grito da Terra Brasil, crédito agrícola, massacre de Eldorado dos Carajás, critérios de avaliação para terras improdutivas, seguro rural, Expointer, agricultura familiar, verbas, defesa sanitária animal, Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) mulher e crédito agrícola.

- Economia: crise econômica, miséria do povo e dívida pública, proposta orçamentária, empréstimos do governo, preço fixo para produtos, contra emenda que limita gastos públicos, privatização das telecomunicações, energia elétrica, mineração, Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social, desenvolvimento regional do estado, crítica à política econômica do governo federal, intervenção econômica na fronteira oeste do estado, destinação de recursos para frigoríficos, questões relativas aos impostos, desemprego, marginalização e empobrecimento do povo, empréstimos, Petrobrás, ajuste fiscal e dolarização da moeda,

monopólio e lei de patentes, Plano Real, Fundo de Desenvolvimento Regional, financiamentos, incentivos fiscais, ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços), fundo de desenvolvimento do setor de metalurgia, apoio a micro e pequena empresa, dívida do estado, lei de responsabilidade social, incentivos fiscais para instalação da FORD e da GM (General Motors) no Rio Grande do Sul, petróleo, PIB (Produto Interno Bruto) do Rio Grande do Sul, investimento e destinação de recursos, etiquetas em produtos, dívida do estado, cupom fiscal, cooperativas, matriz tributária, salário mínimo regional.

- Assistência Social: Febem (Fundação estadual do bem-estar do menor), Funabem (Fundação nacional do bem-estar do menor), direitos da criança, combate à miséria, marginalidade e analfabetismo, obras assistenciais, projeto de lei que reestrutura a fundação de amparo aos deficientes físicos e aos superdotados, infância e adolescência, entidades filantrópicas estaduais, fornecimento de medicamentos a pessoas carentes, fornecimento gratuito de água e luz para trabalhadores desempregados, política de assistência social, Conselho Estadual de Assistência Social, programa renda familiar mínima, reaproveitamento de alimentos, Conselho Estadual dos Povos Indígenas, registro de nascimento.

- Violência e Segurança Pública: prédios e incêndios, projeto que prevê recuperação pelos proprietários de veículos furtados e apreendidos pela polícia, Delegacia da Mulher, violência contra a mulher, viaturas, armas e prédios da polícia, plebiscito e seminário sobre morte no Brasil, críticas à ação da Brigada Militar, Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher, sistema prisional e reintegração, uso de armamentos por policiais, programa de proteção a vítimas e testemunhas de violência, comitê por um cultura de paz e não violência, assédio sexual, roubos e assaltos, tráfico de crianças, adolescentes e mulheres para fins de exploração sexual, desaparecimentos, contratações Susepe (Superintendência de Serviços Penitenciários), programa nacional de segurança pública com cidadania.

- Trabalho e Previdência Social: defesa do direito das donas de casa contribuir para a previdência e receber aposentadoria, pensão vitalícia, situação dos trabalhadores, história do trabalho, desemprego, acidentes de trabalho, aposentadoria de brigadianas e professoras, aposentadoria dos serventes de escolas públicas, convênios e segurados do IPE (Instituto de Previdência do Estado), fundo de garantia por tempo de serviço, repressão a sindicatos, fraude na previdência social, moratória dos aposentados, Dia Internacional dos Trabalhadores, análise da situação do trabalhador brasileiro e o caso das mulheres, mobilizações dos trabalhadores contra o governo federal, questões sindicais, violência contra sindicalistas, direitos dos trabalhadores, salário-maternidade, extinção da justiça do trabalho, programa primeiro emprego, desemprego feminino, direitos trabalhistas, discriminação da mulher no

mercado de trabalho, Dia do Trabalho, Conferência da Organização Internacional do Trabalho, exploração de trabalho escravo e infantil, Consolidação das Leis do Trabalho, precarização do trabalho, resistência dos trabalhadores.

- Saúde: precariedade, municipalização, morte de mulheres em função de abortos clandestinos, esterilização das mulheres, projetos para portadores do vírus HIV, recursos para saúde, política de saúde e medicamentos, legalização do aborto, Sistema Único de Saúde, conselhos estadual e municipais de saúde, programa integral de saúde da mulher, Dia Internacional da Saúde da Mulher, falsificação de medicamentos, repasse de verbas, Dia Mundial da Saúde, plantas medicinais, medicamentos fitoterápicos, atividades dos profissionais farmacêuticos, drogas, acompanhante de parturiente, farmácias de manipulação, saneamento básico, reforma psiquiátrica.

- Habitação: posseiros e regularização de áreas, aplicação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço em habitações populares, criação do Fundo Estadual para Projeto de Habitação, política habitacional, problema da falta de moradias, doação de imóvel.

- Promoção da Mulher: carta das mulheres aos constituintes, dia dedicado à mulher, comemorações, lutas e direitos da mulher, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, emancipação e libertação das mulheres, conquistas dos direitos de cidadania, conscientização, discriminação, participação, direito de organização feminina dentro da Brigada Militar, a questão da mulher negra, cidadania, Marcha Mundial das Mulheres, conquistas, lutas das mulheres e do movimento feminista, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.

- Participação Política das Mulheres: II Congresso de Vereadoras do RS, exclusão das mulheres da vida pública, mulheres no Legislativo e Executivo.

- Patrimônio Cultural: lei de incentivo à cultura, criação do Conselho Estadual de Cultura, contratação e artistas.

- Direitos Humanos: garantias dos direitos humanos, eventos na área, processo de extradição do General Augusto Pinochet, tráfico de crianças, assassinatos, violação de direitos humanos, Conselho Estadual dos Direitos Humanos, documento: direitos humanos das mulheres e das meninas, Dia Mundial dos Direitos Humanos, Declaração Universal, segurança alimentar.

- Meio Ambiente: prêmio Chico Mendes de preservação ambiental, impacto ambiental do desenvolvimento urbano, dos distritos industriais e instalação de empresas, defesa do parque Guajuviras, Fundação Gaúcha de Preservação do Ambiente Natural, proteção ambiental, códigos separados para caça, pesca, fauna e flora, Código Florestal, Eco-92, biodiversidade, posicionamento contrário ao projeto que pretende fundir a Fundação de Zoobotânica e a Fundação de Proteção Ambiental, incêndios ambientais, derramamento de ácido no oceano,

criação da Secretaria de Meio Ambiente, mananciais de água, transgênicos, lei de biosegurança, Código Estadual Florestal, Semana Estadual do Meio Ambiente, desastres ambientais, relatório verde, Fundações de Proteção e Educação Ambiental, Dia Mundial do Meio Ambiente, queimadas, código do meio ambiente, Mata Atlântica, cúpula da terra.

- Transporte: democratização do processo de decisão acerca do transporte coletivo na região metropolitana, projeto de transporte coletivo, inspeção veicular, construção e recapeamento de rodovias, limite de velocidade em rodovias.

- Ditadura Militar: crítica ao regime, guerrilha do Araguaia, permanência de serviços de espionagem, queima de arquivos do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), informações políticas, anistia.

Além dessas, a temática educação permaneceu subdividida em: Formação (educação pré-escolar e creches, limite para o número de alunos em sala de aula, dificuldade em manter ensino público leva ao surgimento de instituições filantrópicas de ensino, alfabetização de jovens e adultos, precariedade do ensino, CIEPS (Centros Integrados de Educação Pública) e CAICs (Centro de Assistência Integral às Crianças), política educacional que leve em conta a saúde, calendário rotativo, projeto pedagógico adequado às regiões do estado, vagas, municipalização do ensino, elitização do Ensino Superior, universalização do ensino, Educação Infantil, transporte escolar, Universidade Estadual do RS, demanda no Ensino Superior, crédito educativo, universidade estadual); Carreira e Política Salarial (incorporação de garantia e gratificações aos professores, baixos salários, contratação de professores por hora, reajuste do salário, arrocho salarial, greves do magistério, política salarial, contratos emergenciais, criação do quadro de servidores de escolas, concursos); Política Estudantil (repressão militar e política aos Grêmios Estudantis); Democracia Escolar (eleição direta para diretores nas escolas, interferência em escolas, conselhos); Outros (falta de investimento, luta pela educação, critérios para inscrição em concurso, transferência de recursos, democracia e calendário escolar, problemas nas escolas, cobrança de taxas, repressão policial aos movimentos estudantis, problemas com licitação de material escolar, sucateamento da educação, salário-educação para municípios, merenda escolar).

A categoria questões legislativas também permaneceu subdividida em: Assuntos Internos (requerimento, inserção de documentos nos anais, proibição de fumar, regimento interno dos trabalhos da Constituinte e toda a sistemática envolvida, assim como, a defesa da necessidade de participação popular na mesma, projeto que prevê um dia da semana para o povo se expressar na Constituinte alegando a importância disso para as minorias, em especial as mulheres, declaração de bens e patrimônios, impedimento de defesa judiciária paga pelo

estado, férias dos deputados, fortalecimento e trabalhos das comissões, substituição de termos, pedido de preferência e quebra de acordo entre líderes, transcrição de matérias, projeto que institui o Ano Estadual da Mulher, composição da Mesa Diretora, equivalência salarial entre Executivo e Legislativo, não pagamento por sessões extraordinárias, suspensão simbólica da sessão, Regimento Interno, vagas no plenário para assistentes, instalação de comissões de representação, emendas constitucionais, número de assessores por bancada, solicitação de Comissão de Inquérito Parlamentar, criação de cargos, diário oficial e prestação de contas, transmissão das sessões plenárias pela televisão, acordos entre bancadas, votações, imunidade parlamentar, criação da tribuna popular, deputado por um dia, plenária do estudante); Funcionalismo (greve, vencimentos e cargos, pagamento de acordos e leis, exonerações, nomeações, qualificação dos servidores, contra emenda que prevê extensão dos direitos de trabalhadores urbanos e rurais para servidores militar, proibição de reprovação em concurso de forma imotivada (preconceito com mulheres e negros), política salarial, demissões, plano de demissões voluntárias (PDV), Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Estaduais, problemas com contratações, isonomia salarial, reajustes salariais, auxílio-creche); Auxílios e Subvenções (recursos financeiros para entidades); Cotas (em concurso público, cargos da administração pública estadual); Homenagem (aniversários de municípios, entidades, jornais, diretorias de clubes, personalidades, Dia Internacional da Mulher, fundação e história do PCdoB, Revolução Farroupilha, Dia do Viajante Comercial, ao povo palestino, massacre às operárias norte-americanas, movimento das donas de casa e consumidores, ao Estado de Israel, associações, indicação de Terezinha Irigaray para o Tribunal de Contas do Estado, homenagem à Defensoria Pública do Estado, Troféu Brasil 500 anos, Troféu Mulher Cidadã, aos médicos, aviação, Brigada Militar, escola de enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Jornal do Almoço, Zumbi dos Palmares).

Finalmente, a categoria outros, a qual inclui temas como morte de personalidades, compromisso com causas populares, criação do Sistema de Defesa do Consumidor, votos de pesar, agradecimentos por prêmios e troféus recebidos, beatificações.

A partir dessas categorias podemos observar quais foram os temas priorizados pelas parlamentares gaúchas relativos à problemática de gênero, entre 1987 e 2011, conforme figura a seguir.

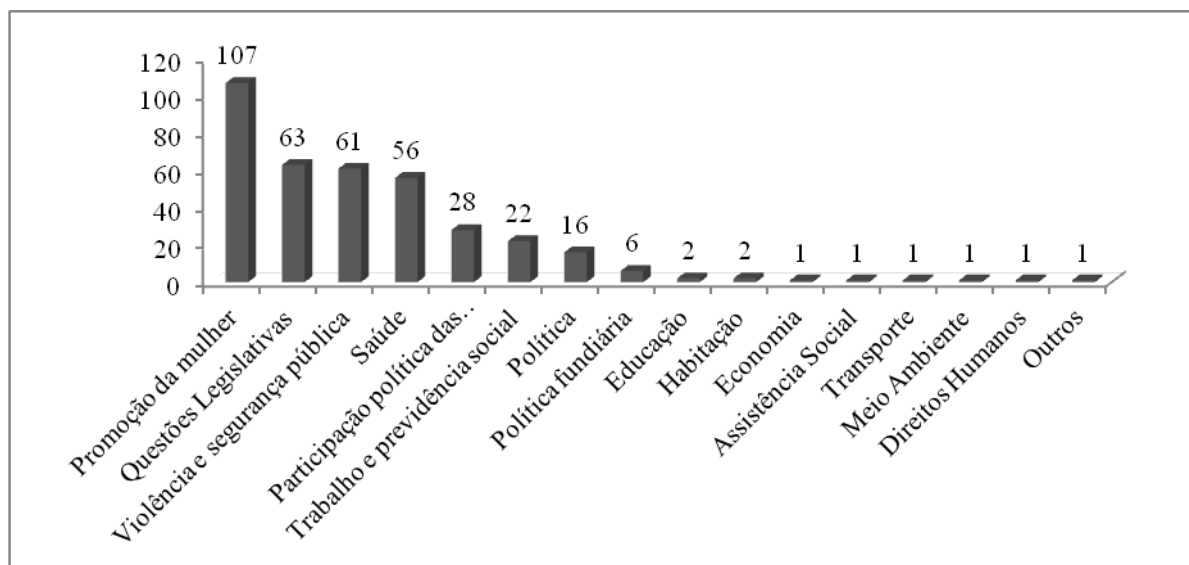


Figura 30: Pronunciamentos sobre gênero proferidos pelas deputadas gaúchas conforme categorias (1987 a 2011).

Fonte: Elaboração própria.

A Figura 30 nos permite visualizar os principais assuntos sobre os quais as deputadas pronunciaram sempre que se manifestaram em relação à questão de gênero. Observamos assim que a promoção da mulher foi a categoria mais destacada, com 29% do total de pronunciamentos, em seguida aparecem as questões legislativas com 17%, violência e segurança pública, também com 17%; saúde surge em quarto lugar, com 15% do total de pronunciamentos sobre a questão de gênero; a participação política das mulheres obteve 8%; trabalho e previdência social com 4% aparece em sexto lugar; política com 4%; política fundiária com 2% e educação e habitação, ambas com 1% cada uma nos pronunciamentos. As demais categorias: economia, assistência social, transporte, meio ambiente, direitos humanos e outros, todas com um pronunciamento cada não atingem 1% do total de discursos proferidos pelas deputadas estaduais no período em questão⁵⁷.

Em relação à categoria educação, observamos que apenas dois discursos foram proferidos, ambos relativos à questão da carreira e política salarial. Já em relação às questões legislativas, todas as subcategorias apresentaram pronunciamentos relativos à gênero: assuntos internos oito discursos (13% do total); funcionalismo sete pronunciamentos (11%);

⁵⁷ O apêndice I apresenta uma tabela contendo as categorias e o número de pronunciamentos relativos a gênero para cada deputada. Através dela podemos observar que, no geral as mulheres pronunciam-se sobre vários temas, destacando-se a categoria promoção da mulher, assunto abordado por todas as parlamentares. Ainda podemos destacar as categorias saúde e questões legislativas, sobre as quais apenas duas deputadas não se manifestaram. Outras temáticas que se destacam nos discursos são as questões de trabalho e previdência social, violência e segurança pública.

cotas com seis intervenções (9%) e homenagem com 42 discursos (67% do total de pronunciamentos na categoria questões legislativas)⁵⁸.

Assim como havia ocorrido no período anterior a promoção da mulher continuou sendo a tônica dos pronunciamentos femininos na Assembleia Legislativa gaúcha. Registramos a preocupação com as comemorações, lutas e direitos da mulher, conscientização, discriminação e eventos que promovam as mulheres. Boa parte desses pronunciamentos foram realizados no mês de março, lembrando o Dia Internacional da Mulher. Dentre os muitos pronunciamentos que poderíamos destacar a respeito dessa categoria, registramos a fala da deputada Hilda de Souza, na qual a mesma assim se refere.

Este dia tem sido marcado, invariavelmente, por comemorações, em geral ocas, em geral vazias, marcado por promessas velhas e sempre as mesmas, sem que nada de prático, de objetivo, de concreto, de real seja encaminhado no sentido de satisfazer os interesses femininos, legitimamente postos diante da sociedade, não só no Brasil, mas no mundo capitalista em geral, que consagra a injustiça social na base da sociedade. [...] Pode parecer absurdo que estou dizendo, como mulher, que sofro no meu dia-a-dia, na minha rotina, até mesmo aqui nesta Casa, alguns laivos e alguns ressaibos do machismo que persiste e permeia a nossa sociedade (Anais da Assembleia, 4ª sessão, 8 de março de 1988. Publicado no Diário da Assembleia em 8 de março de 1988, p.16).

Seguindo o mesmo pronunciamento, a deputada refere-se acerca da nova constituição e dos direitos garantidos às mulheres, especialmente às empregadas domésticas, a aposentadoria da dona de casa, a licença maternidade ampliada, a licença paternidade, entre outros, assim manifesta-se:

Isto é pouco? Realmente é pouco, levando-se em conta a discriminação, levando-se em conta o preconceito, levando-se em conta a violência que são consagrados por uma sociedade hipócrita e que se abatem sobre a mulher. É muito pouco, mas é o início, é um caminho e acho que isso deve ser aplaudido (Anais da Assembleia, 4ª sessão, em 8 de março de 1988. Publicado no Diário da Assembleia em 8 de março de 1988, p.16).

Em outra ocasião, falando sobre o Dia Internacional da Mulher, lembrando que o mesmo é fruto da proposta feita por Clara Zetkin na Segunda Conferência Internacional das Mulheres Socialistas em 1910⁵⁹, Jussara Cony destaca que

Nesses oitenta anos, deputada e companheira Ecléa Fernandes, se pudéssemos neste espaço de tempo reconstituir as pegadas das mulheres na história, diríamos como tem sido árdua esta trajetória para chegarmos as conquistas de hoje.

⁵⁸ O apêndice J apresenta as subcategorias de educação e questões legislativas, bem como, os pronunciamentos que cada deputada realizou em cada uma das temáticas, relativos à problemática de gênero.

⁵⁹ Sobre as controvérsias a respeito da origem do Dia Internacional da Mulher ver: GONZÁLEZ, Ana Isabel Alvarez. **As origens e a comemoração do Dia Internacional da Mulher**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

E mais, constataríamos que muitas dessas conquistas precisam ser consolidadas, enquanto outras se encontram ameaçadas. Precisamos consolidar no dia-a-dia os avanços registrados nas leis, no processo constituinte que se instalou neste país. Queremos igualdade na lei, conquistada com a luta das mulheres, e que esta igualdade seja traduzida na vida, no dia-a-dia das mulheres camponesas, operárias, trabalhadoras de uma forma geral. Queremos que as conquistas institucionais, como órgãos voltados para a política pública em defesa da mulher não continuem sendo esvaziados. [...] Queremos que as Delegacias das Mulheres, fruto da nossa luta contra a violência, não sejam e não continuem sendo desativadas. Queremos que o plano de assistência à saúde integral da mulher, elaborado com a vigilância e participação concreta dos movimentos das mulheres, que se encontra hoje engavetado, seja aplicado nos postos de saúde em todo este país. Queremos que as conquistas da mulher trabalhadora, como os 120 dias de licenças para as gestantes, não continuem sendo aviltados pelos patrões, que insistem em barrar o nosso direito de ser mãe, que insistem em não considerar a maternidade uma função social ao implantar a obrigatoriedade do atestado de laqueadura de trompas para uma operária conseguir emprego, ao mesmo tempo em que continuam as demissões em massa de mulheres grávidas. [...] Queremos que a virada do século também signifique um salto de qualidade contra discriminação secular que oprime a mulher e que a humanidade assimile, em toda profundidade, o significado da afirmação de Fourier: “a mudança de uma época histórica pode ser sempre determinada pela progressão das mulheres em direção à liberdade.” O grau de emancipação da mulher é o grau da emancipação em geral. Quando nós, mulheres, lutamos pelos nossos direitos e pela nossa emancipação, estamos lutando pela libertação do povo. Emancipação e libertação essas que se darão em uma nova estrutura de sociedade, onde nós, mulheres, não sejamos oprimidas enquanto classe, enquanto sexo, base da dupla opressão da mulher e enquanto raça, quando negras, uma característica a mais, uma forma a mais de repressão. Temos a convicção de que a nossa libertação e a libertação do povo só serão possíveis numa outra estrutura de sociedade, a sociedade pela qual lutamos: a sociedade socialista.” (Anais da Assembleia Legislativa, 8ª sessão, 8 de março de 1990. Publicado no Diário da Assembleia em 9 de março de 1990, p. 5- 6).

Referindo-se também à categoria promoção da mulher, encontramos o seguinte discurso de Regina Rossignollo:

O maior constrangimento, que a mulher sofre é a violência cultural. A ela se deve toda desigualdade e discriminação histórica que enfrentamos. Dela decorre a violência emocional, física, social, política e religiosa. Não somos donas nem de nosso próprio corpo. Quando pensamos que, no final do século XIX, no Brasil, foi assinada a Lei do Ventre Livre, sentimos o quão profundamente nosso ventre sempre foi cativo e o quanto os homens legislam e decidem sobre nossos destinos. [...] Todos sempre se acharam no direito de decidirem sobre nossos destinos, nossas vontades, nossas escolhas partidárias, e até sobre nosso voto. Não raro, nos dias de hoje, encontramos homens escolhendo, em épocas eleitorais, os candidatos de suas mulheres. Muitos nos elogiam, dizendo que as mulheres são extremamente ativas e participativas nas campanhas políticas. Mas, se formos analisar, descobriremos que nos consideram ativas pelo nosso real trabalho e que, na hora de sermos participativas nas decisões, esquecem nossa existência. Nós, mulheres gaúchas, somos exemplo da grande discriminação e da violência cultural. Ao longo dos séculos, servimos para administrar as estâncias, a fim de que nossos maridos e senhores pudessem participar de guerrilhas. Servimos até para tropear gado, como verdadeiras Anas Terra, mas, quando tínhamos a audácia de tentar decidir alguma mínima coisa sobre nossas vidas, éramos tolhidas em nosso poder de decisão. [...] Raramente conseguimos exercer um cargo público de relevância e poder – 98% das funções importantes são premiadas aos homens porque, sem modéstia nenhuma, sentem-se mais capacitados e poderosos. Quando isso nos acontece, recebemos a pecha de que somos levadas pela sombra dos homens e não por nossa luta,

capacidade e valor. Atualmente, para conquistar um melhor espaço social, temos que trabalhar muito mais do que os homens para que nosso esforço seja reconhecido, mas somos fortes, inteligentes, aguerridas e suportamos a violência de termos que ser, ao mesmo tempo, mães, educadoras, políticas, donas-de-casa, amantes de aparência impecável, trabalhadoras competentes, com um salário baixo e sem ver garantido o direito institucional que institui a creche para que nossos filhos sejam bem cuidados enquanto trabalhamos. Somos verdadeiras heroínas, mas sem os louros do reconhecimento (Anais da Assembleia Legislativa, 105ª sessão, 7 de dezembro de 1993. Publicado no Diário da Assembleia em 8 de dezembro de 1993, p.12).

Gostaríamos de destacar ainda o pronunciamento da deputada Luciana Genro a respeito da mesma temática. Segundo ela,

As mulheres têm sido o alvo mais fácil da super exploração. A revista "Mulheres Agora", datada de dezembro de 1994, nos dá um relato histórico dessa opressão: A situação das mulheres ameríndias na época da colonização, foi ainda mais terrível do que a dos homens, pois, "sendo índia e mulher, era classificada no mesmo nível que gado". Além da dominação de todo o povo indígena, as mulheres sofriam todo o tipo de violência. Seus corpos pertenciam aos colonizadores, como objetos. A sorte da mulher negra dos tempos escravagistas também não foi diferente. Pertenciam aos senhores. E hoje? Não há mais colonização? Não há mais escravidão? As mulheres não são mais vistas como serviçais de seus senhores? A realidade atual - a globalização da exploração, da espoliação, da miséria - nos mostra que sim. Há novas formas de colonização de escravidão e as mulheres trabalhadoras são vistas como serviçais não mais de senhores, mas de seus patrões. A escravidão moderna - uma forma mais sutil e eficaz de dominação e de exploração - pode ser observada em muitos países do mundo: a escravidão das mulheres filipinas em Hong Kong; a escravidão das trabalhadoras brasileiras que têm que sobreviver com 112 reais por mês; a escravidão das donas de casa que fazem magia para, com poucos trocados, alimentar a família; a escravidão das mães pobres que não têm creches para deixar seus filhos; a escravidão das mulheres desempregadas, madrugando nas filas em busca de emprego; e a escravidão das mulheres que sofrem por não terem assistência de saúde, nem moradia, nem saneamento, nem luz, nem vida digna. No entanto, a rebeldia continua a existir: assim como as índias que se recusavam a dormir com seus maridos para não gerar escravos para os espanhóis, como as negras que ajudaram a formar os quilombos, como as tecelãs que foram queimadas vivas em consequência da primeira greve dirigida por mulheres - episódio que deu origem ao Dia Internacional da Mulher -, no mundo inteiro. As mulheres exploradas estão sempre na linha de frente da luta contra a opressão. Destacamos as sem-terra brasileiras, que enfrentam os ataques deste governo que mata, que prende e que calunia; as palestinas, as sérvias, as bósnias, as albanesas, as russas, as francesas, as equatorianas e poderíamos citar tantas outras, que são exemplos recentes de indignação contra a moderna escravidão. O surgimento da propriedade privada determinou um desequilíbrio entre os sexos, com a demarcação do espaço público e político para os homens, relegando à mulher o espaço privado e doméstico, entretanto, as mulheres têm, cada vez mais, assumido o seu verdadeiro lugar, no espaço público, por meio de manifestações nas ruas, nos palanques e nas tribunas (Anais da Assembleia Legislativa, sessão solene Homenagem ao Dia Internacional da Mulher, em 11 de março de 1997. Disponível em: <<http://www3.al.rs.gov.br/taquigrafia2003/transcricoes/sessoesplenarias/49/1997/970311.htm>>).

Ainda para completar a ilustração da grande importância que essa temática teve para as deputadas estaduais, citamos o seguinte pronunciamento de Maria Helena Sartori:

Ao longo da história, as mulheres têm enfrentado duras batalhas pela igualdade, pela independência e pelo reconhecimento profissional. Conquistar a igualdade e a justiça são alguns dos objetivos que ainda buscamos alcançar. O Dia da Mulher foi celebrado pela primeira vez no dia 8 de março de 1908 como forma de relembrar e reafirmar a luta de mulheres que, em 1857, tiveram a coragem de lutar contra as condições precárias de trabalho e que pagaram com a própria vida pela ousadia de querer garantir o direito à maternidade. A inserção das mulheres na busca pela igualdade ficou ainda mais acentuada durante a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, quando os homens iam para as frentes de batalha e as mulheres passaram a assumir os negócios da família e a posição dos homens no mercado de trabalho. E foi enfrentando situações como essas que as mulheres mostraram sua capacidade de enfrentar as adversidades, quando muitas passaram a sustentar seu lar. Ao longo da história, nossas conquistas foram graduais, mas muito significativas, especialmente no que diz respeito à educação, pois as mulheres tiveram de reivindicar até o direito de frequentar um curso universitário. A primeira mulher que foi para a universidade teve de buscar esse direito na Justiça, pois, embora não fosse proibido, não se admitia que uma mulher tivesse tal ambição. Em 1934, conquistamos o direito universal do voto para as mulheres, muito antes do que as mulheres européias, que só conquistaram esse direito após a Segunda Guerra Mundial. Hoje, a nossa Constituição garante licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de 120 dias. A Consolidação das Leis do Trabalho – CLT –, no seu art. 373, inciso IV, veda a exigência de atestado ou exame de qualquer natureza para comprovação de esterilidade ou gravidez na admissão ou permanência no emprego. A mulher submissa, tratada como objeto, o *sexo frágil*, está deixando de existir, dando lugar à mulher batalhadora, independente e trabalhadora. Ciente de seus direitos perante a sociedade, vem derrubando tabus, revolucionando tradições e marcando presença em lugares antes restritos aos homens. A mulher casada passa a ter os mesmos direitos do marido no mundo civil, é livre para adotar ou não o seu sobrenome, chega a cargos executivos, é destaque na sociedade e conquista medalhas no esporte, como a nossa gauchinha Daiane dos Santos, classificada em primeiro lugar no *ranking* mundial na categoria de ginástica olímpica de solo. O preconceito, a discriminação, a violência e as desigualdades sociais ainda são um tormento que atinge a mulher em cheio. Certamente, ainda temos que trazer para o debate questões ligadas ao universo público e privado que ainda não receberam a necessária atenção. Hoje, o grande desafio das mulheres é conquistar espaço nas decisões macroeconômicas, pois são essas que determinam o grau de miserabilidade dos povos do mundo. As mulheres, por sua sensibilidade, são eternas defensoras da paz, porque a guerra tira a vida de seus filhos. Não podemos exigir a igualdade profissional apenas na perspectiva de gênero. Queremos igualdade, mas não por imposição, e sim pelo reconhecimento da nossa competência (Anais da Assembleia, Sessão Solene, em 10 de Março de 2004. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/taquiografia/Transcrições/SessõesPlenárias/tabid/5478/ID_SESSAO/150/language/pt-BR/Default.aspx>).

Como podemos notar através da leitura desses discursos a preocupação com a promoção da mulher permitiu às parlamentares trazer para o plenário da Assembleia Legislativa a história de opressão, discriminações pelas quais as mulheres passaram e ainda estão submetidas. Do mesmo modo, registrar as lutas do movimento feminista e de mulheres na busca pela superação dessa mesma situação, as conquistas formais obtidas, sobretudo nas últimas décadas e reconhecer que ainda há muito que fazer em prol da promoção das mulheres. No rol dessas discussões chama atenção também à lembrança a respeito das diferenças femininas e da heterogeneidade desse grupo que não sofre com a discriminação e o preconceito de maneira igualitária, haja vista as diferenças entre elas as de raça/etnia. Nesse

particular, cabe destacar o pronunciamento de Jussara Cony que, ao referir-se ao 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, assim pronunciou-se em relação à situação do negro na sociedade contemporânea:

São os penúltimos na escala salarial, valendo lembrar aqui que a mulher negra ocupa o último lugar. [...] Como uma das exigências básicas para o acesso do indivíduo na estrutura ocupacional da sociedade é o nível de instrução, esses dados são suficientes para mostrar o lugar da Mulher Negra nessa estrutura, ou seja, nas atividades de baixa remuneração e qualificação e a falta de perspectiva da sua ascensão profissional neste quadro político da atualidade. [...] Diante deste quadro, constatamos que jamais poderemos perder de vista a necessidade imperiosa de reconhecer o caráter específico da opressão sexual, racial e social a que a mulher negra está submetida. Até mesmo entre a raça negra, ela tem uma situação menos privilegiada, por conta da ideologia machista, no momento em que o homem negro goza de vantagens sociais asseguradas aos homens em geral, embora essas vantagens só se sobreponham às mulheres negras. Assim sendo, a discriminação racial e sexual deve ser tratada de forma aprofundada pelos dois setores: Movimento de Mulheres e Movimento Negro (Anais da Assembleia Legislativa, 101ª sessão, em 20 de novembro de 1991. Publicado no Diário da Assembleia em 21 de novembro de 1991, p. 16).

Em relação à categoria participação política também encontramos muitos pronunciamentos, todos fazendo menção à importância da presença das mulheres nos espaços de poder, embora reconhecendo que ainda são poucas as que conseguem alcançar postos eletivos. Nesse sentido, destacamos inicialmente o discurso da deputada Maria do Carmo Bueno:

Esta Assembléia Legislativa, sensível às ações que, no mundo inteiro, a cada ano se intensificam no Dia Internacional da Mulher, confere à efeméride o merecido destaque. E agradecemos ao Sr. Presidente desta Casa, aos Srs. Deputados e as Sras. Deputadas, porque este é um momento especial para nós, que estamos no Legislativo do Rio Grande do Sul. À Casa do Povo não poderia passar despercebido o avanço democrático, traduzindo no reconhecimento da cidadania da mulher, que vem acompanhando em toda a parte o desenvolvimento dos povos. Bem interpretou esse fenômeno o nosso ilustre Presidente, Deputado João Luiz Vargas, que não apenas imprimiu a esta oportunidade inédita relevância, como recomendou sabiamente às deputadas da Casa a elaboração de um programa de ação permanente voltado para os interesses da mulher. Percebo também, neste ato solene que homenageia especialmente a Bancada feminina no Parlamento gaúcho, a aceitação pública do princípio segundo o qual o envolvimento político da mulher é condição essencial para superar sua discriminação, marginalidade e pobreza. É claro que somos apenas cinco deputadas num universo de 55 parlamentares. A equivalência, portanto, entre ambos os sexos na representação política, é ainda um ideal. Não se considere pretensiosa, no entanto, a afirmação de que, quando este ideal se concretizar, haverá substanciais mudanças de qualidade no processo decisório e nas regras institucionais. Não que sejamos melhores do que os homens, mas, exatamente porque, sendo diferentes, não em dignidade, mas em funções, temos a possibilidade e o dever de oferecer uma contribuição que, longe de nos opor, nos pode complementar. É evidente que a modesta presença feminina na política tem suas causas na desigualdade da vida econômica, social e familiar. Entrave à democracia, estas desigualdades fazem hoje parte da agenda dos povos. Organismos nacionais e internacionais estão sinceramente empenhados em estender os direitos humanos às mulheres, em dar-lhes maior acesso à educação e à formação profissional, setores

em que já se verificam apreciáveis progressos. Mulheres e homens, sinceramente comprometidos com os direitos humanos, sabem que a decisão política não pode ser privilégio de apenas uma parte da comunidade. O acesso ao poder é um direito de todos os segmentos sociais, de ambos os sexos. É um postulado democrático. É uma exigência de direito. É uma questão de humanidade. Segundo o Centro de Estudos da Fundação Konrad Adenauer, as mulheres hoje ocupam, em média, 10% das cadeiras nos parlamentos, com variações que vão de 35% nos países nórdicos - Finlândia, Noruega, Suécia e Dinamarca - a 4% nos países árabes. Nos países em desenvolvimento, os percentuais mais elevados ficam para a África do Sul, 24%; Cuba, 23%; China, 21%; República Democrática da Coreia, 20%. No Brasil, na área federal, as mulheres detêm apenas 7% das cadeiras na Câmara e no Senado. No Rio Grande, temos 11 prefeitas, 2,3% sobre um total de 467 prefeitos; 466 vereadoras, 9,8% sobre um total de 4.762 vereadores. As vereadoras do meu partido são 138. Dessas, 55 são coordenadoras da Fundação da Mulher Gaúcha, que tenho a honra de presidir e que está lançando hoje mais um projeto de incentivo à participação política feminina, objetivando ensejar acesso às bibliotecas da FMG a todas as mulheres que assim o desejarem. Permitam-me ainda ressaltar o Projeto de Resolução nº 03/97, que tive a honra de propor a esta Casa, instituindo o troféu Mulher Cidadã. Se merecer a aprovação de meus pares, a partir do próximo ano, nas sessões solenes que se seguirem em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, nos termos de nosso Regimento Interno, o Parlamento gaúcho distinguirá, com o troféu Mulher Cidadã, a cada ano, cinco personalidades que se destacarem promovendo os direitos, a educação, a participação política, a profissionalização, o emprego, a saúde e a atividade comunitária em favor da mulher. As pesquisas revelam que as camadas mais jovens da população já não desejam que a política seja uma missão exclusivamente masculina. Por essas razões, a Fundação da Mulher Gaúcha cumpre hoje a missão de levar ao espaço público as demandas femininas identificadas na base da sociedade. Os projetos, hoje desenvolvidos em 288 municípios gaúchos, permitem ampliar o exercício dos direitos civis, políticos, a participação eleitoral e partidária. São projetos que objetivam a afirmação da mulher cidadã, a construção de uma comunidade igualitária e efetivamente democrática (Anais da Assembleia Legislativa, sessão solene Homenagem ao Dia Internacional da Mulher, em 11 de março de 1997. Disponível em: <<http://www3.al.rs.gov.br/taquigrafia2003/transcricoes/sesoesplenarias/49/1997/970311.htm>>).

Enfatizamos também o pronunciamento de Maria Helena Sartori:

Hoje, 3 de novembro, é o dia que marca a conquista do direito ao voto pelas mulheres. As primeiras lutas femininas se travaram em busca do direito ao voto e à educação, isso durante boa parte do século XIX. Embora as mulheres pudessem votar desde 1932, foi somente a partir de 1934 que esse direito pôde ser exercido sem qualquer restrição. Antes, somente era permitido o voto àquelas mulheres cujo marido autorizasse ou que possuíssem renda própria, o que significava independência econômica. Em 1927, no Rio Grande do Norte, iniciou-se a luta dos movimentos femininos pelos direitos políticos da mulher. A professora Celina Guimarães Viana foi a primeira mulher a se inscrever como eleitora no Brasil e na América Latina. Em 1934, Antonieta de Barros foi eleita a primeira parlamentar negra do Brasil, tendo conquistado uma cadeira na Assembléia Constituinte de Santa Catarina. O século XX pode ser considerado como o grande momento histórico da mulher na luta por seus direitos e por cidadania. Lugar de mulher é na política. Está em pauta no Congresso Nacional, e esta semana voltou a ser discutida, a proposta da reforma política. É uma oportunidade ímpar de se debater uma reforma que seja ampla, democrática, que incorpore e promova, em especial, a participação de segmentos historicamente excluídos da política, como as mulheres. Preocupa-nos a proposta de lista fechada porque não sabemos qual espaço será concedido às

mulheres. Estamos lutando por esse espaço, por essa igualdade e, de repente, na discussão dessas listas a grande maioria das mulheres poderá ficar impedida de participar. A construção de um mundo mais justo e com mais paz, passa sem dúvida, pela participação das mulheres nas decisões políticas e econômicas, no sentido de garantir a todos condições dignas de sobrevivência. Precisamos compreender que nosso maior poder reside na diferença, e não na igualdade em relação ao sexo oposto. Buscamos igualdade de oportunidades, mas queremos garantir o nosso modo de ver o mundo e a nossa forma de fazer política. Por isso quero, neste dia, registrar a preocupação do PMDB Mulher do Rio Grande do Sul e do Brasil com relação às questões da reforma política e do espaço que será dado às mulheres. Se a reforma está sendo prevista ou se voltou à pauta para que seja dada uma decisão até o dia 31 de dezembro, é urgente a mobilização de todos os partidos políticos e de todas as mulheres (Anais da Assembleia, 91ª Sessão Ordinária, em 3 de Novembro de 2005. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/taquigrafia/Transcrições/SessõesPlenárias/tabid/5478/ID_SESSAO/368/language/pt-BR/Default.aspx >).

Por fim, relativo à categoria participação política das mulheres ainda cabe mencionar o pronunciamento da Deputada Zilá Breitenbach.

Mulher de espírito elevado e capacidade criativa, diziam das mulheres no século XVII. Nessa linha, vencendo décadas, atravessando épocas, as mulheres se destacaram. Surgiram novos movimentos que vão imprimindo a presença da mulher no desenvolvimento e progresso da civilização. Conquistam direitos, antes negados; garantem legalidade nas questões de gênero; assumem atividades profissionais vistas como exclusivas do sexo masculino; chegam às urnas elegendo-se para cargos do mundo da política; e se destacam no mundo dos negócios, nas grandes organizações econômicas, na ciência e nas evoluções tecnológicas. Nossa trajetória nos coloca no cenário nacional como expoentes desses novos rumos do movimento de participação da mulher, além do lar e das profissões próprias das mulheres. Avançamos na construção social dos gêneros, transformando as diferenças biológicas, que até então tinham comportamentos delimitados. [...] A conquista do direito ao voto foi uma demonstração admirável de quanto podem e de quanto valem as mulheres. O desempenho dos mandatos, ainda em número muito aquém daquilo de que a sociedade necessita, só tem revelado que as mulheres, acima da média dos homens, sabem tratar com responsabilidade, com capacidade e com amor a coisa pública. Perguntaram-me, nesses dias, se as mulheres são mais éticas do que os homens na política. Diria que essa não é a nossa diferença. Somos iguais em termos de gênero; a ética depende de cada um. A participação da mulher na política é fundamental para que avancemos ainda mais no sentido de estabelecer uma legislação e políticas públicas que assegurem condições de cidadania plena à mulher. Quando se fala em direitos das mulheres e ao ouvir as manifestações aqui, saliento que são feridos os seus direitos quando elas e seus filhos são usados como massa de manobra para que uns atinjam objetivos que muitas vezes são buscados fora da lei. Não podemos permitir que isso aconteça no Estado do Rio Grande do Sul. Pensar sobre a participação política é uma das nossas tarefas quando refletimos sobre a atual situação enfrentada pelas mulheres em nosso País. Política e participação é um tema antigo e presente em todas as nossas agendas. Mas isso tudo não basta. Existem estatísticas da ONU que demonstram que as mulheres ainda sofrem muita violência, praticada, na maioria das vezes, pelos próprios maridos, na calada dos lares, sem denúncia e sem ninguém que as apóiem. Quando buscamos cada vez mais o respeito e o direito à cidadania para as mulheres, temos que pensar que é necessário não uma semana, nem um mês, mas um ano de reflexão. O futuro se descortina para as mulheres com um novo estilo de liderança, bem-sucedida, ativando um modelo de pessoas que são comprovadamente competentes. A participação da mulher na

política é fundamental para que avancemos ainda mais no sentido de estabelecer uma legislação e políticas públicas que assegurem condições de cidadania plena à mulher. Pensar sobre a participação política é uma das nossas tarefas quando refletimos sobre a atual situação enfrentada pelas mulheres em nosso País. Política e participação é um tema antigo e presente em todas as nossas agendas (Anais da Assembleia, sessão solene em 5 de março de 2008. Publicado no Diário da Assembleia em 6 de março de 2008, p.27-28).

Em relação à questão do trabalho e previdência social enfatizamos o discurso da deputada Hilda de Souza, a qual ao se referir à situação das mulheres no estado e no país lembra a nova Constituição Federal, em processo de elaboração, a qual, segundo ela, comete uma injustiça em relação às donas de casa e o direito à aposentadoria:

É claro – e não ignoro – que a cultura machista subjugadora da mulher não será extirpada por força da lei, pois a mesma organização social discriminadora da mulher que agora se dobra diante do argumento da razão, continuará reproduzindo o comportamento da vontade, que nem sempre é racional e, neste caso, não o é efetivamente. [...] As mulheres têm tido poucas oportunidades de qualificar a sua força de trabalho, relativamente aos homens; têm sido discriminadas quando em condições de disputa no mercado de trabalho; têm sido submetidas às mais cruéis e perversas subalternidades e submissões.” (Anais da Assembleia, 98ª sessão, em 30 de setembro de 1987. Publicado no Diário da Assembleia em 30 de setembro de 1987, p.6.).

Outros discursos que chamam atenção dizem respeito à categoria violência e segurança pública, onde se destacaram em muitas falas a violência em relação às mulheres, o tratamento que é dado a essa questão, bem como, as delegacias para atendimento às vítimas. Em uma oportunidade assim manifestou-se Jussara Cony

No último dia 25 de novembro o mundo inteiro comemorou o Dia Internacional da Não-Violência Contra as Mulheres. Nossa homenagem a esse dia realiza-se hoje pelo fato de, na referida data, a sessão plenária ter sido suspensa em função da discussão do orçamento. Faço questão de anunciar sua presença neste Grande Expediente pela importância da participação da mulher na vida política, econômica, social e cultural do nosso país. O fato de termos no Rio Grande do Sul – deputadas Cecília Hypólito e Maria do Carmo – uma jovem mulher presidindo a UBES mostra mais um momento da vanguarda deste Estado na luta geral do nosso povo e, de modo muito particular, na luta dos nossos estudantes e das mulheres brasileiras. No entanto, temos que falar sobre a violência que acomete a sociedade de um modo geral e, de forma muito triste, as mulheres. A violência fere os direitos humanos, na medida em que mantém desigualdades e hierarquias para garantir a obediência e a subalternidade de um sexo em relação ao outro. A violência se manifesta em casa, principalmente nos espaços que a própria sociedade impõe à mulher ao limitá-la à função de reprodutora e mantenedora da força de trabalho. No quarto, espaço afetivo; na cozinha, espaço de trabalho. Existe violência do assédio sexual, coerção vil, uso do poder, desrespeito ao direito da mulher de escolher o homem com quem deseja partilhar sua sexualidade, sua afetividade e seu amor. Não tenho dúvida de que culminaremos – e já encaminhamos hoje, na reunião de líderes, em nosso nome e em nome da deputada Maria do Carmo, esta solicitação – com um acordo de lideranças para a votação desse projeto (assédio sexual) no próximo dia 8 de dezembro, na terça-feira da próxima semana. Neste momento em que

homenageamos nesta sessão o dia 25 de novembro, Dia Internacional da Não-Violência Contra a Mulher, luta que se funde com a dos direitos humanos e com a que busca uma sociedade justa e igualitária, lembra dos muitos desafios que temos a enfrentar: primeiro, entender que a violência, nas suas mais variadas e odiosas manifestações, é consequência estrutural da sociedade em que vivemos; segundo, o desafio de garantir políticas públicas para o radical enfrentamento e combate à violência. Precisamos saber tirar o maior proveito dessa campanha da ONU, porque para nós, mulheres feministas, que sempre estivemos na trincheira da luta contra a violência e pelos direitos humanos, sobretudo pelo reconhecimento de que direitos garantidos às mulheres, como disse Pequim, são direitos humanos, a referida campanha tem um sentido muito particular. No Dia Internacional da Mulher, lembro que a deputada Maria do Carmo fazia essa referência, que é muito importante. Sabemos que os profissionais de saúde - estamos falando em políticas públicas -, que são sensibilizados e bem-treinados, seriam agentes fundamentais para quebrar o ciclo da violência no atendimento a essas mulheres. Já está passando da hora de os governos compreenderem, em todos os níveis, a importância que os serviços de saúde podem ter no trato da violência doméstica. São esses serviços, exatamente, os mais procurados pelas mulheres em situação de violência, em especial os prontos-socorros. Gostaria também de conchamar todos os integrantes desta Casa a serem signatários na campanha contra a revisão da Convenção 103 da Organização Internacional do Trabalho, evitando que seja cometida uma violência contra milhões de mulheres do mundo. Essa proposta de revisão visa à retirada de direitos adquiridos pelas mulheres no que tange à proteção social da maternidade. Isso vai contra toda uma luta histórica das mulheres, dos homens também – pois a questão diz respeito à sociedade – para que a maternidade fosse considerada uma função social. Uma proposta como essa é uma violência contra os direitos das mulheres, das crianças, da família e da sociedade (Anais da Assembleia, 93ª Sessão Ordinária, em 30 de novembro de 1999. Disponível em: <<http://www3.al.rs.gov.br/taquigrafia2003/transcricoes/sesoesplenarias/50/1999/991130.htm>>).

Cabe ainda mencionar os pronunciamentos relativos à categoria saúde, na qual a questão da saúde da mulher foi muito lembrada, em especial no que se refere à morte de mulheres em função de abortos clandestinos, esterilização, programa integral de saúde da mulher, Dia Internacional da Saúde da Mulher. Debatendo o assunto Jussara Cony, em dada oportunidade assim pronunciou-se:

Desejo fazer um agradecimento muito especial a dois deputados, ambos homens, ao deputado Bernardo de Souza, do PSB, e ao deputado João Osório, do PMDB, que, pela permuta, pela cedência do tempo, oportunizam este Grande Expediente no Dia Internacional da Saúde da Mulher. Isso demonstra o compromisso de homens com a dignidade das mulheres, que é a dignidade da sociedade. Neste Dia Internacional da Saúde da Mulher, quero centrar a reflexão naquilo que é muito caro aos movimentos feministas do nosso Estado e do nosso País: o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, o nosso PAISM. No nosso País cresce a cultura da esterilização. Em média, 30,4% das mulheres brasileiras estão esterilizadas. O Estado com menor índice nesse sentido é o Rio Grande do Sul, com 29%. O Maranhão é o que apresenta o maior número de mulheres esterilizadas, 90%. Que mulheres submetem-se à esterilização? São mulheres que não têm a possibilidade sequer de conhecer o próprio corpo, a sua fisiologia, porque não existem ações educativas e preventivas de saúde. Resta, depois da pílula, a laqueadura, muitas vezes realizada no momento de uma cesariana desnecessária, porque também dá lucro. Setenta e cinco por cento das esterilizações foram realizadas no último parto. Se as mulheres tivessem acesso a outros meios

anticoncepcionais, não recorreriam, em massa, em momentos de desespero, a práticas irreversíveis. Se elas tivessem uma situação econômica adequada, jamais recorreriam ao aborto clandestino, realizado sem nenhuma condição de dignidade. Muitas mulheres são levadas a praticar o aborto em decorrência da situação econômica e da cultura de nossa sociedade, que limita a questão do aborto apenas do ponto de vista religioso e da moral. O movimento feminista, que, sem dúvida, é dos movimentos sociais que mais alterações têm imprimido no comportamento da humanidade, tem, amadurecido nas suas formas concretas de luta. Na Constituição brasileira, há avanços conquistados para todo o povo e não somente para nós, mulheres, porque a nossa dignidade significa não uma dignidade isolada da sociedade, mas a dignidade de todo o povo. Em Pequim foi dito que não haverá igualdade para as mulheres enquanto não houver dignidade para todo o povo. O avanço do movimento feminista está refletido no processo constituinte, em que há progressos significativos. Outro exemplo disso é o próprio PAISM. Ontem na reunião da referida Comissão, houve mais um momento de ações afirmativas. O deputado Bernardo de Souza deu uma interpretação sobre esse tema, mostrando o significado de homens que são aliados na luta das mulheres, pela sua compreensão profunda de que a dignidade da mulher é a dignidade da sociedade. Isso tem que ser dito aqui, porque nós, mulheres, temos o entendimento de que todas as nossas ações não resolverão de todo as desigualdades de gênero, mas irão contribuir para a criação de instrumentos importantes na acumulação de forças para a realização das transformações políticas, econômicas e sociais que almejamos. Pretendemos estar lado a lado com os homens que têm a dignidade de entender que a luta das mulheres é a luta pela transformação; é, portanto, a luta de todos aqueles que querem a transformação social, que trará outra realidade (Anais da Assembleia Legislativa, 36ª sessão/ordinária, em 28 de maio de 1997. Disponível em: <<http://www3.al.rs.gov.br/taquigrafia2003/transcricoes/sesoesplenarias/49/1997/970528.htm>>).

Falando acerca do projeto de autoria do deputado Marcos Rolim o qual dispunha sobre o atendimento em hospitais da rede pública para os casos de aborto previstos no Código Penal, comentou a deputada Jussara Cony:

Essa lei, aliás, data do ano de 1940 – vigente neste País, portanto, há cinquenta e oito anos - e, em seu art. 128, disciplina os casos de violência e de estupro, bem como os de aborto terapêutico para salvar a vida da mãe no caso de risco de vida. O tema é polêmico e envolve questões que põem a nu as próprias contradições da sociedade em que vivemos. Essa sim é uma sociedade abortiva, que exclui milhões do mercado de trabalho, que concentra terra, renda e poder, que sucateia os serviços sociais públicos - como a saúde. Nesta sociedade, as mulheres brasileiras não possuem sequer a garantia de um programa de atenção integral à sua saúde, é retirado dinheiro da saúde, como da CPMF, para evitar a falácia da moeda estável na queda das bolsas - são sete bilhões de reais no mercado financeiro internacional. Sociedade abortiva em que mulheres dão à luz nos corredores de hospitais públicos em virtude do sucateamento do setor, sociedade que não traz perspectiva para milhares de jovens mulheres deste País. Em primeiro lugar, chega de hipocrisia! Os dados sobre aborto, exatamente pela ilegalidade e clandestinidade, não dimensionam a triste realidade das mulheres brasileiras que fazem o aborto. A OMS estima que, no Brasil, quatro milhões de mulheres submetem-se a essa prática, ou seja, 10 mil por dia, sete por minuto. Dessas pessoas, 10% ou 400 mil, sofrem seqüela, 100 mil morrem e quase metade são adolescentes. Um documento da União Brasileira de Mulheres, Seção do Rio Grande do Sul, diz: "Alheias a todas as convicções de ordem religiosa, um milhão e 800 mil mulheres brasileiras, pobres e ricas, realizam aborto a cada ano em nosso País. Finalizo, Sr. Presidente, perguntando: Por que pecadora? Porque, dentro da concepção machista desta sociedade, ou a mulher se vestiu mal, ou se mostrou, ou colocou minissaia, ou riu

demais, ou seja: pediu, levou. Isso é hipocrisia! (Anais da Assembleia, 13ª sessão, em 24 de março de 1998. Disponível em: <<http://www3.al.rs.gov.br/taquigrafia2003/transcricoes/sesoesplenarias/49/1998/980324.htm>>).

Pedindo novamente a palavra a mesma deputada segue,

O que está em jogo aqui: o direito à vida, ou um dogma? Se é o direito à vida, vamos nos basear em dados, fornecidos pela União Brasileira de Mulheres. "O Brasil ostenta a triste realidade de campeão de mortalidade materna. Estima-se que 10% dessas mortes são causadas pelo aborto. Desses casos, metade são adolescentes. Os índices de mortalidade ou de seqüelas graves em decorrência deste procedimento são absolutamente maiores entre as mulheres pobres, jovens, com baixa escolaridade ou analfabetas. São todas mulheres que não têm contrapartida do Estado" - deste Estado que nega o direito à vida a todos os cidadãos porque inviabiliza o sistema público de saúde mediante a asfixia financeira e por meio da desestruturação do Estado e do setor público. O Brasil é um Estado laico, e o meu partido, o Partido Comunista do Brasil, tem o orgulho de ter defendido na Constituição de 1946 e na de 1988 o direito à liberdade de expressão e de religião para um país em que todas as religiões têm o direito e a liberdade de se expressarem. Seria antidemocrático se assim não fosse. O Brasil é um Estado laico. Portanto, não podemos admitir que convicções religiosas se transformem em leis para todos os cidadãos, com todo o respeito que tenho por toda e qualquer convicção religiosa. Está aí o Movimento das Católicas pelo Direito de Decidir a mostrar muito mais a triste realidade de mulheres católicas, trabalhadoras que não têm a condição de fazer um aborto com dignidade, como as ricas têm. É isso o que este projeto quer: dignidade para todas as mulheres, católicas ou não-católicas, o respeito ao Estado laico e o respeito a uma lei que existe há mais de sessenta anos (Anais da Assembleia, 13ª sessão, em 24 de março de 1998. Disponível em: <<http://www3.al.rs.gov.br/taquigrafia2003/transcricoes/sesoesplenarias/49/1998/980324.htm>>).

Também sobre a temática saúde da mulher fala a deputada Stella Farias:

Estou aqui nesta tarde para falar de forma atrasada, reportando-me à data de 28 de maio, na semana passada, em que se comemorou o Dia Internacional da Ação pela Saúde da Mulher. Essa data foi definida no 4º Encontro Internacional Mulher e Saúde, em 1984, em Amsterdã, na Holanda. Desde então, o tema adquiriu maior densidade e em todo dia 28 de maio, anualmente, os movimentos de mulheres do mundo inteiro elegem um tema da saúde da mulher para uma ação política que visa, sobretudo, prevenir mortes maternas evitáveis, via campanha mundial contra a mortalidade materna. Aqui no Brasil, a campanha é coordenada há 17 anos pela Rede Feminista de Saúde. Cerca de 96% de tais mortes não deveriam ocorrer, pois há meios seguros de evitá-las. São mulheres que morrem por falta de cuidados adequados por parte de profissionais e de serviços de saúde despreparados e negligentes. Causa-nos indignação, pois tais cuidados são simples, como medir a pressão, medicar os casos de pressão alta, tratar infecções urinárias, acesso imediato a hemotransfusões, quando necessário. Sabemos dos motivos pelos quais as mortes maternas ocorrem, mas, se sabemos, então por que continuam? Porque os governos permitem; isto é, há responsáveis pelas mortes maternas. Por trás de cada uma delas há um gestor público que a permitiu, por não ter oferecido atenção integral e qualidade. É uma tragédia que está banalizada e naturalizada. O Dr. Pedro Westphalen, colega deputado estadual desta Casa e médico, dizia das mazelas e das dificuldades do Sistema Único de Saúde e dos problemas que o nosso país tem enfrentado, mesmo com o avanço que temos constatado no último período. O Ministério da Saúde, em 2004, lançou o Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, cuja meta é diminuir os óbitos e articular esforços

para qualificar a atenção à saúde integral da mulher. O Rio Grande do Sul lançou, em 2003, o Programa Viva a Criança, com o objetivo de qualificar a assistência perinatal e neonatal. O programa tinha como uma das ações principais criar comitês de investigação dos óbitos infantis, maternos e fetais. Em 2004, o Estado aderiu ao pacto do governo federal. Pode-se dizer, porém, que a louvável iniciativa e ação não saíram do papel. Analisamos a execução orçamentária, Sr. Presidente, e constatamos que, em 2007, o Programa Viva a Criança teve uma dotação inicial de um milhão e 90 mil reais aprovada por esta Casa. No decorrer do ano, a dotação desse programa foi reduzida para apenas 33 mil reais, e o empenhado, liquidado e pago foi zero. No mesmo ano, seguindo a mesma lógica, o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher teve uma dotação de apenas 54 mil reais, mas nada foi pago, segundo o *site* da Secretaria da Fazenda (Anais da Assembleia Legislativa, 45ª sessão ordinária, em 3 de junho de 2008. Publicado no Diário da Assembleia em 4 junho de 2008, p.57)

Em relação ao conjunto dos pronunciamentos proferidos pelas parlamentares gaúchas no período em questão, as temáticas que foram abordadas e a quantidade de pronunciamentos relativos às mesmas podem ser verificadas na Figura a seguir.

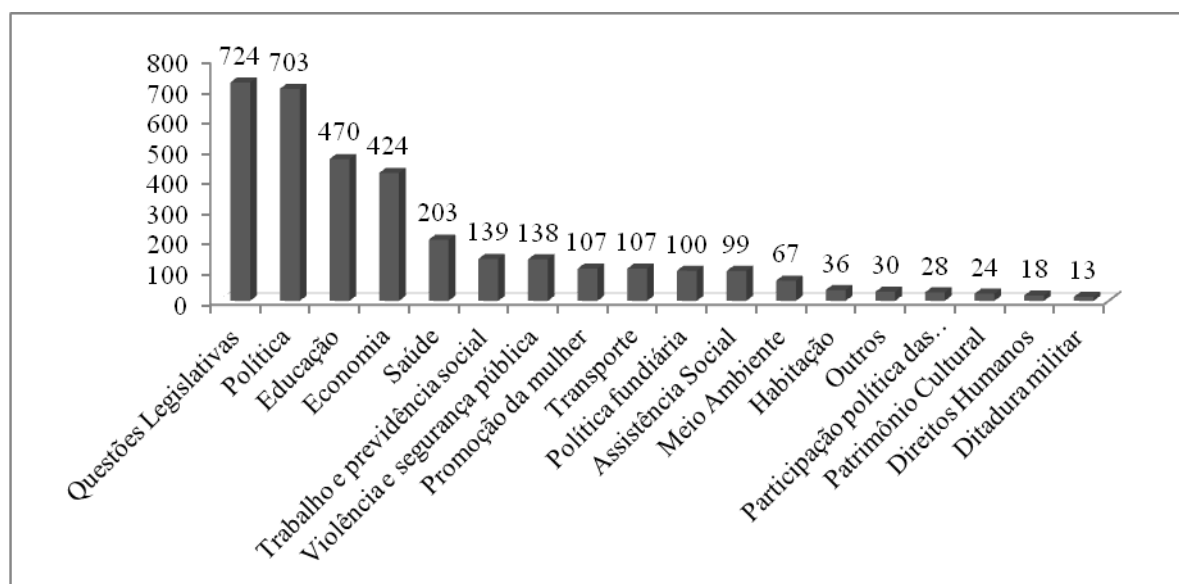


Figura 31: Número de pronunciamentos das deputadas estaduais realizados de acordo com as categorias definidas (1987-2011).

Fonte: Elaboração própria.

A categoria questões legislativas foi a que registrou mais discursos das deputadas estaduais no período analisado, representando 21% do total de intervenções. Em seguida aparecem as categorias política (20%), educação (14%) e economia (12%). Após observamos que saúde foi a temática que obteve um total de 6% dos pronunciamentos; trabalho e previdência social e violência e segurança pública com 4%; promoção da mulher, transporte, política fundiária e assistência social 3% cada uma das categorias; meio ambiente 2%; habitação, participação política das mulheres, patrimônio cultural, direitos humanos e outros,

1%, e, por fim, ditadura militar, com 13 intervenções que não representam 1% do total de pronunciamentos⁶⁰.

Importante observar que a categoria destacada no que se refere aos pronunciamentos sobre gênero, promoção da mulher, com 29% do total daqueles discursos, no cômputo geral, representa apenas 3% do total de intervenções realizadas pelas parlamentares gaúchas.

Em relação à subdivisão das categorias educação e questões legislativas a tabela a seguir demonstra quantos pronunciamentos foram realizados em cada uma das subcategorias.

Tabela 29

Número de pronunciamentos realizados nas categorias educação e questões legislativas pelas deputadas estaduais do RS (1987-2011)

Categoria	Número de discursos
Educação	
Carreira e política salarial	201
Formação	181
Democracia escolar	27
Política estudantil	5
Outros	56
Questões Legislativas	
Assuntos Internos	191
Funcionalismo	263
Auxílios e Subvenções	5
Cotas	6
Homenagem	259

Fonte: Elaboração própria.

A partir da Tabela 29 verificamos que, em relação à categoria educação, 43% dos pronunciamentos foram destinados às preocupações com a carreira e a política salarial; em segundo lugar, destaca a formação (38%), em seguida, outros (12%), democracia escolar (6%) e, por fim, a questão da política estudantil (1%). Mais uma vez, a preocupação com o magistério, seu plano de carreira e reajustes salariais foram os temas prioritários nos pronunciamentos das parlamentares relativos à categoria educação, a exemplo do que ocorreu nos demais períodos analisados.

⁶⁰O apêndice K apresenta tabela contendo as categorias e o número de discursos sobre os quais as deputadas estaduais manifestaram-se entre 1987 e 2011.

No que se refere à categoria questões legislativas o tema do funcionalismo aparece com o maior número de pronunciamentos, mas com o mesmo percentual da subcategoria homenagem, ambas com 36% do total. Em seguida, assuntos internos com 26%, cotas e auxílios e isenções com 1% em cada uma das intervenções realizadas pelas deputadas estaduais entre 1987 e 2011.

Tais informações refletem, mais uma vez, o período histórico vivido. Conforme Claudio Elmir (2005), o final nos anos 1980 foi marcado nacionalmente pelas eleições diretas, em 1989, que elegem Fernando Collor Mello, deposto em 1992 através de *impeachment*. Em nível regional, destacam-se as greves na educação, a maior delas em 1987 (96 dias) durante o Governo de Pedro Simon. Esse período também foi caracterizado pelos elevados índices de inflação que vinham num crescente desde 1974 (BAER, 1987; CERQUEIRA, 2007). Nesse ano a inflação relativa aos preços ao consumidor era de 33,8%; em 1980 de 86,3%; em 1983 a inflação atingia 177,9% e, em 1985, 248,5% (BAER, 1987).

Esses dados não são consensuais embora expressem a alta dos índices de inflação também verificada nos dados apresentados por Luiz Fernando Cerqueira (2007), segundo o qual, em 1980, a inflação era de 100%, em 1983 (211%), 1984 (224%) e em 1985 (235%) ao ano. Nos anos seguintes, a tendência inflacionária se manteve: em 1987 a inflação girava em torno de 416% ao ano, em 1988 chegou a 1038%, em 1989, 50% mensais, no início dos anos 1990, a inflação atingiu 81% ao mês e, em 1993, 2708% ao ano (CERQUEIRA, 2007)⁶¹.

Como se depreende é um período de crise econômica, queda do valor do salário mínimo, diferentes planos econômicos (1986- Plano Cruzado; 1987- Plano Bresser Pereira; 1989- Plano Verão; 1990- Plano Collor I; 1991- Plano Collor II; 1994- Plano Real) todos eles com a intenção de promover a estabilização econômica e a redução da inflação, o que foi possível somente a partir do Plano Real (em 1999 a inflação foi de 8,94%, em 2005 a inflação chega perto de 1% ao mês (5,69% ao ano) e em 2012, 5,84%)⁶². Além disso, esse período também se caracteriza pela troca constante de moeda (cruzeiro, cruzado, cruzado novo,

⁶¹Dados semelhantes podem ser encontrados no site <<http://pt.global-rates.com>> a respeito da inflação em vários países do mundo de acordo com o ano (os dados podem ser encontrados desde 1965 para alguns países e para o Brasil desde 1986), calculada de acordo com o IPC (Índice de Preços ao Consumidor). Por meio deste site também encontramos dados sobre inflação referente ao Brasil que variam daqueles apresentados pelos autores acima, mas permitem, da mesma forma, demonstrar os elevados índices de inflação no país entre 1987 e 1994. Para exemplificar em 1987 a inflação era de 366,668% ao ano, em 1988 (1014,285%), em 1989 (1969,875%), em 1990 (1621,181%), em 1991 (472,701%), em 1992 (1119,096%), em 1993 (2477,148%), em 1994 (916,460%), em 1995 (22,408%), em 1996 (9,565%), em 1997 (5,224%), em 2000 (5,975%), em 2005 (5,690%), em 2010 (5,909%) e em 2011 (6,502%).

⁶²Dados extraídos do site do Banco Central do Brasil. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 9 de março de 2013.

cruzeiro, cruzeiro real, real), assim como, pelos péssimos índices de qualidade de vida. Essas questões se tornaram temas de destaque na Assembleia Legislativa.

A partir dos anos 1990 outros temas ainda passaram a ser debatidos, entre eles a questão da corrupção, da governabilidade, do plebiscito sobre o regime de governo (parlamentarismo ou presidencialismo), do Código de Ética Parlamentar, bem como da imagem e confiança popular na Assembleia Legislativa.

Do mesmo modo, outro ponto candente foi o das privatizações das estatais e serviços prestados à população, entre eles as rodovias, o setor energético (Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE), e das telecomunicações (Companhia Rio-grandense de Telecomunicações - CRT). A respeito das privatizações cabe sublinhar que elas não ocorreram apenas no Rio Grande do Sul, mas, se constituíram numa política nacional por meio da criação, em 1981, da Comissão Especial de Desestatização. Mais tarde, em 1988, a mesma foi transformada em Programa Federal de Desestatização (PND) pelo Governo José Sarney e, em 1990, ganhou status de lei. Conforme assinala Sílvia Maria Paiva (s/d) a privatização, iniciada nos anos 1980 tinha por objetivo fazer retornar à iniciativa privada empresas que se tornaram estatais de forma involuntária, ou seja, a inadimplência do setor privado junto às instituições financeiras públicas tornou estatais algumas empresas privadas como forma de ressarcimento dos investimentos aplicados pelo Estado na iniciativa privada durante os anos 1970⁶³.

A partir de 1988, segundo a autora, as privatizações foram acentuadas a partir da venda de estatais em leilões e a possibilidade de pagamento a prazo, tendo como órgão financiador o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Mas foi a partir do Governo Collor, e nos governos subsequentes, durante os anos 1990, que a privatização passa a ser entendida como um elemento fundamental de ajuste fiscal, num contexto de altos índices de inflação e reforma do Estado. Desde então o PND não visava a “reprivatização de empresas” (nos setores de hotelaria, têxteis, papel e celulose, processamento de dados, entre outros), mas a privatização de empresas tradicionais do setor produtivo estatal (siderurgia, petroquímica, fertilizantes, energia, telecomunicações). Caberia ao BNDES a operacionalização do programa, sendo que os ministérios aos quais as empresas estavam vinculadas ficaram alijados do processo. O objetivo do PND era claramente a

⁶³Para mais informações sobre o contexto econômico brasileiro ver: TANAKA, Heiji. **A questão da privatização no Brasil**. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/akropolis/article/view/1641/1420>>. Acesso em 06/03/2013.

redução da dívida pública e resumiu-se na privatização de empresas em leilões públicos, tendo como preocupação apenas o saneamento financeiro do setor público⁶⁴.

No caso do Rio Grande do Sul, as privatizações dos setores estratégicos (como energia e telecomunicações) ocorreram na esteira do processo que vinha se desenvolvendo em nível nacional⁶⁵. Nos anos 1990, são vendidas pelo governo federal as estatais Ligth (1996), Companhia Vale do Rio Doce (1997) e a Telebrás (1998). Entre 1995 e 1998 foram vendidas no país ao menos 14 empresas estatais de energia elétrica. Na Região Sul a privatização do setor elétrico começa com a venda, em 1998, da Gerasul⁶⁶ (Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A.) uma das empresas criadas em 1997 a partir da divisão da Eletrosul (Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A.), uma das subsidiárias da Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.) criada pelo Presidente Jânio Quadros, em 1961, para controlar o setor elétrico brasileiro. A outra empresa criada com a divisão da Eletrosul foi a Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul) (PIRES, 2010).

No caso específico do referido estado, a Lei 10.607 de 28 de dezembro de 1995, a qual viabiliza o Programa de Reforma do Estado, abre caminhos para a privatização dos setores de infraestrutura. A Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) foi dividida em seis empresas (três de distribuição, duas de geração e uma de transmissão). O leilão ocorrido, em 1997, vendeu duas distribuidoras, dando origem à empresa Rio Grande de Energia S.A. (RGE) e à empresa AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.. A primeira atende a região norte-nordeste e a segunda, a região centro-oeste do Estado (PIRES, 2010). Conforme o autor, a estatal CEEE, que permaneceu após a privatização, mantém suas atividades de geração, transmissão e distribuição na região sul-sudeste do Rio Grande do Sul.

No que se refere à privatização do setor de telecomunicações, no Rio Grande do Sul, esse processo foi iniciado em 1998 com a venda de 35% das ações da Companhia Rio-grandense de Telecomunicações (CRT). A CRT havia sido criada em 1962, conforme pontua Sandro Garcia (2004), pelo governo do Estado, inspirado no programa nacionalista do Governador Leonel Brizola. Em 1973, embora com o contrato de concessão à Telebrás, o governo do estado continuava como acionista majoritário. Com a privatização, o governo vendeu a maioria de suas ações dessa companhia para o consórcio liderado pela *Telefónica de*

⁶⁴De acordo com Sílvia Maria Paiva (s/d) no período compreendido entre 1981 e 1989 foram vendidas 38 empresas públicas, em grande parte de pequeno porte, totalizando arrecadação na ordem de US\$ 700 milhões. De 1991 a 1994, 25 empresas estatais foram privatizadas, somando uma arrecadação de US\$7 bilhões.

⁶⁵Para saber a respeito da história da energia elétrica na região sul do país e detalhes sobre a privatização do setor elétrico ver: PIRES (2010).

⁶⁶ Em 2002 passou a se chamar Tractebel Energia S.A. (PIRES, 2010).

España, sendo o controle da empresa repassado ao Consórcio 2000, liderado pela Brasil Telecom S.A. (BrT) (GARCIA, 2004).⁶⁷.

Fizeram parte ainda do rol dos temas discutidos, durante o período 1987-2011, o plano de demissões voluntária (PDV) e a questão da segurança pública, esta última, sobretudo, no Governo Olívio Dutra (ELMIR, 2005).

Posteriormente, tivemos em nível de governo federal, a eleição de Luis Inácio Lula da Silva para a presidência, escândalos de corrupção como o mensalão e, no caso gaúcho, acusações de desvios de verbas públicas no Governo Yeda Crusius. Todas essas questões foram objeto de inúmeros pronunciamentos das parlamentares, seja na condição de governo ou oposição, na defesa ou na denúncia desses casos. Podemos notar que, depois das questões legislativas, a categoria política foi a que mais despertou o interesse das deputadas, além da educação e da economia, outros dois temas bastante presente nos debates realizados na tribuna da Assembleia Legislativa.

4.4“NÃO BASTA SER MULHER; É PRECISO AGIR NA POLÍTICA COMO MULHER”⁶⁸: A PERSPECTIVA DE GÊNERO NOS PRONUNCIAMENTOS DAS PARLAMENTARES GAÚCHAS (1951-2011)

A partir da análise dos pronunciamentos realizados pelas deputadas gaúchas, observamos que, entre 1951 e 1966 houve 170 pronunciamentos, sendo que destes 11 a respeito de gênero; entre 1967 e 1986, registramos 736 discursos, dos quais 257 sobre gênero e, entre 1987 e 2011 foram encontrados 3006 discursos, destes 333 a respeito desse tema. Ao total, registramos 3912 discursos. Deste total, 601 fizeram menção a questão de gênero (15%).

⁶⁷ Mais informações sobre a reestruturação técnica e organizacional da empresa ver: GARCIA (2004).

⁶⁸ Trecho do pronunciamento da Deputada Luciana Genro realizado durante Sessão Solene em homenagem ao Dia Internacional da Mulher e outorga do Troféu Mulher Cidadão 2002, em 06 de março de 2002, referindo-se a um texto de Rose Marie Muraro. Disponível em:
<<http://www3.al.rs.gov.br/taquiografia2003/transcricoes/sessoesplenarias/50/2002/sessao020306.htm>>.

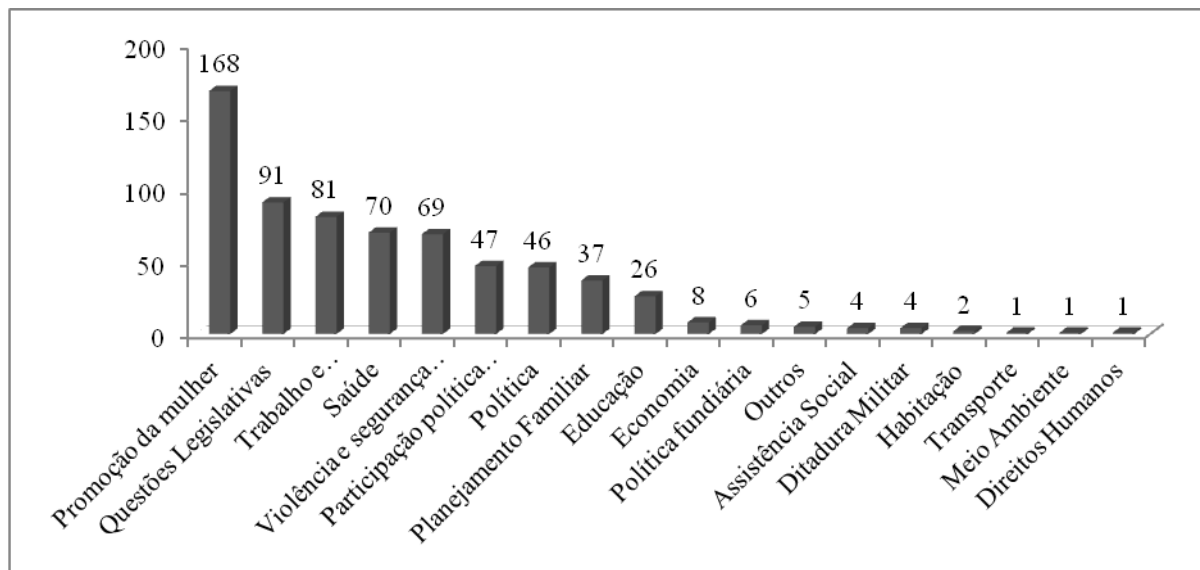


Figura 32: Número de pronunciamentos das parlamentares gaúchas relativos à temática de gênero, de acordo com as categorias usadas (1951-2011)

Fonte: Elaboração própria.

Ao longo da exposição dos dados, no que se refere aos pronunciamentos sobre gênero, a categoria promoção da mulher foi a que mais obteve pronunciamentos realizados pelas deputadas estaduais entre 1951 e 2011, representando 25% do total dos discursos. Em seguida, questões legislativas com 14%; trabalho e previdência social com 12%; saúde, violência e segurança pública, ambos com 10% do total de intervenções sobre gênero. Participação política das mulheres e a categoria política, ambas registraram 7% do total de discursos; planejamento familiar, 6%; educação 4%; economia, política fundiária, outros, assistência social e ditadura militar, todos com 1% do total de discursos. Por fim, habitação com dois pronunciamentos, transporte, meio ambiente e direitos humanos, todos com uma intervenção cada, não atingindo 1% do total de discursos sobre gênero nestas categorias.

Para sintetizar esse conjunto de dados a respeito dos pronunciamentos proferidos pelas deputadas estaduais entre 1951 e 2011, a figura a seguir demonstra a quantidade de discursos de acordo com as categorias usadas para classificá-los.

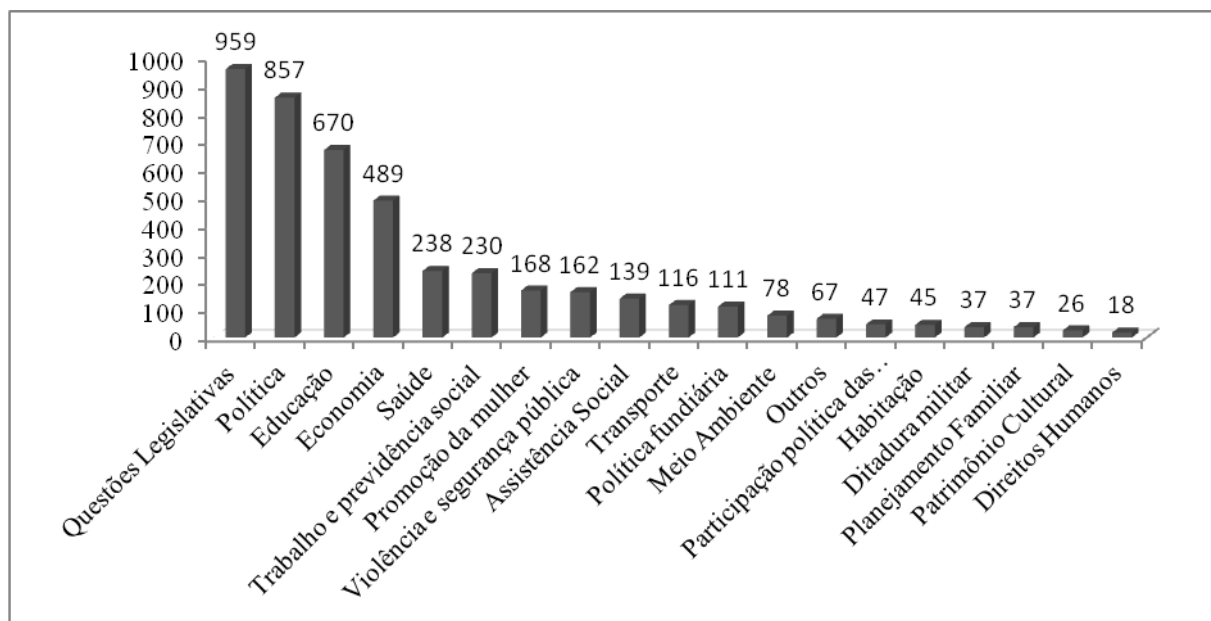


Figura 33: Número de pronunciamentos das deputadas estaduais do Rio Grande do Sul conforme categorias estabelecidas (1951-2011).

Fonte: Elaboração própria.

Considerando a totalidade dos discursos proferidos pelas parlamentares gaúchas entre 1951 e 2011 a categoria questões legislativas foi a que apresentou maior número de pronunciamentos (21%), em seguida, política (19%), educação (15%) e economia (11%). Saúde e previdência social aparecem na sequência, ambas com 5% dos discursos; promoção da mulher, violência e segurança pública (4%); assistência social e transporte (3%); política fundiária e meio ambiente (2%); outros, participação política das mulheres, habitação, ditadura militar, planejamento familiar e patrimônio cultural aparecem com 1% e, por fim, direitos humanos, com 18 pronunciamentos não computa 1% do total de intervenções na tribuna da Assembleia Legislativa durante o período estudado.

Podemos verificar os discursos femininos na tribuna conforme os períodos adotados para este estudo. Do total de 3912, 77% foram proferidos entre 1987-2011; 19% entre 1967 e 1986 e 4% entre 1951 e 1966. Em relação aos pronunciamentos sobre gênero, 55% dos mesmos foram proferidos entre 1986 e 2011; 43% entre 1967 e 1986 e 2% no período compreendido entre 1951 e 1966. Nota-se que o período 1987-2011 é, como visto nos capítulos anteriores, o momento em que a representação política das mulheres aumenta no âmbito da Assembleia Legislativa do RS, assim como aumentam o número de projetos relativos à temática de gênero apresentado pelas próprias mulheres.

Outro ponto que podemos destacar, a partir dessas informações, diz respeito à filiação partidária das parlamentares em relação aos pronunciamentos e sobre os discursos de gênero. Computando todos os discursos ao longo do período analisado, observando a posição

ideológica dos partidos aos quais as deputadas estaduais estiveram filiadas nos respectivos períodos, chegamos aos seguintes dados, conforme figura abaixo⁶⁹.

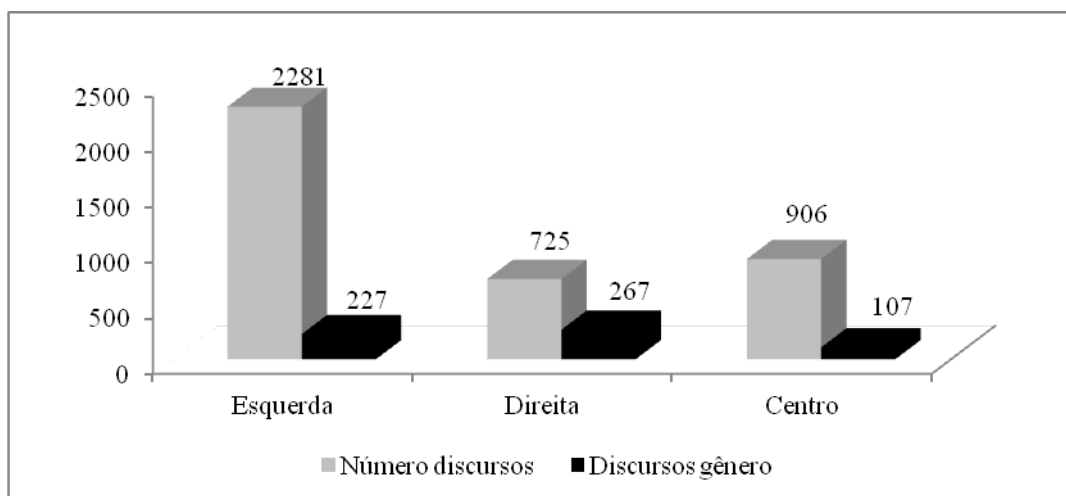


Figura 34: Número de discursos e intervenções sobre gênero conforme posição ideológica dos partidos aos quais as deputadas filiaram-se (1951-2011).
Fonte: Elaboração própria.

Averiguamos que, na soma total dos pronunciamentos, as deputadas filiadas aos partidos políticos de esquerda proferiram 58% do total de discursos e 38% dos pronunciamentos sobre gênero. As deputadas filiadas aos partidos políticos situados no espectro político ideológico do centro foram responsáveis por 23% do total de discursos realizados e 18% daqueles relativos à problemática de gênero. Já as parlamentares cujos partidos político estão situadas à direita do espectro político realizaram o menor percentual de pronunciamentos proferidos na Tribuna da Assembleia Legislativa, 19%, contudo, foram responsáveis pela maior parte dos discursos relativos à questão de gênero, 44% do total destes pronunciamentos.

Estes dados, mais uma vez, precisam ser lidos considerando os diferentes períodos aos quais temos nos reportado ao longo deste estudo. As informações a seguir tentam dar conta de explicar melhor essa questão.

⁶⁹A temática do posicionamento ideológico dos partidos políticos e sua análise a partir do eixo direita-esquerda é um dos aspectos mais investigados na ciência política. Maiores aprofundamentos sobre o assunto podem ser buscados, por exemplo, em: ALCÁNTARA, 2004; BOBBIO, 2001.

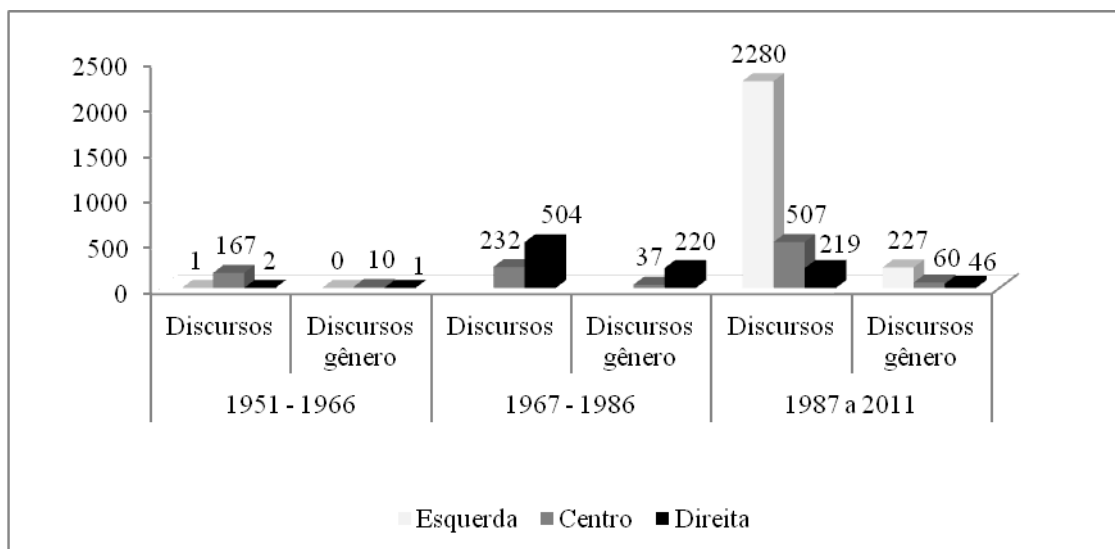


Figura 35: Número de discursos e pronunciamentos sobre gênero de acordo com período e filiação partidária conforme posicionamento ideológico.

Fonte: Elaboração própria.

Cada período usado na exposição dos dados apresenta características distintas quanto ao espectro político ideológico dos discursos das parlamentares gaúchas, bem como, em relação aos pronunciamentos a respeito da temática de gênero. O primeiro período é caracterizado pela presença de uma posição centrista, haja vista a predominância da presença feminina filiada ao PTB no Parlamento, o qual foi responsável por 98% do total de pronunciamentos e 91% dos que abordaram a respeito da problemática de gênero.

O período seguinte, 1967 a 1986, foi marcado pela grande quantidade de discursos proferidos pelas parlamentares situadas no espectro político ideológico da direita, 68% de todos os pronunciamentos foram realizados por essas deputadas, as quais foram responsáveis por 86% dos discursos que apresentaram preocupação relativa ao debate sobre gênero⁷⁰. Já no que se refere ao período recente, 1987 a 2011, verificamos que há uma nova mudança em relação à filiação partidária cujas deputadas manifestam-se em plenário. Assim, se o primeiro período foi marcado pelo predomínio dos partidos de centro e o segundo pela direita, o terceiro período analisado denota o crescimento dos partidos situados no espectro político ideológico da esquerda, tanto no que se refere aos números de parlamentares, como visto no capítulo 2, quanto em relação aos pronunciamentos no geral e aos relativos ao debate sobre gênero. Contudo, observamos que as deputadas filiadas aos partidos de esquerda foram

⁷⁰Relembramos que este foi um período da história política brasileira caracterizado pela ditadura militar e, em grande parte, por um sistema partidário composto por apenas dois partidos: o partido do governo (ARENA) e o partido da oposição (MDB). Sabemos que esse último agregava todas as correntes contrárias ao regime militar e que a separação dos partidos entre direita, esquerda e centro fica comprometida em função do contexto da época. Contudo, mantivemos a classificação proposta desde o início do trabalho considerando ARENA direita e MDB e, posteriormente, PDMB, como centro.

responsáveis por 76% de todos os pronunciamentos realizados no plenário da Assembleia Legislativa, enquanto que os partidos de centro, 17% e de direita, 7% do total. Em relação aos pronunciamentos sobre gênero, a esquerda proferiu 68% dos discursos ao passo que os partidos de centro, 18% e de direita, 14% do total desses discursos.

A partir desses dados podemos verificar que quanto mais mulheres no Parlamento maior o número de intervenções e, no geral, de pronunciamentos relativos à questão de gênero, o que demonstra que a presença de mulheres teve um efeito importante na agenda e nos debates políticos levados a cabo ao longo das legislaturas estudadas. Retomando a explanação do primeiro capítulo, podemos compreender que, apesar da tradicional divisão entre esfera pública e dos lugares sociais destinados aos homens e às mulheres (OBREGÓN, 1999; PATEMAN, 1993), a qual vem sistematicamente sendo questionada pela teoria feminista, bem como a construção de noções como cidadania e suas formas de exclusão/inclusão que nela está implícita (COSTA, 1998; PRÁ, 1997; ROSSI-DORIA, 1995), percebe-se que cada vez as mulheres vêm se apropriando da esfera pública, concorrendo a cargos eletivos e tomando posse nos mesmos.

Por certo, muitas das barreiras impostas pelos partidos, pelas instituições e pela cultura política ainda não foram superadas (ÁLVARES, 2008; ARAÚJO, 2001; ARAÚJO e ALVES, 2007; HTUN, 2001; NORRIS, 2006; REIS, 2010, entre outros), mas, como lembram Joni Lovenduski e Azza Karam (2002) a participação das mulheres no cenário político e o impacto da presença de mais mulheres no poder, depende do número das mesmas nos Parlamentos, assim como, da quantidade de parlamentares dispostas a representar temas de interesse e que reflitam as preocupações das mulheres, numa perspectiva mais ampla, a transformação das relações sociais de gênero.

Compreensão semelhante acerca da presença das mulheres no âmbito do poder Legislativo pode ser encontrada em uma série de outros autores, os quais buscam afirmar que a presença de mais parlamentos representa a possibilidade de transformação da realidade em que se encontra uma parcela significativa de mulheres, tendo em vista que pode ser a saída para a formulação de políticas públicas que se traduzam “no combate à discriminação, na promoção da igualdade e eliminação da pobreza.” (MOREIRA, s/d, p.6). Isso significa que pode haver importante impacto sobre a agenda das políticas públicas e na articulação dos interesses das mulheres, o que também seria fator crucial para a legitimidade dos órgãos democráticos. Ou seja, mais mulheres no poder permitiriam que as preocupações e suas prioridades fossem levadas em consideração nos processos decisórios, assim as representantes eleitas teriam o poder de agir em prol deste segmento social (NORRIS, 2006).

Do mesmo modo para Fanny Tabak (2002) a presença de mulheres no Poder Legislativo faz diferença no sentido de que a presença ou não delas tem se apresentado como importante fator para que existam ou não projetos de lei que beneficiem diferentes grupos da população feminina. No entanto, essa relação apenas é garantida quando as parlamentares são indicadas, eleitas e enviadas ao Parlamento como “resultado de sua preocupação, demonstrada publicamente, com as questões que afetam as mulheres e se ofereceram um apoio ativo às lutas das mulheres” (TABAK, 2002, p.116). Além disso, destaca a inclusão de questões ausentes e/ou específicas que se constituem em preocupação para as mulheres (abuso sexual, violência doméstica, aborto, divórcio, status das mulheres, proteção das crianças, entre outros), a possibilidade de que a tribuna seja palco de denúncias relacionadas à discriminação de gênero e de apoio às demandas sociais apresentadas pelos movimentos e, por fim, auxiliariam na adoção de políticas públicas que afetam a vida de homens e mulheres (políticas de saúde, moradia, educação e meio ambiente).

Os dados obtidos acerca da presença e atuação das parlamentares gaúchas entre 1951 e 2011 evidenciam todos esses elementos postos pela teoria feminista. Independentemente da posição política ideológica dos partidos políticos aos quais as parlamentares estiveram filiadas, a grande maioria delas manifestou-se sobre a problemática de gênero, sempre no sentido de crítica à subjugação, exploração e discriminação em relação às mulheres e, ao mesmo tempo, propondo políticas ou defendendo a construção de outras relações sociais de gênero, mais igualitárias.

Tais informações podem indicar para a construção de um modelo de representação política que, apesar de evidente a importância da presença das mulheres, ultrapassou este aspecto e alcançou uma dimensão de representação de perspectiva social, tal como a define Íris Young (2006). Essa noção poder ser associada à ideia de pertencimento (FRASER, 2009), pois as próprias deputadas estaduais ao se pronunciarem colocaram-se claramente como conhecedoras dos problemas femininos, das discriminações e dos preconceitos que as mulheres sofrem no cotidiano, nos mais diferentes espaços, entre eles o próprio Parlamento, ou seja, da construção das próprias interpretações de identidade, interesses e necessidades, os quais foram evidenciados nos discursos e nos projetos propostos pelas parlamentares gaúchas.

CONCLUSÃO

Apresentando o debate sobre a inserção política das mulheres nas democracias representativas atuais, a presente tese buscou pesquisar a participação feminina na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, tendo como preocupação central verificar se as parlamentares levantaram questões concernentes ao debate sobre as relações sociais de gênero.

Tal discussão é pertinente tendo em vista os principais pontos dos debates atuais da teoria política feminista, a qual tem dirigido a sua atenção, entre outros temas, para a problematização da democracia, em especial a noção de representação política. A fim de ilustrar esse debate, retomamos criticamente algumas leituras sobre a experiência grega de democracia para, na sequência, apresentarmos os fundamentos conceituais da constituição da democracia liberal-representativa por meio da apresentação dos contratualistas, Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau.

Essa perspectiva foi contrastada pela crítica desenvolvida por Carole Pateman a respeito da constituição do contrato social. Desde uma perspectiva feminista, a autora argumenta a respeito do caráter excludente do contrato social, o qual nada mais é do que um pacto, que em sua origem, oculta a dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular às mesmas. Segundo a autora, desse modo, o pacto original cria, concomitantemente, a liberdade do homem e a sujeição da mulher. A história do contrato, contada pelos *contratualistas*, silencia acerca do contrato sexual, ao mesmo tempo em que omite a exclusão das mulheres, resumindo-se a dizer que, por força da natureza, as mulheres não têm os predicados e as habilidades para as questões políticas.

A partir da constituição do contrato emerge a dicotomia entre o “natural/feminino” e o “civil/masculino”, ou seja, a dicotomia entre esfera pública e privada, a qual está na base

das explicações a respeito da ausência ou baixa representação feminina nos espaços de poder. Em contraposição à esfera pública, a privada não teria significado político relevante. Enquanto a esfera pública seria identificada como o espaço da liberdade e da igualdade, a privada estaria associada ao poder, à diferença e à dominação. Enquanto a primeira é simbolicamente conexas ao masculino, a segunda é associada ao feminino.

Embora assinaladas como contrárias, o significado de ambas vêm sendo compreendido de forma relacional, tal qual encontramos nos escritos de Mary Wollstonecraft, Hannah Arendt e Carole Pateman, por exemplo. É desde o ponto de vista relacional que podemos compreender como e de que forma tem se fundamentado a ideia de cidadania, bem como a constituição das identidades de gênero. Quando a hierarquização das relações de gênero é naturalizada, seus reflexos são visíveis, entre outros, na ausência das mulheres nas instâncias de representação política e se traduzem pela obstrução da democratização da esfera pública e da própria democracia.

Esse debate leva à inquietações acerca da constituição da própria democracia, em especial no que diz respeito à ideia de representação política, elemento sobre a qual está fundada. Nesse sentido, uma série de autores, entre eles Domênico Losurdo, Claude Lefort, Hanna Pitkin, Íris Young, Anne Phillips e Nancy Fraser, discorrem acerca dos limites da representação política para a inclusão de segmentos sociais alijados historicamente da possibilidade de participar das decisões políticas, entre elas as mulheres. Não apenas a presença desses grupos ficaria comprometida no atual modelo de democracia, como suas demandas permaneceriam sufocadas, seja pela falta de canais de comunicação ou pela ausência das experiências vivenciadas no âmbito dos processos decisórios.

No intuito de amenizar a sub-representação de tais grupos sociais, tem emergido o debate sobre o significado da representação política, mais especificamente o que e a quem o representante representa. Nesse sentido, um dos debates travados por Anne Phillips afirma que o mais importante em termos de inclusão de minorias sociais é saber quem representa e não o que está sendo representado. Ou seja, a presença no poder de membros dos grupos acima referidos, seria um passo importante para dar-lhes visibilidade, além de que permitiria que os mesmos tomassem parte das decisões coletivas e apresentassem suas demandas específicas.

Contudo, para outras autoras como Íris Young e Nancy Fraser, por exemplo, a simples presença não é elemento satisfatório quando se trata de representação de grupos sociais específicos, ou seja, não garante a representação dos interesses e demandas dos mesmos, destacando a necessidade de certo estreitamento das relações entre representantes e

representados. As conexões então decorrentes fariam da representação uma relação baseada em perspectivas sociais, a qual condicionaria a representação de diferentes posicionamentos, experiências, histórias e compreensões sociais. Os *contra-públicos subalternos*, expressão usada por Nancy Fraser para se referir aos grupos sociais aliados dos processos políticos, constituiriam arenas discursivas paralelas nas quais os membros elaborariam e difundiriam contradiscursos no intuito de formular suas próprias interpretações de identidade, interesses e necessidades, de modo que a inclusão de tais grupos nos espaços decisórios tornaria a representação uma relação de pertencimento.

Ainda no âmbito dessa discussão observamos uma larga produção acadêmica acerca da lenta inserção política das mulheres ao longo do século XX, desde a conquista do sufrágio e o exercício da cidadania (ALVES, 1980; CEPAL, 2007; COLLIN, 2006; PHILLIPS, 2001, PRÁ, 1996; THERBORN, 2006 entre outros) até a incorporação de mecanismos com potencial para reverter o quadro da sub-representação feminina, especialmente a partir da adoção da política de cotas (ARAÚJO, ALVES, 2007; DAHLERUP, 2002; 2010; FRASER, 2007, entre outros). De acordo com Drude Dahlerup (2002; 2010) as cotas para mulheres representam uma mudança no conceito de igualdade: da postura liberal da "igualdade de oportunidades" ou "igualdade competitiva" para a noção de "igualdade de resultados". Já para Araújo (2009) a política de cotas está associada e é defendida em função de sua potencialidade para atribuir correspondência entre espaços mais democráticos, presença feminina no âmbito da política institucional e qualidade da representação no sentido de representação dos interesses das mulheres.

Em termos do objetivo proposto, a perspectiva feminista está ainda aquém do esperado, sobretudo no contexto brasileiro. Para referenciar, segundo Clara Araújo e José Eustáquio Alves (2007), a análise institucional que visa dar conta do debate sobre a relação gênero e representação política têm buscado enfatizar a origem multicausal da sub-representação feminina, mesmo com a adoção de cotas. A participação das mulheres é mediada por diversos fatores, os quais podem ser de ordem socioeconômica, cultural ou institucional, como a organização do sistema eleitoral e partidário e a própria redação da lei de cotas (ÁLVARES, 2008; ALVES, CAVENAGHI, ALCANTARA, 2007; ARAÚJO, 2001; s/d; ARAÚJO e ALVES, 2007; GROSSI, MIGUEL, 2001; HTUN, 2001; MIGUEL L., 2001; NÓBREGA e LOPES, s/d; NORRIS, 2006; REIS, 2010; TABAK, 2002).

Além disso, são apontados os possíveis impactos que a presença de mais mulheres na política poderia ocasionar (AVELAR, 2001; LOVENDUSKI, KARAM, 2002; LOVENDUSKI, NORRIS, 2003; NORRIS, 2006; TABAK, 2002, entre outros). Nesse caso,

argumentam Joni Lovenduski e Azza Karam (2002), esse impacto depende não apenas do número de mulheres nos Parlamentos, mas, também do número de parlamentares que estão motivadas a representar temas de interesse que reflitam preocupações femininas. A presença maior de mulheres nos espaços de poder poderia ainda, de acordo com Lourdes Moreira (s/d) representar a possibilidade de transformação da realidade em que se encontra uma parcela significativa de mulheres, por meio da formulação de políticas públicas que visem combater a discriminação, promover a igualdade e eliminar a pobreza.

Nesse mesmo sentido, Pippa Norris (2006) entende que a presença de mulheres nos Parlamentos além de impactar na agenda das políticas públicas e na articulação dos interesses das mulheres, seria elemento decisivo para a legitimidade dos órgãos democráticos. Para a autora, mais mulheres no poder permitiria, que as preocupações e as prioridades delas fossem levadas em consideração nos processos decisórios, assim as representantes eleitas teriam o poder de agir em prol desse segmento social.

Também para Fany Tabak (2002) a presença das mulheres no Legislativo faz diferença pelo fato de que possibilita a inclusão, na agenda política, de questões até então ausentes e específicas das mulheres. Além disso, permite que a tribuna possa ser o espaço utilizado pelas parlamentares para efetuar denúncias relacionadas à discriminação de gênero e apoiar demandas sociais apresentadas pelos movimentos. Por fim, comporta a participação das mesmas na elaboração de políticas públicas e projetos voltados para atender às necessidades dos diferentes grupos de mulheres.

Contudo, alerta a referida autora, essa relação somente é garantida quando as parlamentares são indicadas, eleitas e enviadas ao Parlamento como decorrência da demonstração pública, da preocupação com os problemas que atingem a vida das mulheres, oferecendo apoio às suas reivindicações. O mesmo é dito por Lúcia Avelar (2001) quando, ao relacionar posicionamento ideológico e atuação política, afirma que é possível a construção de um cenário em que haja mais mulheres na política formal, sem que as mesmas representem as necessidades especificamente femininas. Somente a partir da análise do trabalho parlamentar será possível saber se um maior número de mulheres no parlamento significa uma mudança política (AVELAR, 2001).

Para Joni Lovenduski e Pippa Norris (2003), a exigência de aumento no número de mulheres eleitas acarretará mudança qualitativa a partir da transformação de valores e atitudes de homens e mulheres, especialmente se as mulheres políticas diferirem significativamente dos homens em relação às prioridades e a forma de tomar as decisões. De todo modo, para as autoras a presença de mulheres como representantes eleitas sinaliza para a legitimidade de

suas preocupações podendo culminar no maior reconhecimento desses interesses. Essa interpretação tem relação com o que Lúcia Avelar (1996) denominou de um “estilo feminino de fazer política”, ou seja, a atuação parlamentar seria o resultado das experiências vividas pelas mulheres, a qual teria potencial para alterar a divisão entre esfera pública e privada e incidir sobre a formulação de políticas públicas.

A história da presença das mulheres na Assembleia Legislativa Gaúcha é recente e, de certo modo, ilustra os diferentes aspectos do que entendemos como crítica feminista à democracia. A entrada das mulheres na política gaúcha data da última reabertura do Poder Legislativo Estadual - fundado em 1835 - a qual se processou após o fim do Estado Novo (1947), mais precisamente a partir das eleições de 1950, o que ocorreu com certo atraso em relação a outras Assembleias Legislativas brasileiras.

Tal fato é explicado, em parte, pela oposição gerada na sociedade local no que diz respeito aos direitos de participação política feminina na época. Apesar da crescente visibilidade e participação política feminina havia uma grande resistência social à participação das mulheres nesta esfera, tentava-se a todo custo dar a entender às mesmas que a elas cabia o espaço do lar, os afazeres domésticos - como exemplificam Mônica Karawejczyk (2008) e Áurea Petersen (1999)-, ou seja, retornamos a tradicional divisão esfera pública e esfera privada e a constituição das identidades de gênero, de modo que a ausência ou a presença feminina neste espaço carrega a marca da construção social das relações de gênero.

A presença das mulheres na Assembleia Legislativa, dessa forma, é fruto de um intenso movimento desencadeado por mais participação política, conquista dos direitos de cidadania, defesa dos valores democráticos e organização da sociedade civil, particularmente das lutas dos movimentos feministas e de grupos de mulheres em prol desse objetivo. A atuação parlamentar das mesmas está marcada assim, pelas transformações sociais e políticas pelas quais o Brasil passou ao longo do século XX.

A partir dessa descrição podemos observar que de 1951 a 2011, ou seja, em 16 legislaturas na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, até o momento, 29 mulheres assumiram mandato, um total de 3,3% do total de deputados estaduais no período. Dessas, dez assumiram na condição de suplentes em 11 mandatos (lembrando que Leila Fetter assume duas vezes nessa condição) e 22 foram eleitas e reeleitas, 2,5% do total de eleitos, considerando que Miriam Marroni, Jussara Cony e Cecília Hypólito foram suplentes, mas em mandatos posteriores foram eleitas para assumirem o cargo.

Se considerarmos apenas as deputadas eleitas, foram 40 mandatos femininos (4,5%) de 880 mandatos no período, no entanto, quando levamos em conta as suplentes que

assumiram cadeira esse número sobe para 50 mandatos (5,6%). Tais percentuais não se refletem na presença feminina na composição da Mesa Diretora, responsável pela condução dos trabalhos legislativos, na qual apenas 2% dos integrantes foram mulheres.

Estes dados indicam que, apesar das variações nos indicadores quanto ao percentual de representação feminina na Assembleia Legislativa, há melhorias na participação política das mulheres somente a partir da segunda metade da década de 1990, quando o percentual de deputadas aumenta, passando de 3,6%, em 1991, para 9% em 1995.

Vale lembrar que, como destaca Clara Araújo (s/d, p.7), a “competição partidária mais diversificada, combinada com o surgimento de novos partidos, tende a proporcionar mais oportunidades de ingresso para as mulheres na esfera política”. Além disso, a crescente mobilização feminina em prol da garantia de direitos e sua visibilidade pública fazem com que os partidos políticos incorporem as demandas femininas e, ao mesmo tempo, as vejam como importantes para angariar votos, seja para eleger candidatas ou para ajudarem a eleger outros candidatos.

Nesse sentido, o aumento percentual da representação feminina na segunda metade da década de 1990 pode estar relacionado a esses fatores, assim como pode ser interpretado como o resultado da política de cotas. Destaca-se ainda a alternância de sistema partidário em vigor ao longo do período analisado: de 1951 a 1966, pluripartidarismo; de 1967 a 1986 predomínio do bipartidarismo e, de 1987 em diante, multipartidarismo. Esse fato é importante porque se reflete no número de partidos que obtiveram representação feminina e por quais agremiações as mulheres elegeram-se.

Assim, observamos que é a partir dos anos 1990 o período em que aumenta o número de partidos que elegem mulheres, contudo, desde o prisma do espectro político-ideológico, os partidos de esquerda serão predominantes em termos de representação feminina na Assembleia Legislativa Gaúcha, totalizando 44% dos mandatos femininos (34% das mulheres foram eleitas por partidos de centro e 22% pelos partidos de direita) o que, como afirmamos, pode ser interpretado como o resultado da proximidade desses partidos com os movimentos sociais e com organizações da sociedade civil (AVELAR, 2011).

Outro dado que chama atenção, que se refere ao perfil das deputadas estaduais, é que cerca de 72% das mesmas tinha vasta bagagem política ao assumir mandato, ou seja, grande parte das eleitas contavam com experiência política anterior seja como membros do Legislativo, Executivo, na condição de sindicalistas, ocupantes de cargos na administração pública ou em direções partidárias. Dessa forma, podemos dizer que as parlamentares gaúchas

podem estar ligadas a imagem de políticas profissionais, as quais veem na política uma profissão na qual vale investir, independentemente da filiação político-partidária.

Em termos das profissões exercidas pelas deputadas estaduais anteriormente aos mandatos, verificamos que a grande maioria (72%) estava ligada ao magistério. Foi como professoras que essas mulheres saíram da esfera privada para serem reconhecidas como agentes políticas. O magistério foi a primeira forma de participação política das mulheres no cenário público e um dos principais espaços para o empoderamento das mulheres ao longo do século XX (FERREIRA, 2008; KROEFF, 2010). Tal fato independe da filiação partidária das deputadas estaduais, visto que, a exceção do PCdoB, em todos os partidos que obtiveram mandatos femininos na Assembléia Legislativa Gaúcha havia professoras.

Assim, podemos concluir, primeiramente, que em termos do perfil das deputadas gaúchas, sua entrada no cenário político é marcada pela tradicional divisão entre esfera pública e privada, o que explica a tardia incorporação desse segmento social nos postos eletivos. De posse dos mandatos, podemos dizer que as questões de gênero foram ganhando maior importância a partir do momento no qual deputadas de partidos de esquerda foram ocupando espaço no parlamento estadual. Cabe destacar ainda que as mulheres que se tornaram deputadas estaduais tinham, em sua grande maioria, experiência anterior na vida política, assim como, apresentavam, em boa medida, ligações como magistério estadual. Contudo, apesar da trajetória traçada por estas mulheres ao longo dos 60 anos pesquisados e da crescente presença feminina na Assembleia Legislativa, a realidade no início do século XXI ainda é de sub-representação das mulheres no Legislativo Estadual.

A baixa representatividade feminina não é sinônimo de inoperância frente às questões postas pelos movimentos feministas ou às demandas das mulheres. Considerando que os projetos apresentados pelas parlamentares seguem um curso legal no âmbito do processo legislativo, buscamos ao longo da tese verificar como os interesses específicos das mulheres apareceram na atuação política das deputadas estaduais. Para tanto recorreremos à análise da presença das mesmas nas Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa, bem como ao conteúdo das proposições legislativas apresentadas pelas deputadas, assim como aos pronunciamentos proferidos na Tribuna do Legislativo.

No que se refere à presença das mulheres nas Comissões Permanentes realizamos inicialmente um mapeamento das comissões, desde a fundação da Assembleia (1835) até 2011, relacionando as nomenclaturas com as atribuições das mesmas para poder proceder à análise desejada. A grande parte das deputadas estaduais participou de duas ou três comissões permanentes ao longo dos mandatos exercidos no Legislativo. No entanto, algumas

participaram de um número maior de comissões permanentes, chegando a compor quatro comissões diferentes (caso de quatro parlamentares), sete (duas deputadas) e até mesmo oito comissões (uma deputada).

A partir desse dado inicial uma primeira relação feita foi entre o número de mandatos de cada deputada e a participação em comissões. Verificamos que a maior parte delas, que assumiram por um ou dois mandatos, participaram de até quatro comissões permanentes diferentes, as exceções foram Leila Fetter (PP) que em dois mandatos participou de sete comissões, como também Maria Helena Sartori (PMDB) a qual em um mandato integrou sete comissões. Por outro lado, verificamos que as deputadas que exerceram mais mandatos participaram de um menor número de comissões permanentes. Este foi o caso de Dercy Furtado (PDS) que, em três mandatos participou de duas comissões e Suely de Oliveira (PTB) com seis mandatos e participação em três comissões. A exceção ficou por conta da deputada Jussara Cony (PCdoB) que em cinco mandatos integrou oito comissões permanentes.

Analisando esses dados podemos concluir que, aparentemente, não existe relação direta entre número de mandatos e número de comissões que cada deputada integrou. No entanto, eles nos indicam certa especialização em determinada comissão, quando comparados com a quantidade de anos que cada deputada permaneceu numa comissão. Nesse sentido, são exemplares a presença por grande período de tempo em comissões específicas das deputadas Suely de Oliveira, Jussara Cony e Dercy Furtado. A primeira foi membro por 19 anos da Comissão de Segurança e Serviço Social, a segunda permaneceu durante 12 anos na Comissão de Saúde e Meio Ambiente e até cinco anos nas demais comissões em que fez parte e a terceira integrou por 12 anos a comissão de Saúde e Meio Ambiente. As demais deputadas estaduais permanecem numa mesma comissão durante dois anos ou, o que é mais comum, durante todo o mandato de deputadas estaduais.

Outra questão observada ao longo da pesquisa foi que todas as comissões permanentes contaram, em algum momento, com a presença de mulheres entre seus membros. Entretanto, três comissões concentram a presença feminina. Das 21 deputadas que participaram em comissões, a comissão de “Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia” contou com 14 parlamentares (66% das deputadas); em seguida, aparecem as comissões de “Saúde e Meio Ambiente” e “Cidadania e Direitos Humanos”, ambas com a presença de 11 deputadas (52% das parlamentares). Na sequência, observamos que a comissão de “Finanças e Planejamento” contou com sete mulheres e “Segurança e Serviço Público” com seis parlamentares entre seus membros. As comissões de “Ética Parlamentar”, “Mercosul e “Assuntos Internacionais” e “Assuntos Municipais” tiveram cinco deputadas. As comissões que menos tiveram presença

feminina foram: “Participação Legislativa Popular” (quatro mulheres), “Agricultura, Pecuária e Cooperativismo” (três) e as comissões de “Constituição e Justiça” e “Economia e Desenvolvimento Sustentável” (duas representantes).

Assim, concluímos que há espaços delimitados de atuação feminina na esfera das comissões permanentes. As mulheres estão mais presentes nas comissões voltadas ao debate sobre saúde, educação e direitos humanos. Foram indicadas a participar das comissões cujos assuntos versam sobre temas considerados “mais próximos” da realidade feminina, como é o caso da comissão de “Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia”, na qual 14 deputadas se fizeram representar. No outro extremo, as comissões em que as mulheres menos aparecem: Constituição e Justiça, Economia e Desenvolvimento Sustentável e Agricultura, Pecuária e Cooperativismo.

Contudo, considerando que a maior parte delas exerce atividade no magistério e que se fazem presentes em todas as comissões, a formação profissional parece ser significativa para a permanência numa comissão, sobretudo quando observamos as deputadas com mais de um mandato. Há ainda que considerar o fato de que, como lembraram Irllys Barreira e Danyelle Gonçalves (2011) a maior frequência de mulheres em determinadas comissões pode ser entendido não apenas como um sintoma de concorrência e divisão desigual de poder, mas também como uma tendência de que as representantes confirmam preferência às causas pelas quais militaram ou trabalharam ao longo do tempo. Desse modo, essa é uma questão que fica em aberto, exigindo posteriores esforços de pesquisa para aprofundar o assunto.

Em relação à posição ideológica das deputadas e a distribuição das mesmas entre as comissões, observamos que a maior parte das comissões contou com a presença de mulheres de diferentes correntes ideológicas, talvez a única exceção seja a comissão de Constituição e Justiça na qual as duas parlamentares integrantes estavam filiadas ao PMDB. Verificamos também que os seguintes partidos PMDB, PP, PT e PCdoB são os partidos que apresentam uma participação mais ampla no conjunto das comissões, ou seja, suas deputadas participaram de um número maior de comissões do que as eleitas por outros partidos. Lembramos que estes foram também alguns dos partidos que mais mandatos femininos tiveram ao longo do período analisado. Destacamos uma exceção, o PCdoB, o qual somente teve uma parlamentar eleita, a bancada era composta pela deputada Jussara Cony que integrou um número elevado de comissões destoando da maioria das demais eleitas. Essa atuação reflete a percepção da importância de participar das atividades que são desenvolvidas nas comissões permanentes.

Apesar disso, podemos afirmar que há certa divisão ideológica entre as temáticas das comissões e os partidos políticos, de modo que, os partidos de esquerda têm maior

representação nas seguintes comissões: Cidadania e Direitos e Humanos; Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia; Mista Permanente de Participação Legislativa Popular e Agricultura, Pecuária e Cooperativismo. Os partidos de centro se destacam nas Comissões de Segurança e Serviços Públicos, Constituição e Justiça e Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle. Já os partidos de direita tiveram maior representação na Comissão de Economia e Desenvolvimento Sustentável (a única representação desta comissão). Em relação às demais comissões: Saúde e Meio Ambiente; Ética Parlamentar; Mercosul e Assuntos Internacionais e, Assuntos Municipais houve relativo equilíbrio entre as parlamentares membros de comissões permanentes e a filiação partidária das mesmas. Para exemplificar, na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, os partidos políticos de esquerda e os de direita tiveram, ambos, quatro representações femininas, enquanto que os de centro, indicaram três mulheres para integrar essa comissão. Isso indica a existência de temáticas sobre as quais todos os partidos confiam às suas deputadas, de modo similar, a presença nas comissões que tratam de determinados assuntos.

Outra questão destacada no estudo da participação das deputadas estaduais nas comissões refere-se aos postos ocupados pelas mesmas no seu interior. A presidência e vice-presidência são os cargos de maior destaque, juntamente com o de relator. Ao analisar a participação feminina nos dois primeiros cargos concluímos pela baixa representação feminina nos mesmos. Entre 1951 e 2011, observamos que houve apenas dez mandatos femininos na presidência (nove mulheres assumindo) e 12 mandatos como vice-presidentes (dez mulheres assumiram). Destaca-se que as únicas comissões que não contaram com nenhuma representação feminina nestes postos foram: Agricultura, Pecuária e Cooperativismo; Constituição e Justiça e Mista Permanente do Mercosul e Assuntos Internacionais.

Em termos dos partidos políticos aos quais as deputadas estavam filiadas no momento em que assumiram a presidência ou vice-presidência, observamos que os partidos de esquerda (PT, PCdoB, PSB) foram os que mais elegeram mulheres para estes postos (onze mandatos - 55% do total das eleitas). Em seguida os partidos de centro (PMDB, PSDB e PTB), cinco deputadas (25%) e, por fim, os partidos de direita (PDS e PP) com quatro deputadas (20% do total). Concluímos assim que, além de serem os partidos de esquerda que mais elegem deputadas estaduais, são estes também os que apresentam mais mulheres nos postos de maior visibilidade das comissões permanentes da Assembleia Legislativa.

A fim de estudarmos a atuação parlamentar das deputadas outro ponto de análise foi a apresentação de projetos legislativos. Para o período compreendido entre 1951 e 2011,

observamos que das 27 deputadas estudadas, cinco não apresentaram nenhum projeto legislativo, assim, nosso universo de análise diz respeito a 22 deputadas estaduais. As deputadas que não apresentaram proposições foram: Adriana Rodrigues (PDT), Gilda Haack (PTB), Dalila Alves (ARENA), Maria Íris Potthoff (PDC) e Zaíra Folly (MTR). Essas também foram as deputadas que não participaram de comissões, assim como, as que tiveram curto espaço de tempo ocupando uma cadeira legislativa, visto serem suplentes.

Ao longo do período estudado um total de 397 projetos foram protocolados pelas parlamentares, dos quais 55 (14% da legislação produzida), diziam respeito à questão de gênero. Os mesmos foram apresentados por 14 (64%) das 22 deputadas que propuseram legislação. Verificamos que há diferença considerável em termos da posição ideológica das mulheres que propõem legislação na Assembleia Legislativa. Os partidos políticos que mais propõem projetos são o PTB, PCdoB e PT, totalizando 262 dos 397 projetos protocolados pelas deputadas estaduais, ou 66% de toda a produção feminina apresentada no período. Em seguida, a respeito do número de projetos aparecem PPB/PP, PSDB, PMDB e PDT. Os demais partidos, PSB, PDS e PPS são os quais as mulheres menos apresentaram proposições, totalizando conjuntamente, 5% de todos os projetos apresentados pelas deputadas gaúchas no período analisado.

Além de classificar os projetos de acordo com as categorias gênero e outros, também nos propusemos a classificá-los a partir de temáticas. Considerando o conjunto de proposições, verificamos que os principais temas abordados foram: questões legislativas (33%), educação (15%), saúde (10%) e trabalho e previdência social (8%). Além dessas ainda encontramos projetos relacionados às seguintes temáticas: patrimônio cultural (7%), transporte, violência e segurança pública (6%), meio ambiente e economia (4% cada tema), habitação e assistência social (2% cada um dos assuntos) e política fundiária (1%).

Constatamos que as deputadas estaduais legislaram sobre vários temas importantes para a sociedade gaúcha, isso significa que elas não se restringem a determinados temas de atuação. Contudo, isso está relacionado à sua filiação partidária, tendo em vista que observamos que quanto mais projetos um partido apresenta mais diversificados são os temas sobre os quais os mesmos irão tratar.

Analisando apenas os 55 projetos relacionados à questão de gênero, concluímos que eles trataram das seguintes temáticas: questões legislativas (33%), violência e segurança pública (31%), saúde (14%), trabalho e previdência social (11%), transporte (7%) e habitação (4%). Em termos da filiação partidária das deputadas que os propuseram verificamos que os partidos de esquerda são os que mais projetos relativos a gênero têm apresentado na

Assembleia Legislativa, das 55 proposições a respeito, 44 tiveram procedência nesses partidos, ou seja, 80% do total, enquanto que os partidos de centro apresentaram quatro projetos, o que representa 7% e, os de direita, sete projetos, 13% de toda a produção relativa a gênero.

Concluimos assim que os partidos políticos de esquerda, além de elegerem o maior número de mulheres, foram os partidos pelos quais elas mais apresentaram projetos. Da mesma forma a maioria dos projetos vinculados a questão de gênero foram propostos pelas deputadas filiadas aos partidos de esquerda. Ressaltamos também que os partidos de esquerda propuseram legislação em todas as categorias segundo as quais os projetos foram classificados, tendo iniciativa exclusiva em algumas matérias (saúde, habitação e transporte), diferentemente do que podemos observar em relação aos demais partidos políticos.

Do ponto de vista das proposições legislativas apresentadas pelas parlamentares gaúchas a partir do período histórico em que foram elaboradas, observamos que entre 1951 e 1966, apenas a deputada Suely de Oliveira propôs legislação. Foram 85 dos 97 projetos propostos pela parlamentar (21% do total de projetos apresentados pelas parlamentares), sendo que destes, dois (4% do total) relacionavam-se com a problemática de gênero, ambos relativos à questão do trabalho e previdência social, os demais tratavam das temáticas: questões legislativas, educação, trabalho e previdência social, economia, saúde e meio ambiente.

Durante o período compreendido entre 1967 e 1986, registramos uma produção menor de legislação que o observado no período anterior, certamente influenciada pelo contexto político da época, bem como, uma menor variedade de temáticas abordadas nas proposições. Foram protocolados apenas 23 (6%) projetos legislativos, dos quais três (5%) estavam ligados à questão de gênero, sendo que tratavam da mesma forma da temática trabalho e previdência social, os demais projetos diziam respeito à educação e questões legislativas.

A grande maioria dos projetos apresentados pelas parlamentares gaúchas concentrou-se entre 1987 e 2011. Foram 289 das 397 proposições (73% do total) e 50 projetos ligados à questão de gênero (91%). Diversificou-se também a temática sobre as quais os projetos versaram. Em termos dos projetos sobre gênero as proposições foram apresentadas nas seguintes áreas: violência e segurança pública, saúde, transporte, habitação, questões legislativas e, do mesmo modo que nos períodos anteriores, trabalho e previdência social. Além dessas temáticas, os demais projetos versaram sobre: política fundiária, economia, meio ambiente, patrimônio cultural e outros.

Concluímos, a partir da análise dos projetos legislativos, que as deputadas estaduais durante o período estudado propuseram legislação em diferentes setores e que esta produção está estreitamente relacionada ao período histórico a que nos referimos, tanto no que se refere aos projetos de modo geral quanto às proposições relativas a gênero. Sem dúvida, o período pós 1987 é o mais profícuo em termos da produção legislativa, o que entendemos estar vinculado aos acontecimentos políticos nacionais e, em termos dos projetos sobre gênero, à organização dos movimentos feministas, a qual imprimiu visibilidade a esta temática, obtendo reconhecimento dos governos e organismos internacionais. Da mesma forma, a proximidade das parlamentares com os movimentos sociais e a identificação com a temática, maior ou menor dependendo do posicionamento ideológico das mesmas, contribui para o aumento da produção legislativa sobre a temática.

Em termos dos pronunciamentos proferidos pelas parlamentares gaúchas ao longo do período 1951-2011 podemos concluir que algo semelhante ocorreu. No primeiro período, 1951-1966, com a presença de três parlamentares, sendo que em grande parte a deputada Suely de Oliveira era a única representante feminina, registramos a ocorrência de 170 (4% do total) intervenções femininas no Parlamento, das quais 11 referiram-se às questões de gênero (2% do total de pronunciamentos a respeito), os quais estiveram centrados em temas tais como: política, trabalho e previdência social, ditadura militar, educação e questões legislativas. Verificamos também que, nesse período, os pronunciamentos femininos buscam legitimar-se a partir de uma fala que se diz em “em nome da mulher gaúcha”.

Apuramos, do mesmo modo, que já havia uma forte contestação por parte das parlamentares ao estereótipo de atuação e comportamento feminino que, por vezes, foi exposto e debatido com os demais deputados desde o espaço da tribuna, denotando-se assim a preocupação com a problemática das relações sociais de gênero, embora timidamente, quando comparada aos períodos subsequentes. No que se refere aos demais pronunciamentos, além dos temas acima citados, foram objeto de interesse das mulheres assuntos como: política fundiária, violência e segurança pública, economia, patrimônio cultural, assistência social, educação e outros. Destaca-se ainda que no conjunto dos pronunciamentos proferidos nesse período, questões legislativas e educação foram os temas que mais registraram falas femininas.

O segundo período, compreendido entre 1967 e 1986, contou com a presença de cinco deputadas ao longo dos cinco mandatos legislativos, as quais proferiram um total de 736 pronunciamentos (19% do total), sendo que destes 257 (35%) relativos às questões de gênero. Os pronunciamentos sobre gênero versaram sobre: educação, questões legislativas,

trabalho e previdência social, violência e segurança pública, saúde, assistência social, ditadura militar, política, planejamento familiar, economia, participação política das mulheres, promoção da mulher e outros. Como se observa a gama de assuntos aumentou em relação ao período anterior, tendo como grande destaque a questão da promoção da mulher e o debate sobre trabalho e previdência social. Em relação aos demais pronunciamentos, os quais além destes temas ainda debateram a questão da habitação, transporte, meio ambiente, assistência social, patrimônio cultural e política fundiária, destacaram-se aqui as questões legislativas, política e educação como as principais preocupações femininas expostas nos discursos.

Foi este o período em que o discurso feminista, entre as deputadas, apareceu com mais força denunciando injustiças sociais, discriminação contra a mulher, formas de preconceito, ausência das mulheres na política, necessidade de creches, planejamento familiar, entre outros. Por isso categorizamos esse período como um momento em que sobressaiu a “luta pela promoção da mulher”, também essa expressão sendo muito usada nos pronunciamentos das parlamentares neste espaço de tempo.

O período compreendido entre 1987 e 2011 teve a presença de 21 parlamentares na Assembleia Legislativa, das quais 20 proferiram discursos, totalizando 3006 pronunciamentos (77% do total) sendo que dentre estes 333 abordaram o assunto gênero (11%). Em termos do que foi debatido sobre a questão de gênero, novamente observa-se um número maior de categorias nas quais essa problemática foi inserida, quando comparado com os períodos anteriores. Assim, os discursos sobre gênero versaram sobre: promoção da mulher, questões legislativas, violência e segurança pública, saúde, participação política das mulheres, trabalho e previdência social, política, política fundiária, educação, habitação, economia, assistência social, transporte, meio ambiente, direitos humanos e outros. Isso demonstra as proporções que o debate sobre gênero foi tomando, de modo que hoje a perspectiva de gênero é inserida em praticamente todas as categorias usadas para analisar os pronunciamentos das parlamentares. As exceções, nesse período, foram os temas ditadura militar e patrimônio cultural, cujos discursos não mencionaram a questão de gênero.

Mais uma vez, a promoção da mulher foi a grande preocupação das parlamentares gaúchas, as quais debateram largamente as lutas e reivindicações propostas pelos movimentos feministas, sempre atentas às iniciativas governamentais sobre o tema, inclusive propondo legislação sobre a questão da saúde da mulher e da criação de delegacias especializadas, por exemplo. Tais iniciativas foram tomadas, a fim de garantir os direitos das mulheres, demonstrando publicamente que estavam ali na condição de “deputada, de mulher e de cidadã”.

Por fim, cabe mencionar que ao longo do período analisado, 1951-2011, registramos 3912 pronunciamentos femininos na Assembleia Legislativa Gaúcha, dos quais 601 foram destinadas à problemática de gênero, representando 15% do conjunto dos discursos feitos pelas parlamentares. Do ponto de vista ideológico, observamos que as deputadas filiadas aos partidos de esquerda foram as que mais se pronunciaram na tribuna, somando 58% do total de discursos e 38% daqueles sobre gênero. As deputadas filiadas aos partidos políticos situados no espectro político ideológico do centro foram responsáveis por 23% do total de discursos realizados e 18% daqueles relativos à problemática de gênero. Já as parlamentares cujos partidos políticos estão situadas à direita do espectro político realizaram o menor percentual de pronunciamentos proferidos na tribuna da Assembleia Legislativa, 19%, entretanto, foram responsáveis pela maior parte dos discursos relativos à questão de gênero, 44% do total destes pronunciamentos.

Tais dados são mais bem explicados quando consideramos os diferentes períodos históricos levados em conta na pesquisa. Por exemplo, observamos que os partidos de centro foram preponderantes no total dos pronunciamentos, bem como naqueles sobre gênero, no período 1951-1966. Isso se deve à presença da deputada Suely de Oliveira, à época membro do PTB, como a única mulher na Assembleia durante boa parte daquele período. O período 1967-1986 foi marcado por um contexto político em que o país se encontrava em plena ditadura militar, o sistema político partidário permitia apenas a existência de dois partidos e as liberdades política estavam ameaçadas, os deputados da oposição eram constantemente cassados, entre outros. Não por acaso, é o este o momento em que a direita tem o maior número de discursos e dos pronunciamentos sobre gênero, destacando-se ainda a atividade legislativa da deputada Dercy Furtado (ARENA). Já o terceiro período analisado é caracterizado pelo predomínio dos pronunciamentos e dos discursos sobre gênero proferidos pelas parlamentares filiadas aos partidos políticos de esquerda, no qual podemos destacar os 99 pronunciamentos sobre gênero proferidos pela deputada Jussara Cony (PCdoB).

Por fim, cabe mencionar que a presença de mais mulheres no Parlamento, devidamente associada aos diferentes momentos históricos e acontecimentos políticos e sociais, teve efeito importante tanto em relação aos pronunciamentos, quanto aos projetos apresentados pelas deputadas estaduais. Observamos que quanto mais mulheres na Assembleia mais elas se pronunciaram e mais projetos foram apresentados. Contudo, apesar da importância de uma política de presença, identificamos também que a participação das mulheres na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul foi além desta dimensão formal da

representação política, avançando no sentido da qualificação dessa presença em prol de um grupo social.

Para finalizar, gostaria de sublinhar que este trabalho teve como objetivo apresentar as principais características da participação política das deputadas estaduais do Rio Grande do Sul, de janeiro de 1951 a janeiro de 2011, na intenção de compreender se as parlamentares levantaram questões relativas à problemática das relações sociais de gênero. Desse modo buscou-se analisar aspectos pouco explorados a respeito da participação política das mulheres no estado, tentando contribuir para a discussão mais ampla em torno da representação política de minorias sociais e seu significado.

REFERÊNCIAS

ALCÁNTARA, Manuel. **¿Instituciones o máquinas ideológicas?** Origen, programa y organización de los partidos latinoamericanos. Barcelona, ICPS, 2004.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Mulheres Brasileiras em Tempo de Competição Eleitoral: Seleção de Candidaturas e Degraus de Acesso aos Cargos Parlamentares. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 895 a 939, 2008.

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e Feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

ALVES, José; CAVENAGUI, Suzana; ALCÂNTARA, Adeilton. Participação das mulheres nas eleições de 2004: avaliação da política de cotas no Brasil. **Revista Gênero**. Niterói, v. 7, n. 2, p. 195-215, 1º sem. 2007.

ANASTASIA Fátima; INÁCIO, Magna. **Democracia, Poder Legislativo, Interesses e Capacidades**. 2006. Disponível em: <http://www.rejuma.org.br/wiki/images/5/55/Democracia_Poder_Legislativo.pdf>. Acesso em: 15 out. 2012.

ARAÚJO, Clara. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. **Estudos Feministas**. v. 9, n. 1, p. 253-267, set. 2001.

_____. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 24, p. 193-215, jun. 2005.

_____. A intercessão entre gênero e partidos políticos no acesso das mulheres às instâncias de representação. Disponível em: <<http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2011.

_____. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: entre as instituições e a cultura. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.2, p. 23-59, 2009.

_____. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 567-584, maio-agosto 2010.

ARAÚJO Clara; ALVES José Eustáquio Diniz. Eleições e suas Interações com as Cotas. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 535 a 577, 2007.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 1997.

AVELAR, Lúcia. Os canais de representação política e a presença das mulheres. O voto feminino: um arsenal à disposição das mulheres. O canal numérico: partidos políticos e eleições. In: _____. **Mulheres na elite política brasileira**. Canais de acesso ao poder. Pesquisas, Centro de Estudos Konrad – Adenauer – Stiftungano, n.6, 1996, p.20 – 30.

_____. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da UNESP, 2001.

_____. As mulheres, os partidos e as eleições de 2010. **Teoria e Debate**, n. 91, p. 50-53, 2011.

BAER, Werner. A retomada da inflação no Brasil: 1974-1986. **Revista de Economia Política**, vol.7, n.1, janeiro-março 1987, p.29-72.

BARREIRA, Irllys Alencar; GONÇALVES, Danyelle Nilin. **Representação e participação política: as mulheres no Congresso Nacional**. 2011. Trabalho apresentado no XXVIII congresso internacional da Associação Latino-americana de Sociologia, Recife, 2011.

BITTENCOURT, Denise Martins. **O discurso político gaúcho no Congresso Nacional: uma análise da bancada federal gaúcha na 50ª Legislatura (1995-1999)**. 2005, 328p. Tese (Doutorado em Ciência Política), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

BOBBIO, Norberto. A democracia. In: _____. **Teoria Geral da Política**. Rio de Janeiro, Campus, 2000a, p. 371-471.

_____. **O futuro da democracia**. 8ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2000b.

_____. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: UNESP, 2001.

BOCK, Gisela. La historia de las mujeres y la historia del género: Aspectos de un debate internacional. **Historia Social**, España, Universidad de Valencia, Instituto de Historia Social, n.9, p.55-77, 1991.

BOHN, Simone. Mulheres brasileiras na disputa do legislativo municipal. **Perspectivas**, São Paulo, v. 35, p. 63-89, jan./jun. 2009.

BORBA, Ângela. Legislando para mulheres. In: BORBA, Angela; FARIA, Nalu; GODUINHO, Tatau (org.). **Mulher e política: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 153-172, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006.

_____. **A Dominação Masculina**. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CÁNEPA, Mercedes M. L. **Partidos e Representação Política**: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 8^aed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CARVALHO, Marília Pinto de. Uma busca teórica. In: _____. **No coração da sala de aula**: gênero e trabalho docente nas séries iniciais. São Paulo: Xamã, 1999, p.19-50.

CEPAL. **El aporte de las mujeres a la igualdad en América Latina y el Caribe**. X Conferencia regional sobre la mujer de América Latina y el Caribe. 2007, p.137. Disponível em: <<http://www.choike.org/nuevo/informes/5589.html>>. Acesso em: 20 jan. 2008.

CERQUEIRA, Luiz Fernando. Déficit público, indexação, mudanças de regimes e expectativas inflacionarias: a dinâmica da taxa de inflação no Brasil entre 1960 e 2005. **Perspectiva Econômica**, v.3, n.2, jul./dez. 2007, p.82-126.

COLLIN, François. **Présence et représentation: Les formes complexes de la vie politique**. 2006, p.6. Disponível em: <http://www.mediterraneas.org/print.php3?id_article=521>. Acesso em: 10 out. 2007.

COLLING, Ana Maria. A construção histórica do feminino e do masculino. In: STREY, Marlene Neves; CABEDA, Sonia T.; PREHN, Denise Rodrigues (org). **Gênero e cultura**: questões contemporâneas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 13-38.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **As Donas do Poder**: Mulher e Política na Bahia. Salvador: NEIM/UFBA – Assembleia Legislativa da Bahia, 1998.

_____. **O movimento feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política**. 2005. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys7/liberdade/anaalice.htm>>. Acesso em: 22 fev. 2008.

DAHL, Robert. **Sobre a democracia**. Brasília, UnB, 2001.

DAHLERUP, Drude. El uso de cuotas para incrementar la representación política de la mujer. In: **Mujeres en el Parlamento**. Más allá de los números, IDEA, p.159-172, 2002. Disponível em: <http://www.idea.int/publications/wip/upload/Full%20Handbook%20_%20WiP%20Spanish.pdf>. Acesso em: 15 set. 2007.

_____. Le Parlement est-il ouvert aux femmes? Les quotas dans le monde. In: Le Parlement est-il ouvert aux femmes? Evaluation. **Union Interparlementaire**, documento n.62, p.24-28, 2010.

DINIZ, Simone. Interações entre os Poderes Executivo e Legislativo no Processo Decisório: Avaliando Sucesso e Fracasso Presidencial. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 333-369, 2005.

ELMIR, Claudio Pereira. **A Democracia Reconquistada (1983-2004)**. Porto Alegre: CORAG, 2005. (Os 170 anos do Parlamento Gaúcho; v. 4).

FARIA Cláudia Feres. **O Estado em Movimento: Complexidade Social e Participação Política no Rio Grande do Sul**. 2005, 275p. Tese (Doutorado em Sociologia e Política), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. Desconforto e invisibilidade: representações sobre relações de gênero entre sindicalistas docentes. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n.47, p.15-40, 2008.

FRANCO, Sérgio da Costa. **A Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul (1835-1889): crônica histórica**. Porto Alegre: CORAG, 2004. (Os 170 anos do Parlamento Gaúcho; v.1).

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da Justiça na Era Pós-socialista. In: SOUZA, Jessé. **Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001a, p.245-282.

_____. Repenser la sphère publique: une contribution à la critique de la démocratie telle qu'elle existe réellement. **Hermès**, n. 31, p.125-156, 2001b.

_____. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCHINI, C., UNBEHAUM, S. **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira**. São Paulo: FCC, Editora 34, p.61-78, 2002.

_____. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 15, p. 291-308, maio-agosto/2007.

_____. Reenquadrando a justiça num mundo globalizado. **Lua Nova**, São Paulo, n. 77, p.11-39, 2009.

GARCIA, Sandro Rudit. Novas tramas produtivas no setor de telecomunicações pós-privatização: a experiência do Rio Grande do Sul. **Revista de Ciências Humanas: Florianópolis**, EDUFSC, n.35, p.117-139, abril de 2004.

GUIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

GOMES, Angela de Castro. **Uma breve história do PTB**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. Trabalho apresentado na Palestra no I Curso de Formação e Capacitação Política, realizado na Sede do PTB. São Paulo, 13. jul.2002.

GONZÁLEZ, Ana Isabel Alvarez. **As origens e a comemoração do Dia Internacional da Mulher**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Democracia, participação e deliberação: contribuições ao debate sobre possíveis transformações na esfera democrática. **Civitas**: Porto Alegre, v.4, n2, p. 257-283, jul.-dez. 2004.

GUGLIANO, Alfredo Alejandro; ORSATO, Andréia. Women in Motion: Female Representation in the Rio Grande do Sul State Legislative Assembly. **Brazilian Political Science Review**, v.6, n.1, p.90-112, 2012.

GRILL, Igor. Processos, condicionantes e bases sociais da especialização política no Rio Grande do Sul e no Maranhão. **Sociologia e Política**, v. 16, n. 30, p. 65-87, 2008.

GROHMANN, Luís Gustavo Mello. A Polarização Política no RS e a Relação Executivo-Legislativo (1995-2001). **Revista Estudos Legislativos**, ano 2, n. 2, p. 312-355, 2006.

GROSSI, Miriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p.167- 206, set. 2001.

GUZMÁN, Virginia. **Gobernabilidad democrática y género, una articulación posible**. Serie Mujer y desarrollo, CEPAL, n.48. 2003.

_____. **La institucionalidad de género en el Estado**: Nuevas perspectivas de análisis. Unidad Mujer y Desarrollo Santiago de Chile, marzo de 2001. Disponível em: <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/3/6323/lcl1511e.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

HEINZ, Flávio M. **O Parlamento em tempos interessantes**: breve perfil da Assembléia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982. Porto Alegre: CORAG, 2005. (Os 170 anos do Parlamento Gaúcho: v. 3)

HELD, David. **Modelos de democracia**. Madri, Alianza, 1992.

HOBBS, Thomas. **O Leviatã**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

HTUN, Mala. A Política de Cotas na América Latina. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n.1, p. 225-230, set. 2001.

INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa; WELZER, Christian. **Gender Equality and Democracy**, 2004. Disponível em: http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/tpb_MA_6187.pdf. Acesso em: 05 out. 2012.

KARAWAJCZYK, Mônica. **Um manual de comportamento feminino no final da Idade Média**: O Espelho de Cristina de Christine de Pisan (1405) (Parte 1). Disponível em: <<http://www.historiahistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=35>>. Acesso em: 20 abr. 2008.

KINZO, Maria D'Alva G. **Radiografia do quadro partidário brasileiro**. São Paulo, Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993.

KROEFF, Maria Bernadete Moreira. **Histórias De Vida**: Trajetórias de professoras no cenário político de Porto Alegre - Perfis (Auto) Biográficos no Mundo Contemporâneo. 2010,

163p. Tese (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Porto Alegre, 2010.

_____. **A trajetória política das mulheres gaúchas nas eleições de 1950 a 1990.** 2001, 127p. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. **Instituições políticas democráticas: o segredo da legitimidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

LIMONGI, Fernando. A Democracia no Brasil: Presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. **Novos Estudos**, p. 17-41, nov. 2006.

_____. **O Poder Executivo na Constituição de 1988.** Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Limongi/O_Poder_Executivo_na_Constituicao_de_1988.pdf>. Acesso em 15 out. 2012.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Modelos de Legislativo: O Legislativo Brasileiro em Perspectiva. **Revista Plenarium**, p.41-56.

_____. **Relação Executivo-Legislativo no Presidencialismo Multipartidário: os regimes de 46 e 88.** Trabalho apresentado no XXII Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 1998.

LEFORT, Claude. A questão da democracia. In: _____. **Pensando o Político.** São Paulo, Paz e Terra, 1991. p. 23-36.

LOCKE, John. **Segundo Tratado Sobre o Governo.** São Paulo: IBRASA, 1963.

LOVENDUSKI, Joni; KARAM, Azza. Mujeres en el Parlamento: estrategias para marcar la diferencia. In: **Mujeres en el Parlamento.** Más allá de los números, IDEA, p.201-237, 2002. Disponível em: <http://www.idea.int/publications/wip/upload/Full%20Handbook%20_%20WiP%20Spanish.pdf>. Acesso em: 15 set. 2007.

LOVENDUSKI, Joni; NORRIS, Pippa. Westminster Women: the Politics of Presence. **Political Studies**, v. 51, p.84-102, 2003.

LOSURDO, Domenico. **Democracia ou bonapartismo.** Rio de Janeiro, UFRJ/UNESP, 2004. p.243-294.

MANSBRIDGE, Jane. Should Blacks Represent Blacks and Women Represent Women? A Contingent "Yes". **The Journal of Politics**, v. 61, n. 3, p. 628-657, aug.,1999.

MARENCO, André; SERNA, Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, p. 93-113, 2007.

MATOS, Marlise. **Paradoxos da incompletude da cidadania política das mulheres novos horizontes para 2010?** Disponível em:

<<http://opiniaopublica.ufmg.br/biblioteca/marlise.pdf>>. Acesso em: 22 de abril de 2010.

_____. Opinião pública e Representação Política das Mulheres: Novos Horizontes Para 2010? **Em Debate**, Belo Horizonte, v.2, n.3, p 31-37, mar. 2010.

MATOS, Vanessa Cristina Santos. Contradições, limites e avanços: uma história do movimento feminista marxista. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 8, n. 22, p. 134 -156, abr. de 2009.

MIGUEL, Luis Felipe. Teoria Política Feminista e Liberalismo: O caso das cotas de representação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.15, n.44, p.91-102, out. 2000.

_____. Política de interesses, política de desvelo: representação e ‘singularidade feminina’. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n.1, p. 253-267, set. 2001.

_____, FEITOSA, Fernanda. O Gênero do Discurso Parlamentar: Mulheres e Homens na Tribuna da Câmara dos Deputados. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 201-221, 2009.

MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Revista Estudos Feministas**. v. 9, n. 1, p.167- 206, 2001.

MORAES, Filomeno. Executivo e Legislativo no Brasil pós-constituente. **São Paulo em Perspectiva**, v.15, n.4, p. 45-52, 2001.

MOREIRA, Lourdes. **Mulheres e atuação política**: a construção das políticas sociais de gênero no Poder Legislativo do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/mulheres-e-a-atuacao-politica-a-construcao-das-politicas-sociais-de-genero-no-poder-legislativo-do-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 17 abr. 2010.

_____. **Mulheres no Parlamento**: trajetória, atuação parlamentar e construção de políticas sociais de gênero no Poder Legislativo Estadual no Rio de Janeiro. 2010. 197p. Dissertação (Mestrado em Política Social), Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

MOREIRA, Lourdes; ARAÚJO, Hildete Pereira De Melo Hermes De. **Feminismo na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro**: as deputadas feministas e a promoção de política para as mulheres. Trabalho apresentado no I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, Universidade Estadual de Londrina, 2010.

MOUFFE, Chantal. Feminismo, ciudadanía y política democrática radical. In:_____. **El retorno de lo político**; comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical. Barcelona: Piados, 1999. p.107-126.

MÜLLER, Gustavo. Comissões e Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: Um Estudo sobre os Padrões Partidários de Recrutamento para as Comissões Permanentes. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 371 a 394, 2005.

NARVAZ, Martha Giudice, KOLLER Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006.

NICOLAU, Jairo. **Sistemas Eleitorais**. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

NÓBREGA, Luciana Nogueira; LOPES, Ana Maria D'Ávila. **Democratizando a democracia**: a participação política das mulheres e a reforma do sistema político. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh/ana_maria_davila_lopes2.pdf>. Acesso em: 04/02/2011.

NORRIS, Pippa. The Impact of Electoral Reform on Women's Representation. **Acta Política**, p. 1 – 17, 2006.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. **Gendering Social Capital**: Bowling in Women's Leagues? 2003. Disponível em: <<http://www.hks.harvard.edu/fs/pnorris/Acrobat/Gendering%20Social%20Capital.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2012.

OBREGÓN, María Emma Wills. Feminismo y Democracia: más allá de las viejas fronteras. **Análisis Político**. Colombia, n.37, p.18-37, may/ago. 1999.

ORSATO, Andréia. **Gênero e Democracia**: Rupturas e Permanências no Orçamento Participativo de Porto Alegre (2005). 2008. 150p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Instituto de Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

PAIVA, Sílvia Maria. **A privatização no Brasil**: breve avaliação e perspectivas. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/821/1086>>. Acesso em: 06/03/2013. p.104-117.

PALERMO, Vicente. Como se Governa o Brasil? O Debate sobre Instituições Políticas e Gestão de Governo. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, v.43 n.3, 2000.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PECHARD, Jacqueline. El sistema de cuotas en América Latina. Panorama Geral. In: IDEA. **Mujeres en el Parlamento**. Más allá de los números, 2002, p.173-186. Disponível em: <http://www.idea.int/publications/wip/upload/Full%20Handbook%20_%20WiP%20Spanish.pdf>. Acesso em: 15 set. 2007.

PERROT, Michele. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PETERSEN, Áurea Tomatis. **Trabalhando no banco**: trajetória de mulheres gaúchas desde 1920. 1999, 381p. Tese (Doutorado em História do Brasil), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 1999.

PHILLIPS, Anne. De uma política de idéias a uma política de presença? **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n.1, p. 268-290, set. 2001.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Amanhã a diferença? In: _____. **Ciladas da Diferença**. São Paulo: 34, 1999, p.104-149.

PIMEMTA, Fabrícia Faleiros. **O campo político brasileiro: a ação parlamentar das senadoras no Congresso Nacional (1987-2033)**. 2006, 111p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007. (Série Documentos) 224 p.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

_____. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. **Perfis, trajetórias, desempenhos: uma pesquisa com as vereadoras gaúchas**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000.

PINTO, Livia Ramos. **A atuação parlamentar da mulher no Estado do Paraná e a perspectiva de gênero**. 2008, 126p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social), Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

PIRES, Pedro Luiz Pereira. **Energia elétrica, privatização e meio ambiente: o papel da CEEE no desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul e sua contribuição para a preservação do meio ambiente**. 2010. 80 f. Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

PITKIN, Hanna Fenichel. **El concepto de representacion**. Centro de Estudios Constitucionales. Madrid, 1985.

_____. Representação: palavras, instituições e idéias. **Lua Nova**, São Paulo: n. 67, , p.15-47, 2006.

PRÁ, Jussara Reis. Alternativas de organização na América Latina: as mulheres no sul do Brasil. In: BAQUERO, Marcello. **Democracia, Partidos e Cultura Política na América Latina**. Porto Alegre: NUPESAL/Kuarup, 1989, p.177-203.

_____. Cidadania e gênero no processo de construção da democracia brasileira. In: BAQUERO, Marcello. **Condicionantes da Consolidação Democrática: ética, mídia e poder**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1996. p.91-132.

_____. Eleições e Cidadania. Notas sobre o comportamento política de gênero. In: BAQUERO, Marcello [et. al.]. **A lógica do processo eleitoral em tempos modernos**. Porto Alegre/ Canoas: Editora da Universidade/UFRGS/ Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, 1997. p.11-35.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria Especial de Políticas para as mulheres. **II CNPM quer mudanças nas estruturas patriarcais dos partidos políticos**, 2006. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sepm/noticias/ultimas_noticias/not_mudancas_partidos_politicos/>. Acesso em: 03 de maio de 2008.

REIS, Cíntia de Oliveira Santiago dos. **Representação Política no Brasil**: Uma análise do perfil das mulheres eleitas à Câmara dos Deputados (1986-2011). 2010, 85p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

RESENDE, Roberta Carnelos; NICOLÁS, María Alejandra; ROSEVICS, Larissa. Análise da participação política Feminina nas Assembléias Legislativas da região Sul do Brasil (1998-2006). **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 254-269, ago. /dez. 2010.

REZENDE, Daniela Leandro. **Teoria Democrática e Instituições Políticas**: análise da representação de mulheres na Assembléia Legislativa de Minas Gerais (1999-2006). Trabalho apresentado ao Congresso da Associação de Estudos Latino-americanos, Rio de Janeiro, Brasil, 2009.

RICHARTZ, Terezinha. **Mulheres na Assembléia Legislativa de São Paulo nos partidos PT, PSDB e PFL e a resistência às políticas neoliberais**. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/terezinharichartz.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2010.

RIO GRANDE DO SUL. **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 1989.

_____. **Regimento Interno da Assembleia Legislativa**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 1991.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, ideologia e composição social**: um estudo das bancadas partidárias na câmara dos deputados. São Paulo: Edusp. 2002.

ROSSI-DORIA, Anna. Representar um corpo. Individualidade e “alma coletiva” nas lutas pelo sufrágio. IN: BONACCHI, Gabriella; GROPPPI, Angela. **O dilema da cidadania**: direitos e deveres das mulheres. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995. p.109-128.

ROUSSEAU, Jean – Jacques. **O contrato Social**. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

_____. Livro V. In: _____. **Emílio ou Da Educação**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 491-680.

SACCHET, Teresa. Capital social, gênero e representação política no Brasil. **Opinão Pública**, Campinas, v. 15, n. 2, p.306-332, nov. 2009.

SANTOS, Fabiano. **O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalisção**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

_____. Novas e Velhas Verdades sobre a Organização Legislativa e as Democracias. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 41 n. 4, p. 863-873, 1998.

_____. A Reforma do Poder Legislativo no Brasil, **Revista Plenarium**, p.26-40.

_____. Reforma política: notas de cautela sobre os efeitos de escolhas institucionais. **Revista Plenarium**, Ano IV, n. 4, p.61-69, jun. 2007.

SANTOS, Janine Mello dos. **Gênero, Representação e Instituições**. Brasília, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa e AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia**. Os caminhos da democracia participativa. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.39-78.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.2, p. 35-50, maio/ago. 2004.

SARTORI, Giovanni. A Democracia vertical. In:_____. **A Teoria da Democracia Revisitada**. Volume I – O debate contemporâneo. São Paulo: Ática, 1994. p.181-245.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, n.16, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SOARES, Vera. **Muitas faces do feminismo no Brasil**. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/uploads/vera.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2011.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **O gênero da representação: movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990)**. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_17/rbcs17_01.htm>. Acesso em: 08 jul.2010.

STUART MILL, John. **A sujeição das mulheres**. São Paulo: Editora Escala, 2006.

TABAK, Fanny. **Mulheres Públicas: Participação Política e Poder**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

TANAKA, Heiji. **A questão da privatização no Brasil**. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/akropolis/article/view/1641/1420>>. Acesso em 06/03/2013.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve Historia do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

TERLERA, João Carlos. Perfil de uma pioneira. In: **PERFIS PARLAMENTARES**. Suely de Oliveira: perfil biográfico, depoimentos e discursos (1915-1994). Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, v.11, p.23-27, 2007.

TOMIO, Fabricio Ricardo de Limas. Iniciativas, cenários e decisões no processo legislativo estadual. **Revista Estudos Legislativos**, n.5, p.54-40, dez. 2011.

THERBORN, Göran. **Sexo e Poder: a família no mundo, 1900-2000**. São Paulo: Contexto, 2006.

TRINDADE, Héglio; NOLL, Maria Izabel. **Subsídios para a história do Parlamento Gaúcho (1890-1937)**. Porto Alegre: CORAG, 2005. (Os 170 anos do Parlamento Gaúcho; v. 2).

VELÁZQUEZ, Raimunda Almeida dos Santos. **Espaços de poder conquistados pelas deputadas na assembléia legislativa do estado de Goiás**. Trabalho apresentado no XXVIII Congresso Internacional da ALAS, Recife, 2011.

VINCENT, Andrew. Feminismo. In:_____. **Ideologias Políticas Modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. p.175-208.

VOGEL, Luiz Henrique. As interações entre o social e o eleitoral na política de quotas para as mulheres. Consultoria Legislativa, **Câmara dos Deputados**, Brasília, 2011.

XAVIER, Denise Walter. **“Cortando as amarras” (?)**: análise da trajetória de Dercy Furtado (1942-1986). 2009, 55f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ZUCCO Jr, Cesar. Esquerda, direita e governo: A ideologia dos partidos políticos brasileiros. **O Congresso por ele mesmo**. UFMG Press, Belo Horizonte. Co-edited with Timothy Power, 2011, p.37-60.

YOUNG, Íris Marion. Comunicação e o outro: além da democracia deliberativa. In: SOUZA, Jessé. **Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, p. 365-386.

_____. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo, n.67, p.139-190, 2006.

OBRAS CONSULTADAS

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico: explicitações das Normas da ABNT**. 16ªed, Porto Alegre: Dáctilo Plus, 2012.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Vindicación de los derechos de la mujer**. Madri, Debate, 1998.

SITES CONSULTADOS

<http://www.ipu.org>
<http://www.tse.jus.br>
<http://www.senado.gov.br>

<http://www.tre-rs.gov.br>

http://www.al.sp.gov.br/web/eleicao/mulher_voto.htm.

APÊNDICE A – Relação de deputadas gaúchas por legislatura e partido político (1951-2015)

Legislatura	Deputadas	Partido
31/01/1951 à 31/01/1955	Suely de Oliveira	PTB
31/01/1955 à 31/01/1959	Suely de Oliveira	PTB
31/01/1959 à 31/01/1963	Suely de Oliveira	PTB
31/01/1963 à 31/01/1967	Suely de Oliveira (de 01 à 17/12/1964)	PTB
	Zaira Folly (de 1 de abril a 7 de maio de 1966)	MTR
	Maria Íris Potthoff (de 1 a 17 de dezembro de 1964)	PDC
31/01/1967 à 31/01/1971	Suely de Oliveira	PMDB
	Terezinha Irigaray (cassada em 14//03/1969)	PMDB
31/01/1971 à 31/01/1975	Suely de Oliveira	MDB
	Dalila Alves (assumiu 25/11/1974 a 30/01/1975)	ARENA
31/01/1975 à 31/01/1979	Dercy Furtado	PDS
31/01/1979 à 31/01/1983	Dercy Furtado	PDS
31/01/1983 à 31/01/1987	Dercy Furtado	PDT
	Ecléa Fernandes	PMDB
31/01/1987 à 31/01/1991	Ecléa Fernandes	PMDB/PSDB
	Hilda de Souza	PMDB
	Jussara Cony (de 20/12/1989 a 03/04/1990)	PC do B
31/01/1991 à 31/01/1995	Regina Rossignollo	PDT
	Jussara Cony	PC do B
31/01/1995 à 31/01/1999	Maria A. Feldman	PSB
	Cecília Hypólito (assumiu em 1997)	PT
	Luciana Genro	PT
	Maria do Carmo Bueno	PPR / PPB
	Jussara Cony	PC do B
31/01/1999 à 31/01/2003	Cecília Hypólito	PT
	Luciana Genro	PT
	Maria do Carmo	PPR/ PPB/PP
	Maria do Rosário Nunes	PT
	Iara Silvia Lucas Wortmann (assumiu 02/01/2001)	PMDB / PPS
	Gilda Maria Haack (01/01/2003 a 31/01/2003)	PTB
	Adriane Garcia Rodrigues (01/01/2003 a 31/01/2003)	PDT
31/01/2003 à 31/01/2007	Jussara Cony	PC do B
	Maria Helena Sartori	PMDB
	Leila Fetter (Assumiu mandato parlamentar em 05/02/2003 na suplência de Valdir Andres. Em 27/01/2005 assumiu na vaga de Frederico Antunes. Retornou à suplência em 21/12/2005. Em 06/02/2005 reassumiu na vaga de Valdir Andres. Voltou à suplência em 31/03/2006)	PPB/PP
	Floriza dos Santos	PDT
	Miriam Marroni (assumiu 03/01/2005 à 31/01/2007)	PT
31/01/2007 à 31/01/2011	Leila Fetter (Assumiu o mandato parlamentar em 01/02/2007 na vaga de Pedro Westphalen. Em 21/11/2007, voltou à suplência com o retorno de Pedro Westphalen. Em 17/12/2009, reassumiu o mandato parlamentar na vaga de Marco Peixoto que ingressou no Tribunal de Contas do Estado (TCE) como conselheiro da Corte.)	PP
	Marisa Formolo	PT
	Kelly Moraes	PTB
	Silvana Covalti	PP
	Stela Farias Lopes	PT

31/01/2007 à 31/01/2011	Zilá Breitenbach (Assumiu na vaga do dep. Álvaro Boéssio (PMDB), por decisão do TSE. Dessa forma, o PMDB perdeu uma cadeira e o PSDB ganhou uma.)	PSDB
01/02/2011 à 31/01/2015	Zilá Breitenbach	PSDB
	Ana Affonso	PT
	Juliana Brizola	PDT
	Maria Helena Sartori	PMDB
	Marisa Formolo	PT
	Miriam Marroni	PT
	Silvana Covatti	PP

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Memorial do Legislativo.

APÊNDICE B – Experiência política anterior ao mandato na assembleia legislativa do rio grande do sul

Deputada	Experiência política anterior
Adriane Rodrigues	Presidente da juventude do PDT em Pelotas e depois do estado, Vice-presidente do diretório municipal do PDT de Pelotas, Suplente de deputado em 1998. Filha de Anselmo Rodrigues.
Ana Affonso	Vereadora de São Leopoldo entre 2004 e 2012.
Cecília Hypólito	Sindicalista (municípios em Pelotas e CUT).
Dalila Alves	Sem informação.
Dercy Furtado	Vereadora em Porto Alegre eleita em 1972.
Ecléa Fernandes	Sem informação.
Floriza dos Santos	Tem 17 anos de voluntariado e cinco como primeira-dama em Novo Hamburgo.
Gilda Maria Haack	Vereadora em Parobé de 1992 a 2000.
Hilda de Souza	Sem informação.
Iara Wortmann	Sindicalista e Secretária Estadual de Educação nos governos de Simon e Britto.
Juliana Brizola	Vereadora de Porto Alegre entre 2009 e 2012.
Jussara Cony	Vereadora em Porto Alegre entre 1982 a 1991.
Kelly Moraes	Secretária executiva da Prefeitura de Santa Cruz do Sul e Deputada Federal em 2002.
Leila Fetter	Sem informação.
Luciana Genro	Filiou-se ao PT aos 14 anos, é filho de Tardo Genro.
Maria Augusta Feldman	Sindicalista (CPERS).
Maria do Carmo Bueno	Candidata a vice-governadora em 1990.
Maria do Rosário Nunes	Vereadora em Porto Alegre de 1993 a 1998.
Maria Helena Sartori	Sindicalista, Subchefe administrativa da Casa Civil no governo Pedro Simon; Vice-presidente nacional do PMDB Mulher; Diretora no 1º Núcleo do CPERS (1979 - 1983).
Maria Iris Potthoff	Sem informação.
Marisa Formolo	Vice-prefeita de Caxias do Sul de 1997 a 2000.
Mirian Marroni	Vereadora em Pelotas de 1997 a 2004.
Regina Rossignollo	Sem informação.
Silvana Covatti	Sem informação.
Stella Farias Lopes	Vereadora em Alvorada de 1992 a 1996 e Prefeita de 1997 a 2004.
Suely de Oliveira	Vereadora em Pelotas entre 1947 a 1950.
Terezinha Chaise	Sem informação.
Zaira Folly	Sem informação.
Zilá Breitenbach	Prefeita de Três Passos de 1997 a 2004.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Memorial do Legislativo.

APÊNDICE C – Relação das deputadas estaduais e profissão

Deputadas	Número de Legislaturas	Profissão
Adriane Rodrigues	1	Estudante de direito e Dona de casa
Ana Afonso	1	Professora
Cecília Hypólito	2	Professora
Dalila Alves	1	Professora
Dercy Furtado	3	Professora
Ecléa Fernandes	2	Professora
Floriza dos Santos	1	Dona de casa
Gilda Maria Haack	1	Funcionário Pública Municipal
Hilda de Souza	1	Professora, Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais, Graduada em Ciências Sociais e Procuradora da Assembleia Legislativa
Iara Wortmann	1	Professora
Juliana Brizola	1	Advogada
Jussara Cony	5	Farmacêutica
Kelly Moraes	1	Servidora Pública
Leila Fetter	2	Arquiteta e professora CEFET/Pelotas
Luciana Genro	2	Professora e advogada
Maria do Carmo Bueno	2	Jornalista
Maria do Rosário Nunes	1	Professora
Maria Augusta Feldman	1	Professora
Maria Helena Sartori	2	Professora
Maria Íris Potthoff	1	Professora, Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais e Procuradora do Estado
Marisa Formolo	2	Professora
Mirian Marroni	2	Psicóloga e servidora pública da UFPel
Regina Rossignollo	1	Professora
Silvana Covatti	2	Professora
Stella Farias	1	Professora
Suely de Oliveira	6	Professora
Terezinha Irigaray	1	Professora e Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais
Zaira Folly	1	Graduada em Ciências Sociais e Orientadora de Ensino - industrial
Zilá Breitenbach	2	Professora

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Memorial do Legislativo.

APÊNDICE D - Participação das parlamentares em comissões permanentes da AL/RS (1951-2011)

Legislatura	Deputada	Partido	Ano	Comissão
31/01/1951 à 31/01/1955	Suely de Oliveira	PTB	1951	Comissão de educação e saúde
			1952	Não participou de comissões
			1953	Comissão Permanente de Serviços públicos, assistência social e subvenções
			1954	Comissão Permanente de Serviços públicos, assistência social e subvenções
31/01/1955 à 31/01/1959	Suely de Oliveira	PTB	1955	Não participou de comissões
			1956	Comissão Permanente de Serviços públicos, assistência social
			1957	Comissão Permanente de Serviços públicos, assistência social
			1958	Comissão Permanente de Serviços públicos, assistência social
31/01/1959 à 31/01/1963	Suely de Oliveira	PTB	1959	Comissão Permanente de Serviços públicos, assistência social e subvenções
			1960	Comissão Permanente de Serviços públicos, assistência social e subvenções
			1961	Comissão Permanente de Serviços públicos, assistência social e subvenções
			1962	Comissão Permanente de Serviços públicos, assistência social e subvenções
31/01/1963 à 31/01/1967	Suely de Oliveira (de 01 à 17/12/1964)	PTB	1963	Comissão Permanente de Serviços públicos, assistência social
			1964	Comissão Permanente de Serviços públicos, assistência social e subvenções
			1965	Comissão Permanente de Serviços públicos, assistência social
			1966	Comissão Permanente de Serviços públicos, assistência social e subvenções
	Maria Íris Potthoff (de 1 a 17 de dezembro de 1964)	PDC	1964	Não participou de comissões
31/01/1967 à 31/01/1971	Suely de Oliveira	MDB	1967	Comissão Permanente de Serviços públicos, assistência social e subvenções
			1968	Comissão Permanente de Serviços públicos, assistência social e subvenções
			1969	Comissão Permanente de Serviços públicos, assistência social e subvenções
			1970	Comissão Permanente de Serviços públicos, assistência social e subvenções
	Terezinha Irigaray (cassada em 14//03/1969)	MDB	1967	Não participou de comissões
31/01/1971 à 31/01/1975	Suely de Oliveira	MDB	1971	Comissão de Constituição e Justiça
			1972	Comissão Permanente de Serviços públicos, assistência social e subvenções
			1973	Serviços Públicos e Redação Final
			1974	Não participou de comissões
	Dalila Alves	ARENA	1974	Não participou de comissões

31/01/1975 à 31/01/1979	Dercy Furtado	ARENA	1975	Comissão de Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social	
			1976	Comissão de Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social	
			1977	Comissão de Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social.	
			1978	Comissão de Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social.	
31/01/1979 à 31/01/1983	Dercy Furtado	ARENA/	1979	Comissão de Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social.	
		PDS	1980	Comissão Permanente de Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social	
			1981	Comissão Permanente de Saúde Trabalho e Bem-Estar Social	
			1982	Comissão de Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social	
31/01/1983 à 31/01/1987	Dercy Furtado	PDS	1983	Comissão de Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social. Comissão de defesa do meio ambiente e turismo.	
			1984	Comissão de Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social.	
			1985	Comissão Permanente Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social.	
			1986	Comissão Permanente de Economia e Desenvolvimento Sustentável	
	Ecléa Fernandes	PMDB	1983	Comissão de Saúde, Trabalho e Bem- Estar Social.	
			1984	Comissão de Direitos Humanos, Segurança Social e Defesa do Consumidor.	
			1985	Comissão de Defesa do Meio Ambiente e Turismo.	
			1986	Comissão de Defesa do Meio Ambiente e Turismo Comissão de Finanças e Planejamento	
31/01/1987 à 31/01/1991	Ecléa Fernandes	PMDB (Em 1988 filia-se ao PSDB)	1987	Comissão de Educação e Cultura	
			1988	Comissão de Educação e Cultura	
			1989	Comissão de Educação, Cultura, Desporto Ciência, Tecnologia	
			1990	Não participou de comissões	
	Hilda de Souza	PMDB	1987	Comissão de Estudos Municipais	
			1988	Comissão de Finanças e Planejamento	
			1989	Comissão de Constituição e Justiça	
			1990	Não participou de comissões	
	Jussara Cony (20/12/1989 a 03/04/1990)	PC do B	1989	Comissão de Cidadania e Direitos Humanos Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo	
			1990	Não participou de comissões	
	31/01/1991 à 31/01/1995	Regina Rossignollo	PDT	1991	Comissão de Saúde e Meio Ambiente Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Tecnologia
				1992	Comissão de Saúde e Meio Ambiente Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Tecnologia
1993				Comissão de Saúde e Meio Ambiente Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Tecnologia	
1994				Comissão de Saúde e Meio Ambiente Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Tecnologia	
Jussara Cony		PC do B	1991	Comissão de Cidadania e Direitos Humanos Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo	
			1992	Comissão de Cidadania e Direitos Humanos Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo	
			1993	Comissão de Cidadania e Direitos Humanos Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo	
			1994	Comissão de Cidadania e Direitos Humanos Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo	
31/01/1995 à 31/01/1999	Maria A. Feldman	PSB	1995	Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia Comissão de Cidadania e Direitos Humanos	
			1996	Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia Comissão de Cidadania e Direitos Humanos	
			1997	Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia	

				Comissão de Cidadania e Direitos Humanos
			1998	Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia Comissão de Cidadania e Direitos Humanos
	Cecília Hypólito	PT	1997	Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo
			1998	Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo
	Luciana Genro	PT	1995	Comissão de Cidadania e Direitos Humanos Comissão de Segurança e Serviços Públicos
			1996	Comissão de Cidadania e Direitos Humanos Comissão de Segurança e Serviços Públicos
			1997	Comissão de Cidadania e Direitos Humanos Comissão de Segurança e Serviços Públicos
			1998	Comissão de Cidadania e Direitos Humanos Comissão de Segurança e Serviços Públicos
	Maria do Carmo Bueno	PPB	1995	Comissões de Ética Comissão de Saúde e Meio Ambiente Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia
			1996	Comissões de Ética Comissão de Saúde e Meio Ambiente Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia
			1997	Comissões de Ética Comissão de Saúde e Meio Ambiente Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia
			1998	Comissões de Ética Comissão de Saúde e Meio Ambiente Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia
	Jussara Cony	PC do B	1995	Comissão de Ética Comissão de Saúde e Meio Ambiente Comissão de Segurança e Serviços Públicos
			1996	Comissão de Ética Comissão de Saúde e Meio Ambiente Comissão de Segurança e Serviços Públicos
			1997	Comissão de Saúde e Meio Ambiente Comissão de Segurança e Serviços Públicos
			1998	Comissão de Saúde e Meio Ambiente Comissão de Segurança e Serviços Públicos
31/01/1999 à 31/01/2003	Cecília Hypólito	PT	1999	Comissão Permanente de Finanças, Planejamento e Fiscalização Comissão de Saúde e Meio Ambiente
			2000	Comissão Permanente de Finanças, Planejamento e Fiscalização Comissão de Saúde e Meio Ambiente
			2001	Comissão Permanente de Finanças, Planejamento e Fiscalização Comissão de Saúde e Meio Ambiente
			2002	Comissão Permanente de Finanças, Planejamento e Fiscalização Comissão de Saúde e Meio Ambiente
	Luciana Genro	PT	1999	Comissão de Cidadania e Direitos Humanos Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia
			2000	Comissão de Cidadania e Direitos Humanos Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia
			2001	Comissão de Cidadania e Direitos Humanos Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia
			2002	Comissão de Cidadania e Direitos Humanos Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia
	Maria do Carmo Bueno	PPB	1999	Comissão de Assuntos Municipais Comissão de Saúde e Meio Ambiente
			2000	Comissão de Assuntos Municipais Comissão de Saúde e Meio Ambiente
			2001	Comissão de Assuntos Municipais Comissão de Saúde e Meio Ambiente

			2002	Comissão de Assuntos Municipais Comissão de Saúde e Meio Ambiente
	Maria do Rosário	PT	1999	Comissão Permanente de Cidadania e Direitos Humanos Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia
			2000	Comissão de Cidadania e Direitos Humanos Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia
			2001	Comissão de Cidadania e Direitos Humanos Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia Comissão Mista Permanente do Mercosul e Assuntos Internacionais
			2002	Comissão de Cidadania e Direitos Humanos Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia Comissão Mista Permanente do Mercosul e Assuntos Internacionais
	Iara Silvia Lucas Wortmann (assumiu 02/01/2001)	PMDB / PPS	2001	Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia Comissão de Cidadania e Direitos Humanos
			2002	Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia Comissão de Cidadania e Direitos Humanos
	Gilda Maria Haack	PTB	2003	Não participou de comissões
	Adriane Garcia Rodrigues	PDT	2003	Não participou de comissões
	Jussara Cony	PC do B	1999	Comissão de Saúde e Meio Ambiente Comissão de Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle
			2000	Comissão de Saúde e Meio Ambiente Comissão de Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle Comissão de Segurança e Serviços Públicos (VER)
			2001	Comissão de Saúde e Meio Ambiente Comissão de Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle Comissão de Segurança e Serviços Públicos (VER)
			2002	Comissão de Saúde e Meio Ambiente Comissão de Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle Comissão de Segurança e Serviços Públicos (VER)
31/01/2003 à 31/01/2007	Jussara Cony	PC do B	2003	Comissão de Saúde e Meio Ambiente Comissão de Finanças e Planejamento, Fiscalização e Controle (VER) Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Ciência e Tecnologia Comissão de Participação Legislativa Popular Comissão de Ética Parlamentar
				Comissão de Saúde e Meio Ambiente Comissão de Finanças e Planejamento, Fiscalização e Controle (VER) Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Ciência e Tecnologia Comissão de Participação Legislativa Popular Comissão de Ética Parlamentar
			2005	Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Ciência e Tecnologia Comissão de Saúde e Meio Ambiente
			2006	Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Ciência e Tecnologia Comissão de Saúde e Meio Ambiente
	Maria Helena Sartori	PMDB	2003	Comissão de Ética Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Ciência e Tecnologia Comissão de Segurança e Serviços Públicos Comissão de Saúde e Meio Ambiente
				2004

				Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Ciência e Tecnologia Comissão de Segurança e Serviços Públicos Comissão de Saúde e Meio Ambiente Comissão de Participação Legislativa Popular
			2005	Comissão de Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Ciência e Tecnologia Comissão Mista Permanente do Mercosul e Assuntos Internacionais
			2006	Comissão de Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Ciência e Tecnologia Comissão Mista Permanente do Mercosul e Assuntos Internacionais
	Leila Fetter (suplente 05/02/2003 á 31/03/2006)	PP	2003	Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Ciência e Tecnologia Comissão Mista Permanente do Mercosul e Assuntos Internacionais Comissão de Economia e Desenvolvimento Sustentável
			2004	Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Ciência e Tecnologia Comissão Mista Permanente do Mercosul e Assuntos Internacionais Comissão de Economia e Desenvolvimento Sustentável
			2005	Comissão de Economia e Desenvolvimento Sustentável Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Ciência e Tecnologia Comissão Mista Permanente do Mercosul e Assuntos Internacionais
	Floriza dos Santos	PDT	2003	Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Ciência e Tecnologia Comissão de Cidadania e Direitos Humanos Comissão de Participação Legislativa Popular
			2004	Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Ciência e Tecnologia Comissão de Cidadania e Direitos Humanos Comissão de Participação Legislativa Popular
			2005	Comissão de Cidadania e Direitos Humanos
			2006	Comissão de Cidadania e Direitos Humanos
	Miriam Marroni assumiu 03/01/2005 á 31/01/2007)	PT	2005	Comissão de Cidadania e Direitos Humanos Comissão de Assuntos Municipais Comissão Mista Permanente do Mercosul e Assuntos Internacionais
			2006	Comissão de Cidadania e Direitos Humanos Comissão de Assuntos Municipais Comissão Mista Permanente do Mercosul e Assuntos Internacionais
31/01/2007 à 31/01/2011	Leila Fetter (suplente 01/02/2007 à 21/11/2007)	PP	2007	Comissão de Cidadania e Direitos Humanos Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Ciência e Tecnologia Comissão Mista Permanente do Mercosul e Assuntos Internacionais
			2009/ 2010	Comissão Mista Permanente do Mercosul e Assuntos Internacionais Comissão de Saúde e Meio Ambiente Comissão de Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle Comissão de Assuntos Municipais Comissão de Economia e Desenvolvimento Sustentável
	Marisa Formolo	PT	2007	Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia Comissão de Cidadania e Direitos Humanos
			2008	Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia Comissão de Cidadania e Direitos Humanos
			2009	Comissão de Cidadania e Direitos Humanos Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia
			2010	Comissão de Cidadania e Direitos Humanos Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia
	Kelly Morais (renunciou em 05/01/2009)	PTB	2007	Comissão de Saúde e Meio Ambiente Comissão de Segurança e Serviços Públicos
			2008	Comissão Permanente de Assuntos Municipais Comissão de Saúde e Meio Ambiente
	Silvana Covatti	PP	2007	Comissão de Saúde e Meio Ambiente Comissão de Finanças, Fiscalização, Controle e Planejamento Comissão de Participação Legislativa Popular

			2008	Comissão de Saúde e Meio Ambiente Comissão de Finanças, Fiscalização, Controle e Planejamento Comissão de Participação Legislativa Popular
			2009	Comissão de Ética Parlamentar Comissão de Saúde e Meio Ambiente Comissão Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle
			2010	Comissão de Ética Parlamentar Comissão de Saúde e Meio Ambiente Comissão Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle
	Stela Farias	PT	2007	Comissão Permanente de Segurança e Serviços públicos Comissão de Ética Parlamentar Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia
			2008	Comissão Permanente de Segurança e Serviços públicos Comissão de Ética Parlamentar Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia
			2009	Comissão Permanente de Segurança e Serviços públicos Comissão de Ética Parlamentar Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia Comissão de Saúde e Meio Ambiente
			2010	Comissão Permanente de Segurança e Serviços públicos Comissão de Ética Parlamentar Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia Comissão de Saúde e Meio Ambiente
	Zilá Breitenbach	PSDB	2007	Comissão de Cidadania e Direitos Humanos Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo Comissão Mista Permanente do Mercosul e Assuntos Internacionais
			2008	Comissão de Cidadania e Direitos Humanos Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo Comissão Mista Permanente do Mercosul e Assuntos Internacionais
			2009	Comissão de Cidadania e Direitos Humanos Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo Comissão Mista Permanente do Mercosul e Assuntos Internacionais
			2010	Comissão de Cidadania e Direitos Humanos Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo Comissão Mista Permanente do Mercosul e Assuntos Internacionais

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Memorial do Legislativo e da Assembleia Legislativa.

APÊNDICE E – Quantidade de anos que cada deputada permaneceu nas comissões em que fez parte.

Deputada	C S S P	C C J	C S M A	C E D S	C E C D C T	C F P F C	C A P C	C E P	C M P M A I	C C D H	C M P P L P	C A M
Suely de Oliveira	19	1			1							
Luciana Genro	4				4					8		
Maria H. Sartori	2		2		4	2		2	2		1	
Stela Farias	4		2					4				
Kelly Moraes	1		2		4							1
Jussara Cony	4		12		4	4	5	4		5	2	
Hilda de Souza		1				1						1
Dercy Furtado			12	1								
Ecléa Fernandes			3		3	1				1		
Regina Rossignollo			4		4							
Maria do Carmo			8		4			4				4
Cecília Hypólito			4			4	2					
Leila Fetter			1	4	4	1			5	1		1
Silvana Covatti			4			4		2			2	
Marisa Formolo					4					4		
Maria Feldman					4					4		
Maria do Rosário					4				2	4		
Iara Wortman					2					2		
Floriza dos Santos					2					4	2	
Zilá Breitenbach								4	4	4		
Miriam Marroni									2	2		2

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Memorial do Legislativo e da Assembleia Legislativa.

APÊNDICE F – Comissões e cargos femininos de acordo com ano de mandato**Agricultura, Pecuária e Cooperativismo (1948-2010)****Constituição e Justiça (1947-2010)****Mista Permanente do Mercosul e Assuntos Internacionais (1995 - 2010)****Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle (1947-2010)**

Presidente	Vice-presidente
2001 – Cecília Hypólito (PT)	1999 a 2000 - Cecília Hypólito (PT)
2002 – Cecília Hypólito (PT)	
2005 – Maria Helena Sartori (PMDB)	

Segurança e Serviços Públicos (1948-2010)

Presidente	Vice-presidente
1959 a 1962 – Suely de Oliveira (PTB/MDB)	2009 – Stela Farias (PT)
1964 – Suely de Oliveira (PTB/MDB)	
1966 a 1970 – Suely de Oliveira (PTB/MDB)	
1972 – Suely de Oliveira (MDB)	
2007 - Stela Farias (PT)	
2008 - Stela Farias (PT)	

Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia (1948-2010)

Presidente	Vice-presidente
2007 – Marisa Formolo (PT)	1995 a 1998 – Maria Augusta Feldman (PSB)
2008 – Marisa Formolo (PT)	1999 – Luciana Genro (PT)

Cidadania e Direitos Humanos (1980 - 2010)

Presidente	Vice-presidente
1999 – Maria do Rosário (PT)	1995 a 1998 – Luciana Genro (PT)
2000 – Maria do Rosário (PT)	2005 e 2006 – Miriam Marroni (PT)
	2007 e 2008 – Zilá Breitenbach (PSDB)
	2009 – Marisa Formolo (PT)

Saúde e Meio Ambiente (1948-2010)

Presidente

1980 – Dercy Furtado (PDS)

1981 – Dercy Furtado (PDS)

1985- Dercy Furtado (PDS)

Vice-presidente

1995 a 1998 – Jussara Cony (PC do B)

Ética Parlamentar (2001-2010)

Presidente

2010 – Silvana Covatti (PP)

Vice-presidente

1995 e 1996 – Maria do Carmo (PPB)

Assuntos Municipais (1981-2010)

Presidente

2008- Kelly Moraes (PTB)

Vice-presidente

Economia e Desenvolvimento Sustentável (1957-2010)

Presidente

1986 – Dercy Furtado (PDS)

Mista Parlamentar de Participação Legislativa Popular (2000-2010)

Presidente

Vice-presidente

2003 e 2004 – Jussara Cony (PC do B)

2007 e 2008 – Silvana Covatti (PP)

APÊNDICEG - Número de projetos apresentados pelas deputadas estaduais conforme classificação temática.

Deputada	Saúde	Educação	Política fundiária	Violência e Segurança Pública	Habitação	Transporte	Questões Legislativas	Economia	Meio Ambiente	Patrimônio Cultural	Trabalho e Previdência Social	Assistência Social	Outros
Cecília Hypólito	3	1	2	1					6				
Dercy Furtado		2					2				2		
Eclea Fernandes		3					10	1			1		
Floriza dos Santos	7				1		9		1	5			
Hilda de Souza							5						
Iara Wortman		2					1						
Jussara Cony	15	3		9	6	16	18	3	4	5	1	4	3
Kelly Moraes		1								2			
Leila Fetter				2			2	1		2			
Luciana Genro	2	4				1	3	2			4		
Maria Augusta Feldman		6				1			2		1	1	
Maria do Carmo		1	3				12	2					1
Maria do Rosário	2	2		2			16		2		2	3	
Maria H. Sartori		2					1	1	1	1			
Marisa Formolo	1	1				1	3			1	1	1	1
Miriam Marroni	2			3		2				1			2
Regina Rossignolo	3												
Silvana Covatti						1		2		2			
Stella Farias	2			1			3	1		1			1
Suely de Oliveira	1	30					43	4	1		18		
Terezinha Chaise		1									1		
ZilaBreitenbach				4			4	1		8			1
Total	38	59	5	22	7	22	132	18	17	28	31	9	9

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE H - Projetos apresentados pelas parlamentares gaúchas que fazem referência a gênero e sua classificação (1951-2011).

Deputada	Número projetos	Projetos gênero	Assunto	Categoria	Subcategoria
Marisa Formolo	10	1	Mudança regimento interno - cotas nas comissões	Questões legislativas	Política de cotas
Cecília Hypólito	13	1	Violência sexual	Violência e Segurança Pública	Violência sexual
		1	Combate à mortalidade materna	Saúde	Mortalidade materna
Dercy Furtado	6	2	Dependentes do assegurado IPE	Trabalho e Previdência	
Leila Fetter	7	1	Violência sexual	Violência e Segurança Pública	Violência sexual
Luciana Genro	16	1	Informação sobre método contraceptivo de emergência	Saúde	Contraceção
		1	Regulamenta uso contraceptivo de emergência	Saúde	Contraceção
Maria Augusta Feldman	11	1	Assegurados do IPE	Trabalho e Previdência	
Maria do Carmo Bueno	19	2	Cotas nos cargos da administração estadual	Questões legislativas	Política de cotas
		1	Institui troféu mulher cidadã	Questão legislativa	Homenagem
		1	Institui troféu mulher empresária	Questão legislativa	Homenagem
Maria do Rosário Nunes	29	2	Constitui Conselho Estadual dos Direitos da Mulher	Questões legislativas	Cidadania e direitos da mulher
		1	Institui Dia estadual da luta contra violência e exploração sexual	Violência e Segurança Pública	Violência sexual
		1	Altera RI-AL - proporcionalidade na composição das chapas	Questões legislativas	Política de cotas
Stella Farias	9	1	Publicização de dados relativos à condição da mulher	Questões legislativas	Cidadania e direitos da mulher
		1	Divulgação de índices de violência contra a mulher	Violência e Segurança Pública	Índices de violência
Zilá Breitenbach	18	1	Institui Dia estadual em comemoração à lei Maria da Penha	Violência e Segurança Pública	Outros
Suely de Oliveira	97	1	Regime de trabalho e férias das domésticas	Trabalho e Previdência	
		1	Tempo de serviço	Trabalho e Previdência	
		1	Salário mínimo para domésticas	Trabalho e Previdência	
Jussara Cony	87	2	Cria acolhimento mulheres vítimas de violência	Violência e Segurança Pública	Acolhimentos vítimas
		1	Cria centro de atendimento jurídico	Violência e Segurança	Acolhimentos vítimas

				Pública	
		1	Normas sobre uso de silicone	Saúde	Silicone
		3	Assédio sexual no serviço público	Violência e Segurança Pública	Assedio sexual
		1	Recurso para habitação destinada à mulher	Habitação	
		4	Dispensa mulheres grávidas de pagar passagem intermunicipal	Transporte	
		1	Institui o dia da dona de casa	Questão Legislativa	Homenagem
		1	Casa de tratamento para homens que cometem violência contra a mulher	Violência e Segurança Pública	Acolhimentos homens
		1	Presença de psicólogos em delegacias da mulher	Violência e Segurança Pública	Acolhimentos vítimas
		1	Institui o premio Lila Ripoll de Poesia	Questão Legislativa	Homenagem
		1	Altera resolução que institui troféu mulher cidadã	Questão Legislativa	Homenagem
		1	Institui tribuna da mulher na AL	Questões legislativas	Cidadania e direitos da mulher
		1	Acrescenta ao RI-AL - homenagem ao dia da mulher	Questões legislativas	Homenagem
		1	Política de recuperação de homens que cometem violência contra a mulher	Violência e Segurança Pública	Acolhimento homens
Miriam Marroni	10	1	Política de prevenção à violência e exploração sexual	Violência e Segurança Pública	Prevenção à violência
		1	Programa de atendimento à mulheres vítimas de violência	Violência e Segurança Pública	Acolhimento vítimas
		1	Política estadual de atendimento às mulheres vítimas de violência	Violência e Segurança Pública	Acolhimento vítimas
Floriza dos Santos	23	1	Cotas para ingresso na Brigada Militar	Questão legislativa	Política de cotas
		1	Altera CE - proteção mercado de trabalho e prevenção à violência	Questão Legislativa	Cidadania e direitos da mulher
		1	Risco de consumo de bebida na gravidez	Saúde	Gravidez
		1	Altera CE - Direitos da Mulher - imagem, saúde, educação	Questões legislativas	Cidadania e direitos da mulher
		2	Programa vida nova mulher mastectomizada	Saúde	Câncer de mama
		1	Programas habitacionais - moradia à mulher	Habitação	
		1	Altera RI-AL - cria comissão de defesa dos direitos da mulher	Questões legislativas	Cidadania e direitos da mulher

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE I - Pronunciamentos das parlamentares estaduais do Rio Grande do Sul relativos a gênero, conforme categoria(1987-2011).

Categoria	Ecléa Fernandes	Hilda de Souza	Regina Rossignollo	Maria Feldman	Maria do Carmo	Maria do Rosário	Luciana Genro	Cecília Hypólito	Iara Wortmann	Mirian Marroni	Floriza Dos Santos	Maria Sartori	Jussara Cony	MarisaF ormolo	Kelly Moares	Silvana Covatti	Leila Fetter	Stella Farias	Zilá Breitenbach
Política fundiária										1			1	1				3	
Violência e segurança pública	1			1	4	8			1	10	5	4	15	3			2	5	2
Trabalho e previdência social	1	1		1	1	3	1	2		1			9	2					
Economia													1						
Assistência Social																		1	
Educação				1					1										
Questões Legislativas	3	2	5	3	8	3			2	2	1	3	20	2	2	2	1	3	1
Política			1					1	1				9	1		1			2
Participação política das mulheres			2	1	5			3		1		5	4	3	1				3
Promoção da mulher	1	2	5	4	8	7	5	5	2	1	5	9	29	3	2	4	4	6	5
Habitação													2						
Transporte													1						
Saúde	1		1	3	2	2	4	2		2	2	4	21	1	1	1	5	3	1
Meio Ambiente													1						
Direitos Humanos						1													
Outros					1		1												

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE J - Temas tratados nas categorias educação e questões legislativas relativos à gênero para cada deputada estadual (1987-2011).

Categoria	Ecléa Fernandes	Hilda De Souza	Regina Rossignollo	Maria Feldman	Maria do Carmo Bueno	Maria do Rosário	Luciana Genro	Cecília Hypólito	Iara Wortmann	Mirian Marroni	Floriza Dos Santos	Maria H. Sartori	Jussara Cony	Marisa Formolo	Kelly Moraes	Silvana Covatti	Leila Fetter	Stella Farias	Zilá Breitenbach
Educação																			
Carreira e política salarial				1					1										
Formação																			
Outros																			
Questões Legislativas																			
Assuntos Internos	2	2							2				1	1					
Funcionalismo	1				1	1							4						
Auxílios e Isenções																			
Cotas				1	3	1							1						
Homenagem			5	2	4	1				2	1	3	14	1	2	2	1	3	1

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE K - Pronunciamentos das parlamentares gaúchas de acordo com as categorias (1987-2011).

Categoria	Ecléa Fernandes	Hilda De Souza	Regina Rossignollo	Maria Feldman	Maria do Carmo Bueno	Maria do Rosário	Luciana Genro	Cecília Hypólito	Iara Wortmann	Adriane Rodrigues	Mirian Marroni	Floriza dos Santos	Maria H. Sartori	Jussara Cony	Marisa Formolo	Kelly Moraes	Silvana Covatti	Leila Fetter	Stella Farias	Zilá Breitenbach
Política fundiária	1	7		3	15	2	14	9			4		1	31	5		1		5	2
Violência e segurança pública	3	1		2	5	26	3	1	1		15	5	5	34	14			3	15	5
Trabalho e previdência social	4	3		20	4	9	29	2			2	1	9	43	4			2	1	6
Economia	1	11	8	10	22	13	45	43			20	2	31	141	18	2	2	4	16	35
Patrimônio Cultural				2		3	2							6	6			2		3
Ditadura militar		1	1			1								8	1				1	
Assistência Social	7	3	1	5	1	20	4	1	1		8	1	12	12	7			1	7	8
Educação	8	5	13	78	16	31	60	3	28	1	6		39	61	91				12	18
Questões Legislativas	17	28	7	55	58	34	65	15	6	1	8	11	33	247	61	6	7	21	18	26
Política	11	25	14	16	23	31	67	25	2		19	3	30	275	43	6	1	6	71	35
Participação política das mulheres			2	1	5			3			1		5	4	3	1				3
Promoção da mulher	1	2	5	4	8	7	5	5	2		1	5	9	29	3	2	4	4	6	5
Habitação	1	4	4				5							15	3				3	1
Transporte	1			2	3	1	5	3			10		2	13	48				8	11
Saúde	2	1	2	7	6	8	5	14	1		6	4	8	114	7	3	1	6	4	4
Meio Ambiente	1	1	1	2	4	5	1	16					2	22	1	1			5	5
Direitos Humanos				1		10	1						1	1	3				1	
Outros	1	2			4		1					1	2	7	5	1	1	1	2	2

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE L - Número de pronunciamentos de cada deputada estadual relativos às categorias educação e questões legislativas (1987-2011).

Categoria	Ecléa Fernandes	Hilda de Souza	Regina Rossignollo	Maria Feldman	Maria do Carmo Bueno	Maria do Rosário	Luciana Genro	Cecília Hypólito	Iara Wortmann	Adriane Rodrigues	Mirian Marroni	Floriza dos Santos	Maria H. Sartori	Jussara Cony	MarisaF ormolo	Kelly Moraes	Silvana Covatti	LeilaF etter	Stella Farias	Zilá Breitenbach
Educação																				
Carreira e política salarial	2	1	3	40	9	20	29	2	16		2		8	35	25				6	3
Formação	4	2	7	17	6	4	17	1	7	1	4		27	15	53				5	11
Democracia escolar				11		4	2		4					3	3					
Política estudantil		1					3							1						
Outros	2	1	3	10	1	3	9		1				4	7	10				1	4
Questões Legislativas																				
Assuntos Internos	10	12		24	16	16	14	6	4		1	1	2	49	20	2	1	5	8	
Funcionalismo	7	6	2	22	11	9	48	9			4		4	117	11			3	4	6
Auxílios Subvenções ^e		1					2							1	1					
Cotas				1	3	1								1						
Homenagem		9	5	8	28	8	1		2	1	3	10	27	79	29	4	6	13	6	20

Fonte: Elaboração própria.

ANEXO A – Foto das deputadas estaduais do Rio Grande do Sul (1951-2012)



Suely de Oliveira
(1951-1975)



Zaira Folly
(1966)



Maria Íris Potthoff
(1964)



Terezinha Irigaray Chaise
(1967-1969)



Dalila Alves
(1974-1975)



Dercy Furtado
(1975-1987)



Ecléa Fernandes
(1983-1991)



Hilda de Souza
(1987-1991)



Jussara Cony
(1989-2007)



Regina Rossignollo
(1991-1995)



Maria Augusta Feldmann
(1995-1999)



Cecília Hypólito
(1997-2003)



Luciana Genro
(1995-2003)



Maria do Carmo Bueno
(1995-2003)



Maria do Rosário Nunes
(1999-2003)



Iara Silvia Lucas Wortmann
(2001-2003)



Gilda Maria Haack
(2003)



Adriane Garcia Rodrigues
(2003)



Maria Helena Sartori
(2003-2007 e 2011-2015)



Leila Fetter
(2003, 2005, 2007 e 2009)



Floriza dos Santos
(2003-2007)



Mirian Marroni
(2005-2007 e 2011-2015)



Marisa Formolo
(2007-2015)



Kelly Moraes
(2007-2009)



Silvana Covatti
(2007-2015)



Stela Farias Lopes
(2007-2011)



Zilá Breitenbach
(2007-2015)



Ana Afonso
(2011-2015)



Juliana Brizola
(2011-2015)